



RELATÓRIO E CONTAS 2018

<u>Índice</u>

Proposta de Deliberação	1
Parte I	2
1. Balanço	3
2. Demonstração de Resultados	8
3. Plano Plurianual de Investimento	10
4. Orçamento (Resumo)	19
5. Orçamento da Receita e da Despesa	22
6. Controlo Orçamental da Despesa	34
7.Controlo Orçamental da Receita	41
8. Execução do Plano Plurianual de Investimento	46
9. Fluxos de Caixa	53
10. Contas de Ordem	61
11. Operações de Tesouraria	63
12. Caraterização da Entidade	66
13. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	74
14. Modificações ao Orçamento – Receita	87
15. Modificações ao Orçamento – Despesa	92
16. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	98
17. Contratação Administrativa – Situação dos Contratados	106
18. Transferências Correntes – Despesa	123
19. Transferências de Capital – Despesa	132
20.Subsídios Concedidos	134
21.Transferências Correntes – Receita	136
22. Transferências de Capital – Receita	138
23. Subsídios Obtidos	140
24. Ativos de Rendimento Fixo	142
25. Ativos de Rendimentos Variável	144
26. Empréstimos	146
27. Outras Dívidas e Terceiros	148
28. Mapa Síntese dos Bens Inventariados	152
Parte II	154
29. Relatório de Gestão	155

29.1 Análise Orçamental	157
29.1.1-Análise Orçamental da Receita	157
29.1.1.1 – Evolução das Receitas Correntes	158
29.1.1.1.1 – Impostos Municipais	159
29.1.1.1.2 – Taxas	160
29.1.1.1.3 – Transferência Correntes	161
29.1.1.2 – Evolução das Receitas de Capital	162
29.1.1.2.1 – Vendas de Bens de Investimento	162
29.1.1.2.2 – Transferências de Capital	163
29.1.2 – Análise Orçamental da Despesa	164
29.1.2.1 – Evolução das Despesas Correntes	165
29.1.2.1.1 – Despesas com o Pessoal	166
29.1.2.1.2 – Aquisição de Bens e Serviços	167
29.1.2.1.3 – Transferências Correntes	167
29.1.2.2 – Evolução das Despesa de Capital	168
29.1.2.2.1 – Aquisição de Bens de Investimento	169
29.1.2.2.2 – Transferências de Capital	170
29.1.3 – Execução Financeira das Grandes Opções do Plano	170
29.1.3.1 – Grandes Opções do Plano	170
29.1.3.2 – Ações Mais Relevantes	171
29.1.3.3 – Plano Plurianual de Investimentos	172
29.2 – Análise Económica Financeira	173
29.2.1 – Análise Económica	173
29.2.1.1 – Análise dos Proveitos	174
29.2.1.2 – Análise dos Custos	174
29.2.1.3 – Análise dos Resultados	175
29.2.1.3.1 – Resultado Líquido do Exercício	175
29.2.1.3.2 – Resultados Operacional	175
29.2.1.3.3 – Resultados Financeiros	175
29.2.1.3.4 – Resultados Extraordinários	175
29.2.2 – Análise da Situação Financeira	176
29.2.2.1 – Dívidas de Terceiros	176
29.2.2.2 – Dívidas a Terceiros	176
29.2.2.3 – Limite da Divida Total	177
29.2.2.5 – Rácios/Indicadores de Gestão	179
29.3 – Proposta de Aplicação do resultado Liquido do Exercicio	183
Outros Documentos	184
30. Guia de Remessa	185
31. Ata da Reunião em que foi discutida a votada a conta	186

32. Norma de Controlo Interno	187
33. Resumo Diário Tesouraria	249
34. Síntese da Reconciliação Bancária	252
35. Mapa de Fundo de Maneio	254
36. Relação Emolumentos Notariais e Custos de Execução Fiscais	274
37. Relação de Acumulação de Funções	276
38. Relação Nominal de Responsáveis	278
Anexos	
Declarações ao abrigo do artº 15º, Lei nº 22/2015 de 17 de março	
Certificação Legal de Contas	



Proposta de Deliberação

Submete-se à apreciação do órgão executivo o Relatório e Contas da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, relativa ao ano económico de 2017, conforme a alínea i) do nº1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do artº 76 da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.

As disposições legais, citadas anteriormente, dispõem que as contas dos Municípios são apreciadas pelo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, no mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 3 das considerações técnicas do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei nº 15/2000 de 2 de dezembro, e pela resolução n.º 4/2001-2.ª secção do Tribunal de Contas de 12 de julho de 2001, alterada através da resolução nº 26/2013 – 2ª secção de Tribunal de Contas de 21 de novembro de 2013 e resolução nº 7/2018 – 2ª secção do Tribunal de Contas de 1 de setembro de 2018

O relatório foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 de POCAL. Dos conteúdos tratados destacam-se os dados relativos à Execução Orçamental de 2017, com especial relevância para execução anual do Plano Plurianual de Investimentos.

Recorreu-se à elaboração de quadros e gráficos para melhor evidenciar os dados tratados em cada capítulo. Para uma perceção e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal apresentam-se também elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Faz parte do relatório 2 anexos respeitantes:

- 1. Declarações financeiras de compromissos e dívidas (artº 15º da lei 22/2015, de 17 de março)
- 2. Certificação Legal de Contas, em cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 76º da lei 73/2013, de 3 de setembro.

Este fascículo é constituído por 278 páginas, incluindo esta

Órgão Executivo

Em 24 de abril de 2019

Órgão Deliberativo

Em 29 de abril de 2019

Relatório e Contas 2018

Parte I



1. Balanço



ENTIDADE CM FERREIRA

2018/01/01 a 2018/12/31

EXERCÍCIOS CÓDIGO DAS N - 1 N CONTAS ACTIVO AL AΒ A/P ΑT. Imobilizado: Bens de domínio público 451 Terrenos e recursos naturais 305.646,69 305.646,69 305.646,69 1.172.259,55 452 Edifícios 1.352.656,58 180.397,03 1.183.379,43 453 Outras construções e infra-estruturas 23.969.907,56 18.128.296,49 5.841.611,07 5.974.521,68 455 Bens do património histórico, artístico e cultural Outros bens de domínio público 459 445 Imobilizações em curso 35.467,34 446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público 25.628.210,83 18.308.693,52 7.319.517,31 7.499.015,14 Imobilizações incorpóreas 440.002,30 431 Despesas de instalacção 493.805,61 53,803,31 66.470,77 432 Despesas de investigação e de desenvolvimento 292.886,85 225.481,96 67.404,89 49.647,23 433 Propriedade industrial e outros direitos 443 Imobilizações em curso 449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas 786.692,46 665.484,26 121,208,20 116.118,00 Imobilizações corpóreas 421 Terrenos e recursos naturais 2.879.779,34 2.879.779,34 2.850.040,27 422 Edificios e outras construções 22.798.996,53 6.700.558,21 16.098.438,32 15.020.253,33 423 Equipamento básico 3.040.419,31 2.257.024,74 783.394,57 798.878,39 424 Equipamento de transporte 2.203.645,95 1.323.231,02 880.414,93 802.796,01 425 Ferramentas e utensílios 184.966,27 157.427,40 27.538,87 16.602,54 426 Equipamento administrativo 696.478,35 602.653,24 93.825,11 88.528,82 427 Taras e vasilhame 732,01 732,01 429 Outras imobilizações corpóreas 132.333,66 12.618,47 119.715,19 120.332,37 442 Imobilizações em curso 265.697,95 265.697,95 500.846,67 448 Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas 32.203.049,37 11.054.245,09 21.148.804,28 20.198.278,40 Investimentos financeiros 411 131.590,98 131.590,98 131.590,98 Partes de capital 390.959,75 497.585,75 412 Obrigações e títulos de participação 390.959,75 352.974,17 318.394,95 334.644,19 414 Investimentos em imóveis 34.579,22 49,88 415 Outras aplicações financeiras 49,88 49,88 441 Imobilizações em curso 447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros 875.574,78 34.579,22 840.995,56 963.870,80 Circulante: Existências: 36 Matérias Primas, subsidiárias e de consumo 377.215,01 377.215,01 365.307,49 Produtos e trabalhos em curso 35 34 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos Produtos acabados e intermédios 33 32 Mercadorias 37 Adiantamentos por conta de compras 377.215,01 377.215,01 365.307,49

ENTIDADE CM FERREIRA

PAG. 2

2018/01/01 a 2018/12/31

aón tao		EXERCÍCIOS								
CÓDIGO DAS				N - 1						
CONTAS	ACTIVO	AB	A/P	AL	AL					
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)									
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo									
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
28	Empréstimos concedidos	63.211,76		63.211,76	63.211,					
211	Clientes c/c	70.279,41		70.279,41	68.137,					
212	Contribuintes c/c	72.441,41		72.441,41	72.472,					
213	Utentes c/c	, ,		,	,					
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobranca duvidosa	196.678,66		196.678,66	170.935,					
251	Devedores pela execução do orçamento	,		, , , , ,	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,					
229	Adiantamentos a fornecedores									
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado									
24	Estado e outros entes públicos	72.371,89		72.371,89	53.582,					
264 52+263+267+268	Administração autárquica	1.549,45		1.549,45	1.549,					
	Outros devedores	1.801.222,88		1.801.222,88	2.332.369,					
		2.277.755,46		2.277.755,46	2.762.259,					
	Títulos negociáveis:									
151	Acções									
152	Obrigações e títulos de participação									
153	Títulos de dívida pública									
159	Outros títulos									
18	Outras aplicações de tesouraria									
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:									
12	Depositos em instituições financeiras	2.976.476,52		2.976.476,52	2.024.360,					
11	Caixa	494,43		494,43	461,					
		2.976.970,95		2.976.970,95	2.024.821,					
	Acréscimos e diferimentos:									
271	Acréscimos de proveitos	347.709,18		347.709,18	601.609,					
272	Custos diferidos	22.731,25		22.731,25	24.254,					
		370.440,43		370.440,43	625.863,					
	Total de amortizações		30.063.002,09							
	Total de provisões									
	Total do activo	65.495.909,29	30.063.002,09	35.432.907,20	34.555.534,					

Camara Municipal de Ferreira Alentejo 2018/01/01 a 2018/12/31

ENTIDADE CM FERREIRA

EXERCÍCIOS CÓDIGO DAS CONTAS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO N - 1 N Fundos próprios: 51 17.462.926,76 17.462.926,76 Património 55 Ajustamento de partes de capital em empresas 56 Reservas de reavaliação Reservas: 571 Reservas legais 943.863,95 921.359,52 572 Reservas estatutárias 573 Reservas contratuais 574 Reservas livres 575 Subsídios 576 Doacões 234.825,18 234.825,18 577 Reservas decorrentes de transferências de activos 59 Resultados transitados 3.441.740,72 2.903.002,25 88 Resultado líquido em exercício 1.335.017,95 450.088,51 23.418.374,56 21.972.202,22 Passivo: 292 Provisões para riscos e encargos 2312 Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a) 2312 Empréstimos obtidos de m/l prazo 2.966.422,49 3.547.490,58 2.966.422,49 3.547.490,58 227 Fornecedores - contratos futuros 2617 Fornecedores Imobilizado - contratos futuros 26887 Credores diversos - contratos futuros Dívidas a terceiros - Curto Prazo 2311 Empréstimos de curto prazo 269 Adiantamentos por conta de vendas Fornecedores c/c 221 28.696,47 11.433,83 51.876,41 228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência 113.877,71 252 Credores pela execução do orçamento 219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes 2611 Fornecedores de imobilizado c/c 96.043,58 298.858,83 24 Estado e outros entes públicos 71.077,69 76.759,24 264 Administração autárquica 311.883,62 217+262+263+268 Outros credores 287.520,95 222+2612+262 Garantias e Cauções 597.216,40 750.811,93 Acréscimos e diferimentos:

ENTIDADE CM FERREIRA Camara Municipal de Ferreira Alentejo 2018/01/01 a 2018/12/31

CÓDIGO		EXERCÍ	CIOS
DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	N	N - 1
273	Acréscimos de custos	751.315,40	712.669,27
		751.315,40	712.669,27
274	Proveitos diferidos	7.699.578,35	7.572.360,55
		7.699.578,35	7.572.360,55
	Total do passivo	12.014.532,64	12.583.332,33
	Total dos fundos próprios e do passivo	35.432.907,20	34.555.534,55

	ORGÃO	EXECUTIVO		
Em de			de	

ORGÃO	DELIBERATIVO	
Em de	de	_
		_

2. Demonstração de Resultados



ENTIDADE

CM FERREIRA

ANO 2018 PÁG. 1

2018/01/01 a 2018/12/31

Código Exercício de Contas N - 1 N Custos e perdas 61 Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: Mercadorias Matérias 377.678,61 377.678,61 437.308,64 437.308,64 62 Fornecimentos e serviços externos: 2.532.443,27 3.083.340,21 Custos com o pessoal: 641+642 Remunerações 3.417.167,76 3.526.239,64 643 a 648 Encargos sociais 909.414,74 4.326.582,50 867.203,48 4.393.443,12 63 Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais 654.062,16 798.109,71 66 Amortizações do exercício 1.076.641,20 1.002.895,33 67 Provisões do exercício 65 Outros custos operacionais 32.592,01 8.442,55 (A) 8.999.999,75 9.723.539,56 68 Custos e perdas financeiros 27.260,80 23.103,14 (C) 9.027.260,55 9.746.642,70 69 Custos e perdas extraordinários 258.818,42 438.549,02 9.286.078,97 10.185.191,72 (E) 88 Resultado líquido do exercício..... 1.335.017,95 450.088,51 10.621.096,92 10.635.280,23 (X) Proveitos e ganhos Vendas e prestações de serviços: 7111 Venda de mercadorias 7112+7113 Venda de produtos 457.947,95 268.397,27 712 Prestações de serviços 349.315,07 807.263,02 352.718,81 621.116,08 72 Impostos e taxas 1.841.587,53 2.170.006,01 (a) Variação da produção 75 Trabalhos para a própria entidade 118.937,64 142.900,12 73 Proveitos suplementares 74 Transferências e subsídios obtidos 7.288.148,12 7.199.465,37 76 Outros proveitos e ganhos operacionais 10.055.936,31 10.133.487,58 (B) 78 399.280,20 Proveitos e ganhos financeiros 391.029,57 10.455.216,51 10.524.517,15 (D) 79 Proveitos extraordinários 165.880,41 110.763,08 (F) 10.621.096,92 10.635.280,23 1.055.936,56 Resultados Operacionais: (B - A) 409.948,02 Resumo: Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A) 372.019,40 367.926,43 Resultados Correntes: (D - C) 1.427.955,96 777.874,45 Resultado Liquido do Exercício: (F - E) 1.335.017,95 450.088,51

	ORGÃO EXECUTIVO			ORGÃO DELIBERATIVO	
Em	_ de	_ de	Em	de	_ de _

3. Plano Plurianual de Investimentos



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

PÁGINA: 1

	gántas	265	0 / 3 3 () 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3		FARM	FONTE		u name		gapo.		DESPI	ESAS DE INVESTIMENTO	(PREVISÃO)				
OBJECTIVO	CÓDIGO DA	CODIG	DO DO J	DEGGDIGÃO	FORMA DE	FINANCIAN	MENTO RESPON SÁVEL	N DATAS	REALI		ANO EM	CURSO (FINANCIA	MENTO)		ANOS SEGUI	NTES	Olimbod	TOTAL
	CLASSIFIC. ECONÓMICA		PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO	AC AA	FC	INICIO FIM	X PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS	PREVISTO
1. 1.1.				FUNÇÕES GERAIS Serviços Gerais de Administração Pública					118.805,38 118.805,38		2.722.436,19 2.716.436,19	2.551.436,19 2.546.436,19	171.000,00 170.000,00	391.000,00 390.000,00	191.000,00 190.000,00			3.423.241,57 3.415.241,57
1.1.1. 1.1.1. 1.1.1. 1.1.1. 1.1.1. 1.1.1. 1.1.1. 1.1.1. 1.1.1.	02/07010301 02/070107 02/070108 02/070109 02/07011002 02/070111	01 0102 0104 0104 0104 0104 0104 0104	2004 2004 2 2004 4 2004 4 2004 4 2004 4 2004 4 2004 4 2004 4	Administracao Geral PLANO DE ACTIVIDADES	OUTRA OUTRA	100.0		2004/01/01 2020/12/31 0 M 2004/01/01 2020/12/31 0	118.805,38 53.911,78 14.000,00 39.911,78		2.716.436,19 902.670,00 262.000,00 601.670,00	2.546.436,19 902.670,00 262.000,00 136.000,00 50.000,00 104.045,00 304.425,00 7.000,00	170.000,00	390.000,00 100.000,00 15.000,00 85.000,00	190.000,00 100.000,00 15.000,00 85.000,00			3.415.241,57 1.156.581,78 306.000,00 811.581,78
1.1.1. 1.1.1. 1.1.1.	02/070111 02/070101 02/070101	0104 0106 01	2004 4 2004 6 2007	Aquisição de Terrenos PLANO DE ACTIVIDADES	OUTRA	100.0	DAM	2004/01/01 2017/12/31 0	49.256,33		39.000,00 493.866,19	200,00 39.000,00 493.866,19		90.000,00	90.000,00			39.000,00 723.122,52
1.1.1. 1.1.1. 1.1.1.	02/07010602 02/070205	0101 0101 0101	2007 2007 3 2007 3 2007 3	Material de Transporte	OUTRA	100.0	D.T.	2007/01/01 2020/12/31 0	49.256,33		493.866,19	447.741,19 46.125,00		90.000,00	90.000,00			723.122,52
1.1.1.	02/07010301	02 0201	2014 2014 1	PLANO DE ATIVIDADES Requalificação do Edificio dos Paços do Concelho	EMPREITADA	100.0	DT	2014/01/01 2017/12/31 4	12.070,27 12.070,27		5.500,00 5.500,00	5.500,00 5.500,00						17.570,27 17.570,27
1.1.1. 1.1.1.	02/07010303	02 0201	2015 1	PLANO DE ACTIVIDADES	EMPREITADA	15.0	85.0 D.T.	2015/01/02 2019/12/31 0			787.400,00 577.400,00	617.400,00 577.400,00	170.000,00	100.000,00				887.400,00 577.400,00
1.1.1.	02/07011002	0203	2015 3	Zona Envolvente Eficiência Energetica em Edificios Municipais	OUTRA	100.0	DT	2015/01/02 2019/12/31 0			210.000,00	40.000,00	170.000,00	100.000,00				310.000,00
1.1.1. 1.1.1.		01 0101	2016 1	Plano de Atividades E.Ferreir@ 2 - Programa de Modernização Administrativa		15.0	0 85.0 DAM/CH	E 2016/01/02 2019/12/31 0	3.567,00 3.567,00		527.000,00 527.000,00	527.000,00		100.000,00 100.000,00				630.567,00 630.567,00
1.1.1. 1.1.1. 1.1.1. 1.1.1.	02/070107 02/070108 02/070109 02/07010301	0101 0101 0101 0101	2016 1 2016 1 2016 1 2018 1	Imóveis de Administração	EMPREITADA	100.0	D DAM	2018/01/02 2021/12/31 0				10.000,00 500.000,00 17.000,00						
1.1.1.	02/070107	0102 0102	2018 2 2018 2	Municipal	OUTRA	100.0		2018/01/02 2021/12/31										
1.1.1. 1.1.1. 1.1.1. 1.1.1. 1.1.1.	02/070108 02/070109 02/07011002 02/070111 02/070112	0102 0102 0102 0102 0102	2018 2 2018 2 2018 2 2018 2 2018 2															
1.1.1. 1.1.1. 1.1.1. 1.1.1.	02/070101 02/07010301 02/07010302	0103 0103 0103 0103	2018 3 2018 3 2018 3 2018 3	Aquisição Imóveis	OUTRA	100.0	DAM DAM	2018/01/02 2021/12/31										
1.1.1. 1.1.1. 1.1.1.	02/07010302 02/07010301 02/070113	0103 0104 0104 0104	2018 4 2018 4 2018 4 2018 4	Paços do Concelho	EMPREITADA	100.0	DT	2018/01/02 2021/12/31 P										
1.1.1. 1.1.1.	02/070107	0105 0106	2018 5 2018 33	Investimento em Informática Edificio do Centro Cultural de Ferreira do Alentejo-Intervenção PAICD		100.0		d 2018/01/02 2018/12/31 d 2018/01/01 2021/12/31 C										
1.1.1. 1.1.1.	02/07010307 02/07011002	0106 0106	2018 33 2018 33															
								A TRANSPORTAR	118.805,38		2.716.436,19	2.546.436,19	170.000,00	390.000,00	190.000,00			3.415.241,57

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

PÁGINA : 2

	,					FONTE						DESP.	ESAS DE INVESTIMENTO	(PREVISÃO)				
OBJECTIVO	CÓDIGO DA	CÓDIO	GO/ANO/NUMERO DO		FORMA DE	FINANCIAN	MENTO RESPO		REALI		ANO EM	CURSO (FINANCIA	MENTO)		ANOS SEGUII	NTES		TOTAL
	CLASSIFIC. ECONÓMICA		PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO	AC AA	FC	INICIO FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS	PREVISTO
		· ·						A TRANSPORTAR	118.805,38		2.716.436,19	2.546.436,19	170.000,00	390.000,00	190.000,00			3.415.241,57
1.1.1. 1.2. 1.2.1.	02/070111	0106	2018 33	Segurança e Ordem Públicas Protecção Civil e Luta Contra Incêndios							6.000,00 6.000,00	5.000,00 5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			8.000,00 8.000,00
1.2.1. 1.2.1.	02/07011002	01 0101	2004 10	PLANO DE ACTIVIDADES Serviço Municipal de Protecção Civil -	OUTRA	100.0	PRESI ENTE	D 2004/01/01 2020/12/31 0			6.000,00 6.000,00	5.000,00 5.000,00	1.000,00 1.000,00	1.000,00 1.000,00	1.000,00 1.000,00			8.000,00 8.000,00
1.2.1.	02/07010413	0101	2018 27	Equipamento Melhoramento dos Equipamentos Publicos Municipais	OUTRA	100.0	DT	2018/01/01 2021/12/31										
2. 2.1. 2.1.1. 2.1.1. 2.1.1.		01 0101	2010 2010 1	FUNÇÕES SOCIAIS Educação Ensino não Superior PLANO DE ACTIVIDADES Programa de Recuperação de Edificios e Espaços	EMPREITADA	15.0) 85.0 D.T.	2010/01/01 2019/12/31 1	143.584,36 1.414,50 1.414,50 1.414,50 1.414,50		5.605.770,99 810.000,00 810.000,00 810.000,00	5.034.770,99 810.000,00 810.000,00 810.000,00	571.000,00	230.000,00 30.000,00 30.000,00 30.000,00 30.000,00	130.000,00 30.000,00 30.000,00 30.000,00 30.000,00	50.000,00		6.159.355,35 871.414,50 871.414,50 871.414,50 871.414,50
2.1.1. 2.1.1. 2.1.1. 2.1.1.	03/07010305 03/070109 03/07011002	0101 0101 0101 0101	2010 1 2010 1 2010 1 2018 6	Escolares Melhoramento dos Edifícios e Espaços Escolares	OUTRA	100.0) DASEF	2018/01/02 2018/12/31 0				780.000,00 20.000,00 10.000,00						
2.1.1. 2.1.1. 2.1.2.	03/07010305 03/070109 03/07010602	0101 0101 0101	2018 6 2018 6 2018 7	Veiculos de Transporte	OUTRA	100.0) DASEF	2018/01/02 2018/12/31										
2.2.1. 2.3. 2.3.2.	02/07010307	0101	2018 8	Escolar Equipamentos de Saude Segurança e Acção Sociais Acção Social	EMPREITADA	100.0	DASEF	2018/01/02 2021/12/31			90.500,00 90.500,00	5.500,00 5.500,00	85.000,00 85.000,00					90.500,00
2.3.2. 2.3.2. 2.3.2.	02/07010413 02/080802	02 0201 0101	2014 2014 2018 9	PLANO DE ACTIVIDADES Hortas Sociais Regulamento Municipal de	OUTRA OUTRA	100.0		2014/01/01 2017/12/31 0 2018/01/02 2021/12/31			90.500,00 90.500,00	5.500,00 5.500,00	85.000,00 85.000,00					90.500,00 90.500,00
2.3.2.		0102	2018 28	Apoio Social Centros Seniores de Alfundão e Santa Margarida	EMPREITADA	100.0	DT	2018/01/01 2020/12/31										
2.3.2. 2.3.2. 2.3.2. 2.3.2.	02/070101 02/07010307 02/07011002 02/070113	0102 0102 0102 0102	2018 28 2018 28 2018 28 2018 28						C2 002 24		2 540 607 10	2 056 607 10	405 000 00	200 200 20	100 000 00	F0.000.00		2 055 500 50
2.4.				Habitação e Servicos Colectivos					63.983,34		3.542.607,18	3.056.607,18	486.000,00	200.000,00	100.000,00	50.000,00		3.956.590,52
2.4.1. 2.4.1. 2.4.1.		01 0102	2004 2004 17	Habitação PLANO DE ACTIVIDADES Investimentos em Habitações Municipais	OUTRA	100.0	DT	2004/01/01 2020/12/31 0			50.000,00 50.000,00 50.000,00		50.000,00 50.000,00 50.000,00	50.000,00 50.000,00 50.000,00	50.000,00 50.000,00 50.000,00			150.000,00 150.000,00 150.000,00
2.4.1.		0101	2018 10	Melhoramento e Conservação de Habitações Municipais	EMPREITADA	100.0	DT	2018/01/02 2021/12/31										
2.4.1. 2.4.1. 2.4.1.	02/07010203 02/070109	0101 0101 0102	2018 10 2018 10 2018 30	Casa Mortuária de Figueira de Cavaleiros	EMPREITADA	100.0	DT	2018/01/01 2020/12/31										
2.4.1.	02/070101	0102	2018 30	ac cavaiciios														
								A TRANSPORTAR	120.219,88		3.672.936,19	3.366.936,19	306.000,00	471.000,00	271.000,00			4.535.156,07

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

PÁGINA : 3

	góntgo	αόρτας	/ANO/NUMERO		ПОРМА	FONTE DE	10 DEOD	202	NAME OF THE O	DEALT	TADO		DESPI	ESAS DE INVESTIMENTO	(PREVISÃO)				
OBJECTIVO	CÓDIGO DA		DO		FORMA DE	FINANCIAMENT	O RESP SÁVE		DATAS	REALI		ANO E	M CURSO (FINANCIA)	MENTO)		ANOS SEGUI	NTES		TOTAL
	CLASSIFIC. ECONÓMICA		PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO	AC AA F	'C	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS	PREVISTO
								A TRAN	ISPORTAR	120.219,88		3.672.936,19	3.366.936,19	306.000,00	471.000,00	271.000,00			4.535.156,07
2.4.1. 2.4.1. 2.4.2.	02/07010307 02/070113	0102 0102	2018 30 2018 30	Ordenamento do Território								1.759.900,00	1.573.900,00	186.000,00	100.000,00				1.859.900,00
2.4.2.		01 0102	2008 5	PLANO DE ACTIVIDADES Loteamento Habitacional de Santa Margarida do Sado	OUTRA	100.0	DT	2008/01/01	2017/12/31 4			5.000,00 5.000,00		5.000,00 5.000,00					5.000,00 5.000,00
2.4.2.		01 0104	2011 6	PLANO DE ACTIVIDADES Loteamento Habitacional Bairro Singa - Fase 2	EMPREITADA	100.0	DT	2011/01/01	2019/12/31 0			948.000,00 100.000,00	848.000,00	100.000,00 100.000,00	100.000,00 100.000,00				1.048.000,00 200.000,00
2.4.2.	02/07010401	0105	2011 7	Requalificação Urbana da Frente Poente de F.Alentejo	EMPREITADA	15.0	5.0 DT/C	CED 2011/01/01	2017/12/31 0			848.000,00	848.000,00						848.000,00
2.4.2.		01 0101	2013 2	PLANO DE ACTIVIDADES PRODIVE-Programa de Requalificação Urbana de Odivelas	EMPREITADA	100.0		EED 2013/01/01	2017/12/31 4			154.900,00 136.400,00	154.900,00						154.900,00 136.400,00
2.4.2. 2.4.2. 2.4.2. 2.4.2.	02/07010406 02/07010413 02/07030301	0101 0101 0101 0102	2013 2 2013 2 2013 2 2013 3	PROSAMAR-Programa de Requalificação Urbana de	OUTRA	15.0	5.0 DT/C	EED 2013/01/01	2017/12/31 4			18.500,00	64.000,00 30.000,00 42.400,00						18.500,00
2.4.2. 2.4.2. 2.4.2. 2.4.2.	02/07011002 02/07030301	0102 0102 01 0101	2013 3 2013 3 2016 2016 3	Stª Margarida do Sado Plano de Atividades RUFA III - Programa de Reabilitação Urbana de Ferreira do Alentejo	EMPREITADA	15.0 8	5.0 DT	2016/01/02	2 2017/12/31 0			652.000,00 243.500,00	17.000,00 1.500,00 571.000,00						652.000,00 243.500,00
2.4.2. 2.4.2. 2.4.2.	02/07010307 02/07030301 02/07030301	0101 0101 0102	2016 3 2016 3 2016 5	Requalificação Urbanistica da Entrada Sul Ferreira do	EMPREITADA	100.0	DT	2016/01/02	2 2017/12/31 0			35.000,00	147.500,00 15.000,00 35.000,00						35.000,00
2.4.2.	02/07030301	0103	2016 7	Alentejo Requalificação Urbanistica da Entrada Norte de	EMPREITADA	100.0	DT	2016/01/02	2 2017/12/31 0			340.000,00	340.000,00						340.000,00
2.4.2.	02/07030301	0104	2016 8	Ferreira do Alentejo Requalificação Urbanistica	EMPREITADA	100.0	DT	2016/01/02	2 2017/12/31 0			33.500,00	33.500,00						33.500,00
2.4.2.	02/070113	0101	2018 11	da Rotunda de Odivelas Via Pedonal de Ferreira do Alentejo	EMPREITADA		DT	2018/01/02	2 2019/12/31										
2.4.2.		0102	2018 12		EMPREITADA	15.0 8	5.0 DT	2018/01/02	2 2021/12/31 0										
2.4.2.		0103	2018 29	Via de Acesso ao Cemitério de Peroguarda	EMPREITADA	100.0	DT	2018/01/01	2019/12/31										
2.4.2. 2.4.2. 2.4.2.	02/070101 02/07030301 02/07030301	0103 0103 0104	2018 29 2018 29 2018 34	Via Pedonal de Ligação Alfundão-Peroquarda	EMPREITADA	100.0	DT	2018/01/01	2019/12/31										
2.4.3. 2.4.3. 2.4.3.		01 0102	2004 24	Saneamento PLANO DE ACTIVIDADES ETARS (Remodelação das ETARS do Concelho)	EMPREITADA	100.0	DT	2004/01/01	2017/12/31 4	29.145,79 22.995,79 22.995,79		1.370.207,18 35.000,00 35.000,00	1.120.207,18 35.000,00	250.000,00					1.399.352,97 57.995,79 57.995,79
2.4.3.	02/07010403 02/07011002	0102 0102	2004 24 2004 24										25.000,00 10.000,00						
					-			A TE	RANSPORTAR	143.215,67		5.467.836,19	4.975.836,19	492.000,00	571.000,00	271.000,00			6.453.051,86

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

PÁGINA: 4

	CÓDIGO	CÓDIC)/ANO/NUMERO		FORMA	FONTE DE		OM	DATAS	REALI	7100		DESP.	ESAS DE INVESTIMENTO	(PREVISÃO)				
OBJECTIVO	DA		DO		DE		SÁVE		DATAS			ANO E	M CURSO (FINANCIA	MENTO)		ANOS SEGUI	NTES	OVERDOG	TOTAL
	CLASSIFIC. ECONÓMICA		PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO		FC	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS	PREVISTO
					•			A TRA	NSPORTAR	143.215,67		5.467.836,19	4.975.836,19	492.000,00	571.000,00	271.000,00			6.453.051,86
2.4.3.		01 0101	2006 2006 10	PLANO DE ACTIVIDADES Redimensionamento da Rede	EMPREITADA	100.0	DT	2006/01/0	1 2017/12/31 0			250.000,00 250.000,00		250.000,00 250.000,00					250.000,00 250.000,00
2.4.3.	02/07010403	02 0201	2015 2015 2	de Aguas Pluviais de Fig.Cavaleiros PLANO DE ACTIVIDADES Nova ETAR de Ferreira do Alentejo	EMPREITADA	15.0	85.0 D.T.	2015/01/0	2 2018/12/31 1	6.150,00 6.150,00		1.085.207,18 1.085.207,18	1.085.207,18 1.085.207,18						1.091.357,18 1.091.357,18
2.4.3.	02/07030313	0101	2018 13	Águas Pluviais em Figueira dos Cavaleiros	EMPREITADA	100.0	DT	2018/01/0	2 2020/12/31										
2.4.4. 2.4.4. 2.4.4.		01 0101	2004 2004 26	Abastecimento de Água PLANO DE ACTIVIDADES Sistema de Distribuição de Aguas	OUTRA	100.0	DT	2004/01/0	1 2017/12/31 0	25.268,15 25.268,15 25.268,15		197.000,00 98.000,00 98.000,00	197.000,00 98.000,00						222.268,15 123.268,15 123.268,15
2.4.4. 2.4.4. 2.4.4. 2.4.4.	02/07011002 02/07030307	0101 0101 01 0102	2004 26 2004 26 2016 2	Plano de Atividades Cadastro de Infraestruturas de Áqua e Saneamento	outra	100.0	DT	2016/01/0	2 2017/12/31 0			99.000,00 99.000,00	33.000,00 65.000,00 99.000,00						99.000,00 99.000,00
2.4.4. 2.4.4. 2.4.4.	02/070108 02/070113 02/07010407	0102 0102 0101	2016 2 2016 2 2018 26	Sistemas de Tratamento da	OUTRA	15.0	85.0 DT	2018/01/0	1 2021/12/31				30.000,00 69.000,00						
2.4.5. 2.4.5. 2.4.5.		01 0102	2004 2004 30	Qualidade da Água Resíduos Sólidos PLANO DE ACTIVIDADES Sistema Municipal de Recolha de Residuos Solidos	OUTRA	100.0	DT	2004/01/0	1 2021/12/31	9.569,40 9.569,40 9.569,40		80.000,00 80.000,00 80.000,00	80.000,00 80.000,00		50.000,00 50.000,00 50.000,00	50.000,00 50.000,00 50.000,00	50.000,00 50.000,00 50.000,00		239.569,40 239.569,40 239.569,40
2.4.5. 2.4.5. 2.4.5. 2.4.6 .	02/07010601 02/07011001 02/070205	0102 0102 0102	2004 30 2004 30 2004 30	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza								85.500,00	10.000,00 20.000,00 50.000,00 85.500,00						85.500,00
2.4.6. 2.4.6. 2.4.6. 2.4.6.	02/07030312	01 0101 01 0101	2004 2004 31 2016 2016 14	PLANO DE ACTIVIDADES Cemiterios PLANO DE ATIVIDADES Ampliação do Cemiterio de	OUTRA EMPREITADA	100.0	DT DT		1 2017/12/31 4 0 2017/06/30 0			6.000,00 6.000,00 79.500,00 79.500,00	6.000,00 6.000,00 79.500,00 79.500,00						6.000,00 6.000,00 79.500,00 79.500,00
2.4.6.	02/07030312	0101	2018 14	Odivelas Cemiterios e Crematorio Servicos Culturais,		100.0	DT	2018/01/0	2 2021/12/31	78.186,52		1.162.663,81	1.162.663,81						1.240.850,33
2.5.1. 2.5.1. 2.5.1.	02/07010302	01 0104	2004 2004 37	Recreativos e Religiosos Cultura PLANO DE ACTIVIDADES Rede de Centros Culturais e Recreativos (Alfundão, Fortes, Gasparões	e EMPREITADA	100.0	DT/C	ED 2004/01/0	1 2017/12/31 4			161.663,81 30.000,00 30.000,00	161.663,81 30.000,00 30.000,00						161.663,81 30.000,00 30.000,00
2.5.1. 2.5.1. 2.5.1.	02/07011002 02/07011002	01 0101 0102	2017 2017 1 2017 2	e Odivelas) Plano de Atividades Cinema Digital Musealização do Sítio Arqueológico do Monte da			DCD DCD		2 2017/12/31 2 2017/12/31			131.663,81 50.000,00 5.863,81	131.663,81 50.000,00 5.863,81						131.663,81 50.000,00 5.863,81
2.5.1. 2.5.1. 2.5.1.	02/070112 02/070113	0103 0103 0103	2017 5 2017 5 2017 5	Chaminé Bens Artisticos e Culturais	3	100.0	DCD	2017/01/0	2 2017/12/31			75.800,00	43.400,00 32.400,00						75.800,00
	1				1			A T	RANSPORTAR	184.203,22		7.327.207,18	6.585.207,18	742.000,00	621.000,00	321.000,00	50.000,00		8.503.410,40

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

PÁGINA: 5

	αόρταο	αόρτα	A / A MA / MITIMED A		БОВИЗ	FONTE DE		271	מתהם	ד דגיות	7300		DESPI	ESAS DE INVESTIMENTO	(PREVISÃO)				
OBJECTIVO	CÓDIGO DA)/ANO/NUMERO DO		FORMA DE	FINANCIAMEN	TO RESP		DATAS	REALI		ANO EN	M CURSO (FINANCIA)	MENTO)		ANOS SEGUIN	TES	0.7777.00	TOTAL
	CLASSIFIC. ECONÓMICA		PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO	AC AA	FC	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS	PREVISTO
								A TRA	NSPORTAR	184.203,22		7.327.207,18	6.585.207,18	742.000,00	621.000,00	321.000,00	50.000,00		8.503.410,40
2.5.1.	02/07010302	0101	2018 15	Centros Culturais e	EMPREITADA	100.0		2018/01/0	2 2021/12/31										
2.5.1.	02/070113	0102	2018 16	Recreativos Reconhecimento e Valorização do Património	OUTRA	100.0	DCD	2018/01/0	2 2021/12/31										
2.5.1.	02/07010302	0103	2018 31	Cultural	EMPREITADA	100.0	DT	2018/01/0	1 2019/12/31										
	.,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,			Convivio de Abegoaria						70 100 50		1 001 000 00	1 001 000 00						1 070 106 50
2.5.2. 2.5.2.		01	2004	Desporto, Recreio e Lazer PLANO DE ACTIVIDADES						78.186,52 42.233,58		1.001.000,00	1.001.000,00 6.000,00						1.079.186,52 48.233,58
2.5.2.	02/07010406	0105	2004 45	Outras Infraestruturas	OUTRA	100.0	DT	2004/01/0	1 2017/12/31 4	42.233,58		6.000,00	6.000,00						48.233,58
2.5.2.		02	2014	Desportivas PLANO DE ATIVIDADES						35.952,94		106.500,00	106.500,00						142.452,94
2.5.2.		0201	2014 5	Outras Infraestruturas de Recreio e Lazer	EMPREITADA	100.0	DCD	2014/01/0	1 2017/12/31 0	35.952,94		106.500,00							142.452,94
	02/07010406	0201	2014 5	Recreio e Bazer									40.000,00						
2.5.2.	02/07011002	0201	2014 5	PLANO DE ATIVIDADES								000 500 00	66.500,00 888.500,00						000 500 00
2.5.2. 2.5.2.		01 0101	2016 2016 6	Conclusão do Estádio	EMPREITADA	100.0	DT	2016/01/0	2 2018/01/02 1			888.500,00 768.000,00	888.500,00						888.500,00 768.000,00
2.5.2.	02/07010302	0101	2016 6	Municipal									742.000,00						
2.5.2.	02/07010302	0101	2016 6										742.000,00						
2.5.2.	02/070113	0101	2016 6										26.000,00						
2.5.2.	02/07010406	0102	2016 9	Construção de Parque Senior em Alfundão	EMPREITADA	100.0	DT	2016/01/0	2 2017/12/31 0			64.500,00	64.500,00						64.500,00
2.5.2.	02/07010406	0103	2016 13	Requalificação Urbanistica	EMPREITADA	100.0	DT	2010/10/0	6 2017/10/06 0			56.000,00	56.000,00						56.000,00
				Junto ao Polidesportivo de Figueira dos Cavaleiros															
2.5.2.	02/07010302	0101	2018 19	Eficiencia Energetica nos Equipamentos Municipais	OUTRA	100.0	DT	2018/01/0	2										
2.5.2.	02/07010405	0102	2018 21	Parque de Lazer da Barragem	EMPREITADA		DT	2018/01/0	2										
2.5.2.	02/07010406	0103	2018 25	de Odivelas Melhoramento do Parque de	OUTRA	100.0	тп	2018/01/0	1 2019/12/31										
				Desportos de Ferreira do															
2.5.2.	02/07010406	0104	2018 36	Alentejo Plano de Reabilitação dos	EMPREITADA	100.0	DT/D	CD 2018/01/0	1 2019/12/31										
2.5.3.	02/080701	0101	2018 17	Parques Infantis Apoio a Organizações	OUTRA	100.0	DCD	2018/01/0											
2.3.3.	02/000701	0101	2010 17	Civicas e Religiosas	001141	100.0	DCD	2010/01/0											
3. 3.1.1.	02/07010408	0101	2018 18	FUNÇÕES ECONÓMICAS Caminhos Agricolas e	OUTRA			2018/01/0	2 2021/12/31	14.976,19		3.724.700,00	1.136.700,00	2.588.000,00					3.739.676,19
				Prevenção de Incêndios															
3.2.				Florestais Indústria e Energia								2.483.000,00	60.000,00	2.423.000,00					2.483.000,00
3.2.1.				Parques Industriais								2.423.000,00		2.423.000,00					2.423.000,00
3.2.1. 3.2.1.	02/070113	01 0103	2004 2004 51	PLANO DE ACTIVIDADES Zona Agro Industrial do	OUTRA	100.0	D.T.	2004/01/0	1 2017/12/31 0			500.000,00 500.000,00		500.000,00 500.000,00					500.000,00 500.000,00
				Penique															
3.2.1. 3.2.1.	02/070113	01 0101	2007 2007 8	PLANO DE ACTIVIDADES Alargamento do Parque das	OUTRA	100.0			1 2017/12/31 0			1.923.000,00 1.923.000,00		1.923.000,00 1.923.000,00					1.923.000,00 1.923.000,00
3.2.2.				Empresas Energia			EDEC					60.000,00	60.000,00						60.000,00
3.2.2.		01	2004	PLANO DE ACTIVIDADES								60.000,00	60.000,00						60.000,00
	-			-				A T	RANSPORTAR	262.389,74		10.751.207,18	7.586.207,18	3.165.000,00	621.000,00	321.000,00	50.000,00		12.005.596,92

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

PÁGINA : 6

						FONT	TE DE							DESPE	SAS DE INVESTIMENTO	(PREVISÃO)				
OBJECTIVO	CÓDIGO DA)/ANO/NUMERO DO		FORMA DE	FINANCI		RESPON SÁVEL	1	DATAS	REAL		ANO E	M CURSO (FINANCIAM	ENTO)		ANOS SEGUI	NTES		TOTAL
	CLASSIFIC. ECONÓMICA			DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO	AC A	A FC		INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS	PREVISTO
									A TRA	NSPORTAR	262.389,74		10.751.207,18	7.586.207,18	3.165.000,00	621.000,00	321.000,00	50.000,00		12.005.596,92
3.2.2.	02/07010404	0102	2004 53	Reforço e Modernização da	OUTRA	100	0.0	DT	2004/01/0	1 2017/12/31	1		60.000,00	60.000,00						60.000,00
3.3. 3.3.1. 3.3.1. 3.3.1.	02/07030301	01 0101	2004 2004 54	Iluminação Publica Transportes e Comunicações Transportes Rodoviários PLANO DE ACTIVIDADES Construção e Conservação de	e OUTRA	100	0.0	DT	2004/01/0	1 2017/12/31	14.976,19 14.976,19 14.976,19 12.023,66		1.200.400,00 1.200.400,00 1.078.800,00 918.800,00	1.050.400,00 1.050.400,00 928.800,00 918.800,00	150.000,00 150.000,00 150.000,00					1.215.376,19 1.215.376,19 1.093.776,19 930.823,66
3.3.1.	02/07010408	0104	2004 56	Arruamentos no Concelho Estradas e Caminhos Municipais - Construção, Reabilitação e	OUTRA	100	0.0	DT	2004/01/0	1 2017/12/31			150.000,00		150.000,00					150.000,00
3.3.1.	02/07010409	0105	2004 57	Conservação Sinalização Viaria e Estacionamento	OUTRA	100	0.0	DT	2004/01/0	1 2017/12/31	2.952,53		10.000,00	10.000,00						12.952,53
3.3.1. 3.3.1.	02/07030301	01 0101	2016 2016 10	PLANO DE ATIVIDADES Construção de Arruamentos em Peroguarda	EMPREITADA	100	0.0	DT	2016/06/2	9 2017/12/31			121.600,00 47.500,00	121.600,00 47.500,00						121.600,00 47.500,00
3.3.1.	02/07030301	0102	2016 11	Construção de Arruamentos em Gasparões	EMPREITADA	100	0.0	DT	2016/06/2	9 2017/12/31			38.100,00	38.100,00						38.100,00
3.3.1.	02/07030301	0103	2016 12	Construção de Arruamentos em Aldeia do Rouquenho	EMPREITADA	100	0.0	DT	2016/06/2	9 2017/12/31			36.000,00	36.000,00						36.000,00
3.3.1.	02/070113	0101 0102	2018 20 2018 22	Praça do Mercado Requalificação das Passagens das Pessoas em Vias Rodoviarias na Vila de	EMPREITADA EMPREITADA	100		DT DT		2 2021/12/31 2 2021/12/31										
3.3.1. 3.4.	02/07010408	0103	2018 23	Ferreira do Alentejo Conservação e Reparação dos Caminhos Vicinais Comércio e Turismo	s EMPREITADA	100	0.0	DT	2018/01/03	2 2021/12/31			29.000,00	14.000,00	15.000,00					29.000,00
3.4.2. 3.4.2. 3.4.2.	02/07010409	02 0201	2014 2014 4	Turismo PLANO DE ACTIVIDADES Sinalização do Património Monumental do Concelho	OUTRA	100	0.0	DCD	2014/01/0	1 2017/12/31)		29.000,00 29.000,00 29.000,00	14.000,00 14.000,00 14.000,00	15.000,00 15.000,00 15.000,00					29.000,00 29.000,00 29.000,00
3.4.2. 3.4.2. 3.4.2. 3.4.2. 3.4.2.	02/07010409 02/07011002 02/070113 02/07030301	0101 0101 0101 0101 0101	2018 24 2018 24 2018 24 2018 24 2018 24	Rede de Percursos	OUTRA	15	5.0 85.0	DCD	2018/01/0	2 2021/12/31										
3.5. 3.5.2.	02/07030301	0101	2010 21	Outras Funções Económicas Incremento do Desenvolvimento Economico e									12.300,00 12.300,00	12.300,00 12.300,00						12.300,00 12.300,00
3.5.2. 3.5.2. 4. 4.1.	02/07011002	01 0101	2017 2017 3	Social Plano de Atividades Participação em Certames OUTRAS FUNÇÕES Operações da Dívida				DCD	2017/01/03	2	613.392,76 373.852,22		12.300,00 12.300,00 940.115,00 442.206,00	12.300,00 12.300,00 940.115,00 442.206,00		873.084,00 500.000,00	71.084,00	71.081,75		12.300,00 12.300,00 2.568.757,51 1.316.058,22
4.1.1.				Autárquica Relações com Instituições Financeiras							373.852,22		442.206,00	442.206,00		500.000,00				1.316.058,22
4.1.1. 4.1.1. 4.1.1. 4.1.1. 4.1.1.	02/10060301 02/10060303 02/100605	01 0101 0101 0101 0101	2004 2004 60 2004 60 2004 60 2004 60 2004 60 60 60 60 60 60 60	PLANO DE ACTIVIDADES Amortização de Emprestimos	OUTRA	100	0.0	DAM	2004/01/0	1 2019/12/31 [373.852,22 373.852,22		442.206,00 442.206,00	442.206,00 360.200,00 53.686,00 28.320,00		500.000,00 500.000,00				1.316.058,22 1.316.058,22
									A T	RANSPORTAR	. 651.218,15		12.495.113,18	9.165.113,18	3.330.000,00	1.121.000,00	321.000,00	50.000,00		14.638.331,33

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

PÁGINA : 7

	CÓDIGO	góp tag	CÓDIGO/ANO/NUMERO		FORM	FONTE		DEADON	D1#10	D.T.1.	TENDO.		DESP	ESAS DE INVESTIMENT	O (PREVISÃO)				
OBJECTIVO	DA		DO		FORMA DE	FINANCIA		RESPON SÁVEL	DATAS		IZADO	ANO E	EM CURSO (FINANCIA	MENTO)		ANOS SEGU:	INTES		TOTAL
	CLASSIFIC. ECONÓMICA		PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO	AC AA	FC		INICIO FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS	PREVISTO
				•					A TRANSPORTAR	651.218,15		12.495.113,18	9.165.113,18	3.330.000,00	1.121.000,00	321.000,00	50.000,00		14.638.331,33
4.2.				Transferências entre Administrações						168.456,54		426.825,00	426.825,00		302.000,00				897.281,54
4.2.1.				Transferencias para Administração Autarquica						168.456,54		426.825,00	426.825,00		302.000,00				897.281,54
4.2.1.	02/08050102	01 0101	2004 2004 61	PLANO DE ACTIVIDADES Transferencias de Capital para as Freguesias nos Termos dos Protocolos Estabelecidos	OUTRA	100.	0 1	DAM 2	2004/01/01 2018/12/31	168.456,54 162.000,00		426.825,00 240.000,00	426.825,00 240.000,00		302.000,00 240.000,00				897.281,54 642.000,00
4.2.1.	02/08050102	0102	2004 62		OUTRA	100.	0 0	DAM 2	2004/01/01 2018/12/31	553,50		175.000,00	175.000,00		50.000,00				225.553,50
4.2.1.	02/08050104	0107	2004 66		OUTRA	100.	1 0	DAM 2	2004/01/01 2019/12/31	5.903,04		11.825,00	11.825,00		12.000,00				29.728,04
4.2.1.	02/08050102	0101	2018 32		OUTRA	100.	1 0	DAM 2	2018/01/01 2018/12/31										
4.2.1.	02/08050102	0102	2018 35	Aproveitamento para Fins Sociais dos Antigos Celeiros da EPAC em Canhestros	OUTRA			2	2018/01/01 2020/12/31										
4.2.1.	02/07030313	0103	2018 37	Requalificação dos Lavadouros e do Poço de Odivelas	OUTRA	100.	1 0	DAM 2	2018/01/02 2018/12/31										
4.3. 4.3.1.				Diversas não Especificadas Equip. não Autarq. de Rele. Interesse para o Concelho						71.084,00 71.084,00		71.084,00 71.084,00	71.084,00 71.084,00		71.084,00 71.084,00	71.084,00 71.084,00	71.081,75 71.081,75		355.417,75 355.417,75
4.3.1. 4.3.1.	02/09080601	01 0101	2015 2015 5	PLANO DE ACTIVIDADES Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal	OUTRA	100.	1 0	DAM 2	2015/01/02 2021/12/31 0	71.084,00 71.084,00		71.084,00 71.084,00	71.084,00 71.084,00		71.084,00 71.084,00	71.084,00 71.084,00	71.081,75 71.081,75		355.417,75 355.417,75
									TOTAL GERAL	890.758,69		12.993.022,18	9.663.022,18	3.330.000,00	1.494.084,00	392.084,00	121.081,75		15.891.030,62

FASES DE EXECUÇÃO

0 - NAO INICIADA

1 - COM PROJECTO TÉCNICO

2 - ADJUDICADA

4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50% 5 - DESPESA CONTÍNUA

9 - CONCLUÍDA

P -

ENTIDADE

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Camara Municipal de Ferreira Alentejo

DO ANO 2018

PÁGINA : 8

Em ___ de ____

de _____ de _____

4. Orçamento (Resumo)



RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes De capital	11.887.315,78 8.610.601,49	Correntes De capital	10.797.395,09 9.664.522,18
Total	20.497.917,27	Total	20.461.917,27
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	20.497.917,27	Total Geral	20.461.917,27

ENTIDADE

CM FERREIRA

RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

APROVACOES : Executivo

Executivo ___/__/_
Deliberativo ___/__/_

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

RECEITAS	MONTANTE	જ
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS 02 IMPOSTOS INDIRECTOS 04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES 05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE 06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES 08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.738.079,91 57.265,63 427.320,78 826.340,09 6.546.434,38 1.250.435,25 41.439,74	0.3 2.1 4.0 31.9 6.1
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	11.887.315,78	58.0
RECEITAS DE CAPITAL 09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO 10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 11 ACTIVOS FINANCEIROS 12 PASSIVOS FINANCEIROS 13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	97.002,00 4.994.679,28 1,00 1.200.002,00 34.543,70	24.4 0.0 5.9
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	6.326.227,98	30.9
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS 16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	41,03 2.284.332,48	
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	2.284.373,51	11.1
TOTAL GERAL	20.497.917,27	100.0

DESPESAS	MONTANTE	જ
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL 02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS 03 JUROS E OUTROS ENCARGOS 04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 05 SUBSÍDIOS 06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.662.176,65 4.616.154,44 47.630,00 1.019.000,00 30.000,00 422.434,00	22.6 0.2 5.0 0.1
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	10.797.395,09	52.8
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL 08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 09 ACTIVOS FINANCEIROS 10 PASSIVOS FINANCEIROS 11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	8.722.907,18 427.825,00 71.584,00 442.206,00	2.1
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	9.664.522,18	47.2
TOTAL GERAL	20.461.917,27	100.0

5. Orçamento



Orçamento da Receita



PÁGINA : 1

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	RECEITAS CORRENTES	11.887.315,78
01	IMPOSTOS DIRECTOS	2.738.079,91
01.02	OUTROS	2.738.079,91
01.02.02	Imposto Municipal sobre Imoveis	822.960,62
01.02.03	Imposto Unico de Circulação	437.320,24
01.02.04	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imoveis	823.298,33
01.02.05	Derrama	654.500,72
01.02.07.01	Contribuição Autarquica	
01.02.07.02	Imposto Municipal de Sisa	
01.02.07.03	Imposto Municipal sobre Veiculos	
01.02.99 02	Impostos Directos Diversos IMPOSTOS INDIRECTOS	57.265,63
02.02	OUTROS	57.265,63
02.02	Impostos Indirectos Esp.das Autarquias Locais	57.265,63
02.02.06.01	Mercados e Feiras	4.627,51
02.02.06.01	Loteamentos e Obras	22.686,62
02.02.06.03	Ocupação da Via Pública	8.247,47
02.02.06.05	Publicidade	4.373,66
02.02.06.99	Outros	17.330,37
02.02.06.99.01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	7.061,47
02.02.06.99.02	Taxa de Deposito da Ficha Tecnica da Habitação	4.382,01
02.02.06.99.99	Outros	5.886,89
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	427.320,78
04.01	TAXAS	353.056,26
04.01.23	Taxas Especificas das Autarquias Locais	353.056,26
04.01.23.01	Mercados e Feiras	1,00
04.01.23.02	Loteamentos e Obras	50.645,17
04.01.23.03	Ocupação da Via Pública	21.107,10
04.01.23.04	Canídeos	20.696,17
04.01.23.05	Caça, Uso e Porte de Arma	20.755,75
04.01.23.06	Saneamento	116.253,88
04.01.23.99	Outras Translate Translate Webits 2	123.597,19
04.01.23.99.01 04.01.23.99.02	Taxa de Deposito da Ficha Tecnica da Habitação Taxa Pela Emissão do Cert.Registo Fixada Pela Portaria nº1334-D/2010 DE 31/12	20.887,88 21.700,17
04.01.23.99.99	Outras	81.009,14
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	74.264,52
04.02.01	Juros de Mora	21.165,27
04.02.02	Juros Compensatorios	
04.02.04	Coimas e Penalidades por Contra Ordenações	23.309,32
04.02.99	Multas e Penalidades Diversas	29.789,93
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	826.340,09
05.02 05.02.01	JUROS- SOCIEDADES FINANCEIRAS Bancos e Outras Instituições Financeiras	196.025,45 196.025,45
05.02.01	JUROS- ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	49,88
05.03.01	Administração Central - Estado	49,88
05.09	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DAS ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS	402,61
05.09.99	OUTROS	402,61
05.10	RENDAS	629.862,15
05.10.99	Outros	629.862,15
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.546.434,38
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.546.434,38
06.03.01	Estado	6.344.839,43
06.03.01.01	Fundo de Equilibrio Financeiro	5.643.949,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	136.486,00
06.03.01.03	Participação Fixa no IRS	188.710,00
06.03.01.05	Direcção Geral De Administração Local	4.593,00
06.03.01.06	Direcção Geral dos Estabelecimentios Escolares	55.510,07
06.03.01.07	Direcção Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral	4.440,79

ENTIDADE

PÁGINA: 2

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
06 02 01 00	Ministration de François	
06.03.01.08	Ministerio da Economia	210 550 5
06.03.01.09 06.03.01.99	Ministerio da Educação Outros	310.550,5
06.03.01.99 06.03.06		600,0 19.389,3
06.03.06.01	Estado - Part. Comunit. em Proj. Co-Financiados	
06.03.06.01	Fundo Social Europeu Servicos e Fundos Autónomos	19.389,3 1,0
06.03.07	Serviços e Fundos Autonomos Serviços e Fundos Autónomos - Sub. Protecção Emprego e Formação Profissional	182.204,6
08.03.09 07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.250.435,2
07.01	VENDA DE BENS	414.871,1
07.01.02	Livros e Documentação Tecnica	34.244,0
07.01.03	Publicações e Impressos	34.828,9
07.01.05	Bens Inutilizados	1,0
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	1,0
07.01.10.01	Sucata	1,0
07.01.10.99	Outros	_, -
07.01.11	Produtos Acabados e Intermedios	345.796,20
07.01.11.01	Inertes	35.563,4
07.01.11.02	Outros	310.232,7
07.01.11.02.01	Agua	277.853,3
07.01.11.02.02	Outros	32.379,4
07.01.99	Outros	,
07.02	SERVIÇOS	724.831,2
07.02.01	Aluquer de Espaços e Equipamentos	36.294,0
07.02.08	Serviços Sociais, Recreativ, Cult.e de Desporto	136.595,7
07.02.08.01	Servicos Sociais	2.500,0
07.02.08.02	Serviços Recreativos	79.308,5
07.02.08.02.01	Turismo Senior	1,0
07.02.08.02.99	Outros	79.307,5
07.02.08.03	Serviços Culturais	2,00
07.02.08.03.01	Turismo Senior	1,0
07.02.08.03.99	Outros	1,0
07.02.08.04	Serviços Desportivos	54.785,1
07.02.09	Serviços Especificos das Autarquias	517.331,4
07.02.09.01	Saneamento	1,0
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	211.314,6
07.02.09.03	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	47.462,3
07.02.09.03.02	Transportes Escolares	47.460,3
07.02.09.03.03	Transporte de Pessoas e Mercadorias	1,0
07.02.09.03.99	Outros	1,0
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	41.449,3
07.02.09.05	Cemitérios	81.109,
07.02.09.06	Mercados e Feiras	33.327,3
07.02.09.07	Parques de Estacionamento	32.889,9
07.02.09.09	Canideos e Gatideos	32.355,
07.02.09.99	Outros	37.422,2
07.02.99	Outros	34.610,0
07.02.99.01	Encargos de Despesas Administrativas por Aplicação da Portaria nº1637/06 de 27/09	1,(
07.02.99.99	Outros	34.609,0
07.03	RENDAS	110.732,8
07.03.01	Habitações	33.277,9
07.03.02	Edificios	45.366,3
07.03.99	Outras	32.088,
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	41.439,7
08.01	OUTRAS	41.439,7
08.01.99	Outras	41.439,7
08.01.99.01	Indemnizações por Deterioração, Roubo e Extravio de Bens	1,0
08.01.99.02	Indemnizações de Estragos Provocados por Outrém em Viaturas ou Outros	
	Equipamentos	

ENTIDADE

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
00.01.00.00		
08.01.99.03	IVA Reembolsado	
08.01.99.99	Diversas	41.438,
	RECEITAS DE CAPITAL	6.326.227,
9	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	97.002,
9.01	TERRENOS	97.000,0
9.01.10	Familias	97.000,
9.02	HABITAÇÕES	1,0
9.02.10	Familias	1,
9.03.10	Familias	
9.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	1,
9.04.03	Administração Publica - Administração Central - Estado	1,
9.04.03.03	Outros	1,
9.04.10.01	Equipamento de Transporte	
9.04.10.02	Maquinaria e Equipamento	
0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.994.679,
0.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.994.679,
0.03.01	Estado	1.465.310,
0.03.01.01	Fundo de Equilibrio Financeiro	627.105,
0.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	218.204
0.03.01.05	Ministerio da Educação	20.000
0.03.01.06	Fundo Ambiental	
0.03.01.99	Outras	600.001
0.03.07	Estado - Parti.Comun.em Projectos Co-Financiados	3.529.368,
0.03.07.01	INAlentejo	2.921.797,
0.03.07.01.00	INAlentejo	2.921.797
0.03.07.01.00	INALENTEJO	2.921.797
0.03.07.01.02	Outros	
0.03.07.01.02	Outros	607.570
0.03.07.02	ALENTEJO 2020	1,
0.03.07.03.00	ALENTEJO 2020 ALENTEJO 2020	1,
		1
0.03.07.03.01	ALENTEJO 2020	
0.03.07.03.02	POSEUR+	
0.03.07.03.03	OUTROS	_
1	ACTIVOS FINANCEIROS	1,
1.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1,
1.06.10	Familias	1
2	PASSIVOS FINANCEIROS	1.200.002,
2.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	1,
2.05.02	Sociedades Financeiras	1
2.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.200.001,
2.06.02	Sociedades Financeiras	1.200.000
2.06.03	Administração Pùblica- Administração Central - Estado	1
3	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	34.543,
3.01	OUTRAS	34.543,
3.01.99	Outras	34.543
	OUTRAS RECEITAS	2.284.373,
5	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	41,
5.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	41,
5.01.01	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	41
6	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.284.332,
6.01	SALDO ORÇAMENTAL	2.284.332,
6.01.01	Na Posse do Serviço	2.284.332
0.01.01		

Em ___ de ____ de ____

Orçamento da Despesa



ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

PÁGINA : 1

		C L A S S I F I C A Ç Õ E S	MONT	ANTE
	CÓDIGOS			
ORGÂNIC	A ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	18.600,00	
		DESPESAS CORRENTES		18.600,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		12.100,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		11.500,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		1.500,00
	01.02.04	Outros Suplementos e Premios		10.000,00
	01.02.13.02	Outros		10.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		600,00
	01.03.09	Seguros		600,00
	01.03.09.01	Seguros Acid. Trabalho e Doenças Profissionais		600,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		6.500,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS AQUISIÇÃO DE BENS		1.000,00
	02.01.08	Material de Escritorio		
				500,00
	02.01.21 02.02	Outros Bens		500,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		5.500,00
		Comunicações		500,0
	02.02.13	Deslocações e Estadas		4.000,00
	02.02.25	Outros Serviços		1.000,00
02		CAMARA MUNICIPAL	18.626.457,39	
		DESPESAS CORRENTES		9.771.935,21
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		4.159.016,77
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3.083.796,29
	01.01.01	Titulares Org.Sob.e Membros de Org.Autarquicos		107.851,0
	01.01.04	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o		1.847.864,80
		Exercício de Funções Públicas por Tempo		
		Indeterminado		
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		1.804.050,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de		43.814,80
		Trabalho		
	01.01.06	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o		158.992,90
		Exercício de Funções Públicas a Tempo Determinado		
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		3.440,0
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de		155.552,9
		Trabalho		
	01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença		240.300,0
	01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação		6.546,1
	01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação		71.123,8
	01.01.11	Representação		31.634,0
	01.01.13	Subsidio de Refeição		243.057,73
	01.01.13.01	Subsidio de Refeição - RCTFPTI		184.128,0
	01.01.13.02	Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra		34.382,0
		Situação		
	01.01.13.03	Subsidio de Refeição - RCTFPTD		24.547,6
	01.01.14	Subsidios de Ferias e Natal		339.843,40
	01.01.14.01	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI		319.800,0
	01.01.14.02	Subsidio de Ferias e Natal - Pessoal em Qualquer		12.078,0
		Outra Situação		
	01.01.14.03	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD		7.965,4
	01.01.15	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade		36.582,4
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		182.407,20
	01.02.02	Horas Extraordinarias		144.464,1
	01.02.04	Ajudas de Custo		22.000,0
	01.02.05	Abono para Falhas		3.939,6
	01.02.06	Formação		1,0
	01.02.13	Outros Suplementos e Premios		12.002,43
	01.02.13.02	Outros		12.002,4
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		892.813,28
	01.03	3 7 7		

		C L A S S I F I C A Ç Õ E S	M O N	TANTE
CÓDI				
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01.	.03.02	Outros Encargos com a Saude		55.000,00
	.03.03	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens		5.888,09
	.03.04	Outras Prestações Familiares		1.290,00
1	03.05	Contribuições para a Segurança Social		667.571,02
01.	03.05.02	Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas (RCTFP)		667.571,02
01.	03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		467.436,02
01.	.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral		200.135,00
	.03.06	Acidentes em Serviços e Doenças Profissionais		1.000,00
	03.09	Seguros		52.063,17
	.03.09.01	Seguros Acid Trabalho e Doenças Profissionais		52.063,17
	03.10	Outras Despesas de Segurança Social		5.001,00
	.03.10.01	Eventualidade Maternidade Paternidade e Adoção Outras Despesas de Segurança Social		1,00
02	.03.10.99	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		5.000,00 4.326.254,44
02.	0.1	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS AQUISIÇÃO DE BENS		815.702,61
	01.01	Materias-Primas e Subsidiarias		205.500,00
	01.02	Combustiveis e Lubrificantes		303.250,00
	01.02.01	Gasolina		10.750,00
1	.01.02.02	Gasóleo		236.000,00
1	.01.02.99	Outros		56.500,00
	.01.04	Limpeza e Higiene		6.500,00
	.01.05	Alimentação - Refeições Confecionadas		1.000,00
	.01.06	Alimentação - Generos para Confecionar		4.500,00
	.01.07 .01.08	Vestuario e Artigos Pessoais Material de Escritorio		10.000,00
	.01.08	Produtos Ouimicos e Farmaceuticos		28.000,00
	.01.11	Material de Consumo Clinico		2.500,00
	.01.12	Material de Transporte - Peças		29.302,61
	.01.13	Material de Consumo Hoteleiro		2.000,00
02.	01.14	Outro Material - Peças		21.500,00
	.01.15	Premios, Condecorações e Ofertas		34.250,00
	01.16	Mercadorias para Venda		5.000,00
1	.01.16.01	Água		1.000,00
	.01.16.03	Outras Ferramentas e Utensilios		4.000,00
1	.01.17	Livros e Documentação Tecnica		1.000,00
	.01.19	Artigos Honorificos e de Decoração		3.500,00
	.01.20	Material de Educação Cultura e Recreio		25.000,00
	01.21	Outros Bens		66.000,00
02.	02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		3.510.551,83
	.02.01	Encargos das Instalações		474.826,64
	.02.02	Limpeza e Higiene		494.000,00
	.02.03	Conservação de Bens		57.500,00
	.02.08	Locação de outros bens Comunicações		5.100,00
	.02.09 .02.10	Comunicações		146.435,06
	.02.10	Representação dos Servicos		1.000,00
	.02.11	Seguros		72.500,00
	.02.13	Deslocações e Estadas		77.000,00
	.02.14	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria		59.225,13
02.	.02.15	Formação		7.500,00
	.02.16	Seminarios, Exposições e Similares		1.000,00
	.02.17	Publicidade		46.700,00
	.02.18	Vigilancia e Segurança		167.500,00
	.02.19	Assistencia Tecnica		73.100,00
	.02.20 .02.21	Outros Trabalhos Especializados		1.253.665,00
	.02.21	Utilização de Infraestruturas de Transportes Serviços de Saude		500,00
	.02.22	Encargos de Cobrança de Receitas		59.200,00
	.02.25	Outros Serviços		406.300,00
03		JUROS E OUTROS ENCARGOS		47.630,00
03.	01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		22.550,00
			1	

		CLASSIFICAÇÕES	MONTANTE	
	DIGOS	_	_	,
ORGÂNICA	ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	3.01.03	Soc. Fin Bancos e Outras Ins.Financeiras		16.000,00
1	3.01.03.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos		16.000,00
	3.01.03.02.01	Caixa Geral de Depositos		15.000,00
	3.01.03.02.03	Banco Espirito Santo		1.000,00
I I	3.01.05	Administração Publica Central - Estado		6.550,00
	3.01.05.02 3.02	Emprestimos de Medio e Longo Prazos OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA		6.550,00
	3.02.01	Despesas Diversas		80,00 80,00
	3.02.01 3.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		5.000,00
I I	3.03.05	Material de Transporte		5.000,00
	3.05	OUTROS JUROS		20.000,00
	3.05.02	Outros		20.000,00
0.	4	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		786.600,00
	4.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		255.700,00
	4.05.01	Continente		255.700,00
	4.05.01.02	Freguesias		155.700,00
	4.05.01.04	Associações de Municipios		100.000,00
1	4.07 4.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições sem Fins Lucrativos		374.400,00 374.400,00
	4.07.01 4.08	FAMÍLIAS		156.500,00
	4.08.02	Outras		156.500,00
0:		SUBSÍDIOS		30.000,00
	5.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		30.000,00
0.9	5.01.01	PÚBLICAS		30.000,00
	5.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		30.000,00
0.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		422.434,00
	6.02	DIVERSAS		422.434,00
	6.02.01 6.02.03	Impostos e Taxas Outras		165.205,00
	6.02.03	Outras Restituições		257.229,00 1.000,00
	6.02.03.02	IVA Pago		1.000,00
	6.02.03.04	Serviços Bancários		5.500,00
	6.02.03.05	Outras		249.729,00
		DESPESAS DE CAPITAL		8.854.522,18
0.		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		7.912.907,18
	7.01	INVESTIMENTOS		6.158.482,18
	7.01.01	Terrenos		39.000,00
1	7.01.03	Edificios		1.764.400,00
	7.01.03.01	Instalações de Serviços		267.500,00
1	7.01.03.02 7.01.03.03	Instalações Desportivas e Recreativas Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária		772.000,00 577.400,00
	7.01.03.03	Outros		147.500,00
	7.01.03.07 7.01.04	Construções Diversas		2.308.207,18
	7.01.04.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		848.000,00
	7.01.04.03	Estações de Tratamento de Águas Residuais		1.110.207,18
	7.01.04.04	Iluminação Pública		60.000,00
	7.01.04.06	Instalações Desportivas e Recreativas		230.500,00
	7.01.04.09	Sinalização e Trânsito		24.000,00
	7.01.04.13	Outros		35.500,00
	7.01.06	Material de Transporte		457.741,19
	7.01.06.01 7.01.06.02	Recolha de Resíduos Outro		10.000,00 447.741,19
	7.01.06.02	Equipamento de Informatica		146.000,00
	7.01.08	Software Informatico		580.000,00
	7.01.09	Equipamento Administrativo		121.045,00
	7.01.10	Equipamento Basico		564.088,81
	7.01.10.01	Equipamento de Recolha de Resíduos		20.000,00
	7.01.10.02	Outro		544.088,81
	7.01.11	Ferramentas e Utensilios		7.000,00
	7.01.12	Artigos e Objectos de Valor		43.600,00
	7.01.13	Investimentos Incorporeos		127.400,00
	7.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA		96.125,00
1 ()	7.02.05	Material de Transporte - Locação Financeira	1	96.125 , 00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE		
CÓDIGOS					
ORGÂNICA	ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA	
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		1.658.300,00	
	07.03.03	Outras Construções e Infraestruturas		1.658.300,00	
	07.03.03.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		1.507.800,0	
	07.03.03.07	Captação e Distribuição de Agua		65.000,0	
	07.03.03.12	Cemiterios		85.500,0	
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		427.825,00	
	08.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		500,00	
	08.01.01	PÚBLICAS			
				500,00	
	08.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		500,0	
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		427.325,00	
	08.05.01	Continente		427.325,00	
	08.05.01.02	Freguesias		415.000,0	
	08.05.01.04	Associações de Municipios		12.325,0	
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		71.584,00	
	09.08	Unidades de Paticipação		71.584,00	
	09.08.02	Sociedades e quase Sociedades não Financeiras -		500,0	
		Publicas Sociedades e quase sociedades não			
		financeiras - Privadas			
	09.08.06	Administração Publica - Administração Central -		71.084,00	
		Serviços Fundos Autonomos		,1.004,00	
	09.08.06.01	Fundo de Apoio Municipal		71.084,0	
	109.08.06.01	PASSIVOS FINANCEIROS			
	10.06			442.206,00	
		EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		442.206,00	
	10.06.03	Soc.Fin Bancos e Outras Inst.Financeiras		413.886,00	
	10.06.03.01	Caixa Geral de Depositos		360.200,0	
	10.06.03.03	Novo Banco		53.686 , 0	
	10.06.05	Administração Publica Central - Estado		28.320,0	
3		ESCOLAS	1.816.859,88		
		DESPESAS CORRENTES		1.006.859,88	
0	01	DESPESAS COM O PESSOAL		491.059,88	
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		398.509,28	
	01.01.04	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o		236.248,00	
	02.02.01	Exercício de Funções Públicas por Tempo			
		Indeterminado			
	01 01 04 01			0.36 0.40 0	
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		236.248,0	
	01.01.06	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o		65.402,62	
		Exercício de Funções Públicas a Tempo Determinado			
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		32.895,2	
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de		32.507,4	
		Trabalho			
	01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação		1.615,6	
	01.01.13	Subsidio de Refeição		41.487,0	
	01.01.13.01	Subsidio de Refeição - RCTFPTI		31.007,0	
		Subsidio de Refeição - RCTFPTD		10.480,	
	101.01.13.03			51.756,0	
	01.01.13.03 01.01.14	Subsidios de Ferias e Nata!		22.720,0	
	01.01.14	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTEPTI			
	01.01.14 01.01.14.01	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI		42.826,	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD		42.826, 8.930,	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade		42.826, 8.930, 2.000,	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias		42.826, 8.930, 2.000, 1.405 ,6	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas		42.826, 8.930, 2.000, 1.405,6 365, 1.040,	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05 01.03	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6 365,0 1.040,0 91.145,0	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL Outros Encargos com a Saude		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6 365,0 1.040,0 91.145,0	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05 01.03	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL		42.826, 8.930, 2.000, 1.405,6 365, 1.040, 91.145,0	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05 01.03 01.03.02	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL Outros Encargos com a Saude		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6 365,0 91.145,0 5.000,0	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05 01.03 01.03 01.03.02	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL Outros Encargos com a Saude Subsidio Familiar a Crianças e Jovens		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6 365,0 1.040,0 91.145,0 5.000,0 870,0	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05 01.03 01.03.02 01.03.03 01.03.05	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL Outros Encargos com a Saude Subsidio Familiar a Crianças e Jovens Contribuições para a Segurança Social Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6 365,0 1.040,0 91.145,0 5.000,0 870,0	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05 01.03 01.03.02 01.03.03 01.03.05 01.03.05	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL Outros Encargos com a Saude Subsidio Familiar a Crianças e Jovens Contribuições para a Segurança Social Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas (RCTFP)		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6 365,0 1.040,0 91.145,0 5.000,0 870,0 85.275,0	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05 01.03 01.03.03 01.03.05 01.03.05.02	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL Outros Encargos com a Saude Subsidio Familiar a Crianças e Jovens Contribuições para a Segurança Social Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas (RCTFP) Caixa Geral de Aposentações		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6 365,6 1.040,0 91.145,0 5.000,0 870,0 85.275,0 44.854,0	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05 01.03 01.03.03 01.03.05 01.03.05 01.03.05.02	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL Outros Encargos com a Saude Subsidio Familiar a Crianças e Jovens Contribuições para a Segurança Social Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas (RCTFP) Caixa Geral de Aposentações Segurança Social - Regime Geral		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6 365,0 1.040,0 91.145,0 5.000,0 870,0 85.275,0 44.854,0 40.421,0	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05 01.03 01.03.02 01.03.05 01.03.05 01.03.05.02	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL Outros Encargos com a Saude Subsidio Familiar a Crianças e Jovens Contribuições para a Segurança Social Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas (RCTFP) Caixa Geral de Aposentações Segurança Social - Regime Geral AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6 365,0 1.040,0 91.145,0 5.000,0 85.275,0 85.275,0 44.854,0 40.421,0	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05 01.03 01.03.02 01.03.05 01.03.05 01.03.05.02	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL Outros Encargos com a Saude Subsidio Familiar a Crianças e Jovens Contribuições para a Segurança Social Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas (RCTFP) Caixa Geral de Aposentações Segurança Social - Regime Geral AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS AQUISIÇÃO DE BENS		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6 365,0 1.040,0 91.145,0 5.000,0 870,0 85.275,0 44.854,0 40.421,0 283.400,0 8.100,0	
	01.01.14 01.01.14.01 01.01.14.03 01.01.15 01.02 01.02.02 01.02.05 01.03 01.03.02 01.03.05 01.03.05 01.03.05.02	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD Remunerações por Doença e Matern./Paternidade ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS Horas Extraordinarias Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL Outros Encargos com a Saude Subsidio Familiar a Crianças e Jovens Contribuições para a Segurança Social Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas (RCTFP) Caixa Geral de Aposentações Segurança Social - Regime Geral AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		42.826,0 8.930,0 2.000,0 1.405,6 365,6 1.040,0 91.145,0 5.000,0 870,0 85.275,0 44.854,0 40.421,0 283.400,0 8.100,0	

	CLASSIFICAÇÕES	M O N	T A N T E
CÓDIGOS DRGÂNICA ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		275.300,0
02.02.10	Transportes		275.000,0
02.02.13	Deslocações e Estadas		100,0
02.02.15	Formação		200,0
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		232.400,0
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		22.000,0
04.03.01	Estado		22.000,
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		62.100,0
04.05.01	Continente		62.100,0
04.05.01.02	Freguesias		62.100,
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		147.300,0
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos		147.300,
04.08	FAMÍLIAS		1.000,0
04.08.02	Outras		1.000,
	DESPESAS DE CAPITAL		810.000,0
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		810.000,0
07.01	INVESTIMENTOS		810.000,0
07.01.03	Edificios		780.000,0
07.01.03.05	Escolas		780.000,
07.01.09	Equipamento Administrativo		20.000,
07.01.10	Equipamento Basico		10.000,0
07.01.10.02	Outro		10.000,
-	TOTAL GERAL DAS DESPESAS		20.461.917,

Em de de	Em de de

6. Controlo Orçamental da Despesa



ENTIDADE CM FERREIRA - Camara Municipal de Ferreira Alentejo

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

		07.1.007.77.01.07.0	D	2015					DIFERENÇAS		
		CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES	COMP	ROMISSOS ASSUMII	DOS		DOTAÇÃO		COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO
	YÁD T GO	DESCRIÇÃO	CORRIGIDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS	TOTAL	DESPESA PAGA		SALDO	POR PAGAR	ORÇAMENTAL DA DESPESA
	CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	(3)	(4)	FUTUROS (5)	(6)	(7)	(8 = 3 - 4)	(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	18.400,00	14.199,37		14.199,37	14.199,37	4.200,63	4.200.63		77.17
"-	01	DESPESAS COM O PESSOAL	11.900,00	9.436,96		9.436,96	9.436,96	2.463,04	2.463,04		79.30
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	11.500,00	9.036,96		9.036,96		2.463,04	2.463,04		78.58
	010204	Ajudas de Custo	1.500,00	,		'	,	1.500,00	1.500,00		
	010213	Outros Suplementos e Premios	10.000,00	9.036,96		9.036,96	9.036,96	963,04	963,04		90.37
	01021302	Outros	10.000,00	9.036,96		9.036,96	9.036,96	963,04	963,04		90.37
	0103	SEGURANÇA SOCIAL	400,00	400,00		400,00	400,00				100.00
	010309	Seguros	400,00	400,00		400,00	400,00				100.00
	01030901	Seguros Acid.Trabalho e Doenças Profissionais	400,00	400,00		400,00					100.00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6.500,00	4.762,41		4.762,41	4.762,41	1.737,59	1.737,59		73.27
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS	1.000,00	109,47		109,47	109,47	890,53	890,53		10.95
	020108	Material de Escritorio	500,00	109,47		109,47	109,47	390,53	390,53		21.89
	020121	Outros Bens	500,00					500,00	500,00		
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	5.500,00	4.652,94		4.652,94	4.652,94	847,06	847,06		84.60
	020209	Comunicações	500,00	0.650.00		2 (52 2)		500,00	500,00		01.00
	020213 020225	Deslocações e Estadas Outros Servicos	4.000,00	3.652,94 1.000,00		3.652,94 1.000,00		347,06	347,06		91.32
02	020225	CAMARA MUNICIPAL	14.502.183,39	10.759.228,40	5.085.347,38	15.844.575,78		3.742.954,99	E 044 720 12	1.501.775,14	63.83
02	01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.987.113,07	3.866.482,10	138.853,74	4.005.335,84		120.630,97	141.970,77	21.339,80	96.44
	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	2.999.047,32	2.908.489,89	135.385,26	3.043.875,15		90.557,43	111.430,08	20.872,65	96.28
	0101	Titulares Org. Sob.e Membros de Org. Autarquicos	124.961,16	124.961,16	133.303,20	124.961,16		30.337,43	111.450,00	20.072,03	100.00
	010104	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o	1.878.603,27	1.817.714,95		1.817.714,95		60.888,32	60.888,32		96.76
	020201	Exercício de Funções Públicas por Tempo	1.070.000,27	2.0221,00				00.000,02	00.000,02		
		Indeterminado									
	01010401	Pessoal em Funções	1.762.984,67	1.761.379,95		1.761.379,95	1.761.379,95	1.604,72	1.604,72		99.91
	01010404	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	115.618,60	56.335,00		56.335,00		59.283,60	59.283,60		48.72
	010106	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o	42.656,74	42.511,53	76.866,00	119.377,53	42.511,53	145,21	145,21		99.66
		Exercício de Funções Públicas a Tempo Determinado									
	01010601	Pessoal em Funções	42.656,74	42.511,53	60.156,00	102.667,53		145,21	145,21		99.66
	01010604	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho			16.710,00	,					
	010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	209.273,57	206.603,10	31.734,00			2.670,47	17.556,77	14.886,30	91.61
	010108	Pessoal Aguardando Aposentação	2.475,49	2.410,67		2.410,67		64,82	64,82		97.38
	010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação	75.216,65	73.723,05		73.723,05		1.493,60	1.493,60		98.01
	010111	Representação	31.500,00	31.392,24		31.392,24		107,76	107,76		99.66
	010113 01011301	Subsidio de Refeição	219.299,60	211.218,87	14.252,76	225.471,63		8.080,73	14.067,08 8.080,38	5.986,35	93.59 95.82
	01011301	Subsidio de Refeição - RCTFPTI Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra	193.221,66 18.707,94	185.141,28 18.707,94		185.141,28 18.707,94		8.080,38	5.986,35	5.986,35	95.82
	01011302	Situação	10.707,94	10.707,34		10.707,94	12.721,39		3.900,33	3.900,33	00.00
	01011303	Subsidio de Refeição - RCTFPTD	7.370,00	7.369,65	14.252,76	21.622,41	7.369,65	0,35	0,35		100.00
	010114	Subsidios de Ferias e Natal	352.042,41	343.567,67	12.532,50	356.100,17	343.567,67	8.474,74	8.474,74		97.59
	01011401	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI	334.142,41	325.673,32	,	325.673,32		8.469,09	8.469,09		97.47
	01011402	Subsidio de Ferias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação	12.100,00	12.094,35		12.094,35	12.094,35	5,65	5,65		99.95
	01011403	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD	5.800,00	5.800,00	12.532,50						100.00
	010115	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade	63.018,43	54.386,65		54.386,65	54.386,65	8.631,78	8.631,78		86.30
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	170.826,72	164.550,19	3.468,48	168.018,67	164.550,19	6.276,53	6.276,53		96.33
	010202	Horas Extraordinarias	142.544,13	142.544,13	2.378,34	144.922,47					100.00
	010204	Ajudas de Custo	12.126,87	6.643,09	1.090,14				5.483,78		54.78
	010205	Abono para Falhas Formação	3.000,00	2.777,62		2.777,62	2.777,62	222,38	222,38		92.59
	010206 010211	Formação SUBSÍDIO DE TURNO	1,00 3.500,00	2.944.75		2.944,75	2.944,75		555,25		84.14
	010211 010213	Outros Suplementos e Premios	9.654,72	9.640,60		9.640,60	9.640,60	14,12	14,12		99.85
	010213	Outros	9.654,72	9.640,60		9.640,60			14,12		99.85
	01021002	~ ~ ~ ~ ~ ~ ~	3.001,72	3.010,00		3.010,00	1 3.515,00	1/	1/		1 33.00

ANO 2018

PAG. 1

ENTIDADE CM FERREIRA - Camara Municipal de Ferreira Alentejo

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

DIFERENCAS CLASSIFICAÇÃO DOTAÇÕES COMPROMISSOS ASSUMIDOS GRAU DE DOTAÇÃO COMPROMISSOS EXECUÇÃO NÃO ORCAMENTAL CORRIGIDAS EXERCÍCIO EXERCÍCIOS TOTAL. DESPESA PAGA SALDO POR PAGAR CÓDIGO DESCRIÇÃO FUTUROS COMPROMETIDA DA DESPESA (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8 = 3 - 4) (9 = 3 - 7)(10 = 4 - 7)(11) a) 0103 SEGURANCA SOCIAL 817 239 03 793 442 02 793 442 02 792.974.87 23 797 01 24 264 16 467 15 97 03 010301 Encargos com a Saude 86.000.00 81.134.77 81.134.77 81.069.65 4.865.23 4.930.35 65.12 94.27 28.057,28 28.057,28 28.057,28 28.057,28 010302 Outros Encargos com a Saude 100.00 010303 Subsidio Familiar a Criancas e Jovens 7.167.22 6.633,21 6.633,21 6.633,21 534,01 534.01 92.55 2.566.70 433,30 010304 Outras Prestações Familiares 3.000,00 2.566,70 2.566,70 433,30 85.56 010305 Contribuições para a Segurança Social 637.513.53 621.168.99 621.168.99 621.168.99 16.344.54 16.344.54 97.44 01030502 Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato 637.513,53 621.168,99 621.168,99 621.168.99 16.344,54 16.344,54 97.44 de Trabalho em Funções Publicas (RCTFP) 0103050201 Caixa Geral de Aposentações 460.782.23 99.95 461.000.00 460.782.23 460.782,23 217.77 217.77 0103050202 Segurança Social - Regime Geral 176.513.53 160.386.76 160.386.76 160.386.76 16.126.77 16.126.77 90.86 010306 Acidentes em Servicos e Doencas Profissionais 1.000,00 1.000,00 1.000,00 402.03 010309 Seguros 46.500.00 46.053.74 46.053.74 45.651.71 446.26 848.29 98.18 01030901 Seguros Acid. Trabalho e Doencas Profissionais 46.500.00 46.053.74 46.053.74 45.651.71 446.26 848.29 402.03 98.18 010310 Outras Despesas de Segurança Social 8.001,00 7.827,33 7.827,33 7.827,33 173,67 173,67 97.83 Eventualidade Maternidade Paternidade e Adocão 01031001 1,00 1,00 1,00 01031099 8.000.00 7.827.33 7.827.33 172,67 172.67 97.84 Outras Despesas de Segurança Social 7.827.33 AOUISICÃO DE BENS E SERVICOS 3.217.779.50 1.197.470.09 02 3.801.954.24 787.730.95 4.005.510.45 2.604.484.15 584.174.74 613 295 35 68 50 AOUISICÃO DE BENS 0201 764.037,33 591.256,87 22.638,15 613.895,02 454.652,14 172.780,46 309.385,19 136.604.73 59.51 020101 Materias-Primas e Subsidiarias 154.282.58 131.105.04 131.105.04 51.404.45 23.177.54 102.878.13 79.700.59 33.32 020102 Combustiveis e Lubrificantes 372.262,45 245.588,30 22.638.15 268.226,45 226.084,35 126.674,15 146.178,10 19.503,95 60.73 02010201 Gasolina 3.502,16 3.310,56 3.310,56 736,14 191,60 2.766,02 2.574,42 21.02 206.326.86 174.832.67 02010202 Gasóleo 296.000,00 183.688.71 22.638,15 112.311.29 121.167,33 8.856.04 59.07 02010299 72.760.29 58.589.03 22.244.75 8.073.49 58.589.03 50.515.54 14.171.26 69.43 Outros 8.470,01 7.595,36 7.595,36 2.784,73 020104 Limpeza e Higiene 5.685,28 874,65 1.910,08 67.12 020105 Alimentação - Refeições Confecionadas 1.000,00 1.000,00 1.000,00 020106 Alimentação - Generos para Confecionar 2.292.42 2.085,49 2.085,49 1.383,42 206,93 909,00 702.07 60.35 020107 Vestuario e Artigos Pessoais 8.355,22 6.223.08 6.223,08 3.751,58 2.132,14 4.603,64 2.471,50 44.90 27.730,57 5.237,20 3.379,18 020108 Material de Escritorio 29.588,59 27.730,57 24.351,39 1.858,02 82.30 020109 Produtos Ouimicos e Farmaceuticos 39.262.89 37.490.41 37.490.41 37.155.91 1.772.48 2.106.98 334,50 94.63 020111 Material de Consumo Clinico 2.260,35 961,64 961,64 515,02 1.298.71 1.745,33 446,62 22.78 020112 Material de Transporte - Peças 31.500.00 30.783.49 30.783.49 27.571.89 716.51 3.928.11 3.211.60 87.53 Material de Consumo Hoteleiro 2.871.89 2.864,55 2.864,55 2.183,34 688.55 681,21 020113 7,34 76.02 Outro Material - Pecas 020114 16.500.00 11.692.52 11.692.52 8.919.88 4.807.48 7.580.12 2.772.64 54.06 020115 Premios, Condecorações e Ofertas 20.500,00 16.487,02 16.487,02 14.316,14 4.012,98 6.183.86 2.170,88 69.83 020116 Mercadorias para Venda 8.355.91 8.289.24 8.289.24 5.690.53 66.67 2.665.38 2.598,71 68.10 1,00 02011601 1.00 1,00 Água 02011603 Outras 8.354.91 8.289.24 8.289.24 5.690,53 65,67 2.664.38 2.598.71 68.11 020117 Ferramentas e Utensilios 11.500,00 11.082,94 11.082,94 5.331,43 417,06 6.168,57 5.751,51 46.36 020118 Livros e Documentação Tecnica 503,23 362,17 362,17 237,09 141,06 266,14 125,08 47.11 545,11 358,15 591,40 020119 Artigos Honorificos e de Decoração 1.136,51 545,11 778,36 186,96 31.51 020120 Material de Educação Cultura e Recreio 13.485,62 11.703.92 11.703.92 9.279.32 1.781,70 4.206.30 2.424.60 68.81 39.909,66 38.666,02 9.476,69 8.233,05 020121 Outros Bens 38.666,02 30.432,97 1.243,64 76.25 AOUISICÃO DE SERVICOS 3.037.916,91 2.626.522,63 3.391.615.43 2.149.832.01 411.394,28 888.084,90 0202 765.092,80 476.690.62 70.77 Encargos das Instalações 465.378,12 020201 437.103.61 436.678,12 28.700,00 423.896.11 425,49 13.207,50 12.782,01 96.98 020202 Limpeza e Higiene 498.381.31 391.639,59 494.319,57 885.959,16 318.846,10 106.741,72 179.535,21 72.793,49 63.98 58.860,46 020203 Conservação de Bens 60.130,70 192,01 59.052,47 41.071,43 1.270,24 19.059,27 17.789,03 68.30 020205 LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA 19.133,33 12.287.70 12.287.70 8.947.50 6.845,63 10.185,83 3.340,20 46.76 020208 Locação de outros bens 5.176.33 5.176,33 5.176,33 020209 Comunicações 115.598.96 114.855.43 884.16 115.739.59 98.117.92 743.53 17.481.04 16.737.51 84.88 020210 71.250.00 62.146,93 39.749,15 9.103,07 31.500,85 22.397,78 Transportes 62.146,93 55.79 020211 Representação dos Servicos 500,00 500,00 500,00 020212 63.500.00 58.169.29 46.510,24 5.330,71 16.989,76 11.659,05 Seguros 58.169,29 73.24 Deslocações e Estadas 39.515.55 33.285.70 020213 43.151.17 39.515.55 3.635.62 9.865.47 6.229.85 77.14 33.282,73 020214 Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria 76.594.25 59.357.67 15.910.05 75.267,72 17.236.58 43.311.52 26.074.94 43.45 020215 Formação 6.311.84 5.483,54 5.483.54 2.031.70 828,30 4.280,14 3.451.84 32.19 020216 20.537,94 19.775,94 19.775,94 19.683,94 762,00 854,00 92,00 95.84 Seminarios, Exposições e Similares 28.305,13 020217 Publicidade 30.700,00 28.305,13 19.552,68 2.394,87 11.147,32 8.752,45 63.69

ANO 2018

PAG 2

ENTIDADE CM FERREIRA -Camara Municipal de Ferreira Alentejo

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31 PAG. 3 DIFERENÇAS CLASSIFICAÇÃO DOTAÇÕES GRAU DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS DOTAÇÃO COMPROMISSOS EXECUÇÃO CORRIGIDAS EXERCÍCIO EXERCÍCIOS TOTAL DESPESA PAGA NÃO SALDO POR PAGAR ORCAMENTAL CÓDIGO DESCRIÇÃO FUTUROS COMPROMETIDA DA DESPESA (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8 = 3 - 4) (9 = 3 - 7) (10 = 4 - 7)(11) a) 52.618.57 020218 Vigilancia e Seguranca 108.403.42 52.220.05 398,52 50.956.45 56.183.37 57.446.97 1.263,60 47.01 20.016,06 23.245,92 020219 Assistencia Tecnica 67.478,37 50.142,74 70.158,80 17.335,63 44.232,45 26.896.82 34.45 975.897,29 607.899,88 159.052,37 020220 Outros Trabalhos Especializados 931.561,82 772.509,45 203.387,84 323.661,94 164.609,57 65.26 020221 Utilização de Infraestruturas de Transportes 426,10 44,50 44,50 44,50 381,60 381,60 10.44 020222 Servicos de Saude 9.531.93 1.920.72 1.920,72 593,58 7.611.21 8.938.35 1.327,14 6.23 020224 Encargos de Cobrança de Receitas 70.168,07 69.276,31 69.276,31 61.077,55 891,76 9.090,52 8.198,76 87.04 020225 Outros Serviços 402.277,76 393.333,51 8.944,25 81.238,83 72.294,58 1.284,59 394.618,10 321.038,93 79.81 0.3 JUROS E OUTROS ENCARGOS 106.404.77 42.633,75 450.259,05 492.892,80 23.816,90 63.771,02 82.587.87 18.816.85 22.38 0301 450.259,05 7.359,17 JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA 30.475,58 30.105,90 480.364,95 23.116,41 369,68 6.989,49 75.85 030103 Soc. Fin. - Bancos e Outras Ins.Financeiras 24.615,51 24.245,83 450.259,05 474.504,88 17.256,34 369,68 7.359,17 6.989,49 70.10 03010302 Empréstimos de Médio e Longo Prazos 24.615,51 24.245,83 450.259,05 474.504.88 17.256,34 369,68 7.359,17 6.989,49 70.10 0301030201 Caixa Geral de Depositos 24.115.51 23.811.07 450.259.05 474.070,12 16.821.58 304,44 7.293.93 6.989.49 69.75 0301030203 Banco Espirito Santo 500.00 434.76 434.76 434.76 65,24 65.24 86.95 030105 Administração Publica Central - Estado 5.860,07 5.860,07 5.860,07 5.860,07 100.00 03010502 Emprestimos de Medio e Longo Prazos 5.860.07 5.860.07 5.860.07 5.860.07 100.00 0302 OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA 68.00 66.40 66.40 66.40 1.60 1.60 97.65 030201 68.00 66,40 97.65 Despesas Diversas 66,40 66,40 1,60 1,60 0303 JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA 9.001,00 9.001,00 9.001,00 030305 Material de Transporte 9.000,00 9.000,00 9.000,00 030308 OUTROS INVESTIMENTOS 1,00 1,00 1,00 0305 OUTROS JUROS 66.860,19 12.461,45 12.461,45 634,09 54.398,74 66.226,10 11.827,36 0.95 030502 12.461.45 11.827.36 Outros 66.860,19 12.461.45 634.09 54.398.74 66.226,10 0.95 04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 562.464,13 470.531,75 470.531,75 441.662,15 91.932,38 120.801,98 28.869,60 78.52 0405 222.778,29 184.700,59 184.700,59 183.444,02 38.077,70 39.334,27 1.256,57 ADMINISTRAÇÃO LOCAL 82.34 040501 Continente 222.778,29 184.700,59 184.700,59 183.444,02 38.077,70 39.334,27 1.256,57 82.34 04050102 Frequesias 169.159,29 134.409.70 134.409,70 133.507.94 34.749.59 35.651,35 901.76 78.92 04050104 Associações de Municipios 53.619,00 50.290,89 50.290,89 49.936,08 3.328,11 3.682,92 354,81 93.13 0407 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 292.120,69 261.756,24 261.756,24 239.290,01 30.364,45 52.830,68 22.466,23 81.91 040701 Instituições sem Fins Lucrativos 292.120.69 261.756,24 261.756,24 239.290.01 30.364,45 52.830,68 22.466.23 81.91 24.074,92 28.637,03 0408 FAMÍLIAS 47.565,15 24.074,92 18.928,12 23.490,23 5.146,80 39.79 040802 47.565.15 24.074.92 24.074.92 18.928.12 23.490.23 28.637.03 5.146.80 39.79 Outras 05 SUBSÍDIOS 0501 SOCIEDADES E OUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS 050101 05010101 Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais OUTRAS DESPESAS CORRENTES 170.838.38 06 179.968.55 170.838,38 162.409,24 9.130,17 17.559,31 8.429,14 90.24 170.838.38 162.409.24 17.559.31 0602 DIVERSAS 179.968.55 170.838,38 9.130.17 8.429.14 90.24 060201 103.389,07 102.833,42 99.686,17 555,65 3.702,90 3.147,25 Impostos e Taxas 102.833,42 96.42 060203 Outras 76.579,48 68.004,96 68.004,96 62.723,07 8.574,52 13.856,41 5.281.89 81.91 1.000,00 145,26 06020301 Outras Restituições 145,26 145,26 854,74 854,74 14.53 06020302 IVA Pago 1,00 1,00 1,00 5.086,45 4.346,63 06020304 Servicos Bancários 5.407,54 5.086,45 321,09 1.060,91 739,82 80.38 06020305 70.170.94 62.773.25 62.773,25 58.231.18 7.397.69 11.939.76 4.542.07 82.98 Outras AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL 5.030.677,35 2.274.999,52 2.789.110,41 1.464.633,61 2.755.677,83 3.566.043,74 810.365,91 29.11 07 514.110,89 INVESTIMENTOS 0701 4.378.576,60 2.047.154,70 410.393,65 2.457.548,35 1.365.247,11 2.331.421,90 3.013.329,49 681.907.59 31.18 070101 Terrenos 232.000,00 20.000,00 20.000,00 20.000,00 212.000,00 212.000,00 8.62 070102 HABITAÇÕES 6.500,00 6.500,00 6.500,00 07010203 Reparação e Beneficiação 6.500,00 6.500,00 6.500,00 070103 Edificios 1.588.718.36 439.642.73 28.000.00 467.642.73 414.574,08 1.149.075,63 1.174.144.28 25.068.65 26.09 67.590,20 07010301 Instalações de Serviços 400.505,46 28.000,00 95.590,20 61.106,77 332.915,26 339.398,69 6.483,43 15.26 07010302 Instalações Desportivas e Recreativas 315.000,00 315.000,00 315.000,00 07010303 333.707,62 320.684,33 90.53 Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária 320.684,33 302.099,11 13.023,29 31.608,51 18.585,22 07010307 Outros 539.505,28 51.368,20 51.368,20 51.368,20 488.137,08 488.137.08 9.52 757.701,64 070104 Construções Diversas 1.064.891,70 382.393,65 1.140.095,29 294.455,35 307.190,06 770.436,35 463.246,29 27.65 07010401 Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares 07010403 Estações de Tratamento de Águas Residuais 707.180,93 265.697,95 37.284,48 478.767,46 441.482,98 744.465,41 364.109,44 1.071.290,37 35.69

8.215,72

8.215,72

8.215,72

5.000,01

5.000,01

13.215,73

07010404

Iluminação Pública

62.17

ANO 2018

ENTIDADE CM FERREIRA -Camara Municipal de Ferreira Alentejo

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 4

	CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES	COMP	ROMISSOS ASSUMID	200			DIFERENÇAS		GRAU DE	
	CHROSTI TORÇÃO	CORRIGIDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS	TOTAL	DESPESA PAGA	DOTAÇÃO NÃO	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	(3)	(4)	FUTUROS (5)	(6)	(7)	COMPROMETIDA	/ 0 - 2 7)	(10 = 4 - 7)	DA DESPESA (11) a)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(3)	(0)	(7)	(0 - 3 - 4)	(9 - 3 - 7)	(10 - 4 - 7)	(11) a)	
07010405	Parques e Jardins	30.000,00					30.000,00	30.000,00			
07010406	Instalações Desportivas e Recreativas	55.677,60	19.933,66	18.284,21	38.217,87	1.649,44	35.743,94	54.028,16	18.284,22	2.96	
07010407	Captação e Distribuição da Água	60.000,00					60.000,00	60.000,00			
07010408	Viação Rural	37.531,96					37.531,96				
07010409	Sinalização e Trânsito	41.001,00	1.804,48		1.804,48	170,39			1.634,09	0.42	
07010413	Outros	83.000,00	20.566,85		20.566,85	18.721,85			1.845,00	22.56	
070106	Material de Transporte	459.579,76	301.855,26		301.855,26	301.855,26		157.724,50		65.68	
07010601	Recolha de Resíduos	1,00					1,00				
07010602	Outro	459.578,76	301.855,26		301.855,26	1				65.68	
070107	Equipamento de Informatica	134.710,48	23.370,85		23.370,85	10.663,72			12.707,13	7.92	
070108	Software Informatico	83.131,32	50.539,76		50.539,76				29.269,96	25.59	
070109	Equipamento Administrativo	39.614,75	32.316,36		32.316,36				16.626,75	39.61	
070110	Equipamento Basico	604.802,64	385.437,44		385.437,44	259.007,85		345.794,79	126.429,59	42.83 49.63	
07011001 07011002	Equipamento de Recolha de Resíduos Outro	23.793,25 581.009,39	22.970,25 362.467,19		22.970,25 362.467,19				11.162,25 115.267,34	49.63	
07011002	Ferramentas e Utensilios	11.635,91	5.520,98		5.520,98				2.163,22	28.86	
070111	Artigos e Objectos de Valor	1.000,00	3.320,30		3.320,90	3.337,70	1.000,00		2.103,22	20.00	
070113	Investimentos Incorporeos	151.991,68	30.769,68		30.769,68	24.373,68			6.396,00	16.04	
0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA	87.251,00	30.703,00		30.703,00	21.373,00	87.251,00	87.251,00	0.330,00	10.01	
070205	Material de Transporte - Locação Financeira	87.251,00					87.251,00				
070209	OUTROS INVESTIMENTOS- LOCAÇÃO FINANCEIRA	07.201,00					07.201,00	0,1201,00			
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	564.849,75	227.844,82	103.717,24	331.562,06	99.386,50	337.004,93	465.463,25	128.458,32	17.60	
070303	Outras Construções e Infraestruturas	564.849,75	227.844,82	103.717,24	331.562,06	99.386,50		465.463,25	128.458,32	17.60	
07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	274.898,32	183.394,57	,	183.394,57	99.386,50			84.008,07	36.15	
07030307	Captação e Distribuição de Agua	61.000,00	,		,	,	61.000,00		,		
07030312	Cemiterios	54.891,43					54.891,43				
07030313	Outros	174.060,00	44.450,25	103.717,24	148.167,49		129.609,75	174.060,00	44.450,25		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	300.515,00	240.863,48		240.863,48	240.862,82	59.651,52	59.652,18	0,66	80.15	
0801	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS										
080101	PÚBLICAS										
08010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais										
0803	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL										
080306	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS										
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	270.515,00	240.863,48		240.863,48	240.862,82	29.651,52	29.652,18	0,66	89.04	
080501	Continente	270.515,00	240.863,48		240.863,48 229.048,48	240.862,82 229.048,48		29.652,18	0,66	89.04 88.54	
08050102 08050104	Freguesias Associações de Municipios	258.700,00 11.815,00	229.048,48 11.815,00		11.815,00	11.814,34		29.651,52	0,66	99.99	
08050104	Outros	11.013,00	11.013,00		11.013,00	11.014,34		0,00	0,00	33.33	
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS										
080701	Instituições sem Fins Lucrativos										
0808	FAMÍLIAS	30.000,00					30.000,00	30.000,00			
080802	Outras	30.000,00					30.000,00				
09	ACTIVOS FINANCEIROS	71.084,00	53.313,00	124.394,75	177.707,75	53.313,00	17.771,00	17.771,00		75.00	
0908	Unidades de Paticipação	71.084,00	53.313,00	124.394,75	177.707,75	53.313,00	17.771,00	17.771,00		75.00	
090802	Sociedades e quase Sociedades não Financeiras -		·								
	Publicas Sociedades e quase sociedades não										
	financeiras - Privadas										
090806	Administração Publica - Administração Central -	71.084,00	53.313,00	124.394,75	177.707,75	53.313,00	17.771,00	17.771,00		75.00	
	Serviços Fundos Autonomos										
09080601	Fundo de Apoio Municipal	71.084,00	53.313,00	124.394,75	177.707,75	53.313,00				75.00	
10	PASSIVOS FINANCEIROS	462.002,28	421.786,92	3.069.998,00	3.491.784,92	421.129,09		40.873,19	657,83	91.15	
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	462.002,28	421.786,92	3.069.998,00	3.491.784,92	421.129,09	40.215,36	40.873,19	657,83	91.15	
100603	Soc.Fin Bancos e Outras Inst.Financeiras	433.685,52	393.470,16	3.069.998,00	3.463.468,16	392.812,33		40.873,19	657,83	90.58	
10060301	Caixa Geral de Depositos	380.000,00	339.784,64	3.069.998,00	3.409.782,64	339.126,81		40.873,19	657,83	89.24	
10060303 100605	Novo Banco Administração Publica Central - Estado	53.685,52 28.316,76	53.685,52 28.316,76		53.685,52 28.316,76	53.685,52 28.316,76				100.00	
03	ESCOLAS	1.891.513,72	1.429.974,66	274.473,18	1.704.447,84			574.809,25	113.270,19	69.61	
	1000111	1.071.313,72	1.423.374,00	217.713,10	1./04.44/,04	1.310.704,47	401.339,00	3,4.003,25	113.210,19	05.01	

ENTIDADE CM FERREIRA -Camara Municipal de Ferreira Alentejo

ANO 2018 Período: 2018/01/01 a 2018/12/31 PAG. 5

	971997P79193	D.077.0.577.0	2015					DIFERENÇAS		
	CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES - CORRIGIDAS	EXERCÍCIO	ROMISSOS ASSUMIDOS EXERCÍCIOS	TOTAL	DESPESA PAGA	DOTAÇÃO NÃO	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	GRAU D EXECUÇÃ ORÇAMENT
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CORRIGIDAS	EVERCICIO	FUTUROS	IUIAL	DESPESA PAGA	COMPROMETIDA	SALDO	POR PAGAR	DA DESPE
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)		(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	
01	DESPESAS COM O PESSOAL	508.528,62	469.396,76	19.125,63	488.522,39	469.396,76	39.131,86	39.131,86		92.30
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	413.625,23	382.266,80	19.125,63	401.392,43	382.266,80	31.358,43	31.358,43		92.42
010104	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o	284.529,11	260.751,07	23.223,03	260.751,07	260.751,07	23.778,04	23.778,04		91.64
010104	Exercício de Funções Públicas por Tempo Indeterminado	204.325,11	200.731,07		200.731,07	200.731,07	23.770,04	23.770,04		31.04
01010401	Pessoal em Funções	241.035,25	241.035,25		241.035,25	241.035,25				100.00
01010404	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	43.493,86	19.715,82		19.715,82		23.778,04	23.778,04		45.33
010106	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas a Tempo Determinado	29.700,00	29.632,31	15.039,00	44.671,31	29.632,31	67,69	67,69		99.77
01010601	Pessoal em Funções	29.700,00	29.632,31	15.039,00	44.671,31	29.632,31	67,69	67,69		99.77
01010604	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	251,00,00	23,002,01	10,005,00	11.071,01	23.002,01	0,703	0.703		
010108	Pessoal Aguardando Aposentação	620,00	619,04		619,04	619,04	0,96	0,96		99.85
010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação	1.352,24	1.352,24		1.352,24	1.352,24		.,		100.00
010113	Subsidio de Refeição	43.805,19	39.705,48	2.833,38	42.538,86	39.705,48	4.099,71	4.099,71		90.64
01011301	Subsidio de Refeição - RCTFPTI	38.517,87	34.425,09	,	34.425,09	34.425,09	4.092,78	4.092,78		89.3
01011302	Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação	400,68	400,68		400,68	400,68		, ,		100.0
01011303	Subsidio de Refeição - RCTFPTD	4.886,64	4.879,71	2.833,38	7.713,09	4.879,71	6,93	6,93		99.8
010114	Subsidios de Ferias e Natal	53.079,01	49.666,98	1.253,25	50.920,23	49.666,98	3.412,03	3.412,03		93.5
01011401	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI	49.003,89	45.606,98		45.606,98	45.606,98	3.396,91	3.396,91		93.0
01011402	Subsidio de Ferias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação				·		·			
01011403	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD	4.075,12	4.060,00	1.253,25	5.313,25	4.060,00	15,12	15,12		99.6
010115	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade	539,68	539,68		539,68	539,68				100.0
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	2.481,74	1.482,53		1.482,53	1.482,53	999,21	999,21		59.7
010202	Horas Extraordinarias	499,44	499,44		499,44	499,44				100.0
010204	Ajudas de Custo	1.000,00	43,30		43,30	43,30	956,70	956,70		4.3
010205	Abono para Falhas	982,30	939,79		939,79	939,79	42,51	42,51		95.6
0103	SEGURANÇA SOCIAL	92.421,65	85.647,43		85.647,43	85.647,43	6.774,22	6.774,22		92.6
010302	Outros Encargos com a Saude	3.432,38	3.432,38		3.432,38	3.432,38		·		100.0
010303	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens	820,92	820,92		820,92					100.0
010305	Contribuições para a Segurança Social	88.168,35	81.394,13		81.394,13	81.394,13	6.774,22	6.774,22		92.3
01030502	Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas (RCTFP)	88.168,35	81.394,13		81.394,13	81.394,13	6.774,22	6.774,22		92.3
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	44.756,01	44.753,65		44.753,65	44.753,65	2,36	2,36		99.9
0103050202	Segurança Social - Regime Geral	43.412,34	36.640,48		36.640,48	36.640,48	6.771,86	6.771,86		84.4
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	359.394,75	264.629,51	129.508,99	394.138,50	232.382,27	94.765,24	127.012,48	32.247,24	64.6
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	29.036,26	26.267,52		26.267,52	19.947,13	2.768,74	9.089,13	6.320,39	68.7
020105	Alimentação - Refeições Confecionadas	100,00					100,00	100,00		
020120	Material de Educação Cultura e Recreio	28.936,26	26.267,52		26.267,52	19.947,13	2.668,74	8.989,13	6.320,39	68.9
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	330.358,49	238.361,99	129.508,99	367.870,98	212.435,14	91.996,50	117.923,35	25.926,85	64.3
020202	Limpeza e Higiene	50.500,00					50.500,00	50.500,00		
020210	Transportes	278.558,49	238.361,99	129.508,99	367.870,98	212.435,14	40.196,50	66.123,35		76.2
020213	Deslocações e Estadas	100,00	,	,	,	•	100,00	100,00		
020214	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria	500,00					500,00	500,00		
020215	Formação	200,00					200,00	200,00		
020216	Seminarios, Exposições e Similares	500,00					500,00	500,00		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	239.551,28	199.624,84	125.838,56	325.463,40	182.712,61	39.926,44	56.838,67	16.912,23	76.2
0403	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	62.640,00	31.155,00		31.155,00	31.155,00	31.485,00	31.485,00		49.
040301	Estado	62.640,00	31.155,00		31.155,00	31.155,00	31.485,00	31.485,00		49.
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	45.000,00	40.940,91	21.143,74	62.084,65	39.195,37	4.059,09	5.804,63	1.745,54	87.1
040501	Continente	45.000,00	40.940,91	21.143,74	62.084,65	39.195,37	4.059,09	5.804,63	1.745,54	87.1
		45.000,00	40.940,91	21.143,74	62.084,65	39.195,37	4.059,09	5.804,63		87.1
04050102	Freduesias									
04050102 0407	Freguesias INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	118.511,28	114.785,81	104.694,82	219.480,63	99.619,12	3.725,47	18.892,16		84.0

ENTIDADE CM FERREIRA -

Camara Municipal de Ferreira Alentejo

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018 PAG. 6

	CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES	COMPI	DOMICCOC ACCUMIN	200			GRAU DE		
	CLASSIF ICAÇAO	•		ROMISSOS ASSUMID		DEODEGS DAGS	DOTAÇÃO	01100	COMPROMISSOS	EXECUÇÃ
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CORRIGIDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL	DESPESA PAGA	NÃO COMPROMETIDA	SALDO	POR PAGAR	ORÇAMENTA DA DESPES
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 3 - 4)	(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	(11) a)
0408	FAMÍLIAS	13.400,00	12.743,12		12.743,12	12.743,12	656,88	656,88		95.10
040802	Outras	13.400,00	12.743,12		12.743,12		656,88	656,88		95.10
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	784.039,07	496.323,55		496.323,55	432.212,83	287.715,52	351.826,24	64.110,72	55.13
0701	INVESTIMENTOS	784.039,07	496.323,55		496.323,55	432.212,83	287.715,52	351.826,24	64.110,72	55.13
070103 07010305	Edificios Escolas	714.037,07 714.037,07	496.323,55		496.323,55 496.323,55	432.212,83 432.212,83	217.713,52 217.713,52	281.824,24	64.110,72 64.110,72	60.53 60.53
07010303	Material de Transporte	50.000,00	496.323,55		490.323,33	432.212,83	50.000,00	281.824,24 50.000,00	04.110,72	60.53
07010602	Outro	50.000,00					50.000,00	50.000,00		
070109	Equipamento Administrativo	20.001,00					20.001,00	20.001,00		
070110	Equipamento Basico	1,00					1,00	1,00		
07011002	Outro	1,00					1,00	1,00		
	TOTAL	16.412.097,11	12.203.402,43	5.359.820,56	17.563.222,99	10.588.357,10	4.208.694,68	5.823.740,01	1.615.045,33	64.52

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

Em de de	
----------	--

Em de de	
----------	--

7. Controlo Orçamental da Receita



ANO 2018 PÁG. 1

ENTIDADE CM FERREIRA - Camara Municipal de Ferreira Alentejo Período: 2018/01/01 a 2018/12/31 PÁG.

CLA	SSIFICAÇÃO ECONÓMICA	PREVISÕES	RECEITAS POR	RECEITAS	LIQUIDAÇÕES	RECEITAS	REEMBOLSOS/F	RESTITUIÇÕES	RECEITA	RECEITAS POR	GRAU
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CORRIGIDAS	COBRAR NO INICIO DO ANO	LIQUIDADAS	ANULADAS	COBRADAS BRUTAS	EMITIDOS	PAGOS	COBRADA LIQUIDA	COBRAR NO FINAL DO ANC	FINAN
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	
	RECEITAS CORRENTES	10.219.935,30	296.562,76	10.621.465,49	503.256,37	10.090.355,50	80.598,24	80.598,24	10.009.757,26	324.416,38	97.9
01 0102	IMPOSTOS DIRECTOS OUTROS	2.208.567,26 2.208.567,26		2.515.000,26 2.515.000,26	207.160,25	2.307.840,01	80.462,86	80.462,86 80.462,86	2.227.377,15		100.9
010202	Imposto Municipal sobre Imoveis	615.721,51		721.055,52	107.674,01	,	5.057,05	5.057,05	608.324,46		98.8
010203 010204	Imposto Unico de Circulação Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imoveis	153.573,97 967.147,30		181.650,88 1.070.508,23	15.539,99 16.450,71			75.405,81	166.110,89 978.651,71		108.2
010205 02 0202	Derrama IMPOSTOS INDIRECTOS OUTROS	472.124,48 27.782,45 27.782,45	57,15 57,15	541.785,63 9.939,46 9.939,46	67.495,54	9.939,46 9.939,46			474.290,09 9.939,46 9.939,46	57,15 57,15	
020206	Impostos Indirectos Esp.das Autarquias Locais	27.782,45	57,15	9.939,46		9.939,46			9.939,46	1	
02020601 02020602 02020603	Mercados e Feiras Loteamentos e Obras Ocupação da Via Pública	130,82 20.000,00 4.423,08	6,30 50,85	169,29 5.211,38 88,82		169,29 5.211,38 88,82			169,29 5.211,38 88,82		129.4 26.1 2.0
02020699	Outros	3.228,55	50,85	4.469,97		4.469,97			4.469,97		138.5
0202069901	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	2.628,96		3.135,43		3.135,43			3.135,43		119.3
0202069902	Taxa de Deposito da Ficha Tecnica da Habitação	1,00		22,82		22,82			22,82		2282.
0202069999 04	Outros TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	598,59 224.107,15	114.175,98	1.311,72 243 .009,50	43.300,72	1.311,72 194.397,09		9,52	1.311,72 194.387,57		219.1
0401 040123	TAXAS Taxas Especificas das Autarquias Locais	214.595,76 214.595,76		233.849,96 233.849,96	43.300,72 43.300,72			9,52 9,52			
04012301 04012302 04012303	Mercados e Feiras Loteamentos e Obras Ocupação da Via Pública	1,00 40.000,00 588,50	179,01	42.096 , 33 753 , 22	63,26	42.079,46 753,22			42.079,46 753,22		105.2
04012306 04012399	Saneamento Outras	113.051,35 60.954,91	28.372,05 13.530,28	118.486,96 72.513,45	28.823,20 14.414,26	86.061,01		9,52	86.061,01	31.974,80	76.1
04012399	Taxa de Deposito da Ficha	267,51	13.550,28	299,20	14.414,26	299,20		9,52	299,20		111.8
0401239902	Tecnica da Habitação Taxa Pela Emissão do Cert.Registo Fixada Pela Portaria nº1334-D/2010 DE 31/12	898,75		511,25		511,25			511,25		56.9
0401239999 0402 040201 040202 040204	Outras MULTAS E OUTRAS PENALIDADES Juros de Mora Juros Compensatorios Coimas e Penalidades por	59.788,65 9.511,39 516,49 1,00 572,04	13.530,28 72.094,64 77,51	71.703,00 9.159,54 572,25	14.414,26	55.533,41 9.159,54 572,25		9,52	55.523,89 9.159,54 572,25	72.094,64	
040299	Contra Ordenações Multas e Penalidades Diversas	8.421,86	72.017,13	8.587,29		8.587,29			8.587,29	72.017,13	102.0
05 0502	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE JUROS- SOCIEDADES FINANCEIRAS	390.627,96 1,00		397.116,89 12,47		397.116,89 12,47			397.116,89 12,47		101.7 1247.
050201	Bancos e Outras Instituições Financeiras	1,00		12,47		12,47			12,47		1247.
0503	JUROS- ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	49,88		37,41		37,41			37,41		75.0

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PÁG.

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA REEMBOLSOS/RESTITUICÕES GRAU PREVISÕES LIQUIDAÇÕES RECEITAS POR EXEC. RECEITAS POR RECEITAS RECEITAS RECEITA CORRIGIDAS COBRAR NO LIOUIDADAS ANULADAS COBRADAS COBRADA COBRAR NO FINAN CÓDIGO DESCRIÇÃO INICIO DO BRIITAS EMITIDOS PAGOS TITOUTDA FINAL DO ANO DAS ANO REC. (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10 = 7 - 9)(11=4+5-6-7)(12)a050301 Administração Central -49.88 37.41 37,41 37.41 75.0 Estado 0510 RENDAS 390.577.08 397.067.01 397.067.01 397.067.01 101.7 101.7 0.51099 390.577,08 397.067,01 397.067,01 397.067,01 Outros 6.608.718,13 06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 6.623.529,59 6.608.718,13 6.608.718,13 99.8 0603 6.608.718,13 6.623.529,59 6.608.718,13 6.608.718,13 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL 99.8 060301 Estado 6.567.529.59 6.557.732,50 6.557.732.50 6.557.732.50 99.9 06030101 Fundo de Equilibrio 5.713.151,00 100.0 5.713.151,00 5.713.151,00 5.713.151,00 Financeiro 06030102 100.0 Fundo Social Municipal 136.486.00 136.486.00 136.486,00 136.486.00 06030103 Participação Fixa no IRS 210.762.00 210.762.00 210.762.00 210.762.00 100.0 06030105 Direcção Geral De 1,00 Administração Local 06030106 Direcção Geral dos 48.127,59 40.057.06 40.057.06 40.057.06 83.2 Estabelecimentios Escolares 06030107 Direcção Geral da 1,00 Administração Interna -Administração Eleitoral 06030109 Ministerio da Educação 459.000,00 456.126.44 456.126.44 456.126.44 99.4 06030199 1.1500 Outros 1,00 1.150,00 1.150,00 1.150,00 0.0 060306 Estado - Part. Comunit. em 15.370,08 15.370,08 15.370,08 Proi. Co-Financiados 06030601 Fundo Social Europeu 15.370.08 15.370.08 15.370.08 35.615,55 060309 Servicos e Fundos Autónomos 56.000,00 35.615,55 35.615,55 63.6 - Sub.Protecção Emprego e Formação Profissional 07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS 735.740,36 180.551,10 834.669,04 252.795,40 559.559,88 125,86 125,86 559.434.02 202.864,86 76.0 CORRENTES 0701 VENDA DE BENS 347.230,97 112.438.05 480.971,67 225.841,16 237.271,64 34,01 34,01 237.237.63 130.296,92 070102 Livros e Documentação 2.500,00 13,41 2.550,97 2.550,97 2.550,97 13,41 102.0 Tecnica 070103 Publicações e Impressos 100,00 070105 Bens Inutilizados 1,00 4.846.00 4.846.00 4.846.00 48460 0.0 070110 DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E 50.001,00 REFUGOS 07011001 Sucata 50.000,00 07011099 Outros 1,00 070111 Produtos Acabados e 294.627.97 473.574.70 225.841.16 229.874,67 34,01 34,01 229.840,66 **130.283.51** 78.0 112,424,64 Intermedias 07011101 Inertes 1,00 07011102 294.626,97 112,424,64 473.574,70 225.841,16 229.874,67 34,01 229.840,66 **130.283,51** 78.0 Outros 34,01 0701110201 294.255.89 111.387.98 473.095.00 225.841.16 229.394.97 229.360.96 129.246.85 77.9 Agua 34.01 34.01 0701110202 371,08 Outros 1.036,66 479.70 479,70 479,70 1.036,66 129.3 070199 Outros 1,00 0702 376.063,86 340.792,97 26.954,24 309.383,84 91,85 309.291,99 72.567.94 SERVIÇOS 68.113,05 91,85 82.2 070201 Aluquer de Espacos e 600,00 298.80 298.80 298,80 49.8 Equipamentos 070208 Servicos 81.106.51 4.647.35 52.833.03 461.65 52.447.18 60.00 60.00 52.387.18 4.571.55 64.6 Sociais, Recreativ, Cult.e de Desporto 07020801 Servicos Sociais 10.000.00 3.044,10 3.044.10 3.044.10 30.4 07020802 1.136,70 Servicos Recreativos 35.895.08 1.136,70 23.259,62 136,65 23.122.97 23.122,97 64.4 0702080201 Turismo Senior 1,00 0702080299 Outros 35.894.08 1.136,70 23.259,62 136,65 23.122.97 23.122.97 1.136,70 64.4 07020803 Servicos Culturais 10.001,00 298,00 11.052,20 298,00 10.872,00 10.872,00 180,20 108.7 0702080301 Turismo Senior 1,00

ENTIDADE

CM FERRETRA

Camara Municipal de Ferreira Alentejo Período: 2018/01/01 a 2018/12/31 CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES GRAII PREVISÕES RECEITAS POR LIQUIDAÇÕES RECEITAS RECEITA RECEITAS POR EXEC. RECEITAS CORRIGIDAS COBRAR NO LIOUIDADAS ANULADAS COBRADAS COBRADA COBRAR NO FINAN CÓDIGO DESCRIÇÃO INICIO DO BRIITAS EMITIDOS PAGOS TITOUTDA FINAL DO ANO DAS ANO REC. (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10 = 7 - 9)(11=4+5-6-7)(12)a0702080399 Out ros 10.000,00 298.00 11.052,20 298,00 10.872,00 10.872.00 180,20 108.7 07020804 25.210.43 3.212.65 15.477.11 27.00 15.408.11 60.00 15.348.11 3.254.65 60.9 Servicos Desportivos 60,00 070209 Servicos Especificos das 294.356,35 63.465,70 287.661.14 26.492,59 256.637.86 31.85 31,85 256.606.01 **67.996.39** 87.2 Autarquias 07020902 Resíduos Sólidos 216.593.78 57.602.08 200.972.54 21.875.02 173.019,52 31.85 31,85 172.987.67 63.680.08 79.9 07020903 12.368,08 1.117,78 13.150,48 2.529,15 11.720,49 11.720,49 89.1 Transportes Colectivos de 2.999.34 Pessoas e Mercadorias 0702090302 Transportes Escolares 13.149.48 2.999.34 12.368.08 2.529,15 11.720,49 11.720,49 1.117,78 89.1 0702090303 Transporte de Pessoas e 1,00 Mercadorias 07020904 Trabalhos por Conta de 9.371.15 1.595.44 9.419.21 9.419.21 9.419.21 1.595.44 100.5 Particulares 07020905 Cemitérios 47.239.32 365.81 55.035.41 2.044.77 52.614.24 52.614.24 742.21 111.4 07020906 Mercados e Feiras 1.244.33 769.78 226.08 226.08 226.08 769.78 18.2 07020907 Parques de Estacionamento 735.80 14.76 18.80 18.80 18.80 14.76 2.6 397.51 134.87 1,50 33.6 07020909 Canideos e Gatideos 43,65 43,65 133.37 133.37 07020999 5.623.98 74.84 9.486.15 9.486.15 9.486.15 Outros 74.84 168.7 070299 Outros 1.00 07029999 Outros 1,00 0703 RENDAS 12.445.53 12.904.40 12.904.40 12.904.40 103.7 070301 Habitações 1.356,00 300,00 300,00 300,00 22.1 070302 Edificios 11.088,53 12.604,40 12.604,40 12.604,40 113.7 070399 Outras 1,00 08 9.580,53 13.012.21 12.784.04 12.784.04 2.006,70 133.4 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.778,53 0801 9.580,53 1.778,53 13.012,21 12.784,04 12.784,04 2.006,70 133.4 OUTRAS 1.778.53 12.784,04 2.006,70 133.4 080199 Outras 9.580,53 13.012.21 12.784.04 08019901 Indemnizações por 1,00 1.526,90 60,00 60,00 60,00 1.526,90 6000. Deterioração, Roubo e Extravio de Bens 08019902 Indemnizações de Estragos 1,00 Provocados por Outrém em Viaturas ou Outros Equipamentos 08019903 TVA Reembolsado 1.00 08019999 Diversas 9.577,53 251,63 12.952,21 12.724,04 12.724.04 479.80 132.9 RECETTAS DE CAPITAL 1.595.529,96 127.500,00 1.459.758,21 4.406.914,49 1.459.758,21 8.271,75 33.1 n 9 VENDA DE BENS DE 500.109,00 153.710,00 127.500,00 26.210,00 26.210.00 5.2 INVESTIMENTO 0901 TERRENOS 133.710,00 127.500,00 480.105,00 6.210,00 6.210,00 1.3 090110 Familias 480.105.00 133.710.00 127.500.00 6.210.00 6.210.00 1.3 0902 HABITAÇÕES 20.001,00 20.000,00 20.000,00 20.000,00 100.0 20.001,00 090210 Familias 20.000,00 20.000,00 20.000,00 100.0 1,00 0903 EDIFÍCIOS 090310 Familias 1.00 0904 2,00 OUTROS BENS DE INVESTIMENTO 090410 FAMÍLIAS 2,00 09041001 Equipamento de Transporte 1,00 09041002 Maguinaria e Equipamento 1,00 10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 3.297.802,49 1.441.819,96 1.433.548,21 1.433.548,21 **8.271,75** 43.5 1003 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL 3.297.802,49 1.441.819,96 1.433.548,21 1.433.548,21 8.271,75 43.5 100301 663.067.75 663.066,75 654.795.00 654.795.00 8.271,75 98.8 Estado 10030101 Fundo de Equilibrio 634.795,00 634.795,00 634.795,00 634.795,00 100.0 Financeiro 10030105 Ministerio da Educação 20.000.00 20.000,00 20.000,00 20.000,00 100.0 10030106 Fundo Ambiental 8.271,75 8.271,75 8.271,75 1,00 10030199 Outras

ENTIDADE

CM FERRETRA

ANO 2018

PÁG.

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018 PÁG. 4

CLF	ASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	PREVISÕES	RECEITAS POR	RECEITAS	LIQUIDAÇÕES	RECEITAS	REEMBOLSOS/F	RESTITUIÇÕES	RECEITA	RECEITAS POR	GRAU
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CORRIGIDAS (3)	COBRAR NO INICIO DO ANO (4)	LIQUIDADAS (5)	ANULADAS (6)	COBRADAS BRUTAS	EMITIDOS (8)	PAGOS	COBRADA LIQUIDA	COBRAR NO FINAL DO ANO (11=4+5-6-7)	FINAN
			(1)		(0)		(0)			(11 1/0 0 //	<u> </u>
100307	Estado - Parti.Comun.em Projectos Co-Financiados	2.634.734,74		778.753,21		778.753,21			778.753,21		29.6
10030701 1003070101 1003070102 10030702	INAlentejo INALENTEJO Outros Outros	2,00 1,00 1,00 1,00									
10030703 1003070301	ALENTEJO 2020 ALENTEJO 2020	2.634.731,74 1.523.205,18		778.753,21 573.803,14		778.753,21 573.803,14			778.753,21 573.803 , 14		29.6 37.7
1003070301 1003070302 1003070303	POSEUR+ OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS	1.323.203,18 1.111.525,56 1,00 1,00		204.950,07		204.950,07			204.950,07		18.4
1106	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1,00									
110610	Familias	1,00									
12 1205	PASSIVOS FINANCEIROS EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	609.001,00									
1205	Sociedades Financeiras	1,00									
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	609.000,00									
120602	Sociedades Financeiras	609.000,00									
13 1301	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1,00									
1301	OUTRAS Outras	1,00 1,00									
130199				1 705 450 20		1 705 450 20			1 705 450 20		100.0
	OUTRAS RECEITAS	1.785.247,32		1.785.452,39		1.785.452,39			1.785.452,39		100.0
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00		206,07		206,07			206,07		20607
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00		206,07		206,07			206,07		20607
150101	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	1,00		206,07		206,07			206,07		20607
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1.785.246,32		1.785.246,32		1.785.246,32			1.785.246,32		100.0
1601	SALDO ORÇAMENTAL	1.785.246,32		1.785.246,32		1.785.246,32			1.785.246,32		100.0
160101	Na Posse do Serviço	1.785.246,32		1.785.246,32		1.785.246,32			1.785.246,32		100.0
	TOTAL	16.412.097,11	296.562,76	14.002.447,84	630.756,37	13.335.566,10	80.598,24	80.598,24	13.254.967,86	332.688,13	80.8

(a) (12 = 10 / 3 * 100)

ENTIDADE

CM FERREIRA -

8. Execução do Plano Plurianual de Investimentos



EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO CONTABILÍSTICO 2018 PERÍODO: 2018/01/01 A 2018/12/31

	CÓDIGO	1	ANO/TIPO/NU	IMERO	FORMA	FONTE D FINANCIAM		DAT	AS	ı	MONTANTE PREVIST	0	MONTA	ANTE EXECUTADO		EXEC. FINAN	EXE FINA
OVIT	DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	P	DO ROJ. CÇÃO	DESCRIÇÃO	DE REALIZAÇÃO	AC AA	FC	INICIO	FIM	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	CEIRA ANUAL % (a)	CEIF GLOF % (k
		01	2004	FUNÇÕES GERAIS Serviços Gerais de Administração Pública Administracao Geral PLANO DE ACTIVIDADES						2.356.720,17 2.268.720,17 2.268.720,17 243.921,08	1.301.624,00 1.151.624,00 1.151.624,00 28.000,00	3.658.344,17 3.420.344,17 3.420.344,17 271.921,08	144.528,01 144.528,01 144.528,01 64.447,98	980.693,99 961.972,14 961.972,14 126.604,92	1.125.222,00 1.106.500,15 1.106.500,15 191.052,90	42.40 42.40	31.
0	02/07010301	0102 0104 0104	2004 I 2 2004 I 4 2004 I 4	Imoveis Municipais Maquinaria e Equipamento	OUTRA OUTRA	100.0			2020/12/31 2020/12/31	24.987,63 198.933,45 48.464,16	28.000,00	52.987,63 198.933,45	14.000,00 50.447,98	14.000,00 92.604,92 1.970,65	28.000,00 143.052,90	56.03 46.55 4.07	3 41. 5 57 .
0 0 0	02/070108 02/070109 02/07011002 02/070111	0104 0104 0104 0104	2004 I 4 2004 I 4 2004 I 4 2004 I 4							25.687,82 29.614,75 91.530,81 3.635,91				14.840,49 13.791,95 59.056,12 2.945,71		57.77 46.57 64.52 81.02	7 2
	02/070112 02/070101	0104 0106 01 0101	2004 I 4 2004 I 6 2007 2007 I 3	Aquisição de Terrenos PLANO DE ACTIVIDADES Material de Transporte	OUTRA	100.0			2017/12/31	20.000,00 546.828,76 546.828,76	133.624,00 133.624,00	20.000,00 680.452,76 680.452,76	60.296,75 60.296,75	20.000,00 301.855,26 301.855,26	20.000,00 362.152,01 362.152,01	55.20	48
	02/07010602 02/070205	0101 0101 02	2007 I 3 2007 I 3 2014	-						459.578,76 87.250,00 13.517,83	·	13.517,83	12.070,27	301.855,26 11.207,09	23.277,36	65.68 82.91	
	02/07010301	0201 02 0201	2014 I 1 2015 2015 I 1	Requalificação do Edificio dos Paços do Concelho PLANO DE ACTIVIDADES Reabilitação do Mercado Municipal e Arranjos da Zona	EMPREITADA EMPREITADA	100.0			2017/12/31	13.517,83 333.707,62 333.707,62		13.517,83 333.707,62 333.707,62	12.070,27 4.146,01	11.207,09 302.099,11 302.099,11	23.277,36 306.245,12 302.099,11	90.53	90.
0	02/07011002	0203 01	2015 I 3 2016	Envolvente Eficiência Energetica em Edificios Municipais Plano de Atividades	OUTRA	100.0			2019/12/31	16.443,56		16.443,56	4.146,01 3.567,00		4.146,01 3.567,00		17
0	02/070107 02/070108	0101 0101 0101	2016 I 1 2016 I 1 2016 I 1	E.Ferreir@ 2 - Programa de Modernização Administrativa	OUTRA	15.0	85.0	2016/01/02	2019/12/31	16.443,56 16.443,56		16.443,56	3.567,00		3.567,00		17
	02/070109	0101 01 0101 0102	2016 I 1 2018 I 1 2018 I 2	2018 Imóveis de Administração Municipal Equipamento e Maquinaria	EMPREITADA OUTRA	100.0			2021/12/31 2021/12/31	1.114.301,32 32.000,00 435.055,00	990.000,00 60.000,00 70.000,00	2.104.301,32 92.000,00 505.055,00		220.205,76 28.479,68 184.306,08	220.205,76 28.479,68 184.306,08	89.00	30
0	02/070107 02/070108 02/070109	0102 0102 0102 0102 0102	2018 I 2 2018 I 2 2018 I 2		OUTA	100.0		2010/01/02	2021/12/31	66.000,00 35.000,00 5.000,00	70.000,00	303.033,00		8.693,07 429,37 1.897,66	104.500,00	13.13 1.23 37.95 53.18	7 3 5
0	02/07011002 02/070111 02/070112	0102 0102 0102 0103	2018 I 2 2018 I 2 2018 I 2 2018 I 3	Aquisição Imóveis	OUTRA	100.0		2018/01/02	2021/12/31	325.055,00 3.000,00 1.000,00 217.000,00	60.000,00	277.000,00		172.873,93 412,05		13.74	
0	02/070101 02/07010301 02/07010302	0103 0103 0103	2018 I 3 2018 I 3 2018 I 3							7.000,00 200.000,00 10.000,00		·					
0	02/07010301	0104 0104 0104	2018 I 4 2018 I 4 2018 I 4	Paços do Concelho	EMPREITADA	100.0			2021/12/31	180.000,00 130.000,00 50.000,00	800.000,00	980.000,00		7.420,00 7.420,00	7.420,00	4.12 5.71	2 0.
	02/070107	0105 0106	2018 I 5 2018 I 3:	Alentejo-Intervenção PAICD	OUTRA EMPREITADA	100.0	85.0	2018/01/02 2018/01/01	2018/12/31 2021/12/31	20.246,32 230.000,00		20.246,32 230.000,00					
0	02/07010307 02/07011002 02/070111	0106 0106 0106	2018 I 33 2018 I 33 2018 I 33	3						175.000,00 50.000,00 5.000,00 88.000,00	150.000,00	238.000,00		18.721,85	18.721,85	21.2	7
0	02/07011002	01 0101	2004 I 10	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios PLANO DE ACTIVIDADES Serviço Municipal de Protecção Civil - Equipamento	OUTRA	100.0		2004/01/01	2020/12/31	88.000,00 5.000,00 5.000,00	150.000,00	238.000,00 5.000,00 5.000,00		18.721,85	18.721,85	21.27	7
		01	2018	2018						83.000,00	150.000,00	233.000,00		18.721,85	18.721,85	22.56	8.

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO CONTABILÍSTICO 2018 PERÍODO: 2018/01/01 A 2018/12/31

	CÓDIGO	CÓDIGO		PO/NUMERO		FORMA		NTE DE NCIAMEI		DATA	AS		MONTANTE PREVIST	0	MONT	ANTE EXECUTADO		EXEC. EXEC
OBJECTIVO	DA CLASSIFIC. ECONÓMICA		DO PROJ. ACÇÃO		DESCRIÇÃO	DE REALIZAÇÃO	AC	AA	FC	INICIO	FIM	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	CEIRA CEIRA ANUAL GLOBA % (a) % (b)
										A TRANSPOR	TAR	2.273.720,17	1.151.624,00	3.425.344,17	144.528,01	961.972,14	1.106.500,15	5
2. 2.1. 2.1.1.	02/07010413 03/07010305 03/070109	0101 01 0101 0101 0101 0101	2010 2010 2010 2010 2010	I 1 1 1	Melhoramento dos Equipamentos Publicos Municipais FUNÇÕES SOCIAIS Educação Ensino não Superior PLANO DE ACTIVIDADES Programa de Recuperação de Edificios e Espaços Escolares	OUTRA		15.0			2021/12/31 2019/12/31	83.000,00 3.223.968,63 784.039,07 734.039,07 468.539,07 468.539,07 468.537,07	150.000,00 2.211.100,08	233.000,00 5.435.068,71 784.039,07 734.039,07 468.539,07	174.079,18 1.414,50 1.414,50 1.414,50 1.414,50	18.721,85 803.459,84 432.212,83 432.212,83 425.322,83 425.322,83 425.322,83	433.627,33 433.627,33 426.737,33	22.56 8.0 24.92 17.4 55.13 55.2 58.88 58.9 90.78 90.80 90.78 90.80
2.1.2.	03/07011002 03/07010305 03/070109	0101 01 0101 0101 0101	2010 2018 2018 2018 2018	I 1 I 6 I 6	2018 Melhoramento dos Edifícios e Espaços Escolares	OUTRA		100.0		2018/01/02	2018/12/31	1,00 265.500,00 265.500,00 245.500,00 20.000,00		265.500,00 265.500,00		6.890,00 6.890,00 6.890,00	6.890,00 6.890,00	
2.1.2. 2.2. 2.2.1.	03/07010602	01 0101 01	2018 2018 2018	I 7	Serviços Auxiliares de Ensino 2018 Veiculos de Transporte Escolar Saúde Serviços Individuais de Saúde 2018	OUTRA		100.0		2018/01/02	2018/12/31	50.000,00 50.000,00 50.000,00 38.500,00 38.500,00 38.500,00	45.000,00 45.000,00 45.000,00	50.000,00 50.000,00 50.000,00 83.500,00 83.500,00 83.500,00				
2.3. 2.3.2.	02/07010307	0101	2018	I 8	Equipamentos de Saude Segurança e Acção Sociais Acção Social Hortas Sociais	EMPREITADA OUTRA		100.0			2021/12/31 2017/12/31	38.500,00 280.000,00 280.000,00	45.000,00 240.000,00 240.000,00	83.500,00 520.000,00 520.000,00				
	02/080802 02/070101 02/07010307 02/07011002	01 0101 0102 0102 0102 0102	2018 2018 2018	I 9 I 28 I 28 I 28 I 28	2018 Regulamento Municipal de Apoio Social Centros Seniores de Alfundão e Santa Margarida	OUTRA EMPREITADA		100.0			2021/12/31 2020/12/31	280.000,00 30.000,00 250.000,00 100.000,00 140.000,00	240.000,00 90.000,00 150.000,00	520.000,00 120.000,00 400.000,00				
2.4. 2.4.1.	02/070113	0102 01 0102	2004 2004	I 17	Habitação e Servicos Colectivos Habitação PLANO DE ACTIVIDADES Investimentos em Habitações Municipais	OUTRA		100.0		2004/01/01	2020/12/31		1.253.100,08 310.000,00 100.000,00 100.000,00	2.915.468,55 526.500,00 100.000,00	69.386,16	356.292,90	425.679,06	21.43 14.20
	02/07010203 02/070109	01 0101 0101 0101 0102	2018 2018	I 10 I 10 I 10 I 30	2018 Melhoramento e Conservação de Habitações Municipais	EMPREITADA		100.0			2021/12/31	216.500,00 11.500,00 6.500,00 5.000,00	210.000,00 60.000,00	426.500,00 71.500,00 355.000,00				
2.4.2.	02/070101 02/07010307 02/070113	0102 0102 0102 0102	2018 2018	I 30 I 30 I 30	Casa Mortuária de Figueira de Cavaleiros Ordenamento do Território	EMPREITADA		100.0		2018/01/01	2020/12/31	205.000,00 100.000,00 100.000,00 5.000,00 218.888,84		513.888,84		51.974,18	51 97 <i>4</i> 18	23.74 10.1
2.3.6.	02/07010401	0102 01 0104 0105	2008 2011 2011 2011	I 6 I 7	Loteamento Habitacional de Santa Margarida do Sado PLANO DE ACTIVIDADES Loteamento Habitacional Bairro Singa - Fase 2 Requalificação Urbana da Frente Poente de F.Alentejo	OUTRA EMPREITADA EMPREITADA		100.0 100.0 15.0		2011/01/01	2017/12/31 2019/12/31 2017/12/31		100.000,00 100.000,00	100.000,00 100.000,00			, i	
	02/07010406 02/07010413 02/07030301	01 0101 0101 0101 0101	2013 2013 2013 2013 2013	I 2 I 2 I 2	PLANO DE ACTIVIDADES PRODIVE-Programa de Requalificação Urbana de Odivelas	EMPREITADA		100.0			2017/12/31	703,17		703,17		605,98	605,98	86.18 86.19
	1									A TRANSPO	RTAR	3.675.759,24	1.996.624,00	5.672.383,24	145.942,51	1.412.906,82	1.558.849,33	3

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO CONTABILÍSTICO 2018 PERÍODO: 2018/01/01 A 2018/12/31

OBJECTIVO	CÓDIGO DA	CÓDIGO	/ANO/TI	PO/NUMER	0	FORMA DE	1	TE DE CIAMENT	0	DATA	AS		MONTANTE PREVIST	0	MONT	ANTE EXECUTADO		FINAN F	EXEC. FINAN CEIRA
OBJECTIVO	CLASSIFIC. ECONÓMICA		PROJ. ACÇÃO		DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO	AC	AA F	С	INICIO	FIM	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL G	GLOBAL % (b)
									I	TRANSPOR	ΓAR	3.675.759,24	1.996.624,00	5.672.383,24	145.942,51	1.412.906,82	1.558.849,33		
		0102	2013	I 3	PROSAMAR-Programa de Requalificação Urbana de Stª Margarida	OUTRA		15.0 8	5.0 2	2013/01/01	2017/12/31	703,17		703,17		605,98	605,98	86.18	86.18
	02/07011002	0102	2013	3 I 3	do Sado							703,17	,			605,98		86.18	
	02/07030301	0102 01 0101	2016 2016		Plano de Atividades RUFA III - Programa de Reabilitação Urbana de Ferreira do	EMPREITADA		15.0 8	5.0 2	2016/01/02	2017/12/31	202.185,67 86.005,28		202.185,67 86.005,28		51.368,20 51.368,20	51.368,20 51.368,20		
	02/07010307	0101		i 3	Alentejo							86.005,28				51.368,20		59.73	
	02/07030301 02/07030301	0101 0102		3 5	Requalificação Urbanistica da Entrada Sul Ferreira do	EMPREITADA	1	00.0	2	2016/01/02	2017/12/31	35.000,00		35.000,00					
	02/07030301	0103	2016	5 I 7	Alentejo Requalificação Urbanistica da Entrada Norte de Ferreira do	EMPREITADA		00.0		016/01/02	2017/12/31	49.011,39	,	49.011,39					
		0104			Alentejo	EMPREITADA		00.0											
	02/07030301	01	2018		Requalificação Urbanistica da Rotunda de Odivelas 2018			00.0			2017/12/31	32.169,00 16.000,00	195.000,00	32.169,00 211.000,00					
	02/070113	0101 0102			Via Pedonal de Ferreira do Alentejo Promoção dos Modos Suaves de Deslocação em Odivelas	EMPREITADA EMPREITADA		15.0 8			2019/12/31 2021/12/31	1.000,00	150.000,00	151.000,00					
	02/070101 02/07030301	0103 0103 0103	2018	I 29 I 29 I 29	Via de Acesso ao Cemitério de Peroguarda	EMPREITADA	1	00.0	2	2018/01/01	2019/12/31	10.000,00 5.000,00 5.000,00	25.000,00	35.000,00					
2.4.3.	02/07030301	0104	2018	3 I 34	Via Pedonal de Ligação Alfundão-Peroguarda Saneamento PLANO DE ACTIVIDADES	EMPREITADA	1	00.0	2	2018/01/01	2019/12/31	5.000,00 961.839,33 84.942,75	20.000,00 273.100,08	25.000,00 1.234.939,41 84.942,75	33.450,79	266.071,87 373,92	299.522,66 23.369,71		23.61 21.65
	02/07010403 02/07011002	0102 0102 0102	2004	I I 24 I 24 I 24	ETARS (Remodelação das ETARS do Concelho)	EMPREITADA	1	00.0	2	2004/01/01	2017/12/31	84.942,75 41.568,83 43.373,92		84.942,75		373, 92 373, 92	23.369,71		
	02/0/011002	0101	2006	5 I 10	Redimensionamento da Rede de Aguas Pluviais de Fig.Cavaleiros	EMPREITADA	1	00.0	2	2006/01/01	2017/12/31			005 006 66	40.455.00		000 100 00		20.45
	02/07010403	02 0201 01	2018	5 I 2	PLANO DE ACTIVIDADES Nova ETAR de Ferreira do Alentejo 2018	EMPREITADA					2018/12/31	702.896,58 702.896,58 174.000,00	193.100,08 80.000,00	895.996,66 895.996,66 254.000,00		265.697,95 265.697 , 95	276.152,95 276.152,95		
2.4.4.	02/07030313	0101	2018	3 I 13	Águas Pluviais em Figueira dos Cavaleiros Abastecimento de Água PLANO DE ACTIVIDADES	EMPREITADA		00.0	2	2018/01/02	2020/12/31	174.000,00 186.453,62 101.000,00		254.000,00 361.453,62 156.000,00	26.365,97 26.365,97	26.438,85 985,23	52.804,82 27.351,20		
	02/07011002 02/07030307	0101 0101 0101	2004	I 26 I 26 I 26 I 26	Sistema de Distribuição de Aguas	OUTRA	1	00.0	2	2004/01/01	2017/12/31	101.000,00 40.000,00 61.000,00		156.000,00	26.365,97	985,23 985 , 23	27.351,20	0.98 2.46	15.00
	02/070108 02/070113	01 0102 0102 0102	2016 2016 2016 2016	5 I 2 5 I 2 5 I 2	Plano de Atividades Cadastro de Infraestruturas de Água e Saneamento	OUTRA	1	00.0	2	2016/01/02	2017/12/31	25.453,62 25.453,62 5.999,94 19.453,68		25.453,62 25.453,62		25.453,62 25.453,62 5.999,94 19.453,68	25.453,62 25.453,62		
2.4.5.	02/07010407	01 0101		B I 26	2018 Sistemas de Tratamento da Qualidade da Água Resíduos Sólidos	OUTRA		15.0 8	5.0 2	2018/01/01	2021/12/31	60.000,00 60.000,00 23.795,25		180.000,00 180.000,00 23.795,25	9.569,40	11.808,00	21.377,40		
	02/07010601	01 0102 0102		I I 30	PLANO DE ACTIVIDADES Sistema Municipal de Recolha de Residuos Solidos	OUTRA		00.0	2	2004/01/01	2021/12/31	23.795,25 23.795,25 1,00		23.795,25 23.795,25	9.569,40 9.569,40	11.808,00 11.808,00	21.377,40 21.377,40		
2.4.6.	02/07011001 02/070205	0102 0102	2004	I 30 I 30	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza							23.793,25 1,00 54.891,43	i	254.891,43		11.808,00		49.63	
	02/07030312	0101	2004	I 31	Cemiterios	OUTRA		00.0	2	2004/01/01	2017/12/31			•					
	02/07030312	0101		5 I 14	PLANO DE ATIVIDADES Ampliação do Cemiterio de Odivelas	EMPREITADA		00.0	2	2016/06/30	2017/06/30	4.891,43 4.891,43		4.891,43 4.891,43					
	1		1		•	1				A TRANSPO	RTAR	5.071.627,71	2.639.724,08	7.711.351,79	215.328,67	1.769.199,72	1.984.528,39		

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO CONTABILÍSTICO 2018 PERÍODO: 2018/01/01 A 2018/12/31

	CÓDIGO	CÓDIGO	/ANO/TIPO/NUME	RO	FORMA	FONTE DE FINANCIAME		DATAS		MONTANTE PREVIST	0	MONT	ANTE EXECUTADO			EXEC.
OBJECTIVO	DA CLASSIFIC. ECONÓMICA		DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	DE REALIZAÇÃO	AC AA	FC	INICIO FIM	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	CEIRA ANUAL % (a)	CEIRA GLOBAL % (b)
								A TRANSPORTAR	5.071.627,71	2.639.724,08	7.711.351,79	215.328,67	1.769.199,72	1.984.528,39		
2.5. 2.5.1.	02/07030312	01 0101 0104	2018 14 2018 14 2004 137	2018 Cemiterios e Crematorio Servicos Culturais, Recreativos e Religiosos Cultura Rede de Centros Culturais e Recreativos	EMPREITADA	100.0		2018/01/02 2021/12/31 2004/01/01 2017/12/31	50.000,00 50.000,00 459.061,09 85.000,00		250.000,00 250.000,00 1.132.061,09 268.000,00	103.278,52	14.954,11	118.232,63	3.26	9.57
	02/07011002 02/07011002 02/070112	01 0101 0102 0103 0103	2017 1 1 2017 1 5 2017 1 5	(Alfundão, Fortes, Gasparões e Odivelas) Plano de Atividades Cinema Digital Musealização do Sítio Arqueológico do Monte da Chaminé Bens Artisticos e Culturais		100.0		2017/01/02 2017/12/31 2017/01/02 2017/12/31 2017/01/02 2017/12/31	40.000,00 10.000,00 30.000,00	15.000,00	118.000,00 73.000,00 45.000,00					
2.5.2.	02/070113 02/07010302 02/070113 02/07010302	0103 01 0101 0102 0103	2017 5 5 2018 2018 1 15 2018 1 16 2018 1 31 2004	2018 Centros Culturais e Recreativos Reconhecimento e Valorização do Património Cultural Melhoramento do Centro de Convivio de Abegoaria Desporto, Recreio e Lazer PLANO DE ACTIVIDADES	EMPREITADA OUTRA EMPREITADA	100.0 100.0 100.0		2018/01/02 2021/12/31 2018/01/02 2021/12/31 2018/01/01 2019/12/31	30.000,00 45.000,00 20.000,00 10.000,00 15.000,00 374.061,09 1.356,60	105.000,00 60.000,00 30.000,00 15.000,00	150.000,00 80.000,00 40.000,00 30.000,00 804.061,09 1.356,60	103.278,52 42.233,58	14.954,11	118.232,63 42.233,58	4.00	13.03 96.89
	02/07010406	0105 02 0201	2004 I 45 2014 I 5	Outras Infraestruturas Desportivas PLANO DE ATIVIDADES Outras Infraestruturas de Recreio e Lazer	OUTRA EMPREITADA	100.0		2004/01/01 2017/12/31 2014/01/01 2017/12/31	1.356,60 14.346,49 14.346,49		1.356,60 14.346,49 14.346,49	42.233,58 35.952,94 35.952,94	13.304,67 13.304,67	42.233,58 49.257,61 49.257,61	92.74	96.89 97.93 97.93
	02/07010406 02/07011002 02/07010302	0201 0201 01 0101 0101	2014 I 5 2014 I 5 2016 2016 I 6 2016 I 6	PLANO DE ATIVIDADES Conclusão do Estádio Municipal	EMPREITADA	100.0		2016/01/02 2018/01/02	1,00 14.345,49 268.358,00 264.038,00 260.000,00		268.358,00 264.038,00	25.092,00 25.092,00	13.304,67 1.649,44	26.741,44 25.092,00		9.11 8.68
	02/07011002 02/070113 02/07010406 02/07010406	0101 0101 0102 0103	2016 I 6 2016 I 6 2016 I 9 2016 I 13	Construção de Parque Senior em Alfundão Requalificação Urbanistica Junto ao Polidesportivo de Figueira dos Cavaleiros	EMPREITADA EMPREITADA	100.0		2016/01/02 2017/12/31 2010/10/06 2017/10/06	4.038,00 2.319,00 2.001,00		2.319,00		1.649,44	1.649,44	82.43	82.43
2.5.3.	02/07010302 02/07010405 02/07010406 02/07010406	01 0101 0102 0103 0104	2018 1 19 2018 1 21 2018 1 21 2018 1 25 2018 1 36	2018 Eficiencia Energetica nos Equipamentos Municipais Parque de Lazer da Barragem de Odivelas Melhoramento do Parque de Desportos de Ferreira do Alentejo Plano de Reabilitação dos Parques Infantis Outras Actividades Cívicas e Religiosas	OUTRA EMPREITADA OUTRA EMPREITADA	100.0 100.0 100.0		2018/01/02 2018/01/02 2018/01/01 2018/01/01 2019/12/31 2018/01/01 2019/12/31	90.000,00 10.000,00 30.000,00 42.500,00 7.500,00	30.000,00	520.000,00 360.000,00 30.000,00 72.500,00 57.500,00 60.000,00					
3. 3.1. 3.1.1.	02/080701	01 0101	2018 I 17	2018 Apoio a Organizações Civicas e Religiosas FUNÇÕES ECONÓMICAS Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca Caminhos Agrícolas	OUTRA	100.0		2018/01/02	263.967,62 20.000,00 20.000,00	60.000,00 60.000,00 2.365.000,00 60.000,00	60.000,00 60.000,00 2.628.967,62 80.000,00 80.000,00	14.976,19	112.692,61	127.668,80	42.69	4.83
3.2. 3.2.1.	02/07010408	01 0101 01	2018 I 18 2004	2018 Caminhos Agricolas e Prevenção de Incêndios Florestais Indústria e Energia Parques Industriais PLANO DE ACTIVIDADES	OUTRA			2018/01/02 2021/12/31	20.000,00 20.000,00 33.215,73 20.000,00 10.000,00	275.000,00	80.000,00 80.000,00 308.215,73 200.000,00 190.000,00		13.135,72 4.920,00	13.135,72 4.920,00		
	02/070113	0103 01	2004 I 51 2007	Zona Agro Industrial do Penique PLANO DE ACTIVIDADES	OUTRA	100.0		2004/01/01 2017/12/31	10.000,00 10.000,00	180.000,00	190.000,00 10.000,00		4.920,00	4.920,00		
3.2.2.	02/070113	0101	2007 I 8 2004	Alargamento do Parque das Empresas Energia PLANO DE ACTIVIDADES	OUTRA	100.0		2007/01/01 2017/12/31	10.000,00 13.215,73 13.215,73	95.000,00	10.000,00 108.215,73 108.215,73		4.920,00 8.215,72 8.215,72	4.920,00 8.215,72 8.215,72	62.17	7.59
	02/07010404	0102	2004 I 53	Reforço e Modernização da Iluminação Publica	OUTRA	100.0		2004/01/01 2017/12/31	13.215,73		108.215,73		8.215,72	8.215,72		
								A TRANSPORTAR	5.633.904,53	3.847.724,08	9.481.628,61	318.607,19	1.797.289,55	2.115.896,74		

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANO CONTABILÍSTICO 2018 PERÍODO: 2018/01/01 A 2018/12/31

OBJECTIVO	CÓDIGO DA	1	/ANO/TI DO	PO/NUMERC		FORMA DE	FONTE DE FINANCIAMENTO DATAS		MONTANTE PREVISTO		MONTANTE PREVISTO MONTANTE EXECUTADO		MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINAN CEIRA			
OBOECTIVO	CLASSIFIC. ECONÓMICA	E	PROJ. ACÇÃO		DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO	AC	AA	FC INI	IO	FIM	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL % (b)
									A TR.	NSPORTAF	₹	5.633.904,53	3.847.724,08	9.481.628,61	318.607,19	1.797.289,55	2.115.896,74		
3.3. 3.3.1.					Transportes e Comunicações Transportes Rodoviários							189.249,89 189.249,89	2.030.000,00	2.219.249,89	14.976,19 14.976,19	99.556,89 99.556,89	114.533,08 114.533,08	52.61	5.13
	02/07030301 02/07010408	01 0101 0104		I 54 I 56	PLANO DE ACTIVIDADES Construção e Conservação de Arruamentos no Concelho Estradas e Caminhos Municipais - Construção, Reabilitação e	OUTRA OUTRA		100.0)17/12/31)17/12/31	175.258,48 135.726,52 8.531,96	1.830.000,00 1.200.000,00 600.000,00	2.005.258,48 1.335.726,52 608.531,96	14.976,19 12.023,66	97.536,95 97.366 , 56	112.513,14 109.390,22	1 1	
	02/07010409	0105 01	2016		Conservação Sinalização Viaria e Estacionamento PLANO DE ATIVIDADES	OUTRA		100.0)17/12/31	31.000,00 2.991,41		61.000,00 2.991,41	2.952,53	170,39 2.019,94	3.122,92 2.019,94	67.52	
	02/07030301 02/07030301 02/07030301	0101 0102 0103	2016	I 10 I 11 I 12	Construção de Arruamentos em Peroguarda Construção de Arruamentos em Gasparões Construção de Arruamentos em Aldeia do Rouquenho	EMPREITADA EMPREITADA EMPREITADA		100.0 100.0 100.0	2016	06/29 20)17/12/31)17/12/31)17/12/31	2.619,67 371,74		2.619,67 371,74		2.019,94	2.019,94	77.11	77.11
	02/070113	01 0101 0102		I 20 I 22	2018 Praça do Mercado Requalificação das Passagens das Pessoas em Vias Rodoviarias	EMPREITADA EMPREITADA		100.0)21/12/31)21/12/31	11.000,00 2.000,00	200.000,00 200.000,00	211.000,00 202.000,00					
3.4.	02/07010408	0103	2018	I 23	na Vila de Ferreira do Alentejo Conservação e Reparação dos Caminhos Vicinais Comércio e Turismo	EMPREITADA		100.0	2018	01/02 20	021/12/31	9.000,00 21.501,00		9.000,00 21.501,00					
3.4.2.	02/07010409	02 0201	2014 2014	I 4	Turismo PLANO DE ACTIVIDADES Sinalização do Património Monumental do Concelho	OUTRA	1	100.0	2014	01/01 20)17/12/31	21.501,00 1,00 1,00		21.501,00 1,00 1,00					
	02/07010409	01 0101 0101	2018	I 24 I 24	2018 Rede de Percursos	OUTRA		15.0	85.0 2018	01/02 20)21/12/31	21.500,00 21.500,00 10.000,00		21.500,00 21.500,00					
	02/07011002 02/070113 02/07030301	0101 0101 0101	2018	I 24 I 24 I 24								1.000,00 500,00 10.000,00							
3.5. 3.5.2.		01	2017	1 1	Outras Funções Económicas Incremento do Desenvolvimento Economico e Social Plano de Atividades							1,00 1,00 1,00		1,00 1,00 1,00					
4.4.1.	02/07011002	0101	2017	I 3	Participação em Certames OUTRAS FUNÇÕES Operações da Dívida Autárquica				2017	01/02		1,00 803.661,28 462.002,28	715.249,75	1,00 1.518.911,03 462.002,28	849.025,52 508.777,81	715.304,91 421.129,09	929.906,90	91.15	95.79
4.1.1.	02/10060301	01 0101 0101		I 60	Relações com Instituições Financeiras PLANO DE ACTIVIDADES Amortização de Emprestimos	OUTRA		100.0	2004	01/01 20)19/12/31	462.002,28 462.002,28 462.002,28 380.000,00		462.002,28 462.002,28 462.002,28	508.777,81 508.777,81 508.777,81	421.129,09 421.129,09 421.129,09	929.906,90 929.906,90 929.906,90	91.15	95.79
	02/10060301	0101	2004	I 60 I 60	Transferências entre Administrações							53.685,52 28.316,76 270.575,00		772.575,00	233.621,71	339.126,81 53.685,52 28.316,76 240.862,82	474.484,53	100.00	47 16
4.2.1.	02/00050102	01 0101	2004	I 61	Transferencias para Administração Autarquica PLANO DE ACTIVIDADES	OUTDA		100.0	2004	01/01/0	010/10/01	270.575,00 265.315,00	502.000,00 302.000,00	772.575,00 567.315,00	233.621,71 233.621,71	240.862,82 240.862,82	474.484,53 474.484,53	89.02 90.78	47.16 59.24
	02/08050102	0101		I 62	Transferencias de Capital para as Freguesias nos Termos dos Protocolos Estabelecidos Outras Formas de Apoio as Freguesias nos Termos da Lei 5A	OUTRA		100.0			018/12/31	240.000,00 13.500,00	240.000,00	480.000,00	221.258,00	216.000,00 13.048,48	437.258,00 13.601,98		
	02/08050104	0107	2004	I 66	/2002 de 11/01 Transferencia para Amortização de Emprestimo - CIMAL	OUTRA		100.0)19/12/31	11.815,00	12.000,00	23.815,00	11.810,21	11.814,34	23.624,55		
	02/08050102 02/08050102	01 0101 0102		I 32 I 35	2018 Ampliação do Edificio da Sede da Freguesia de Odivelas Aproveitamento para Fins Sociais dos Antigos Celeiros da	OUTRA OUTRA		100.0)18/12/31)20/12/31	5.260,00 200,00 5.000,00	200.000,00	205.260,00 200,00 205.000,00					
4.3.	02/07030313	0103	2018	I 37	EPAC em Canhestros Requalificação dos Lavadouros e do Poço de Odivelas Diversas não Especificadas	OUTRA		100.0	2018	01/02 20)18/12/31	60,00 71.084,00	213.249,75	60,00 284.333,75	106.626,00	53.313,00	159.939,00		
4.3.1.					Equip. não Autarq. de Rele. Interesse para o Concelho					ANSPORT <i>i</i>		71.084,00 6.577.233,70	213.249,75 6.379.724 , 08	284.333,75 12.956.957,78	106.626,00 1.075.982,90	53.313,00 2.558.838,35	159.939,00 3.634.821,25		40.91

ENTIDADE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS ANO CONTABILÍSTICO 2018 Camara Municipal de Ferreira Alentejo PERÍODO: 2018/01/01 A 2018/12/31

OBJECTIVO	CÓDIGO DA	CÓDIG	O/ANO/TIPO/NUMERO		FORMA DE		NTE DE NCIAMENTO	DAT	ĀS		MONTANTE PREVIS	ΓΟ	MON:	TANTE EXECUTADO		1	EXEC. FINAN CEIRA
OBOLCIIVO	CLASSIFIC. ECONÓMICA		PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO	AC	AA FC	INICIO	FIM	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL % (b)
								A TRANSPOR	TAR	6.577.233,70	6.379.724,08	12.956.957,78	1.075.982,90	2.558.838,35	3.634.821,25	5	
	02/09080601	01 0101	2015 2015 I 5	PLANO DE ACTIVIDADES Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal	OUTRA		100.0	2015/01/02	2021/12/31	71.084,00 71.084,00	213.249,75 213.249,75	284.333,75 284.333,75	106.626,00 106.626,00	53.313,00 53.313,00	159.939,00 159.939,00		
								TOTAL GEF	AL	6.648.317,70	6.592.973,83	13.241.291,53	1.182.608,90	2.612.151,35	3.794.760,25	39.29	26.31

- Anotações a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano
- **b)** Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

Em de de		
	Em de	 _ de

Em de	de	e	
ъш ае	Qe	=	

9. Fluxos de Caixa



ENTIDADE CM FERREIRA

Camara Municipal de Ferreira Alentejo

ANO 2018 PAG. 1

Recebi	mentos		Pagamentos					
Saldo da gerência anterior		2.024.821,68	Despesas orçamentais		10.588.357,10			
Execução orçamental Operações de tesouraria	1.785.246,32 239.575,36		Correntes	7.976.205,75 2.612.151,35				
Receitas orçamentais		11.550.319,78	Operações de tesouraria		869.003,77			
Correntes	10.090.355,50 1.459.758,21		Saldo para a gerência seguinte		2.976.970,95			
Outras	206,07	859.190,36	Execução orçamental Operações de tesouraria	2.747.209,00 229.761,95				
Total		14.434.331,82	Total		14.434.331,82			

		ORGÃO	EXECUTIVO		
Em	 de			 de _	
				 	_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____

RECEBIMENTOS								
SALDO DA GERÊNCIA	ANTERIOR		2.024.821,					
EXECUÇÃO ORC	MENTAL	1.785.246,32						
	TESOURARIA	239.575,36						
		2001070700						
RECEITAS ORÇAME	TAIS		11.550.319,					
01	IMPOSTOS DIRECTOS	2.307.840,01						
0102	OUTROS	2.307.840,01						
010202	Imposto Municipal sobre Imoveis	613.381,51						
010203	Imposto Unico de Circulação	166.110,89						
010204	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imoveis	1.054.057,52						
010205	Derrama	474.290,09						
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	9.939,46						
0202	OUTROS	9.939,46						
020206	Impostos Indirectos Esp.das Autarquias Locais	9.939,46						
020206)1 Mercados e Feiras	169,29						
020206)2 Loteamentos e Obras	5.211,38						
020206)3 Ocupação da Via Pública	88,82						
020206	9 Outros	4.469,97						
020206	9901 Taxa Municipal de Direitos de Passagem	3.135,43						
020206		22,82						
020206		1.311,72						
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	194.397,09						
0401	TAXAS	185.237,55						
040123	Taxas Especificas das Autarquias Locais	185.237,55						
040123		42.079,46						
040123	1 .	753,22						
040123		86.061,01						
040123		56.343,86						
040123		299,20						
040123	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	511,25						
040123 0402	9999 Outras MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	55.533,41						
0402		9.159,54						
040201	Juros de Mora Multas e Penalidades Diversas	572,25 8.587,29						
040299 05	Multas e Fenalidades Diversas RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	397.116,89						
0502	JUROS- SOCIEDADES FINANCEIRAS	12,47						
0502	Bancos e Outras Instituições Financeiras	12,47						
050201	JUROS - ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	37,41						
0503	Administração Central - Estado	37,41						
0510	RENDAS	397.067,01						
051099	Outros	397.067,01						
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.608.718,13						
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.608.718,13						
060301	Estado	6.557.732,50						
060301		5.713.151,00						
060301	1	136.486,00						
060301	*	210.762,00						
060301	1 3	40.057,06						
060301		456.126,44						
060301		1.150,00						
060306	Estado - Part. Comunit. em Proj. Co-Financiados	15.370,08						
060306		15.370,08						
060309	Serviços e Fundos Autónomos - Sub.Protecção Emprego e Formaç	35.615,55						
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	559.559,88						
0701	VENDA DE BENS	237.271,64						
070102	Livros e Documentação Tecnica	2.550,97						
070105	Bens Inutilizados	4.846,00						
070111	Produtos Acabados e Intermedios	229.874,67						
070111 070111		229.874,67						

ENTIDADE CM FERREIRA
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

	RECEBIMENTOS		
0701110201	Aqua	229.394,97	
0701110202	Outros	479,70	
0702	SERVIÇOS	309.383,84	
070201	Aluquer de Espaços e Equipamentos	298,80	
070208	Serviços Sociais, Recreativ, Cult.e de Desporto	52.447,18	
07020801	Serviços Sociais	3.044,10	
07020802	Serviços Recreativos	23.122,97	
0702080299	Outros	23.122,97	
07020803	Serviços Culturais	10.872,00	
0702080399	Outros	10.872,00	
07020804	Serviços Desportivos	15.408,11	
070209	Serviços Especificos das Autarquias	256.637,86	
07020902	Resíduos Sólidos	173.019,52	
07020903	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	11.720,49	
0702090302	Transportes Escolares	11.720,49	
07020904	Trabalhos por Conta de Particulares	9.419,21	
07020905	Cemitérios	52.614,24	
07020906	Mercados e Feiras	226,08	
07020907	Parques de Estacionamento	18,80	
07020909	Canideos e Gatideos	133,37	
07020999	Outros	9.486,15	
0703	RENDAS	12.904,40	
070301	Habitações	300,00	
070302	Edificios	12.604,40	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.784,04	
0801	OUTRAS	12.784,04	
080199	Outras	12.784,04	
08019901	Indemnizações por Deterioração,Roubo e Extravio de Bens	60,00	
08019999	Diversas	12.724,04	
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	26.210,00	
0901	TERRENOS	6.210,00	
090110	Familias	6.210,00	
0902	habitações	20.000,00	
090210	Familias	20.000,00	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.433.548,21	
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.433.548,21	
100301	Estado	654.795,00	
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	634.795,00	
10030105	Ministerio da Educação	20.000,00	
100307 10030703	Estado - Parti.Comun.em Projectos Co-Financiados	778.753,21	
	ALENTEJO 2020	778.753,21	
1003070301 1003070302	ALENTEJO 2020	573.803,14	
1003070302 15	POSEUR+ REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	204.950,07 206,07	
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	206,07	
		- I	
150101	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	206,07	
TOTAL DAS RECE	EITA CORRENTES	10.090.355,50	
	EITA DE CAPITAL	1.459.758,21	
	AS RECEITAS	206,07	
OPERAÇÕES DE TESOURAF	RIA		859.190,36
	TOTAL		14.434.331,82

PAGAMENTOS									
DESPESAS ORÇAMENTAIS				10.588.357,10					
01 01 01 01 0102	ASSEMBLEIA MUNICIPAL DESPESAS COM O PESSOAL ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	14.199,37	9.436,96 9.036,96						

ENTIDADE CM FERRETRA Camara Municipal de Ferreira Alentejo PERÍODO

2018/01/01 A 2018/12/31

02

0.2

0.2

02

02

0.2

02

02

020101

020102

02010201

02010202

02010299

020104

020106

020107

PAGAMENTOS 0.1 010213 Outros Suplementos e Premios 9.036.96 0.1 01021302 Outros 9.036,96 0.1 0103 SEGURANCA SOCIAL 400.00 0.1 010309 Seguros 400,00 0.1 01030901 Seguros Acid. Trabalho e Doenças Profissionais 400,00 0.1 02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS 4.762,41 0.1 0201 AQUISIÇÃO DE BENS 109,47 0.1 020108 Material de Escritorio 109,47 0.1 0202 AOUISICÃO DE SERVICOS 4.652,94 0.1 020213 Deslocações e Estadas 3.652,94 0.1020225 Outros Servicos 1.000,00 02 CAMARA MUNICIPAL 9.257.453.26 02 01 DESPESAS COM O PESSOAL 3.845.142,30 0.2 0101 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES 2.887.617,24 0.2 010101 Titulares Org. Sob.e Membros de Org. Autarquicos 124.961.16 02 010104 Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o E 1.817.714,95 02 01010401 Pessoal em Funcões 1.761.379.95 0.2 01010404 Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Traba 56.335.00 0.2 010106 Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o E 42.511,53 02 01010601 Pessoal em Funções 42.511.53 0.2 010107 Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença 191.716.80 02 010108 2.410,67 Pessoal Aquardando Aposentação 02 010109 Pessoal em Qualquer Outra Situação 73.723.05 02 010111 Representação 31.392.24 0.2 010113 Subsidio de Refeição 205.232,52 Subsidio de Refeição - RCTFPTI 0.2 01011301 185.141,28 02 01011302 Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra S 12.721.59 02 01011303 Subsidio de Refeição - RCTFPTD 7.369,65 010114 02 Subsidios de Ferias e Natal 343.567,67 02 01011401 Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI 325.673,32 02 01011402 Subsidio de Ferias e Natal - Pessoal em Oualquer O 12.094.35 0.2 01011403 Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD 5.800,00 0.2 010115 Remunerações por Doença e Matern./Paternidade 54.386,65 02 0102 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS 164.550,19 02 010202 Horas Extraordinarias 142.544.13 010204 0.2 Ajudas de Custo 6.643.09 0.2 010205 Abono para Falhas 2.777,62 02 010211 SUBSÍDIO DE TURNO 2.944.75 0.2 010213 Outros Suplementos e Premios 9.640,60 0.2 01021302 Outros 9.640,60 02 0103 SEGURANÇA SOCIAL 792.974,87 02 010301 Encargos com a Saude 81.069.65 02 010302 Outros Encargos com a Saude 28.057,28 0.2 010303 Subsidio Familiar a Crianças e Jovens 6.633,21 02 010304 Outras Prestações Familiares 2.566,70 02 010305 Contribuições para a Segurança Social 621.168,99 0.2 01030502 Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato 621.168,99 02 0103050201 Caixa Geral de Aposentações 460.782,23 02 0103050202 Segurança Social - Regime Geral 160.386,76 0.2 010309 Seguros 45.651,71 Seguros Acid. Trabalho e Doenças Profissionais 0.2 01030901 45.651,71 02 010310 Outras Despesas de Segurança Social 7.827,33 02 01031099 Outras Despesas de Segurança Social 7.827.33 AOUISICÃO DE BENS E SERVIÇOS 0.2 2.604.484.15 0201 AOUISICÃO DE BENS 0.2 454.652,14

Materias-Primas e Subsidiarias

Alimentação - Generos para Confecionar

Combustiveis e Lubrificantes

Vestuario e Artigos Pessoais

Gasolina

Limpeza e Higiene

Gasóleo

Outros

ANO 2018 Pág. 3

51.404.45

736.14

226.084,35

174.832,67

50.515.54

5.685,28

1.383,42

3.751,58

		PAGAMENTOS	
02	020108	Material de Escritorio	24.351,39
02	020109	Produtos Quimicos e Farmaceuticos	37.155,91
02	020111	Material de Consumo Clinico	515,02
02	020112	Material de Transporte - Peças	27.571,89
02	020113	Material de Consumo Hoteleiro	2.183,34
02	020114	Outro Material - Peças	8.919,88
02	020115 020116	Premios,Condecorações e Ofertas Mercadorias para Venda	14.316,14 5.690,53
02	020116	Outras	5.690,53
02	020117	Ferramentas e Utensilios	5.331,43
02	020118	Livros e Documentação Tecnica	237,09
02	020119	Artigos Honorificos e de Decoração	358,15
02	020120	Material de Educação Cultura e Recreio	9.279,32
02	020121	Outros Bens	30.432,97
02	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.149.832,01
02	020201	Encargos das Instalações	423.896,11
02	020202	Limpeza e Higiene	318.846,10
02	020203	Conservação de Bens	41.071,43
02	020205	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	8.947,50
02	020209	Comunicações	98.117,92
02	020210 020212	Transportes Seguros	39.749,15 46.510,24
02	020212	Deslocações e Estadas	33.285,70
02	020213	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria	33.282,73
02	020211	Formação	2.031,70
02	020216	Seminarios, Exposições e Similares	19.683,94
02	020217	Publicidade	19.552,68
02	020218	Vigilancia e Segurança	50.956,45
02	020219	Assistencia Tecnica	23.245,92
02	020220	Outros Trabalhos Especializados	607.899,88
02	020221	Utilização de Infraestruturas de Transportes	44,50
02	020222	Serviços de Saude	593,58
02	020224	Encargos de Cobrança de Receitas	61.077,55
02	020225 03	Outros Serviços JUROS E OUTROS ENCARGOS	321.038,93 23.816,90
02	0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	23.116,41
02	0301	Soc. Fin Bancos e Outras Ins.Financeiras	17.256,34
02	030103	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	17.256,34
02	0301030201	Caixa Geral de Depositos	16.821,58
02	0301030203	Banco Espirito Santo	434,76
02	030105	Administração Publica Central - Estado	5.860,07
02	03010502	Emprestimos de Medio e Longo Prazos	5.860,07
02	0302	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	66,40
02	030201	Despesas Diversas	66,40
02	0305	OUTROS JUROS	634,09
02	030502	Outros	634,09
02	04 0405	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ADMINISTRAÇÃO LOCAL	441.662,15
02	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL Continente	183.444,02 183.444,02
02	040501	Frequesias	133.507,94
02	04050102	Associações de Municipios	49.936,08
02	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	239.290,01
02	040701	Instituições sem Fins Lucrativos	239.290,01
02	0408	FAMÍLIAS	18.928,12
02	040802	Outras	18.928,12
02	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	162.409,24
02	0602	DIVERSAS	162.409,24
02	060201	Impostos e Taxas	99.686,17
02	060203	Outras	62.723,07
02	06020301	Outras Restituições	145,26
02	06020304	Serviços Bancários	4.346,63
02	06020305 07	Outras AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	58.231,18 1.464.633,61
		WAGIOIÁNG DE BENG DE CULTIUD	1.404.033,01

PAGAMENTOS

ENTIDADE CM FERREIRA
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

		PAGAMENTOS	
02	0701	INVESTIMENTOS	1.365.247,11
02	070101	Terrenos	20.000,00
02	070103	Edificios	414.574,08
02	07010301	Instalações de Serviços	61.106,77
02	07010303	Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária	302.099,11
02	07010307	Outros	51.368,20
02	070104	Construções Diversas	294.455,35
02	07010403	Estações de Tratamento de Águas Residuais	265.697,95
02	07010404	Iluminação Pública	8.215,72
02	07010404	Instalações Desportivas e Recreativas	1.649,44
02	07010400	Sinalização e Trânsito	170,39
02	07010403	Outros	18.721,85
02	07010413	Material de Transporte	301.855,26
02	070106	Outro	301.855,26
02	07010002	Equipamento de Informatica	10.663,72
02	070107	Software Informatico	21.269,80
02	070100	Equipamento Administrativo	15.689,61
02	070110	Equipamento Basico	259.007,85
02	070110	Equipamento Basico Equipamento de Recolha de Resíduos	
02	07011001	Outro	11.808,00 247.199,85
02	07011002	Ferramentas e Utensilios	
02	070111	Investimentos Incorporeos	3.357,76 24.373,68
02	070113	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	99.386,50
02	070303	Outras Construções e Infraestruturas	99.386,50
02	070303	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	
02	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	99.386,50 240.862,82
02	0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
02	080501	Continente	240.862,82 240.862,82
02	080501	Frequesias	229.048,48
02	08050102	Associações de Municipios	11.814,34
02	08030104	ACTIVOS FINANCEIROS	53.313,00
02	0908	Unidades de Paticipação	53.313,00
02	090806	Administração Publica - Administração Central - Se	53.313,00
02	09080601	Fundo de Apoio Municipal	53.313,00
02	10	PASSIVOS FINANCEIROS	421.129,09
02	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	421.129,09
02	100603	Soc.Fin Bancos e Outras Inst.Financeiras	392.812,33
02	100603	Caixa Geral de Depositos	339.126,81
02	10060301	Novo Banco	53.685,52
02	10060505	Administração Publica Central - Estado	28.316,76
03	100003	ESCOLAS	1.316.704,47
03	01	DESPESAS COM O PESSOAL	469.396,76
03	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	382.266,80
03	010104	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o E	260.751,07
03	010104	Pessoal em Funções	241.035,25
03	01010401	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Traba	19.715,82
03	01010404	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o E	29.632,31
03	010106	Pessoal em Funções	29.632,31
03	01010001	Pessoal Aguardando Aposentação	619,04
03	010100	Pessoal em Qualquer Outra Situação	1.352,24
03	010113	Subsidio de Refeição	39.705,48
03	01011301	Subsidio de Refeição - RCTFPTI	34.425,09
03	01011301	Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra S	400,68
03	01011302	Subsidio de Refeição - RCTFPTD	4.879,71
03	010113 03	Subsidios de Ferias e Natal	49.666,98
03	010114	Subsidio de Ferias e Natal - RCTFPTI	45.606,98
03	01011401	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD	4.060,00
03	01011403	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade	539,68
03	010115 0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	1.482,53
03	0102	Horas Extraordinarias	499,44
03	010202	Ajudas de Custo	43,30
03	010204	Abono para Falhas	939,79
03	010203	SEGURANÇA SOCIAL	85.647,43
 		programica poetur	03.047,43

ENTIDADE CM FERREIRA Camara Municipal de Ferreira Alentejo PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

	PAGAMENTOS		
03 010302 03 010303 03 010305 03 01030502 03 0103050201 03 0103050201 03 0203050202 03 0201 03 020120 03 0202 03 0202 03 0202 03 04 03 0403 03 040301 03 0405	Outros Encargos com a Saude Subsidio Familiar a Crianças e Jovens Contribuições para a Segurança Social Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato Caixa Geral de Aposentações Segurança Social - Regime Geral AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS AQUISIÇÃO DE BENS Material de Educação Cultura e Recreio AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ADMINISTRAÇÃO CENTRAL Estado ADMINISTRAÇÃO LOCAL	3.432,38 820,92 81.394,13 81.394,13 44.753,65 36.640,48 232.382,27 19.947,13 19.947,13 212.435,14 212.435,14 182.712,61 31.155,00 31.155,00 39.195,37	
03 0405 03 040501 03 04050102 03 0407 03 040701 03 0408 03 040802 03 07 03 0701 03 070103 03 07010305	Continente Frequesias INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições sem Fins Lucrativos FAMÍLIAS Outras AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL INVESTIMENTOS Edificios Escolas	39.195,37 39.195,37 39.195,37 99.619,12 99.619,12 12.743,12 12.743,12 432.212,83 432.212,83 432.212,83	
TOTAL DAS DESPESAS	CORRENTES DE CAPITAL	7.976.205,75 2.612.151,35	869.003,77
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		2.747.209,00 229.761,95	2.976.970,95
TOTAL			14.434.331,82

ORGÃO EXECUTIVO	orgão deliberativo	
Em de de	Em de d	de
<u> </u>		

10. Contas de Ordem



ENTIDADE							DATA	ANO	PAGINA
CM FERREIRA Período: 2018/01/02 a 20		18/12/31	MAPA DAS CONTAS DE ORDEM					2018	1
COD. CONTA DESIGNAÇÃO		SALDO INICIAL		DO P	SALDO E	SALDO FINAL			
			DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CRE	DOR
09	CONTAS DE ORDEM		641.034,70	641.034,70	255.190,82	255.190,82			
09.1	RECIBOS PARA COBRANÇA		170.935,50	170.935,50	59.612,02	59.612,02			
09.1.1	ANOS ANTERIORES		170.935,50			6.555,99	164.379,51		
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADA		170.935,50				170.935,50		
09.1.1.02	RECEITA COBRADA					6.555,99			6.555,99
09.1.1.03	RECEITA ANULADA								
09.1.2	EXERCICIO CORRENTE				42.677,59	10.378,44	32.299,15		
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADA				42.677,59		42.677,59		
09.1.2.02	RECEITA COBRADA					10.378,44		1	0.378,44
09.1.2.03	RECEITA ANULADA								
09.1.3	CONTA DE CONTRAPARTIDA			170.935,50	16.934,43	42.677,59		19	6.678 , 66
09.2	FUNDOS CAUCIONADOS		86.336,69	86.336,69	54.574,98	54.574,98			
09.2.1	CAUÇÃO DE EMPREITADAS			78.866,02	50.290,90	4.284,08			2.859,20
09.2.1.01	CAUÇÃO PRESTADA			78.866,02		4.284,08		8	3.150,10
09.2.1.02	CAUÇÃO ACCIONADA								
09.2.1.03	CAUÇÃO DEVOLVIDA				50.290,90		50.290,90		
09.2.2	CAUÇÃO DE AGUAS			2.270,99					2.270,99
09.2.2.01	CAUÇÃO PRESTADA			2.270,99					2.270 , 99
09.2.2.02	CAUÇÃO ACCIONADA								
09.2.2.03	CAUÇÃO DEVOLVIDA								
09.2.3	CAUÇÕES DIVERSAS			5.199,68					5.199,68
09.2.3.01	CAUÇÃO PRESTADA			5.199,68					5.199,68
09.2.3.02	CAUÇÃO ACCIONADA								
09.2.3.03	CAUÇÃO DEVOLVIDA								
09.2.9	CONTA DE CONTRAPARTIDA		86.336,69		4.284,08	50.290,90	40.329,87		
09.3	GARANTIAS		377.492,51	377.492,51	141.003,82	141.003,82			
09.3.1	GARANTIAS PRESTADAS			377.492,51		126.901,00		50	4.393,51
09.3.2	GARANTIAS ACCIONADAS								
09.3.3	GARANTIAS DEVOLVIDAS				14.102,82		14.102,82		
09.3.9	CONTA DE CONTRAPARTIDA		377.492,51	6 070 00	126.901,00	14.102,82	490.290,69		
09.4	GARANTIAS A FAVOR DE TERCEIROS		6.270,00	6.270,00			6 070 00		
09.4.1	GARANTIAS PRESTADAS A TERCEIROS		6.270,00				6.270,00		
09.4.2	GARANTIAS ACCINADAS A TERCEIROS								
09.4.3	GARANTIAS DEVOLVIDAS A TERCEIROS			6 070 00					
09.4.9	CONTA DE CONTRAPARTIDA			6.270,00					6.270 , 00
		TOTAL	641.034,70	641.034,70	255.190,82	255.190,82			

11. Operações de Tesouraria



ENTIDADE	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	DATA	ANO	PAGINA	
CM FERREIRA	Período: 2018/01/01 a 2018/12/31	2019/04/08	2018	1	

DESIGNACAO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR MOVIMENTO ANUAL				ÊNCIA SEGUINT	
DESIGNACAO	DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES		153.177,54	46.006,82	42.027,79		149.198,5
CLIENTES E UTENTES C/CAUÇOES		153.177,54	46.006,82	42.027,79		149.198,5
CAUÇOES DE EMPREITADAS		145.706,87	46.006,82	42.027,79		141.727,8
TECNOVIA - SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A		0,01	,	,		0,0
MARTINS & BAILÃO LDA		2.427,80				2.427,
SENTIDO DESIGNERS E ASSOCIADOS, LDA		1.666,72				1.666,
FIRCOPUL, LDa		139,67				139,
CONEGIL, EMPREITEIROS, S.A.		2.597,58				2.597,
CONSDEP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO SA		4.098,92	2.000,00			2.098,
SCHREDER ILUMINAÇÃO, S.A.		94,54	2.000,00			94,
FRANCISCO CHARNECA PINTO & FILHOS, LDA		9.542,94				9.542,
JANEIRO & FIGUEIREDO, LDA.		294,07				294,0
ALVENOBRA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES LDA		1.359,87				1.359,8
PERCURSO-ARQUITECTURA DESENHO E PLANEAMENTO, CRL		624,88				624,8
EFACEC ENGENHARIA, SA		1.970,07				1.970,0
ICEBLOCK SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES SA		1.570,07	11.896,26	18.263,35		6.367,
H P E & FILHOS, LDA		1.467,59	11.090,20	10.203,33		1.467,
VIDAL PEREIRA & GOMES LDA		274,75				274,
VIDAL PEREIRA & GOMES LDA VIBEIRAS SA		3.591,79	3.591,79			2/4,
MIGUEL SALES-PROJ.CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS		1.613,50	1.613,50			
			1.013,30			F 000 I
Inplenitus - Arquitectura E Soluções Unipessoal, Lda ÁREAGOLFE - GESTÃO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CAMPOS DE GOLFE, SA		5.899,50 1.792,49	1.792,49			5.899,
BETONIT-ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, LDª		17.932,91				17.932,
MONDO PORTUGAL, S.A.		5.116,87	5.116,87			17.552,
ECODEPUR - TECNOLOGIAS DE PROTECÇÃO AMBIENTAL		1.588,10	3.110,07			1.588,
CAPTÁGUA - CAPTAÇÕES DE ÁGUA, LDA						
		1.557,40	522 65	6 500 60		1.557,
H. TEIXEIRA & C.ª, LDA		19.033,36	533,65	6.520,62		25.020,
Constrope - Congevia Engenharia E Construção, S.a.		5.581,50	10 004 70			5.581,
MANUEL PEDRO DE SOUSA E FILHOS, LDA		27.320,01	18.004,79			9.315,2
Jasfec - Sociedade de Contruções E Terreplanagens, Lda		1.394,50				1.394,
Mpt - Mobilidade e Planeamento do Territorio,lda CASTELHANO E FERREIRA - INDÚSTRIA DE TECTOS FALSOS E DIVISÓRIAS		750,00 1.625,00				750, 1.625,
MJ MESTRE, UNIPESSOAL, LDA.		2.338,95				2.338,9
COFIJO - CONSTRUÇÕES, LDA		14.212,47				14.212,4
CONSTRUÇÕES DO BAÇA - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PUBLICAS,		4.858,23	1.457,47			3.400,
LDA		4.030,23	1.43/,4/			3.400,
SENTIDOS SUAVES, LDA		2 040 00		9.930,46		10 071
MAJA - MANUEL ANTÓNIO & JORGE ALMEIDA CONSTRUÇÕES, S.A.		2.940,88		7.313,36		12.871,
		0 070 00		7.313,30		
CAUÇOES DE AGUAS		2.270,99				2.270,
Camara Municipal de Ferreira Alentejo	7 50	2.300,99			7 50	2.300,
ZEFERINO ANTONIO SALGADINHO SERRA ANTÓNIA FRALDA RELVAS ROMÃO	7,50				7,50	
	7,50				7,50	
MARIO ALBERTO SABINO HILÁRIO	7,50				7,50	
Francisco Manuel Soares Silva	7,50				7,50	
DIVERSAS		5.199,68				5.199,
VIRGINIA MARIA VONGUE		300,00				300,
FERNANDO AUGUSTO BERRELHA MONTEIRO		1.425,00				1.425,
FRANCISCO MANUEL ROSA BICHO		24,68				24,
Maria José P. Venâncio Simão Palma		960,00				960,
JOSÉ GARCIA AMBRÓSIO		1.575,00				1.575,
JULIA DE JESUS CANILHAS		165,00				165,
Maria Antonieta da Silva Nunes Guiomar		750,00				750,
ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		76.759,24	780.691,14	775.009,59		71.077,
RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS		27.591,00	349.636,50	348.240,00		26.194,
TRABALHO DEPENDENTE		23.091,00	307.524,00	308.445,00		24.012,
TRABALHO INDEPENDENTE		4.500,00	42.112,50	39.795,00		2.182,
CONTRIBUIÇOES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		30.350,90	425.922,83	420.112,49		24.540,
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		175.393,
TI TIMOT ONTIN						
		NTRIBUIÇOES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	NTRIBUIÇOES PARA A SEGURANÇA SOCIAL 30.350,90	NTRIBUIÇOES PARA A SEGURANÇA SOCIAL 30.350,90 425.922,83	NTRIBUIÇOES PARA A SEGURANÇA SOCIAL 30.350,90 425.922,83 420.112,49	NTRIBUIÇOES PARA A SEGURANÇA SOCIAL 30.350,90 425.922,83 420.112,49

ENTIDADE DATA PAGINA OPERAÇÕES DE TESOURARIA 2019/04/08 2018 CM FERRETRA Período: 2018/01/01 a 2018/12/31 2. SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR MOVIMENTO ANUAL SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE COD. CONTA TERCETRO DESIGNACAO DEVEDOR CREDOR DEBITO CREDITO DEVEDOR CREDOR 175.393,01 180.768.54 395.643.32 390.267,79 TRANSPORTE ... 24.5.1 233.234.45 232.722.31 CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES 17.360,49 16.848.35 24.5.1.1 CGA-DESCONTO DO PESSOAL 17.360.49 233.234.45 232.722.31 16.848.35 24.5.2 6.495.82 99.537.71 93.041.89 24.5.2.1 ADSE-DESCONTOS DO PESSOAL 6.495,82 99.537,71 93.041,89 6.388,81 91.680,48 92.881,24 24.5.3 TGFSS 7.589,57 7.589,57 24.5.3.1 IGFSS-DESCONTOS DO PESSOAL 6.388.81 91.680.48 92.881.24 OUTROS SUBSISTEMAS DE SEGURANÇA SOCIAL 1.467.05 24.5.4 105,78 1.470,19 102.64 24.5.4.1 SAD-PSP 33,67 464,54 464,45 33,58 24.5.4.2 SAD/GNR 72,11 1.005,65 1.002,60 69,06 24.9 OUTRAS TRIBUTACOES 18.817.34 5.131.81 6.657,10 20.342.63 24.9.1 MULTAS E COIMAS 18.817,34 5.131,81 6.657,10 20.342,63 24.9.1.4 EXECUÇÕES FISCAIS 18.817.34 5.131.81 6.657.10 20.342.63 EXECUÇÕES FISCAIS-PRESTAÇÕES DE ÀGUA 24.9.1.4.1 18.817.34 5.131.81 6.657,10 20.342.63 26 OUTROS DEVEDORES E CREDORES 9.638.58 42.305.81 42.152.98 9.485.75 26.3 SINDICATOS 465.86 5.682.92 5.690,86 473.80 26.3.1 STAL 387.66 4.682.95 4.680.49 385.20 SINDICATO TRAB. FUN. PUBLICA DO SUL E AÇORES 26.3.2 67.22 844.81 849,41 71.82 26.3.4 10.98 131.76 131.76 10.98 26.3.6 SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA 23.40 29.20 5,80 26.8 OUTROS DEVEDORES E CREDORES 9.172.72 36.622.89 36.462.12 9.011.95 26.8.5 DEVEDORES E CREDORES DE OPERAÇOES NAO ORÇAMENTAIS 4.063,43 32.238.81 32.028.04 3.852,66 26.8.5.1 COFRE DE PREVIDÊNCIA 19,06 228,72 228,72 19,06 26.8.5.2 DIRECÇÃO GERAL DAS FLORESTAS 83,28 83,28 26.8.5.2.1 EXAME DE CARTA DE CACADOR 83,28 83,28 26.8.5.4 1.150.97 1.150.97 RETENÇÃO DE PAGAMENTOS 822,70 822,70 26.8.5.4.1 AUTORIDADE TRIBUTÁRIA - FINANCAS 26.8.5.4.2 SEGURANCA SOCIAL 328,27 328,27 26.8.5.6 SERVICO ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS 1.815.02 616,25 2.431.27 26.8.5.9 OUTROS 2.146,07 30.859,12 30.032,10 1.319,05 26.8.5.9.1 14.032,08 13.409,13 DESCONTOS DE VENCIMENTOS PARA PENHORAS 1.566,12 943,17 26.8.5.9.2 ATAM 35,61 399.74 392.79 28,66 26.8.5.9.8 TAXAS 544.34 8.244,65 7.990.89 290.58 26.8.5.9.8.2 TAXA DE JUSTICA FUNCIONARIOS 544.34 8.244.65 7.990.89 290.58 26.8.5.9.9 8.182,65 8.239,29 OUTROS 56,64 26.8.5.9.9.1 PENSAO DE ALIMENTOS 3.014.64 3.014,64 26.8.5.9.9.8 DEV. CRED. OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS 818,01 874,65 56,64 26.8.5.9.9.9 OUTROS CONSIGNADOS 4.350.00 4.350,00 26.8.5.9.9.9.3 BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS FERREIRA DO ALENTEJO 4.350,00 4.350,00 26.8.9 CREDORES DIVERSOS - OUTROS 5.109,29 4.384.08 4.434.08 5.159.29 26.8.9.8 GARANTIAS E CAUCOES 5.109,29 4.384,08 4.434,08 5.159,29 26.8.9.8.1 GARANTIAS 1.091,71 100,00 150,00 1.141,71 26.8.9.8.3 CAUCÕES 4.017,58 4.017,58 4.284,08 4.284,08 2248 Inplenitus - Arquitectura E Soluções Unipessoal, Lda 498,00 498.00 1.300,00 2288 ECO CHOICE, S.A 1.300,00 3203 Fase- Estudos e Projetos, Sa 2.219.58 2.219.58 3617 SALESJARDINS, UNIPESSOAL, LDA 4.284,08 4.284,08 TOTAL ... 239.575,36 869.003,77 859.190,36 229.761,95

Em d	e	de

Em ____ de ____ de ____

12. Caracterização da Entidade



Municipio de Ferreira do Alentejo



12.1 - Caraterização da Entidade

As notas que se segue respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL).

Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, não são aplicáveis no momento presente, ao Município ou a sua presentação não é tida como relevante.

12.1.1 - Identificação

Designação: Município de Ferreira do Alentejo

Número de Identificação Fiscal: 501 227 490

Morada: Praça Comendador Infante Passanha, 5

Telefone: 284738700

Fax: 284739250

http: www.cm-ferreira-alentejo.pt

E-mail: geral@cm-ferreira-alentejo.pt

O município tem património e finanças próprias, cf dispõe o artigo 238/1 da Constituição da República Portuguesa. O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais em vigor foi aprovado pela Lei Nº 73/2013 de 03 de setembro alterada pela Lei 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei 69/2015, de 16 de julho e pela Lei 132/2015, de 4 de setembro

A autarquia gere as suas receitas, que provêm dos impostos legalmente consignados, os que vêm do Orçamento de Estado, bem como projetos candidatados a fundos comunitários ou de Contratos-Programa celebrados com o Estado ou outras entidades. São também receitas, as cobradas pela prestação de serviços e a gestão do seu património.

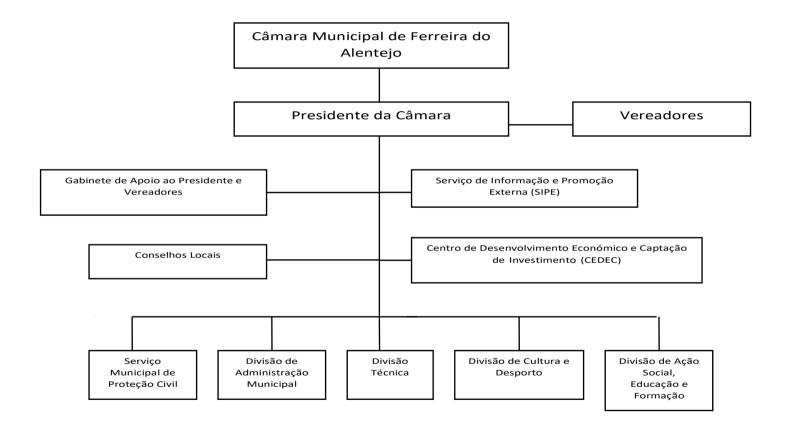
12.1.2 - Legislação

A estrutura e organização dos serviços municipais da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo regese pelo Decreto-Lei Nº 166/84, de 6 Abril, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 44/85, de 13 de Setembro, e pela Lei Nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro, pela Lei 67/2007 de 17 de Julho, pela Lei Orgânica 1/2011 de 13 de Novembro e pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Relatório e Contas 2018

Município de Ferreira do Alentejo

12.1. - Estrutura organizacional efetiva





1.2.1.4 – Descrição sumária das atividades

Esta descrição vai ser tratada em pormenor no Relatório de Gestão, por se considerar que se enquadra melhor nessa estrutura.

12.1.5 - Composição do Órgãos Autárquicos

12.1.5.1 Assembleia Municipal

De acordo com o estipulado na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 janeiro, pela Lei 67/2007 de 17 de Julho, pela Lei Orgânica 1/2011 de 13 de Novembro e pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo, órgão deliberativo do Município, é constituída por dezanove membros, dos quais quinze são eleitos diretamente e os restantes são os presidentes das freguesias do município.

 No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 o órgão era composto pelos seguintes membros:

Mesa da Assembleia

PS

Romana Maria Martins Parreira Romão Presidente da Assembleia Municipal

Rui Filipe Fezes Pascoa 1º Secretário

Virgínia do Nascimento Duro Pereira Daniel Godinho 2º Secretário



Membros da Assembleia

PS

Ricardo Manuel Gomes Mira Silva

Ana Maria do Sacramento Torres Olho Azul

José Jacinto Descalço Bilau

Palmira de Jesus Dias Brissos Pereira

António Francisco Galvão Gomes

Ana Isabel Lino Fialho

Rui Edgar Ferreira da Costa

Carlos Manuel Bonito Raposo Presidente da União de Freguesias de Alfundão e

Peroguarda

José João Cavaco Presidente da União de Freguesia de Ferreira do

Alentejo e Canhestros

Juvenália Isabel Guerreiro Salgado Presidente da Freguesia de Figueira dos Cavaleiros

Rodrigo José Rego Raposo Presidente da Freguesia de Odivelas

CDU

João Luís Ferro Fragoso

Maria de Lurdes Dias Fernandes Hespanhol

Maria Rosa Maurício Carvoeiras

Francisco José Fialho Patrício – Substituto de Maria Rosa Maurício Carvoeiras nas sessões de 19 janeiro e 29 de junho de 2018.

PSD

Sérgio Paulo Rodrigues Fernandes

Vânia Cristina Raposo Poeiras – Substituta de Sérgio Paulo Rodrigues Fernandes na sessão de 28 setembro de 2018.

Relatório e Contas 2018



De 1 de janeiro até 31 de dezembro do exercício em análise, a Assembleia Municipal realizou seis sessões ordinárias e duas sessões extraordinárias.

12.1.5.2 Câmara Municipal

De acordo com o estipulado na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei 67/2007 de 17 de julho, pela Lei Orgânica 1/2011 de 13 de novembro e pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, órgão executivo do Município, é constituída por cinco membros. O Presidente e quatro Vereadores, dos quais a três foram atribuídos pelouros.

 No período que vai de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 o órgão era composto pelos seguintes membros:

Presidente

Luís António Pita Ameixa Presidente da Câmara Municipal – PS

Vereadores com Pelouros

Maria José do Ó Efigénio Vice-Presidente da Câmara Municipal – PS

José Valente Rocha Guerra Vereador da Câmara Municipal – PS

Ana Rute Beringel de Sousa Vereadora da Câmara Municipal - PS

Vereadores sem Pelouro

Paulo Fernando Marrafas Conde Vereador da Câmara Municipal – CDU

De 1 de janeiro até 31 de dezembro do exercício em análise, a Câmara Municipal realizou vinte e sete reuniões ordinárias e duas extraordinárias.



12.1.6 - Organização Contabilística.

A organização contabilística da Autarquia está estruturada de acordo com o Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei 60-A/2005, de 30 de dezembro.

O sistema contabilístico da Autarquia está integrado na Divisão de Administração Municipal, mais precisamente na Secção Financeira, não existindo qualquer descentralização.

O sistema informático da Autarquia é composto por vários servidores, agrupados por funções específicas:

- Servidor de Arquivo Municipal, de base de dados de Recursos Humanos, de aplicações da Medidata - Intel Xeon 3100 Dual core com12MB de cache L2 e Front Side Bus (FSB) de 800, disco de 1,4TB.
- Servidor Fasoft só para consulta de histórico, com aplicação de águas, POCAL, RH, Gestão de Documentos, Gestão de Stocks, Património, Plano de Atividades, Tesouraria, Salários. Máquina Virtual.
- Servidor Gerador de Documentos Ano Servidor responsável pela geração de documentos OpenOffice e pdf dentro do sistema da ANO. Intel(R) Xeon(R) CPU 3040 @ 1.86GHz, 512 MB Memória, 1 TB Disco, Windows XP Professional.
- 4. Servidor de Aplicações Ano. Servidor responsável pelo sistema de Gestão e Seguimento de Expediente, Gestão e Seguimento de Processos, Sistemas de Atendimento Público, Sistema de Atendimento Público na Web, Atendimento Público PDA. Gestão Documental e Workflow. Intel(R) Xeon(R) CPU 3040 @ 1.86GHz, 512 MB Memória, 1 TD Disco, Linux
- 5. Servidor de Base de dados Oracle 10, responsável por todas as bases de dados do sistema ANO, e de com as aplicações: Obras Particulares, Obras Municipais, Máquinas e Viaturas, Pessoal, Armazéns, Águas, Património, POCAL, Atendimento e Correspondência Intel(R) Xeon(R) CPU 3040 @ 1.86GHz, 512 MB Memória, 152 GB Disco, Linux
- Virtualizador XEN -Virtualização de servidores HP DL 380p Gen 8 8-SSF 32GB Ram 4TB Disco.
- Cópias de segurança globais Servidor responsável por colocar em discos toda a informação da câmara municipal para arquivo e disaster recovery de qualquer um dos servidores da câmara municipal.
- 8. Site produção Site da CMFA. Contém a base de dados e o site da cmfa.www.ferreiradoalentejo.pt e www.cm-ferreira-alentejo.pt Máquina Virtual.



- 9. Srh_windows2008 Softwares de recursos humanos da empresa ELO. Contem o software ELO NG SS Portal para os utilizadores consultarem férias, faltas, entregarem justificações ou pedidos e o ELO NG TV Administração dos recursos humanos. Contem a base de dados em SQL Express e os serviços que fazem a sincronização dos relógios de ponto Máquina Virtual
- 10. Fileserver01 Servidor samba, integrado com o active directory, que partilha pastas partilhadas com os utilizadores. Disponibiliza segurança adicional, através de uma reciclagem escondida que grava os ficheiros apagados em rede, e controlo de versões a cada meia hora, de forma logarítmica, que permite ao utilizador recuperar ficheiros alterados Máquina Virtual.
- 12.1.7 Outra informação conforme exigência das notas técnicas III da resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas, publicadas no DR nº 191, de 18 de agosto de 2001 e resolução nº 7/2018 do tribunal de contas, publicado no DR nº 6, de 01 de setembro de 2018.
 - O Município dispõe do Regulamento de Controlo Interno e do Sistema de Inventário e Cadastro.
 - Montante dos Fundos de Equilíbrio Financeiro, Social Municipal e Participação Fixa no IRS 6.695.194,00€.
 - Montante dos pagamentos relativos a investimentos realizados pelo Município no ano anterior ao da gerência em apreciação – 2.097.776,65€.
 - ❖ A Inspeção Geral de Finanças (IGF) promoveu uma auditoria ao Município de Ferreira do Alentejo na área da contratação pública no ano 2015.
 - ❖ Os encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL) em que o Município participa foram de 11.814,34€, sendo a totalidade da verba referente a amortização de capital.

13. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados





13 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

13.2.1 – Indicação e justificação das disposições do Pocal que, em casos excecionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia local.

As disposições indicadas correspondem às previstas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de dezembro.

13.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

IMOBILIZADO

O ativo imobilizado incluído no balanço foi valorizado nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, ou seja, ao custo de aquisição, acrescido de eventuais despesas com a sua aquisição, excetuando alguns bens constantes do balanço inicial, cujo valor foi atribuído baseado em critérios técnicos adequados à sua natureza. Outros bens de caráter residual foram ainda inventariados com valor zero.

Como critério valorimétrico na contabilização dos bens adquiridos durante o exercício em causa foi utilizado o valor de aquisição ou de produção, conforme tenha sido adquirido a terceiros ou feito por funcionários da Autarquia.

O método adotado para cálculo das amortizações foi o das quotas constantes, visando a imputação do custo de utilização dos ativos imobilizados pelos diversos exercícios, atualizando o valor desses mesmos imobilizados.

Para o imobilizado obtido no decurso do exercício em análise foi efetuada a sua amortização por duodécimos, reportando-se ao mês em que a aquisição foi concretizada.

De acordo com a informação nº 24/2003, foi aprovada a proposta de não registar no património da Autarquia os bens cujo valor seja inferior a vinte e cinco euros (25€).

Os Investimentos financeiros representados por partes de capital em outras empresas municipais, intermunicipais e cooperativas, estão registados pelo seu custo de aquisição.

MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO

Município de Ferreira do Alentejo

CIRCULANTE

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição, traduzindo, à semelhança do que acontece com o ativo imobilizado, o valor da fatura, acrescido de outras despesas necessárias à sua entrada em armazém. Como método de valorização das saídas ou consumos é utilizado o custo médio ponderado.

DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

DISPONIBILIDADES

Os depósitos em instituições financeiras e os montantes constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

13.2.5 – Situações em que o resultado do exercício foi afetado por critérios de valorimetria diferentes, amortizações superiores às adequadas ou provisões extraordinárias.

O resultado líquido do exercício não foi afetado por critérios de valorimetria dos previsto no POCAL, amortizações superiores às adequadas ou provisões extraordinárias.

13.2.6 – Comentário às contas 431 "Despesas de instalação" e 432 "Despesas de investigação e de desenvolvimento"

O Aumento de 24.373,68€ na conta 432 "Despesas de investigação e desenvolvimento" dizem respeito ao estudo viabilidade económica e financeira do parque empresas no valor de 4.920,00€ e ao projeto de cadastro e infraestruturas de águas e saneamento no valor de 19.453,68€.

13.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

Durante a gerência de 2018 foram transferidas as seguintes obras em curso para o respetivo imobilizado:

- Remodelação dos balneários públicos/ Centro de emergência social em Ferreira do Alentejo;
- Programa de recuperação de edifícios e espaços escolares do concelho- EB1 de Alfundão;
- Reabilitação do mercado municipal e arranjos da zona envolvente;
- Recuperação de edifícios e espaços escolares do concelho- EB1 em Figueira dos Cavaleiros;
- Pavimentação arruamento em aldeia do Rouquenho;

No respeitante as amortizações foram feitas conforme as regras previstas.



		Ativo Bruto				
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações/ Ajustamento	Aumentos	Alienação	Transferências e abates	Saldo final
De bens de domínio publico:						
Terrenos e Recursos naturais	305.646,69	0,00	0,00	0,00	0,00	305.646,69
Edifícios e outras construções	1.351.907,77	0,00	748,81	0,00	0,00	1.352.656,58
Outras construções e infraestruturas	23.761.077,23	0,00	208.830,33	0,00	0,00	23.969.907,56
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	25.418.631,69	0,00	209.579,14	0,00	0,00	25.628.210,83
De imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	493.805,61	0,00	0,00	0,00	0,00	493.805,61
Despesas de investigação e de desenvolvimento	268.513,17	0,00	24.373,68	0,00	0,00	292.886,85
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	762.318,78	0,00	24.373,68	0,00	0,00	786.692,46
De imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	2.850.040,27	0,00	29.739,07	0,00	0,00	2.879.779,34
Edifícios e outras construções	21.351.342,25	0,00	1.447.654,28	0,00	0,00	22.798.996,53
Equipamento básico	2.911.783,88	0,00	138.499,19	134,11	9.729,65	3.040.419,31
Equipamento de transporte	2.012.698,62	0,00	190.947,33	0,00	0,00	2.203.645,95
Ferramentas e utensílios	168.248,34	0,00	16.717,93	0,00	0,00	184.966,27
Equipamento Administrativo	682.306,06	0,00	23.734,73	0,00	9.562,44	696.478,35
Taras e vasilhame	732,01	0,00	0,00	0,00	0,00	732,01
Artigos e objetos de valor	120.467,78	0,00	0,00	0,00	0,00	120.467,78
Outras imobilizações corpóreas	11.865,88	0,00	0,00	0,00	0,00	11.865,88
Imobilizações em curso	0,00	0,00	265.697,95	0,00	0,00	265.697,95
	30.109.485,09	0,00	2.112.990,48	134,11	19.292,09	32.203.049,37
De investimentos financeiros						
Partes de capital	131.590,98	0,00	0,00	0,00	0,00	131.590,98
Obrigações e tItulos de participação	497.585,75	0,00	0,00	0,00	106.626,00	390.959,75
Investimentos imóveis:						
Terrenos e recursos naturais	235.781,50	0,00	0,00	0,00	0,00	235.781,50
Edifícios e outras construções	139.507,30	0,00	0,00	0,00	22.314,63	117.192,67
Outras aplicações financeiras:						
Outros títulos	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	49,88
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.004.515,41	0,00	0,00	0,00	128.940,63	875.574,78
Total	57.294.950,97	0,00	2.346.943,30	134,11	148.232,72	59.493.527,44



(euros)

Amortizações				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio publico:				
Edifícios	168.528,34	11.868,69	0,00	180.397,03
Outras construções e infraestruturas	17.786.555,55	344.795,65	3.054,71	18.128.296,49
	17.955.083,89	356.664,34	*	18.308.693,52
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	427.334,84	12.667,46	0,00	440.002,30
Despesas de investigação e de desenvolvimento	218.865,94	6.616,02	0,00	225.481,96
	646.200,78	19.283,48	0,00	665.484,26
De imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	6.331.088,92	408.443,53	38.974,24	6.700.558,21
Equipamento básico	2.112.905,49	153.975,86		2.257.024,74
Equipamento de transporte	1.209.902,61	113.328,41	0,00	1.323.231,02
Ferramentas e utensílios	151.645,80	5.781,60		157.427,40
Equipamento Administrativo	593.777,24	18.437,34	9.561,34	602.653,24
Taras e vasilhame	732,01	0,00	0,00	732,01
Outras imobilizações corpóreas	12.001,29	617,18	0,00	12.618,47
	10.412.053,36	700.583,92	58.392,19	11.054.245,09
De investimentos financeiros				
Investimentos imóveis:				
Edifícios e outras construções	40.644,61	1.185,71	7.251,10	34.579,22
Outras aplicações financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00
	40.644,61	1.185,71	7.251,10	34.579,22
Total	29.053.982,64	1.077.717,45	68.698,00	30.063.002,09

13.2.8 – Desagregação dos mapas do ativo bruto e das amortizações e provisões.

Cada um dos bens que constituem o património da Autarquia, encontra-se descrito e disponível na aplicação específica do património.

13.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

De acordo com os critérios de valorimetria definidos pelo POCAL e no cumprimento do estatuído no artigo nº31 da Portaria nº 671/2000, de 10 março, no que concerne aos bens do ativo imobilizado, devem ser valorizados consoante o custo de aquisição, custo de produção ou valor resultante de avaliação, nos casos de apreensão, doação, herança, legado, prescrição, reversão, transferência, troca ou outro.



13.2.16 – Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Entidades	Data das Participações	Valor da Participação	Observações
ESDIME, C.R.L.	1993/2005/2006/2007	25.049,88 €	Corresponde a 6,78% do capital social
Morbitral, E.M.	2003	43.500,00 €	Corresponde a 87% do capital social

13.2.18 – Discriminação da conta "Outras Aplicações Financeiras", com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valor de balanço

Os investimentos representados em outras aplicações financeiras estão registados pelo seu custo de aquisição.

13.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada rubrica de dívidas de terceiros constantes do balanço

Existem duas rubricas no balanço, respeitantes a dívidas que se encontram por regularizar há mais de doze meses.

A conta 21.8.1.01 Cobranças em atraso individual tem um saldo de 1.085,56 euros e a conta 21.8.1.02 Cobranças em atraso conta agregada tem um saldo de 195.593,10 euros.

13.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – "Fundo Patrimonial", constantes no balanço.

Os resultados líquidos do exercício apurados foram de 1.335.017,95€. Este valor passa para a conta 59 Resultados Transitados até ser feita a deliberação da aplicação dos resultados pela Assembleia Municipal.



(euros)

Contas	Saldo Inicial	Reduções	Aumentos	Saldo final
51 - Património	17.462.926,76	0,00	0,00	17.462.926,76
571 - Reservas legais	921.359,52	0,00	22.504,43	943.863,95
576 - Doações	234.825,18	0,00	0,00	234.825,18
59 - Resultados transitados	2.903.002,25	0,00	490.975,59	3.393.977,84
88 - Resultados líquidos	450.088,51	543.026,52	1.427.955,96	1.335.017,95
	21.972.202,22	543.026,52	1.941.435,98	23.370.611,68

13.2.29 - Demonstração dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

(euros)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Saldo final
Existências iniciais	0,00	365.307,49	365.307,49
Compras	0,00	563.999,02	563.999,02
Regularizações de existências	0,00	3.110,33	3.110,33
Existências finais	0,00	548.517,57	548.517,57
Custo no exercício			377.678,61

O valor das mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo em conjunto. O programa atual, não permite obter este tipo de informação em separado.



13.2.31 – Demonstração de resultados financeiros.

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios	
Pocal		Ano 2018	Ano 2017
681	Juros suportados (a)	23.624,94	20.368,15
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouro	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	3.635,86	2.734,99
	Resultado financeiro	372.019,40	367.926,43
		399.280,20	391.029,57
	Proveitos e ganhos		
781	Juros Obtidos	49,88	49,88
782	Ganhos em Entidades participadas	0,00	0,00
783	Rendimentos de imóveis	399.230,32	390.577,08
784	Rendimentos de participações em imóveis	0,00	402,61
785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos	0,00	0,00
		399.280,20	391.029,57



13.2.32 – Demonstração de resultados extraordinários.

(euros)

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios	
Pocal		Ano 2018	Ano 2017
681 682 683 684 685	Juros suportados (a) Perdas em entidades participadas Amortizações de investimentos em imóveis Provisões para aplicações financeiras Diferenças de câmbio desfavoráveis	23.624,94 0,00 0,00 0,00 0,00	20.368,15 0,00 0,00 0,00 0,00
687 688	Perdas na alienação de aplicações de tesouro Outros custos e perdas financeiras Resultado financeiro	0,00 3.635,86 372.019,40	0,00 2.734,99 367.926,43
	Proveitos e ganhos	399.280,20	391.029,57
781	Juros Obtidos	49,88	49,88
782	Ganhos em Entidades participadas	0,00	0,00
783 784	Rendimentos de imóveis	399.230,32	390.577,08 402,61
785	Rendimentos de participações em imóveis Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos	0,00	0,00
	1	399.280,20	391.029,57
		798.560,40	782.059,14

13.2.33 – Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira.

Acréscimos de Proveitos	Total
Outras construções	99.807,58
Programa Generalização Refeições	24.468,00
Água	21.612,90
Imposto Municipal sobre Imóveis	550.000,00
Outros de montante não relevante	27.670,81
Total	723.559,29



(euros)

Custos Deferidos	Valor
Outros custos diferidos	22.731,25
Total	22.731,25

Acréscimos de Custos	Valor
Férias e subsídio de férias	422 201,58
Juros empréstimos	1 461,78
Transportes escolares	16 590,20
Resíduos Sólidos	40 823,54
Eletricidade	59 139,19
Limpeza, higiene e conforto	61 092,00
Rendas e alugueres	8 744,62
Trabalhos especializados	12 520,10
Comunicações	2 907,87
Transferências instituições particulares	969,25
Caixa geral de aposentações (CGA)	36 589,18
Deslocações e estadas	2 907,87
Segurança social	16 386,62
Outros de montante não relevante	68 981,60
Total	751 315,40





Proveitos Diferidos	Valor
Subsídios para Investimento	
Cooperação Técnica Financeira / Arquivo Municipal	210 691,94
Requalificação do Posto da GNR em Ferreira do Alentejo	350 137,68
Parque Industrial	191 455,92
Plano Tecnológico de Educação do Baixo Alentejo	9 064,30
PRODER - Serviços Básicos População Rural	49 030,79
Requalificação Urbana dos Aglomerados Rurais Concelho	84 807,36
Requalificação Urbana Ferreira do Alentejo	161 539,03
Plano Estratégico Desenvolvimento Concelho Ferreira	14 680,13
Rua Movimento Forças Armadas	89 037,49
Centro Cultural de Alfundão	271 542,40
Remodelação Escolas Figueira Cavaleiros	43 494,25
RUFA I - Requalificação Urbana de Ferreira do Alentejo	806 438,85
Núcleo Museológico Arte Sacra	483 050,70
SAMA II – Modernização Administrativa	109 522,33
E-Ferreir@ - Governação Eletrónica de Ferreira do Alentejo VARUF- Valorização Ambiental e Requalificação Urbana de	35 652,95
Alfundão	214 820,10
PROVAO - Programa de Valorização Ambiental e Urb. Alentejo	166 322,46
SAMAI	82 201,33
PAMEFA- Plano de Ação Municipal para a Energia	84 277,50
Ninho Empresas	590 134,65
CODIV- Centro Comunitário e Ocupacional de Odivelas	549 361,18
ROSAMAR - Programa Reabilitação Urbana Stª Margarida Sad	49 870,45
RUFA II - Requalificação Urbana de Ferreira do Alentejo	297 829,07
Elaboração Cadastro Infraestruturas e Sistemas AA e SAR Município de Ferreira do Alentejo	80 618,76
PRE 3 – Recuperação Edificios Espaços Escolares EB1 Ferreira do Alentejo	315 748,97
PRE 3 – Recuperação Edificios Espaços Escolares EB1 Alfundá	106 874,68
PRE 3 – Recuperação Edificios Espaços Escolares EB1 Figueira de Cavaleiros	175 827,05
Ferreira do Alentejo + Digital	359 440,33
Mercado Municipal e Zona Envolvente	666 526,46
Reabilitação Balneários Públicos para Centro Emergência Socia	85 638,86
Construção Nova ETAR Ferreira do Alentejo	921 797,18
MUSFA – Mobilidade Urbana Sustentável de Ferreira do Alentejo	
Total	7 699 578,35



(euros)

Estado e outros entes públicos	Valor
Retenção de trabalho dependente	24.012,00
Retençao de trabalho independente	2.182,50
Contribuições para a Segurança Social	24.540,56
Outros de montante não relevante	20.342,63
SubTotal	71.077,69
IVA - A Receber	-72.371,89
SubTotal	-72.371,89
Total	-1.294,20

Clientes, Cont. e Utentes cobrança duvidosa	Valor
Clientes cobrança duvidosa-Conta Individual	1.085,56
Clientes cobrança duvidosa-Conta Agregada	195.593,10
Total	196.678,66



Fornecimentos e serviços externos	2018	2017
Transportes escolares	222.141,74	183.518,63
Espetáculos Culturais e Recreativos	112.898,62	365.407,67
Resíduos Sólidos	220.573,75	212.933,14
Eletricidade	589.951,61	702.457,86
Combustíveis e lubrificantes	13.846,27	17.791,07
Outros Fluídos	4.351,97	1,50
Ferramentas, Utensílios de Desgaste rápido	100,00	7,50
Livros e documentação Técnica	61,80	0,00
Material de Escritório	104,19	246,35
Artigos para oferta	31.940,20	58.395,00
Rendas e alugueres	183.804,60	231.265,21
Despesas de representação	0,00	500,00
Comunicação	98.041,63	90.932,40
Seguros	42.911,72	47.366,06
Transportes de mercadorias	676,50	96,14
Deslocações e estadas	38.589,91	67.965,04
Honorários	11.240,60	2.140,20
Contencioso e notariado	24,00	1.178,81
Conservação e reparação	42.165,09	47.930,17
Publicidade e propaganda	17.194,33	47.966,53
Limpeza, higiene e conforto	381.672,82	348.892,69
Vigilância e segurança	51.841,72	77.237,62
Trabalhos especializados	216.941,43	315.382,64
Formação	2.111,70	2.877,17
Seminários, exposições e similares	19.683,94	821,40
Material de serviço de educação	55.146,81	59.351,08
Material honoríficos e de decoração	0,00	0,00
Alimentação, roupa e calçado	445,67	114,77
Material de Transporte	5.707,60	0,00
Encargos de cobrança	56.666,82	55.208,30
Outros fornecimentos e serviços externos	111.606,23	145.355,26
Total	2.532.443,27	3.083.340,21

14. Modificações ao Orçamento da Receita



ENTIDADE MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA Pagina: 1

DO ANO CONTABILISTICO DE: 2018

Período: 2018/01/02 a 2018/12/31

TOTAL DE ALTERAÇÕES :

TOTAL DE REVISÕES : 3

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

DOTAÇÕES DA RECEITA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISÕES PREVISÕES OBSERVAÇÕES INICIAIS INSCRICÕES / DIMINUIÇÕES / CORRIGIDAS CÓDIGO DESCRIÇÃO REFORCOS ANULAÇÕES 01 IMPOSTOS DIRECTOS 2.738.079,91 533.617.16 1.063.129.81 2.208.567.26 0102 OUTROS 1.063.129.81 2.738.079.91 533.617.16 2.208.567,26 010202 822.960,62 207.239,11 615.721,51 Imposto Municipal sobre Imoveis 010203 437.320,24 287.177,53 153.573,97 Imposto Unico de Circulação 3.431,26 010204 Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imoveis 823.298.33 334.834,36 190.985,39 967.147.30 010205 Derrama 654.500.72 195.351.54 377.727.78 472.124.48 02 IMPOSTOS INDIRECTOS 57.265,63 8.071,00 37.554,18 27.782,45 0202 OUTROS 8.071,00 37.554,18 57.265,63 27.782,45 020206 Impostos Indirectos Esp.das Autarquias Locais 57.265,63 8.071.00 37.554.18 27.782.45 02020601 Mercados e Feiras 4.627,51 4.496,69 130,82 02020602 Loteamentos e Obras 22.686.62 8.071.00 10.757.62 20.000.00 02020603 Ocupação da Via Pública 8.247.47 3.824,39 4.423,08 02020605 Publicidade 4.373,66 4.373,66 02020699 17.330,37 14.101,82 3.228.55 0202069901 7.061.47 4.432,51 2.628.96 Taxa Municipal de Direitos de Passagem 0202069902 Taxa de Deposito da Ficha Tecnica da Habitação 4.382,01 4.381,01 1,00 0202069999 5.886.89 5.288,30 598.59 04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES 427.320,78 28.548,44 231.762,07 224.107,15 0401 TAXAS 353.056,26 28.547.44 167.007,94 214.595.76 040123 Taxas Especificas das Autarquias Locais 353.056,26 28.547,44 167.007,94 214.595,76 04012301 Mercados e Feiras 1,00 1,00 04012302 50.645,17 40.000,00 Loteamentos e Obras 9.705,55 20.350,72 04012303 Ocupação da Via Pública 21.107.10 20.518,60 588,50 04012304 20.696,17 20.696,17 Canídeos 20.755,75 04012305 Caça, Uso e Porte de Arma 20.755,75 04012306 116.253,88 18.841.89 22.044,42 113.051.35 Saneamento 04012399 Outras 123.597.19 62.642.28 60.954.91 0401239901 Taxa de Deposito da Ficha Tecnica da Habitação 20.887,88 20.620,37 267,51 0401239902 Taxa Pela Emissão do Cert.Registo Fixada Pela Portaria 21.700,17 20.801,42 898,75 nº1334-D/2010 DE 31/12 21.220,49 0401239999 Outras 81.009,14 59.788.65 0402 MULTAS E OUTRAS PENALIDADES 74.264.52 64.754,13 9.511.39 1.00 040201 Juros de Mora 21.165,27 20.648,78 516,49 040202 Juros Compensatorios 1,00 1.00 040204 Coimas e Penalidades por Contra Ordenações 23.309,32 22.737,28 572,04 040299 29.789.93 21.368,07 8.421,86 Multas e Penalidades Diversas 05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE 826.340,09 435.712,13 390.627,96 0502 JUROS- SOCIEDADES FINANCEIRAS 196.025,45 196.024,45 1,00 196.025,45 050201 Bancos e Outras Instituições Financeiras 196.024,45 1,00 0503 JUROS- ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS 49,88 49,88 49,88 050301 Administração Central - Estado 49,88 0509 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DAS ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS 402,61 402,61 050999 402,61 OUTROS 402,61 RENDAS 0510 629.862.15 239.285,07 390.577.08 051099 629.862,15 239.285,07 390.577,08 Outros 06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 6.546.434,38 239.703,43 162.608,22 6.623.529,59 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL 0603 6.546.434,38 239.703,43 162.608,22 6.623.529,59 060301 Estado 6.344.839,43 239.703.43 17.013.27 6.567.529,59 06030101 Fundo de Equilibrio Financeiro 5.643.949,00 69.202,00 5.713.151,00 06030102 Fundo Social Municipal 136.486,00 136.486,00 06030103 Participação Fixa no IRS 188.710,00 22.052,00 210.762,00 06030105 Direcção Geral De Administração Local 4.593,00 4.592.00 1,00 06030106 Direcção Geral dos Estabelecimentios Escolares 55.510,07 7.382,48 48.127,59 Direcção Geral da Administração Interna - Administração 06030107 4.440,79 4.439,79 1,00 Eleitoral 06030109 Ministerio da Educação 310.550,57 148.449.43 459.000.00 06030199 600,00 599,00 1,00 Outros 060306 Estado - Part. Comunit. em Proj. Co-Financiados 19.389,35 19.389,35 06030601 19.389,35 19.389,35 Fundo Social Europeu

TOTAL DE ALTERAÇÕES :

TOTAL DE REVISÕES : 3

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

Período: 2018/01/02 a 2018/12/31

DO ANO CONTABILISTICO DE: 2018

ENTIDADE MODIFICAÇÕES AO ORCAMENTO DA RECEITA Pagina: 2

DOTAÇÕES DA RECEITA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISÕES PREVISÕES OBSERVAÇÕES INICIAIS INSCRICÕES / DIMINUIÇÕES / CORRIGIDAS CÓDIGO DESCRIÇÃO REFORÇOS ANULAÇÕES 060307 Servicos e Fundos Autónomos 1.00 1,00 060309 Servicos e Fundos Autónomos - Sub. Protecção Emprego e 182.204.60 126.204.60 56.000,00 Formação Profissional 07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES 152.641,61 1.250.435,25 667.336,50 735.740,36 0701 347.230,97 VENDA DE BENS 414.871.17 99.043.65 166.683,85 070102 Livros e Documentação Tecnica 34.244.06 31.744.06 2.500,00 070103 Publicações e Impressos 34.828.91 34.728,91 100,00 070105 Bens Inutilizados 1,00 1,00 070110 DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS 1.00 50.000,00 50.001.00 49.999,00 07011001 Sucata 1,00 50.000,00 07011099 Outros 1.00 1.00 070111 Produtos Acabados e Intermedios 345.796,20 49.042,65 100.210.88 294.627,97 07011101 Inertes 35.563.41 35.562.41 1,00 310.232,79 294.626,97 07011102 Outros 49.042.65 64.648,47 0701110201 277.853,39 49.042,65 32.640,15 294.255.89 Aqua 0701110202 Out ros 32.379,40 32.008,32 371,08 070199 Outros 1.00 1,00 0702 SERVICOS 53.597,96 376.063,86 724.831,26 402.365,36 36.294,07 070201 Aluquer de Espaços e Equipamentos 35.694.07 600.00 070208 Serviços Sociais, Recreativ, Cult.e de Desporto 136.595,71 17.499,00 72.988,20 81.106.51 07020801 Servicos Sociais 2.500,00 7.500,00 10.000,00 07020802 Serviços Recreativos 43.413,50 35.895,08 79.308,58 0702080201 Turismo Senior 1,00 1,00 0702080299 79.307,58 35.894.08 Outros 43.413,50 07020803 Serviços Culturais 10.001,00 2,00 9.999,00 0702080301 Turismo Senior 1,00 1,00 0702080399 Outros 1,00 9.999.00 10.000,00 07020804 Servicos Desportivos 54.785,13 29.574,70 25.210,43 070209 Serviços Especificos das Autarquias 517.331,46 36.098,96 259.074,07 294.356,35 07020901 Saneamento 1,00 1,00 07020902 Resíduos Sólidos 211.314.66 36.098.96 30.819.84 216.593.78 07020903 Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias 47.462.39 34.311,91 13.150,48 0702090302 Transportes Escolares 47.460,39 34.310,91 13.149,48 0702090303 Transporte de Pessoas e Mercadorias 1,00 1,00 0702090399 Outros 1,00 1,00 07020904 41.449,35 32.078,20 9.371,15 Trabalhos por Conta de Particulares 07020905 Cemitérios 81.109,13 33.869,81 47.239,32 07020906 Mercados e Feiras 33.327,31 32.082,98 1.244.33 07020907 Parques de Estacionamento 32.889,97 32.154,17 735,80 07020909 397,51 Canideos e Gatideos 32.355,44 31.957,93 07020999 Outros 37.422,21 31.798,23 5.623,98 070299 Outros 34.610.02 34.609,02 1,00 07029901 Encargos de Despesas Administrativas por Aplicação da 1,00 1,00 Portaria nº1637/06 de 27/09 07029999 Outros 34.609,02 34.608,02 1,00 0703 RENDAS 110.732,82 98.287,29 12.445,53 070301 Habitações 33.277,96 31.921,96 1.356,00 070302 Edificios 45.366.34 34.277.81 11.088.53 070399 32.088,52 32.087,52 Outras 1,00 08 **OUTRAS RECEITAS CORRENTES** 41.439,74 2.00 31.861,21 9.580,53 0801 OUTRAS 41.439,74 2,00 31.861,21 9.580,53 080199 Outras 41.439.74 2,00 31.861.21 9.580,53 08019901 Indemnizações por Deterioração, Roubo e Extravio de Bens 1,00 1,00 Indemnizações de Estragos Provocados por Outrém em Viaturas 08019902 1,00 1,00 ou Outros Equipamentos 08019903 IVA Reembolsado 1,00 1,00 08019999 9.577,53 Diversas 41.438,74 31.861,21 09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO 97.002,00 403.108,00 1,00 500.109,00 0901 TERRENOS 383.105,00 97.000,00 480.105,00

ENTIDADE MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA Pagina: 3

TOTAL DE ALTERAÇÕES :
Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo TOTAL DE REVISÕES : 3 DO ANO CONTABILISTICO DE: 2018 Período: 2018/01/02 a 2018/12/31

	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA					
	CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	PREVISÕES	MODIFICAÇÕES	ORÇAMENTAIS	PREVISÕES	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
090110	Familias	97.000,00	383.105,00		480.105,00	
0902	HABITAÇÕES	1,00	20.000,00		20.001,00	
090210	Familias	1,00	20.000,00		20.001,00	
0903	EDIFÍCIOS	,	1,00		1,00	
090310	Familias		1,00		1,00	
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	1,00	2,00	1,00	2,00	
090403	Administração Publica - Administração Central - Estado	1,00	,	1,00	, , ,	
09040303	Outros	1,00		1,00		
090410	FAMÍLIAS	,	2,00	,	2,00	
09041001	Equipamento de Transporte		1,00		1,00	
09041002	Maquinaria e Equipamento		1,00		1,00	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.994.679,28	2.650.695,49	4.347.572,28	3.297.802,49	
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.994.679,28	2.650.695,49	4.347.572,28	3.297.802,49	
1003	Estado	1.465.310,91	15.961,75	818.204,91	663.067,75	
100301	Fundo de Equilibrio Financeiro	627.105,00	7.690,00	010.204,91	634.795,00	
10030101	Cooperação Técnica e Financeira	218.204,91	7.890,00	218.204,91	634.793,00	
10030104	Ministerio da Educação	20.000,00		218.204,91	20.000,00	
	·	20.000,00	0 071 75			
10030106	Fundo Ambiental	600 001 00	8.271,75		8.271,75	
10030199	Outras	600.001,00		600.000,00	1,00	
100307	Estado - Parti.Comun.em Projectos Co-Financiados	3.529.368,37	2.634.733,74	3.529.367,37	2.634.734,74	
10030701	INAlentejo	2.921.797,18	2,00	2.921.797,18	2,00	
1003070100	INAlentejo	2.921.797,18		2.921.797,18		
1003070101	INALENTEJO		1,00		1,00	
1003070102	Outros		1,00		1,00	
10030702	Outros	607.570,19		607.569,19	1,00	
10030703	ALENTEJO 2020	1,00	2.634.731,74	1,00	2.634.731,74	
1003070300	ALENTEJO 2020	1,00		1,00		
1003070301	ALENTEJO 2020		1.523.205,18		1.523.205,18	
1003070302	POSEUR+		1.111.525,56		1.111.525,56	
1003070303	OUTROS		1,00		1,00	
11	ACTIVOS FINANCEIROS	1,00	,		1,00	
1106	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1,00			1,00	
110610	Familias	1,00			1,00	
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1.200.002,00		591.001,00	609.001,00	
1205	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	1,00			1,00	
120502	Sociedades Financeiras	1,00			1,00	
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.200.001,00		591.001,00	609.000,00	
120602	Sociedades Financeiras	1.200.000,00		591.000,00	609.000,00	
120602	Administração Pùblica- Administração Central - Estado	1,00		1,00	005.000,00	
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	34.543,70		34.542,70	1,00	
1301	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	34.543,70		34.542,70	1,00	
1301	Outras	34.543,70		34.542,70	1,00	
130199 15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	34.543,70		40,03	1,00	
15 1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS					
		41,03		40,03	1,00	
150101	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	41,03	1 505 046 00	40,03	1,00	
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.284.332,48	1.785.246,32	2.284.332,48	1.785.246,32	
1601	SALDO ORÇAMENTAL	2.284.332,48	1.785.246,32	2.284.332,48	1.785.246,32	
160101	Na Posse do Serviço	2.284.332,48	1.785.246,32	2.284.332,48	1.785.246,32	
	TOTAL	20.497.917,27	5.801.633,45	9.887.453,61	16.412.097,11	

Em	de	de

Em	de	_ de

15. Modificações ao Orçamento da Despesa



Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA Pagina: 1

Período: 2018/01/02 a 2018/12/31

DO ANO CONTABILISTICO DE 2018

				DESPESA			
	ID.	ENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS	DOTAÇÕEG	MODIFICAÇÕES	G ORÇAMENTAIS		0
CLASS ORGÂNICA	SIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		B S
01	0.1	ASSEMBLEIA MUNICIPAL					
01 01	01 0102	DESPESAS COM O PESSOAL ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
01	010204	Ajudas de Custo	1.500,00			1.500,00	
01	010213	Outros Suplementos e Premios					
01	01021302	Outros	10.000,00			10.000,00	
01 01	0103 010309	SEGURANÇA SOCIAL Seguros					
01	01030901	Seguros Acid. Trabalho e Doenças Profissionais	600,00		200,00	400,00	
01	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	, i		,	,	
01	0201	AQUISIÇÃO DE BENS	=				
01 01	020108 020121	Material de Escritorio Outros Bens	500,00 500,00			500,00 500,00	
01	020121	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	500,00			500,00	
01	020209	Comunicações	500,00			500,00	
01	020213	Deslocações e Estadas	4.000,00			4.000,00	
01	020225	Outros Serviços	1.000,00			1.000,00	
02 02	01	CAMARA MUNICIPAL DESPESAS COM O PESSOAL					
02	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES					
02	010101	Titulares Org.Sob.e Membros de Org.Autarquicos	107.851,00	26.145,66	9.035,50	124.961,16	
02	010104	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de					
02	01010401	Funções Públicas por Tempo Indeterminado Pessoal em Funções	1.804.050,00	743.801,75	784.867,08	1.762.984,67	
02	01010401	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	43.814,80	127.633,40	55.829,60	115.618,60	
02	010106	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de					
		Funções Públicas a Tempo Determinado					
02 02	01010601 01010604	Pessoal em Funções Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	3.440,00	71.116,74 111.454,09	31.900,00 267.006,99	42.656,74	
02	01010604	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	155.552,90 240.300,00	49.273,57	80.300,00	209.273,57	
02	010108	Pessoal Aquardando Aposentação	6.546,14	100,00	4.170,65	2.475,49	
02	010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação	71.123,80	36.000,00	31.907,15	75.216,65	
02	010111	Representação	31.634,04		134,04	31.500,00	
02 02	010113 01011301	Subsidio de Refeição Subsidio de Refeição - RCTFPTI	184.128,00	32.172,79	23.079,13	193.221,66	
02	01011301	Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação	34.382,04	6.121,14	21.795,24	18.707,94	
02	01011303	Subsidio de Refeição - RCTFPTD	24.547,69	5.413,64	22.591,33	7.370,00	
02	010114	Subsidios de Ferias e Natal					
02 02	01011401 01011402	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI Subsidio de Ferias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação	319.800,00 12.078,00	24.020,11 4.500,00	9.677,70 4.478,00	334.142,41 12.100,00	
02	01011402	Subsidio de Ferias e Natal - Pessoai em Quarquer Outra Situação Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD	7.965,40	5.640,00	7.805,40	5.800,00	
02	010115	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade	36.582,48	29.068,64	2.632,69	63.018,43	
02	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
02 02	010202	Horas Extraordinarias	144.464,13	72.544,13	74.464,13	142.544,13	
02	010204 010205	Ajudas de Custo Abono para Falhas	22.000,00 3.939,64	2.126,87	12.000,00 939,64	12.126,87	
02	010205	Formação	1,00		333,01	1,00	
02	010211	SUBSÍDIO DE TURNO	,	3.500,00		3.500,00	
02	010213	Outros Suplementos e Premios					
02 02	01021302 0103	Outros SEGURANÇA SOCIAL	12.002,43		2.347,71	9.654,72	
02	0103	Encargos com a Saude	105.000,00		19.000,00	86.000,00	
02	010302	Outros Encargos com a Saude	55.000,00	1.196,18	28.138,90	28.057,28	
02	010303	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens	5.888,09	1.329,02	49,89	7.167,22	
02 02	010304	Outras Prestações Familiares	1.290,00	3.000,00	1.290,00	3.000,00	
02	010305 01030502	Contribuições para a Segurança Social Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em					
"-	01030302	Funções Publicas (RCTFP)					
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	467.436,02	32.563,98	39.000,00	461.000,00	
		L		<u> </u>			

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA DO ANO CONTABILISTICO DE 2018

Período: 2018/01/02 a 2018/12/31

Pagina: 2 ENTIDADE Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo TOTAL DE REVISÕES : 58

		~		DESPESA			
	ID	ENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS	DOTAÇÕES	MODIFICAÇÕES	G ORÇAMENTAIS	DOTAÇÕES	0
CLAS ORGÂNICA	SIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	CORRIGIDAS	B S
02 02	0103050202 010306	Segurança Social - Regime Geral Acidentes em Serviços e Doenças Profissionais	200.135,00	29.457,66	53.079,13	176.513,53 1.000,00	
02 02	010309 01030901	Seguros Seguros Acid.Trabalho e Doenças Profissionais	52.063,17	16.500,00	22.063,17	46.500,00	
02 02	010310 01031001	Outras Despesas de Segurança Social Eventualidade Maternidade Paternidade e Adoção	1,00			1,00	
02 02 02	01031099 02 0201	Outras Despesas de Segurança Social AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS AQUISIÇÃO DE BENS	5.000,00	3.000,00		8.000,00	
02 02 02	020101 020102	Materias-Primas e Subsidiarias Combustiveis e Lubrificantes	205.500,00	55.852 , 58	107.070,00	154.282,58	
02 02	02010201 02010202	Gasolina Gasóleo	10.750,00 236.000,00	250,00 135.407,50	7.497,84 75.407,50	3.502,16 296.000,00	
02 02	02010299 020104	Outros Limpeza e Higiene	56.500,00 6.500,00	17.000,00 52.970,01	739,71 51.000,00	72.760,29 8.470,01	
02 02	020105 020106	Alimentação - Refeições Confecionadas Alimentação - Generos para Confecionar	1.000,00	2.000,00	4.207,58	1.000,00	
02 02 02	020107 020108 020109	Vestuario e Artigos Pessoais Material de Escritorio Produtos Quimicos e Farmaceuticos	10.000,00	6.159,13 6.000,00	7.803,91 4.411,41 24.737,11	8.355,22 29.588,59	
02 02 02	020109 020111 020112	Produtos Químicos e farmaceuticos Material de Consumo Clinico Material de Transporte - Peças	53.000,00 2.500,00 29.302,61	11.000,00 1.500,00 11.500,00	1.739,65 9.302,61	39.262,89 2.260,35 31.500,00	
02 02	020112 020113 020114	Material de Consumo Hoteleiro Outro Material - Peças	2.000,00	1.000,00	128,11 10.000,00	2.871,89 16.500,00	
02 02	020115 020116	Premios, Condecorações e Ofertas Mercadorias para Venda	34.250,00	6.250,00	20.000,00	20.500,00	
02 02	02011601 02011603	Água Outras	1.000,00	4.500,00	999,00 145,09	1,00 8.354,91	
02 02 02	020117 020118 020119	Ferramentas e Utensilios Livros e Documentação Tecnica Artigos Honorificos e de Decoração	13.900,00 1.000,00 3.500,00	6.500,00	8.900,00 496,77 2.363,49	11.500,00 503,23 1.136,51	
02 02 02	020113 020120 020121	Material de Educação Cultura e Recreio Outros Bens	25.000,00 66.000,00	7.617,95 24.009,66	19.132,33 50.100,00	13.485,62 39.909,66	
02 02	0202 020201	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Encargos das Instalações	474.826,64	30.150,00	67.873,03	437.103,61	
02 02	020202 020203	Limpeza e Higiene Conservação de Bens	494.000,00 57.500,00	134.381,31 9.500,00	130.000,00 6.869,30	498.381,31 60.130,70	
02 02 02	020205 020208 020209	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA Locação de outros bens Comunicações	5.100,00 146.435,06	19.133,33 21.525,00 39.598,96	21.448,67 70.435,06	19.133,33 5.176,33 115.598,96	
02 02 02	020209 020210 020211	Transportes Representação dos Serviços	92.500,00	42.935,87	64.185,87 500,00	71.250,00	
02 02	020212 020213	Seguros Deslocações e Estadas	72.500,00 77.000,00	22.694,22	9.000,00 56.543,05	63.500,00 43.151,17	
02 02	020214 020215	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria Formação	59.225,13 7.500,00	66.394,12 10.311,84	49.025,00 11.500,00	76.594,25 6.311,84	
02 02 02	020216 020217 020218	Seminarios, Exposições e Similares Publicidade Vigilancia e Segurança	1.000,00 46.700,00 167.500,00	27.537,94 5.700,00 38.296,79	8.000,00 21.700,00 97.393,37	20.537,94 30.700,00 108.403,42	
02 02 02	020218 020219 020220	Assistencia Tecnica Outros Trabalhos Especializados	73.100,00	12.000,00 410.607,58	17.621,63 732.710,76	67.478,37 931.561,82	
02 02	020221 020222	Utilização de Infraestruturas de Transportes Serviços de Saude	500,00	1.500,00	1.573,90 12.468,07	426,10 9.531,93	
02 02	020224 020225	Encargos de Cobrança de Receitas Outros Serviços	59.200,00 406.300,00	19.000,00 340.277,76	8.031,93 344.300,00	70.168,07 402.277,76	
02 02 02	03 0301 030103	JUROS E OUTROS ENCARGOS JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA Soc. Fin Bancos e Outras Ins.Financeiras					
02	030103	Empréstimos de Médio e Longo Prazos					

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

ENTIDADE MODIFICAÇÕES AO ORCAMENTO DA DESPESA Pagina: 3

DO ANO CONTABILISTICO DE 2018

Período: 2018/01/02 a 2018/12/31

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 58

TOTAL DE REVISÕES : 5

DESPESA IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS Ο DOTAÇÕES DOTAÇÕES В CLASSIFICAÇÃO INSCRICÕES / DIMINUIÇÕES / CORRIGIDAS S ORGÂNICA ECONÓMICA DESCRIÇÃO INICIAIS REFORÇOS ANULAÇÕES 02 0301030201 Caixa Geral de Depositos 15.000,00 54.513,65 45.398.14 24.115.51 0301030203 02 Banco Espirito Santo 1.000,00 500,00 500,00 02 030105 Administração Publica Central - Estado 03010502 Emprestimos de Medio e Longo Prazos 02 6.550,00 689,93 5.860,07 02 OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA 0302 02 030201 Despesas Diversas 80,00 12,00 68,00 02 0303 JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA 02 030305 Material de Transporte 4.000,00 9.000,00 5.000,00 02 030308 OUTROS INVESTIMENTOS 1,00 1,00 02 0305 OUTROS JUROS 02 030502 Outros 20.000.00 46.860.19 66.860.19 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 02 04 0405 02 ADMINISTRAÇÃO LOCAL 02 040501 Continente 02 04050102 Frequesias 155.700.00 64.659.29 51.200.00 169.159.29 04050104 02 Associações de Municipios 100.000,00 18.000,00 64.381,00 53.619,00 02 0407 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 02 040701 Instituições sem Fins Lucrativos 374.400,00 24.500,00 106.779,31 292.120,69 02 0408 FAMÍLIAS 02 040802 Outras 156.500,00 108.934,85 47.565,15 02 05 SUBSÍDIOS 02 0501 SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS 02 050101 PÚBLICAS 02 05010101 Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais 30.000,00 30.000,00 02 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 06 02 0602 DIVERSAS 02 060201 Impostos e Taxas 165.205.00 77.000.00 138.815.93 103.389.07 02 060203 Outras 02 06020301 Outras Restituições 1.000,00 1.000,00 02 06020302 IVA Pago 1.000,00 999.00 1,00 5.407,54 02 06020304 Servicos Bancários 5.500,00 2.000,00 2.092.46 02 06020305 249.729,00 52.701,48 232.259,54 70.170.94 Outras 02 AOUISICÃO DE BENS DE CAPITAL 02 0701 TNVESTIMENTOS 02 070101 Terrenos 39.000,00 220.000,00 27.000,00 232.000,00 02 070102 HABITAÇÕES 02 07010203 Reparação e Beneficiação 10.000,00 3.500,00 6.500,00 02 070103 Edificios 02 07010301 241.994,54 Instalações de Serviços 267.500,00 375.000,00 400.505,46 02 07010302 772.000,00 230.000,00 687.000,00 315.000,00 Instalações Desportivas e Recreativas 02 07010303 Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária 577.400,00 28.393,59 272.085,97 333.707,62 02 07010307 Outros 147.500,00 486.500,00 94.494,72 539.505,28 02 070104 Construções Diversas 02 07010401 Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares 848.000,00 848.000.00 02 07010403 Estações de Tratamento de Águas Residuais 1.110.207,18 564.219,78 198.478,01 744.465,41 02 07010404 Iluminação Pública 60.000,00 46.784,27 13.215,73 02 07010405 Parques e Jardins 40.000,00 10.000,00 30.000,00 02 07010406 Instalações Desportivas e Recreativas 230.500.00 59.189.74 234.012.14 55.677,60 02 07010407 Captação e Distribuição da Água 60.000,00 60.000,00 02 07010408 Viação Rural 190.000,00 152.468,04 37.531,96 02 07010409 30.000,00 Sinalização e Trânsito 24.000,00 12.999,00 41.001,00 02 07010413 Outros 35.500,00 47.500.00 83.000.00 02 070106 Material de Transporte 02 07010601 Recolha de Resíduos 10.000.00 9.999,00 1,00 02 447.741.19 151.434,18 07010602 Outro 163.271,75 459.578,76 02 070107 Equipamento de Informatica 146.000,00 111.644.38 122.933,90 134.710.48 02 070108 22.482,75 Software Informatico 580.000,00 519.351,43 83.131,32 Equipamento Administrativo 02 070109 121.045,00 19.142,56 100.572,81 39.614,75 02 070110 Equipamento Basico

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA DO ANO CONTABILISTICO DE 2018

Pagina: 4 TOTAL DE ALTERAÇÕES : 58 TOTAL DE REVISÕES : 5

Período: 2018/01/02 a 2018/12/31

				DESPESA			
	ID	ENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS	~	MODIFICAÇÕES	ORÇAMENTAIS	~	0
CLAS ORGÂNICA	SIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	B S
02	07011001	Equipamento de Recolha de Resíduos	20.000,00	13.000,00	9.206,75	23.793,25	
02	07011002	Outro	544.088,81	472.297,68	435.377,10	581.009,39	
02	070111	Ferramentas e Utensilios	7.000,00	8.583,46	3.947,55	11.635,91	
02	070112	Artigos e Objectos de Valor	43.600,00		42.600,00	1.000,00	
02	070113	Investimentos Incorporeos	127.400,00	24.591,68		151.991,68	
02	0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA	06 105 00		0 074 00	07 051 00	
02 02	070205 070209	Material de Transporte - Locação Financeira OUTROS INVESTIMENTOS- LOCAÇÃO FINANCEIRA	96.125,00		8.874,00	87.251,00	
02	070209	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
02	070303	Outras Construções e Infraestruturas					
02	07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	1.507.800,00	2.100,00	1.235.001,68	274.898,32	
02	07030301	Captação e Distribuição de Aqua	65.000,00	5.000,00	9.000,00	61.000,00	
02	07030312	Cemiterios	85.500,00	,	30.608,57	54.891,43	
02	07030313	Outros		188.560,00	14.500,00	174.060,00	
02	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			•	,	
02	0801	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS					
02	080101	PÚBLICAS					
02	08010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	500,00		500,00		
02	0803	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
02	080306	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS					
02	0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
02	080501	Continente	415 000 00	45 000 00	201 200 00	050 700 00	
02	08050102 08050104	Freguesias Associações de Municipios	415.000,00	45.000,00	201.300,00	258.700,00	
02	08050104	Outros	12.325,00		510,00	11.815,00	
02	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS					
02	080701	Instituições sem Fins Lucrativos		20.000,00	20.000,00		
02	0808	FAMÍLIAS		20.000,00	20.000,00		
02	080802	Outras		30.000,00		30.000,00	
02	09	ACTIVOS FINANCEIROS		,			
02	0908	Unidades de Paticipação					
02	090802	Sociedades e quase Sociedades não Financeiras - Publicas	500,00		500,00		
02	090806	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas Administração Publica - Administração Central - Serviços Fundos Autonomos					
02	09080601	Fundo de Apoio Municipal	71.084,00			71.084,00	
02	10	PASSIVOS FINANCEIROS	,				
02	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS					
02	100603	Soc.Fin Bancos e Outras Inst.Financeiras					
02	10060301	Caixa Geral de Depositos	360.200,00	19.800,00		380.000,00	
02	10060303	Novo Banco	53.686,00		0,48	53.685,52	
02 03	100605	Administração Publica Central - Estado	28.320,00		3,24	28.316,76	
03	01	ESCOLAS DESPESAS COM O PESSOAL					
03	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES					
03	010104	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de					
		Funções Públicas por Tempo Indeterminado					
03	01010401	Pessoal em Funções	236.248,00	8.864,79	4.077,54	241.035,25	
03	01010404	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		43.493,86	,	43.493,86	
03	010106	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de		·			
		Funções Públicas a Tempo Determinado					
03	01010601	Pessoal em Funções	32.895,22	19.104,78	22.300,00	29.700,00	
03	01010604	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	32.507,40	20.831,80	53.339,20		
03	010108	Pessoal Aguardando Aposentação	1.615,66	384,34	1.380,00	620,00	
03	010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação		5.352,24	4.000,00	1.352,24	
03	010113	Subsidio de Refeição	21 007 00	11 500 55	4 007 60	20 517 07	
03	01011301	Subsidio de Refeição - RCTFPTI Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação	31.007,00	11.598,55	4.087,68	38.517,87	
03	01011302 01011303	Subsidio de Refeição - Pessoai em Quaiquer Outra Situação Subsidio de Refeição - RCTFPTD	10.480,00	1.280,68 3.087,74	880,00 8.681,10	400,68 4.886,64	
	01011303	omporato de Mererdao Morrita	10.400,00	J.007,74	0.001,10	7.000,04	

ENTIDADE

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 58 ra do Alentejo TOTAL DE REVISÕES : 5

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

DO ANO CONTABILISTICO DE 2018

Pagina: 5

Período: 2018/01/02 a 2018/12/31

	TD	ENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DESPESA			
	ID	ENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS	DOTAÇÕES	MODIFICAÇÕES	S ORÇAMENTAIS	DOTAÇÕES	0 B
CLASS ORGÂNICA	IFICAÇÃO ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	CORRIGIDAS	S
03	010114	Subsidios de Ferias e Natal					
03	01011401	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI	42.826,00	8.003,89	1.826,00	49.003,89	
03	01011402	Subsidio de Ferias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação		1.000,00	1.000,00		
03	01011403	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD	8.930,00	500,00	5.354,88	4.075,12	
03	010115	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade	2.000,00	3.100,00	4.560,32	539,68	
03	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	0.55 .50				
03	010202	Horas Extraordinarias	365,60	249,44	115,60	499,44	
03 03	010204	Ajudas de Custo	1 040 00	1.000,00	00.04	1.000,00	
03	010205 0103	Abono para Falhas SEGURANÇA SOCIAL	1.040,00	41,24	98,94	982,30	
03	0103	Outros Encargos com a Saude	5.000,00	722,62	2.290,24	3.432,38	
03	010302	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens	870,00	35,50	84,58	820,92	
03	010305	Contribuições para a Segurança Social	870,00	33,30	04,30	020,32	
03	010305	Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em					
	01030302	Funções Publicas (RCTFP)					
03	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	44.854,00	1.500,00	1.597,99	44.756,01	
03	0103050202	Segurança Social - Regime Geral	40.421,00	12.794,57	9.803,23	43.412,34	
03	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	,	,_,			
03	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
03	020105	Alimentação - Refeições Confecionadas	100,00			100,00	
03	020120	Material de Educação Cultura e Recreio	8.000,00	25.936,29	5.000,03	28.936,26	
03	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	·				
03	020202	Limpeza e Higiene		88.000,00	37.500,00	50.500,00	
03	020210	Transportes	275.000,00	136.758,49	133.200,00	278.558,49	
03	020213	Deslocações e Estadas	100,00			100,00	
03	020214	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria		500,00		500,00	
03	020215	Formação	200,00			200,00	
03	020216	Seminarios, Exposições e Similares		500,00		500,00	
03	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
03	0403	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		=	4.5.00.00		
03 03	040301 0405	Estado	22.000,00	56.640,00	16.000,00	62.640,00	
03	0405 040501	ADMINISTRAÇÃO LOCAL Continente					
03	040501	Frequesias	62.100,00	7.000,00	24.100,00	45.000,00	
03	04050102	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	02.100,00	7.000,00	24.100,00	43.000,00	
03	040701	Instituições sem Fins Lucrativos	147.300,00	54.511,28	83.300,00	118.511,28	
03	040701	FAMÍLIAS	147.300,00	34.311,20	03.300,00	110.311,20	
0.3	040802	Outras	1.000,00	16.400,00	4.000,00	13.400,00	
03	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.000,00	10.100,00	1.000,00	10.100,00	
03	0701	INVESTIMENTOS					
03	070103	Edificios					
03	07010305	Escolas	780.000,00	350.713,09	416.676,02	714.037,07	
03	070106	Material de Transporte	,	,	·	•	
03	07010602	Outro		50.000,00		50.000,00	
03	070109	Equipamento Administrativo	20.000,00	1,00		20.001,00	
03	070110	Equipamento Basico					
03	07011002	Outro	10.000,00		9.999,00	1,00	
		TOTAL	20.461.917,27	7.445.418,32	11.495.238,48	16.412.097,11	
		TOTAL	20.101.711,21	7.113.410,32	11.155.250, 40	10.112.07/,11	Ш_

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

16. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos



TOTAL DE ALTERAÇÕES : 25

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo | TOTAL DE

TOTAL DE REVISÕES : 3 ANO CONTABILISTICO: 2018

PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31

		~ .									2018					ANOS S	SEGUINTES		
OBJEC PROGR		IDENTIFICAÇÃO DO		RESPONSÁVEL	DA	TAS	CÓDIO	GO ORÇAMENTAL	VALOR	TOTA	L	FINANC.	DEFINIDO	FINANCIAMENTO -			 		MODIFICAÇÕES
PROJE ACÇÃ		PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO		INICIO	FIM	EX		REALIZADO	DOT. INICAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	SEGUINTES	
1.			FUNÇÕES GERAIS																
1.1.			Serviços Gerais de Administração Pública																
1.1.1. 1.1.1.	01	2004	Administracao Geral PLANO DE ACTIVIDADES																
1.1.1.	0102	2004 I 2	Imoveis Municipais	DAM		2020/12/31		07010301	14.000,00	262.000,00	24.987,63	262.000,00			14.000,00	14.000,00			-237.012,37
1.1.1.	0104 0104	2004 I 4 2004 I 4	1 1	DT/DAM	2004/01/01	2020/12/31		070107 070108				136.000,00							-87.535,84
1.1.1.	0104	2004 I 4 2004 I 4	Maquinaria e Equipamento Maquinaria e Equipamento				02	070108				50.000,00 104.045,00							-24.312,18 -74.430,25
1.1.1.	0104	2004 I 4	Maquinaria e Equipamento				02	07011002				304.425,00							-212.894,19
1.1.1.	0104	2004 I 4	Maquinaria e Equipamento				02	070111				7.000,00							-3.364,09
1.1.1.	0104 0106	2004 I 4 2004 I 6	Maquinaria e Equipamento	DAM	2004/01/01	2017/12/21	02	070112 070101	50.447,98		198.933,45	200,00							-200,00 -19.000,00
1.1.1. 1.1.1.	0106	2004 1 6	Aquisição de Terrenos PLANO DE ACTIVIDADES	DAM	2004/01/01	2017/12/31	0 02	0/0101		39.000,00	20.000,00	39.000,00	20.000,00						-19.000,00
1.1.1.	0101	2007 I 3	Material de Transporte	D.T.	2007/01/01	2020/12/31	0 02	07010602				447.741,19	459.578,76		50.109,00	50.109,00	33.406,00		11.837,57
1.1.1.	0101	2007 I 3	Material de Transporte				02	070205	60.296,75	493.866,19	546.828,76	46.125,00	87.250,00						41.125,00
1.1.1. 1.1.1.	02 0201	2014 2014 I 1	PLANO DE ATIVIDADES Requalificação do Edificio dos Paços	DT	2014/01/01	2017/12/31	1 02	07010301	12.070,27	5.500,00	13.517,83	5.500,00	13.517,83						8.017,83
1.1.1.	0201	2014 1 1	do Concelho	DI	2014/01/01	2017/12/31	4 02	07010301	12.010,21	3.300,00	13.317,03	3.300,00	13.317,03						0.017,03
1.1.1.	02	2015	PLANO DE ACTIVIDADES																
1.1.1.	0201	2015 I 1	1 *	D.T.	2015/01/02	2019/12/31	0 02	07010303		577.400,00	333.707,62	577.400,00	333.707,62						-243.692,38
1.1.1.	0203	2015 I 3	Arranjos da Zona Envolvente Eficiência Energetica em Edificios	DT	2015/01/02	2019/12/31	0 02	07011002	4.146,01	210.000,00		40.000,00							-40.000,00
1	0203	2010 1 0	Municipais	D1	2010/01/02	2013/12/31	0 02	07011002	1.110/01	210.000,00		10.000,00							10.000,00
1.1.1.	01	2016	Plano de Atividades																
1.1.1.	0101	2016 I 1	E.Ferreir@ 2 - Programa de	DAM/CEDEC	2016/01/02	2019/12/31	0 02	070107				10.000,00							-10.000,00
1.1.1.	0101	2016 I 1	Modernização Administrativa E.Ferreir@ 2 - Programa de				02	070108				500.000,00	16.443,56						-483.556,44
	0101	2010 1 1	Modernização Administrativa				"	0,0100				000,000,00	101110/00						100,000,11
1.1.1.	0101	2016 I 1	E.Ferreir@ 2 - Programa de				02	070109	3.567,00	527.000,00	16.443,56	17.000,00							-17.000,00
1.1.1.	01	2018	Modernização Administrativa 2018																
1.1.1.	0101	2018 I 1		DAM	2018/01/02	2021/12/31	0 02	07010301			32.000,00		32.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		32.000,00
1.1.1.	0102	2018 I 2	Equipamento e Maquinaria	DAM		2021/12/31	02	070107			,		66.000,00		20.000,00	30.000,00	20.000,00		66.000,00
1.1.1.	0102	2018 I 2	Equipamento e Maquinaria				02	070108					35.000,00						35.000,00
1.1.1.	0102 0102	2018 I 2 2018 I 2	Equipamento e Maquinaria Equipamento e Maquinaria				02	070109 07011002					5.000,00 325.055,00						5.000,00 325.055,00
1.1.1.	0102	2018 I 2	Equipamento e Maquinaria				02	070111					3.000,00						3.000,00
1.1.1.	0102	2018 I 2	Equipamento e Maquinaria				02	070112			435.055,00		1.000,00						1.000,00
1.1.1.	0103	2018 I 3	Aquisição Imóveis	DAM	2018/01/02	2021/12/31	02	070101					7.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		7.000,00
1.1.1.	0103 0103	2018 I 3 2018 I 3	Aquisição Imóveis Aquisição Imóveis				02	07010301 07010302			217.000,00		200.000,00						200.000,00
1.1.1.	0104	2018 I 4	Paços do Concelho	DT	2018/01/02	2021/12/31		07010301			217.000,00		130.000,00		500.000,00	300.000,00			130.000,00
1.1.1.	0104	2018 I 4	Paços do Concelho				02	070113			390.000,00		50.000,00						50.000,00
1.1.1.	0105 0106	2018 I 5 2018 I 33	Investimento em Informática Edificio do Centro Cultural de	DAM Presidente/		2018/12/31 2021/12/31	02	070107 07010307			20.246,32		20.246,32 175.000,00						20.246,32 175.000,00
1.1.1.	0100	2010 1 33	Ferreira do Alentejo-Intervenção PAICD		2010/01/01	2021/12/31	02	0/01030/					1/3.000,00						173.000,00
1.1.1.	0106	2018 I 33	Edificio do Centro Cultural de				02	07011002					50.000,00						50.000,00
	0106	0010 - 00	Ferreira do Alentejo-Intervenção PAICD					050111			000 000 00		5 000 00						5 000 00
1.1.1.	0106	2018 I 33	Edificio do Centro Cultural de Ferreira do Alentejo-Intervenção PAICD				02	070111			230.000,00		5.000,00						5.000,00
1.2.			Segurança e Ordem Públicas																
1.2.1.			Protecção Civil e Luta Contra																
1 2 1	01	2004	Incêndios PLANO DE ACTIVIDADES																
1.2.1. 1.2.1.	01 0101	2004 2004 I 10	Serviço Municipal de Protecção Civil -	PRESIDENTE	2004/01/01	2020/12/31	0 02	07011002		6.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
			Equipamento									,							
1.2.1.	01	2018	2018																
L		1	I	1	1								+			 -			

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 25

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

TOTAL DE REVISÕES : 3

ANO CONTABILISTICO: 2018

PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31

											201	18				ANOS	SEGUINTES		
PROGI		IDENTIFICAÇÃ DO		RESPONSÁVEL	DAT	'AS	CÓDI	GO ORÇAMENTAL	VALOR	TOT	AL	FINANC.	DEFINIDO	FINANCIAMENTO NÃO	2019	2020	2021	CECUTATEC	MODIFICAÇÕES
PROJI ACÇÎ		PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO		INICIO	FIM	7X		REALIZADO	DOT. INICAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	DEFINIDO	2019	2020	2021	SEGUINTES	
							A TR	ANSPORTAR	144.528,01	2.722.436,19	2.483.720,17	2.551.436,19	2.273.720,17	210.000,00	624.109,00	434.109,00	93.406,00		-277.716,02
1.2.1.	0101	2018 I 27	Melhoramento dos Equipamentos Publicos Municipais	DT	2018/01/01	2021/12/31	02	07010413			133.000,00		83.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		83.000,00
2. 2.1. 2.1.1.			FUNÇÕES SOCIAIS Educação Ensino não Superior																
2.1.1. 2.1.1.	01 0101	2010 2010 I 1	PLANO DE ACTIVIDADES Programa de Recuperação de Edificios e Espaços Escolares	D.T.	2010/01/01	2019/12/31	1 03	07010305				780.000,00	468.537,07						-311.462,93
2.1.1.	0101	2010 I 1	Programa de Recuperação de Edificios e Espaços Escolares				03	070109				20.000,00	1,00						-19.999,00
2.1.1.	0101	2010 I 1	Programa de Recuperação de Edificios e Espaços Escolares				03	07011002	1.414,50	810.000,00	468.539,07	10.000,00	1,00						-9.999,00
2.1.1. 2.1.1.	01 0101	2018 2018 I 6	2018 Melhoramento dos Edifícios e Espaços	DASEF	2018/01/02	2018/12/31	0 03	07010305					245.500,00						245.500,00
2.1.1.	0101	2018 I 6	Escolares Melhoramento dos Edifícios e Espaços				03	070109			265.500,00		20.000,00						20.000,00
2.1.2.			Escolares Serviços Auxiliares de Ensino																
2.1.2. 2.1.2.	01 0101	2018 2018 I 7	2018 Veiculos de Transporte Escolar	DASEF	2018/01/02	2010/12/21	03	07010602			50.000,00		50.000,00						50.000,00
2.2.	0101	2010 1 /	Saúde	DAGET	2010/01/02	2010/12/31	03	07010002			30.000,00		30.000,00						30.000,00
2.2.1.	01	2018	Serviços Individuais de Saúde 2018																
2.2.1. 2.3. 2.3.2.	0101	2018 I 8	Equipamentos de Saude Segurança e Acção Sociais Acção Social	DASEF	2018/01/02	2021/12/31	02	07010307			138.500,00		38.500,00	100.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00		38.500,00
2.3.2. 2.3.2.	02 0201	2014 2014 I 3	PLANO DE ACTIVIDADES Hortas Sociais	DΨ	2014/01/01	2017/12/21	1 02	07010413		90.500,00		5.500,00							-5.500,00
2.3.2.	01	2018	2018	DI	2014/01/01	2017/12/31	02	0/010413		90.300,00		3.300,00							-5.300,00
2.3.2.	0101 0102	2018 I 9 2018 I 28	Regulamento Municipal de Apoio Social Centros Seniores de Alfundão e Santa Margarida	DASEF DT	2018/01/02 2018/01/01	2021/12/31 2020/12/31	02 02	080802 070101			30.000,00		30.000,00		30.000,00 75.000,00	30.000,00 75.000,00	30.000,00		30.000,00
2.3.2.	0102	2018 I 28	Centros Seniores de Alfundão e Santa Margarida				02	07010307					140.000,00						140.000,00
2.3.2.	0102	2018 I 28	Centros Seniores de Alfundão e Santa Margarida				02	07011002											
2.3.2.	0102	2018 I 28	Centros Seniores de Alfundão e Santa Margarida				02	070113			341.000,00		10.000,00	91.000,00					10.000,00
2.4.			Habitação e Servicos Colectivos Habitação																
2.4.1.	01	2004	PLANO DE ACTIVIDADES																
2.4.1. 2.4.1.	0102 01	2004 I 17 2018	Investimentos em Habitações Municipais 2018	DT	2004/01/01	2020/12/31)			50.000,00	50.000,00			50.000,00	50.000,00	50.000,00			
2.4.1.	0101	2018 I 10	Melhoramento e Conservação de Habitações Municipais	DT	2018/01/02	2021/12/31	02	07010203					6.500,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		6.500,00
2.4.1.	0101	2018 I 10	Melhoramento e Conservação de Habitações Municipais				02	070109			11.500,00		5.000,00						5.000,00
2.4.1.	0102	2018 I 30	Casa Mortuária de Figueira de Cavaleiros	DT	2018/01/01	2020/12/31	02	070101					100.000,00		100.000,00	50.000,00			100.000,00
2.4.1.	0102	2018 I 30	Casa Mortuária de Figueira de Cavaleiros				02	07010307					100.000,00						100.000,00
2.4.1.	0102	2018 I 30	Casa Mortuária de Figueira de				02	070113			305.000,00		5.000,00	100.000,00					5.000,00
2.4.2. 2.4.2.	01	2008	Cavaleiros Ordenamento do Território PLANO DE ACTIVIDADES																

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 25 Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

TOTAL DE REVISÕES : 3

ANO CONTABILISTICO: 2018 PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31

ORITE	CTIVO /	IDENTIFICAÇÃ			DAT	глс					20:	18				ANOS	SEGUINTES		MODIFICAÇÕES
PROG	RAMA /	DO		RESPONSÁVEL	DA.	IND	CÓD	IGO ORÇAMENTAL	VALOR	TOT	AL	FINANC.	DEFINIDO	FINANCIAMENTO			T	T	_ MODIFICAÇOES
PROJ ACÇ	ECTO / ÃO	PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO		INICIO	FIM	EX		REALIZADO	DOT. INICAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	SEGUINTES	
							A T	RANSPORTAR	145.942,51	3.672.936,19	4.276.759,24	3.366.936,19	3.675.759,24	601.000,00	964.109,00	724.109,00	208.406,00		308.823,05
2.4.2.	0102	2008 I 5	Loteamento Habitacional de Santa	DT	2008/01/01	2017/12/31	4			5.000,00	5.000,00			5.000,00					
2.4.2.	01	2011	Margarida do Sado PLANO DE ACTIVIDADES																
2.4.2.	0104	2011 I 6	Loteamento Habitacional Bairro Singa -	DT	2011/01/01	2019/12/31	0			100.000,00	100.000,00			100.000,00	100.000,00				
2.4.2.	0105	2011 I 7	Fase 2 Requalificação Urbana da Frente Poente	DT/CEDEC	2011/01/01	2017/12/31	0 02	07010401		848.000,00		848.000,00							-848.000,00
2 4 2	01	2013	de F.Alentejo																
2.4.2 . 2.4.2.	01 0101	2013 2013 I 2	PLANO DE ACTIVIDADES PRODIVE-Programa de Requalificação	DT/CEDEC	2013/01/01	2017/12/31	4 02	07010406				64.000,00							-64.000,00
			Urbana de Odivelas																·
2.4.2.	0101	2013 I 2	PRODIVE-Programa de Requalificação Urbana de Odivelas				02	07010413				30.000,00							-30.000,00
2.4.2.	0101	2013 I 2	PRODIVE-Programa de Requalificação Urbana de Odivelas				02	07030301		136.400,00		42.400,00							-42.400,00
2.4.2.	0102	2013 I 3	PROSAMAR-Programa de Requalificação Urbana de Stª Margarida do Sado	DT/CEDEC	2013/01/01	2017/12/31	4 02	07011002				17.000,00	703,17						-16.296,83
2.4.2.	0102	2013 I 3	PROSAMAR-Programa de Requalificação Urbana de Stª Margarida do Sado				02	07030301		18.500,00	703,17	1.500,00							-1.500,00
2.4.2.	01	2016	Plano de Atividades																
2.4.2.	0101	2016 I 3	Urbana de Ferreira do Alentejo	DT	2016/01/02	2017/12/31	0 02	07010307				147.500,00	86.005,28						-61.494,72
2.4.2.	0101	2016 I 3	RUFA III - Programa de Reabilitação Urbana de Ferreira do Alentejo				02	07030301		243.500,00	86.005,28	15.000,00							-15.000,00
2.4.2.	0102	2016 I 5	Requalificação Urbanistica da Entrada Sul Ferreira do Alentejo	DT	2016/01/02	2017/12/31	0 02	07030301		35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00						
2.4.2.	0103	2016 I 7	Requalificação Urbanistica da Entrada Norte de Ferreira do Alentejo	DT	2016/01/02	2017/12/31	0 02	07030301		340.000,00	49.011,39	340.000,00	49.011,39						-290.988,61
2.4.2.	0104	2016 I 8	Requalificação Urbanistica da Rotunda de Odivelas	DT	2016/01/02	2017/12/31	0 02	07030301		33.500,00	32.169,00	33.500,00	32.169,00						-1.331,00
2.4.2.	01	2018	2018																
2.4.2.	0101	2018 I 11	Via Pedonal de Ferreira do Alentejo	DT	2018/01/02	2019/12/31	02	070113			70.000,00		1.000,00	69.000,00	150.000,00				1.000,00
2.4.2.	0102	2018 I 12	Promoção dos Modos Suaves de Deslocação em Odivelas	DT	2018/01/02	2021/12/31	0												
2.4.2.	0103	2018 I 29	Via de Acesso ao Cemitério de Peroguarda	DT	2018/01/01	2019/12/31	02	070101					5.000,00		25.000,00				5.000,00
2.4.2.	0103	2018 I 29	Via de Acesso ao Cemitério de Peroguarda				02	07030301			100.000,00		5.000,00	90.000,00					5.000,00
2.4.2.	0104	2018 I 34	Via Pedonal de Ligação Alfundão-Peroguarda	DT	2018/01/01	2019/12/31	02	07030301			20.000,00		5.000,00	15.000,00	20.000,00				5.000,00
2.4.3.			Saneamento																
2.4.3.	01	2004	PLANO DE ACTIVIDADES		0000000														
2.4.3.	0102	2004 I 24	ETARS (Remodelação das ETARS do Concelho)	DT	2004/01/01	2017/12/31		07010403				25.000,00	41.568,83						16.568,83
2.4.3.	0102	2004 I 24	ETARS (Remodelação das ETARS do Concelho)				02	07011002	22.995,79	35.000,00	84.942,75	10.000,00	43.373,92						33.373,92
2.4.3.	01	2006	PLANO DE ACTIVIDADES	D.E.	0006/01/01	0017/10/01				050 000 00	050 000 00			050 000 00					
2.4.3.	0101	2006 I 10	Redimensionamento da Rede de Aguas Pluviais de Fig.Cavaleiros	UT	2006/01/01	2017/12/31	U			250.000,00	250.000,00			250.000,00					
2.4.3.	02	2015	PLANO DE ACTIVIDADES	D	0015/01/01	0010/10/01	1	0701010	10 455 01	1 005 005 11	B00 000 55	1 005 005 ::	800 000 50		100 100 00				200 010 11
2.4.3. 2.4.3.	0201 01	2015 I 2 2018	Nova ETAR de Ferreira do Alentejo 2018	D.T.	2015/01/02	2018/12/31	1 02	07010403	10.455,00	1.085.207,18	702.896,58	1.085.207,18	702.896,58		193.100,08				-382.310,60
2.4.3.	0101	2018 I 13	Águas Pluviais em Figueira dos Cavaleiros	DT	2018/01/02	2020/12/31	02	07030313			174.000,00		174.000,00		40.000,00	40.000,00			174.000,00
2.4.4.	04	0004	Abastecimento de Água																
2.4.4 . 2.4.4.	01 0101	2004 2004 I 26	PLANO DE ACTIVIDADES Sistema de Distribuição de Aguas	DT	2004/01/01	2017/12/31	0 02	07011002				33.000,00	40.000,00		50.000,00	5.000,00			7.000,00
4.1.1.	0101	007 1 200	officema de protriburção de Ayuas	1 1	2007/01/01	2011/17/21	0 02	0.011007				33.000,00	70.000,00		30.000,00	J.000,00			7.000,00

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 25

TOTAL DE REVISÕES : 3

ANO CONTABILISTICO: 2018 PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31

											201	18				ANOS	SEGUINTES		
	CTIVO / RAMA /	IDENTIFICAÇÃ DO	0	RESPONSÁVEL	DA'	TAS	CÓD	IGO ORÇAMENTAL	VALOR	TOTA	AL	FINANC. D	EFINIDO	FINANCIAMENTO	-				MODIFICAÇÕES
PROJ ACÇ	ECTO / ÃO	PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO		INICIO	FIM	ZX		REALIZADO	DOT. INICAL	DOT. CORRIGIDA			- NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	SEGUINTES	
							A TI	RANSPORTAR	179.393,30	6.803.043,37	5.986.487,41	6.094.043,37	4.896.487,41	1.130.000,00	1.542.209,08	769.109,00	208.406,00		-1.197.555,96
2.4.4.	0101	2004 I 26	Sistema de Distribuição de Aguas				02	07030307	26.365,97	98.000,00	101.000,00	65.000,00	61.000,00						-4.000,00
2.4.4. 2.4.4.	01 0102	2016 2016 I 2	Plano de Atividades Cadastro de Infraestruturas de Água e	DT	2016/01/02	2017/12/31 0	0 02	070108				30.000,00	5.999,94						-24.000,06
2.4.4.	0102	2016 I 2	Saneamento Cadastro de Infraestruturas de Água e				02	070113		99.000,00	25.453,62	69.000,00	19.453,68						-49.546,32
2.4.4.	01	2018	Saneamento 2018					0,0110		33,000,00	20,100,02	031000700	131 100 / 00						13,010,02
2.4.4.	0101	2018 I 26	Sistemas de Tratamento da Qualidade da	DT	2018/01/01	2021/12/31	02	07010407			60.000,00		60.000,00		40.000,00	40.000,00	40.000,00		60.000,00
2.4.5.			Agua Resíduos Sólidos																
2.4.5. 2.4.5.	01 0102	2004 2004 I 30	PLANO DE ACTIVIDADES Sistema Municipal de Recolha de	DT	2004/01/01	2021/12/31	02	07010601				10.000,00	1,00						-9.999,00
2.4.5.	0102	2004 I 30	Residuos Solidos Sistema Municipal de Recolha de				02	07011001				20.000,00	23.793,25						3.793,25
2.4.5.	0102	2004 I 30	Residuos Solidos Sistema Municipal de Recolha de				02	070205	9.569,40	80.000,00	23.795,25	50.000,00	1,00						-49.999,00
2.4.6.			Residuos Solidos Protecção do Meio Ambiente e										·						
2.4.6.	01	2004	Conservação da Natureza PLANO DE ACTIVIDADES																
2.4.6.	0101	2004 I 31	Cemiterios	DT	2004/01/01	2017/12/31 4	02	07030312		6.000,00		6.000,00							-6.000,00
2.4.6. 2.4.6.	01 0101	2016 2016 I 14	PLANO DE ATIVIDADES Ampliação do Cemiterio de Odivelas	DT	2016/06/30	2017/06/30	02	07030312		79.500,00	4.891,43	79.500,00	4.891,43						-74.608,57
2.4.6. 2.4.6. 2.5.	01 0101	2018 2018 I 14	2018 Cemiterios e Crematorio Servicos Culturais, Recreativos e	DT	2018/01/02	2021/12/31	02	07030312			100.000,00		50.000,00	50.000,00	100.000,00	50.000,00	50.000,00	1	50.000,00
2.5.1.			Religiosos Cultura																
2.5.1.	01	2004	PLANO DE ACTIVIDADES																
2.5.1.	0104	2004 I 37	Rede de Centros Culturais e Recreativos (Alfundão, Fortes, Gasparões e Odivelas)	DT/CEDEC	2004/01/01	2017/12/31 4	02	07010302		30.000,00		30.000,00							-30.000,00
2.5.1. 2.5.1.	01 0101	2017 2017 I 1	Plano de Atividades Cinema Digital	DCD	2017/01/02	2017/12/31	0.2	07011002		50.000,00		50.000,00							-50.000,00
2.5.1.	0102	2017 I 2	Musealização do Sítio Arqueológico do Monte da Chaminé			2017/12/31	02	07011002		5.863,81	60.000,00	5.863,81	10.000,00	50.000,00	30.000,00	30.000,00	3.000,00		4.136,19
2.5.1.	0103	2017 I 5 2017 I 5	Bens Artisticos e Culturais	DCD	2017/01/02	2017/12/31	02	070112 070113		75 000 00	25 000 00	43.400,00	20 000 00	E 000 00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		-43.400,00
2.5.1. 2.5.1.	0103 01	2018	Bens Artisticos e Culturais 2018				02			75.800,00	35.000,00	32.400,00	30.000,00	5.000,00					-2.400,00
2.5.1. 2.5.1.	0101 0102	2018 I 15 2018 I 16	Centros Culturais e Recreativos Reconhecimento e Valorização do	DCD		2021/12/31 2021/12/31	02	07010302 070113			20.000,00		20.000,00		20.000,00	20.000,00 10.000,00	20.000,00 10.000,00		20.000,00
2.5.1.	0103	2018 I 31	Património Cultural Melhoramento do Centro de Convivio de	DT	2018/01/01	2019/12/31	02	07010302			15.000,00		15.000,00		15.000,00				15.000,00
2.5.2.			Abegoaria Desporto, Recreio e Lazer																
2.5.2. 2.5.2.	01 0105	2004 2004 I 45	PLANO DE ACTIVIDADES Outras Infraestruturas Desportivas	DT	2004/01/01	2017/12/31 4	02	07010406	42.233,58	6.000,00	1.356,60	6.000,00	1.356,60						-4.643,40
2.5.2. 2.5.2.	02 0201	2014 2014 I 5	PLANO DE ATIVIDADES Outras Infraestruturas de Recreio e	DCD	2014/01/01	2017/12/31 0	02	07010406				40.000,00	1,00						-39.999,00
2.5.2.	0201	2014 I 5	Lazer Outras Infraestruturas de Recreio e				02	07011002	35.952,94	106.500,00	14.346,49	66.500,00	14.345,49						-52.154,51
2.5.2.	01	2016	Lazer PLANO DE ATIVIDADES								. 5 - 5 / 19		. 3 . 2 , 2 3						
2.5.2.	0101 0101	2016 I 6 2016 I 6	Conclusão do Estádio Municipal	DT	2016/01/02	2018/01/02 1	02	07010302 07011002				742.000,00	260.000,00						-482.000,00
2.5.2. 2.5.2.	0101	2016 I 6 2016 I 6	Conclusão do Estádio Municipal Conclusão do Estádio Municipal				02	07011002	25.092,00	768.000,00	264.038,00	26.000,00	4.038,00						-21.962,00

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 25

TOTAL DE REVISÕES : 3 ANO CONTABILISTICO: 2018 PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31

OBJE	TIVO /	IDENTIFICAÇÃ	0		DA	TAS					20	18				ANOS	SEGUINTES		MODIFICAÇÕES
PROGI	AMA /	DO PROJ.		RESPONSÁVEL	511		CÓDI	GO ORÇAMENTAL	VALOR	TOTA	AL	FINANC. D	EFINIDO	FINANCIAMENTO NÃO	2019	2020	2021	SEGUINTES	
	OJECTO / PROJ CÇÃO ACÇÃ		DESCRIÇÃO		INICIO	FIM	ıA		REALIZADO	DOT. INICAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL DOT. CORRIGIDA		DEFINIDO	2019	2020	2021	2EG01N1E2	
							A TR	RANSPORTAR	318.607,19	8.207.707,18	6.721.368,80	7.465.707,18	5.486.368,80	1.235.000,00	1.762.209,08	924.109,00	336.406,00		-1.979.338,38
2.5.2.	0102	2016 I 9	Construção de Parque Senior em	DT	2016/01/02	2017/12/31	02	07010406		64.500,00	2.319,00	64.500,00	2.319,00						-62.181,00
2.5.2.	0103	2016 I 13	Polidesportivo de Figueira dos	DT	2010/10/06	2017/10/06	02	07010406		56.000,00	2.001,00	56.000,00	2.001,00						-53.999,00
2.5.2. 2.5.2.	01 0101	2018 2018 I 19	Cavaleiros 2018 Eficiencia Energetica nos Equipamentos	DT	2018/01/02		02	07010302			110.000,00		10.000,00	100.000,00	150.000,00	100.000,00	100.000,00		10.000,00
2.5.2.	0102	2018 I 21	Municipais Parque de Lazer da Barragem de	דת	2018/01/02		02	07010405			30.000,00		30.000,00	,			,		30.000,00
			Odivelas	D											20.000.00				
2.5.2.	0103	2018 I 25	Melhoramento do Parque de Desportos de Ferreira do Alentejo			2019/12/31	02	07010406			42.500,00		42.500,00		30.000,00				42.500,00
2.5.2.	0104	2018 I 36	Plano de Reabilitação dos Parques Infantis	DT/DCD	2018/01/01	2019/12/31	02	07010406			7.500,00		7.500,00		50.000,00				7.500,00
2.5.3.			Outras Actividades Cívicas e Religiosas																
2.5.3 . 2.5.3.	01 0101	2018 2018 I 17	2018 Apoio a Organizações Civicas e Religiosas	DCD	2018/01/02		02	080701							20.000,00	20.000,00	20.000,00		
3. 3.1. 3.1.1.			FUNÇÕES ECONÓMICAS Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca Caminhos Agrícolas																
3.1.1. 3.1.1.	01 0101	2018 2018 I 18	2018 Caminhos Agricolas e Prevenção de Incêndios Florestais		2018/01/02	2021/12/31	02	07010408			20.000,00		20.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		20.000,00
3.2. 3.2.1. 3.2.1.	01	2004	Indústria e Energia Parques Industriais PLANO DE ACTIVIDADES																
3.2.1. 3.2.1.	0103 01	2004 I 51 2007	Zona Agro Industrial do Penique PLANO DE ACTIVIDADES	D.T.	2004/01/01	2017/12/31	02	070113		500.000,00	710.000,00		10.000,00	700.000,00	100.000,00	50.000,00	30.000,00		10.000,00
3.2.1. 3.2.2.	0101	2007 I 8 2004	Alargamento do Parque das Empresas Energia PLANO DE ACTIVIDADES	D.T./CEDEC	2007/01/01	2017/12/31	02	070113		1.923.000,00	3.856.000,00		10.000,00	3.846.000,00					10.000,00
3.2.2. 3.2.2.	01 0102	2004 2004 I 53	Reforço e Modernização da Iluminação Publica	DT	2004/01/01	2017/12/31 4	02	07010404		60.000,00	13.215,73	60.000,00	13.215,73		50.000,00	30.000,00	15.000,00		-46.784,27
3.3. 3.3.1. 3.3.1.	01	2004	Transportes e Comunicações Transportes Rodoviários PLANO DE ACTIVIDADES																
3.3.1.	0101	2004 I 54	Construção e Conservação de Arruamentos no Concelho	DT	2004/01/01	2017/12/31 4	02	07030301	12.023,66	918.800,00	535.726,52	918.800,00	135.726,52	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00		-783.073,48
3.3.1.	0104	2004 I 56	Estradas e Caminhos Municipais - Construção,Reabilitação e Conservação	DT	2004/01/01	2017/12/31	02	07010408		150.000,00	258.531,96		8.531,96	250.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00		8.531,96
3.3.1. 3.3.1.	0105 01	2004 I 57 2016		DT	2004/01/01	2017/12/31 4	02	07010409	2.952,53	10.000,00	36.000,00	10.000,00	31.000,00	5.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		21.000,00
3.3.1.	0101	2016 I 10	Construção de Arruamentos em	DT	2016/06/29	2017/12/31	02	07030301		47.500,00	2.619,67	47.500,00	2.619,67						-44.880,33
3.3.1. 3.3.1.	0102 0103	2016 I 11 2016 I 12	Peroguarda Construção de Arruamentos em Gasparões Construção de Arruamentos em Aldeia do			2017/12/31 C 2017/12/31 C		07030301 07030301		38.100,00 36.000,00	371,74	38.100,00 36.000,00	371,74						-37.728,26 -36.000,00
3.3.1.	01	2018	Rouquenho 2018																
3.3.1.	0101 0102	2018 I 20 2018 I 22	Praça do Mercado Requalificação das Passagens das Pessoas em Vias Rodoviarias na Vila de Ferreira do Alentejo	DT DT		2021/12/31 2021/12/31	02	070113			102.000,00		2.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00			2.000,00

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 25 TOTAL DE REVISÕES : 3

ANO CONTABILISTICO: 2018

PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO 1. 0103 2. 2. 02 2. 0201 2. 0101 2. 0101 2. 0101 2. 0101 2. 0101	2014 2014 I 4 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24	Conservação e Reparação dos Caminhos Vicinais Comércio e Turismo Turismo PLANO DE ACTIVIDADES Sinalização do Património Monumental do Concelho 2018 Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Outras Funções Económicas Incremento do Desenvolvimento	DT DCD	INICIO 2018/01/02 2014/01/01	FIM 2 2021/12/31 2 2021/12/31 2 2021/12/31	A T	TRANSPORTAR 07010408	VALOR REALIZADO 333.583,38		DOT. CORRIGIDA 12.450.154,42 9.000,00	FINANC. DOT. INICIAL 8.696.607,18	DOT. CORRIGIDA	FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO 6.636.000,00	2019	2020	2021	SEGUINTES	-2.882.452, 9.000,
ACÇÃO 1. 0103 2. 02 2. 0201 2. 0101 2. 0101 2. 0101 2. 0101	ACÇÃO 3 2018 I 23 2014 I 2014 I 4 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24	Conservação e Reparação dos Caminhos Vicinais Comércio e Turismo Turismo PLANO DE ACTIVIDADES Sinalização do Património Monumental do Concelho 2018 Rede de Percursos Outras Funções Económicas	DCD	2018/01/02	2 2021/12/31	02	07010408		12.011.607,18	12.450.154,42		5.814.154,42	DEFINIDO					
2. 02 02 02 02 01 01 01 01 01 01 01 01 01 01 01 01 01	2014 2014 I 4 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24	Vicinais Comércio e Turismo Turismo PLANO DE ACTIVIDADES Sinalização do Património Monumental do Concelho 2018 Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Outras Funções Económicas	DCD	2014/01/01	2017/12/31	02	07010408	333.583,38		,	8.696.607,18		6.636.000,00	2.892.209,08 1	.854.109,00	1.131.406,00		
2. 02 02 02 02 01 01 01 01 01 01 01 01 01 01 01 01 01	2014 2014 I 4 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24	Vicinais Comércio e Turismo Turismo PLANO DE ACTIVIDADES Sinalização do Património Monumental do Concelho 2018 Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Outras Funções Económicas	DCD	2014/01/01	2017/12/31					9.000,00		9.000,00						9.000
 2. 02 2. 0201 2. 0101 2. 0101 2. 0101 2. 0101 2. 0101 	2014 I 4 2018 2018 I 24 2018 I 24 2018 I 24 1 2018 I 24	Comércio e Turismo Turismo PLANO DE ACTIVIDADES Sinalização do Património Monumental do Concelho 2018 Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Outras Funções Económicas				0 02	07010409											
 02 0201 0101 0101 0101 0101 0101 	2014 I 4 2018 2018 I 24 2018 I 24 2018 I 24 1 2018 I 24	PLANO DE ACTIVIDADES Sinalização do Património Monumental do Concelho 2018 Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Outras Funções Económicas				0 02	07010409											
2. 0201 2. 01 2. 0101 2. 0101 2. 0101 2. 0101	2014 I 4 2018 2018 I 24 2018 I 24 2018 I 24 1 2018 I 24	Sinalização do Património Monumental do Concelho 2018 Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Outras Funções Económicas				0 02	07010409											
2. 01 2. 0101 2. 0101 2. 0101 2. 0101	2018 1 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24	do Concelho 2018 Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Outras Funções Económicas					0,010103		29.000,00	15.001,00	14.000,00	1,00	15.000,00					-13.9
2. 0101 2. 0101 2. 0101 2. 0101	1 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24	2018 Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Outras Funções Económicas	DCD	2018/01/02	2 2021/12/31		1		23.000,00	13.001,00	14.000,00	1,00	13.000,00					13.7
2. 0101 2. 0101 2. 0101 2. 0101	1 2018 I 24 1 2018 I 24 1 2018 I 24	Rede de Percursos Rede de Percursos Rede de Percursos Outras Funções Económicas	DCD	2018/01/02	2 2021/12/31													
2. 0101 2. 0101	1 2018 I 24	Rede de Percursos Rede de Percursos Outras Funções Económicas				02	07010409					10.000,00						10.0
2. 0101		Rede de Percursos Outras Funções Económicas				02	07011002					1.000,00						1.0
	1 2018 I 24	Outras Funções Económicas				02	070113					500,00						5
			1			02	07030301			235.500,00		10.000,00	214.000,00					10.0
2		Ingramanta da Daganwalwimanta																
4.		Incremento do Desenvolvimento																
		Economico e Social																
2. 01	2017	Plano de Atividades																
2. 0101	1 2017 I 3	Participação em Certames	DCD	2017/01/02	2	02	07011002		12.300,00	1,00	12.300,00	1,00						-12.2
		OUTRAS FUNÇÕES																
		Operações da Dívida Autárquica																
1.		Relações com Instituições Financeiras																
1. 01	2004	PLANO DE ACTIVIDADES																
1. 0101		Amortização de Emprestimos	DAM	2004/01/01	2019/12/31	1 1	10060301				360.200,00	380.000,00						19.80
1. 0101		Amortização de Emprestimos				02	10060303				53.686,00	53.685,52						
1. 0101	1 2004 I 60	Amortização de Emprestimos				02	100605	508.777,81	442.206,00	462.002,28	28.320,00	28.316,76						-
		Transferências entre Administrações																
1.		Transferencias para Administração																
		Autarquica																
1. 01	2004	PLANO DE ACTIVIDADES																
1. 0101	1 2004 I 61	Transferencias de Capital para as	DAM	2004/01/01	2018/12/31	02	08050102	221.258,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00		240.000,00				
		Freguesias nos Termos dos Protocolos																
		Estabelecidos			0010/10/01			550.50	455 000 00	40.500.00	455 000 00	40.500.00						4 64 5
1. 0102	2 2004 I 62	Outras Formas de Apoio as Freguesias	DAM	2004/01/01	2018/12/31	02	08050102	553,50	175.000,00	13.500,00	175.000,00	13.500,00		50.000,00				-161.50
		nos Termos da Lei 5A /2002 de 11/01			0010/10/01				44 005 00	44 045 00	44 005 00	44 045 00						
1. 0107	7 2004 I 66	Transferencia para Amortização de	DAM	2004/01/01	2019/12/31	02	08050104	11.810,21	11.825,00	11.815,00	11.825,00	11.815,00		12.000,00				-1
		Emprestimo - CIMAL																
1. 01	2018	2018		0010/01/01	0010/10/01		00050100			100 000 00		000 00	100 000 00					0.0
1. 0101	1 2018 I 32	Ampliação do Edificio da Sede da	DAM	2018/01/01	2018/12/31	02	08050102			100.200,00		200,00	100.000,00					20
1 0100	0010 7 05	Freguesia de Odivelas		0010/01/01	0000/10/01		00050100			F 000 00		F 000 00		100 000 00	100 000 00			F 0.0
1. 0102	2 2018 I 35	Aproveitamento para Fins Sociais dos		2018/01/01	2020/12/31	02	08050102			5.000,00		5.000,00		100.000,00	100.000,00			5.00
1 0100	0010 7 07	Antigos Celeiros da EPAC em Canhestro		0010/01/00	0010/10/21		07020212			CO 00		CO 00						
1. 0103	3 2018 I 37	Requalificação dos Lavadouros e do	DAM	2018/01/02	2 2018/12/31	. 02	07030313			60,00		60,00						6
		Poço de Odivelas Diversas não Especificadas																
1																		
1.		Equip. não Autarq. de Rele. Interesse para o Concelho																
1. 01	2015	PLANO DE ACTIVIDADES																
1. 01 1. 0101		Realização do Capital Social do Fundo	DYW	2015/01/02	2 2021/12/31	10 102	09080601	106.626,00	71.084,00	71.084,00	71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.081,75		
1. 0101	7013 1 3	de Apoio Municipal	וואע	2013/01/02	. 2021/12/31	10 102	0300001	100.020,00	/1.004,00	11.004,00	11.004,00	11.004,00		/1.004,00	11.004,00	11.001,73		
		de uhoto munitothat																
							TOTAL	1.182.608,90	12.993.022,18	13.613.317,70	9.663.022,18	6.648.317,70	6 065 000 00	3.365.293,08 2	102 102 00	1 202 407 75		-3.014.7

17. Contratação Administrativa – Situação dos Contratos







	Co	ontrato			Visto do Tri Cont				Pagamentos	na Gerência		F	agamento	s Acumulado	s	Ses
Entidade	Objeto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Data do Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(14) + (15)	(17)
	Reabilitação do Mercado Muncipal e Arranjos da Zona Envolvente em Ferreira do Alentejo	13-12-16	525.900,00 + IVA	a)			28/04/2017	281.763,72			281.763,72	473.102,30			473.102,30	
Construções S A	Reabilitação do Mercado Muncipal e Arranjos da Zona Envolvente em Ferreira do Alentejo - Contrato Adicional	29-06-17	3,745,00 + IVA	a)			28-09-2017			3.969,70	3.969,70			3.969,70	3.969,70	
Sociedade de Construções, S.A	Reabilitação do Mercado Muncipal e Arranjos da Zona Envolvente em Ferreira do Alentejo - 2º Contrato Adicional	27-09-17	3,218,14 + IVA	a)			22-12-2017			662,50	662,50			3.411,23	3.411,23	
ICEBLOCK – Sociedade de	Reabilitação do Mercado Muncipal e Arranjos da Zona Envolvente em Ferreira do Alentejo - 3º Contrato Adicional	09-05-18	10.482,50 + IVA	a)			19-06-2019			11.111,45	11.111,45			11.111,45	11.111,45	
	Reabilitação do Mercado Muncipal e Arranjos da Zona Envolvente em Ferreira do Alentejo - 4º Contrato Adicional	13-06-18	3.632,25 € + IVA	a)			30-11-2018			3.850,19	3.850,19			3.850,19	3.850,19	
Construções, S.A	Reabilitação do Mercado Muncipal e Arranjos da Zona Envolvente em Ferreira do Alentejo - 5º Contrato Adicional	15-11-18	4.711,25 € + IVA	a)			21-12-2018			4.711,25	4.711,25			4.711,25	4.711,25	
LENA – Engenharia e Construções, S.A - Cedência da posição contratual à ICEBLOCK- Sociedade de Construções, S.A	Recuperação de Edificios Escolares – EB1 e Jardim de Infância de Ferreira do Alentejo	14-12-16	332.430,29 + IVA	a)			03-08-2017	198.374,81			198.374,81	216.922,25			216.922,25	
ICEBLOCK – Sociedade de Construções, S.A	Recuperação de Edificios Escolares – EB1 e Jardim de Infância de Ferreira do Alentejo- 1º Contrato Adicional	08-05-18	15.644,70 + IVA	a)		1	04-07-2018			16.583,39	16.583,39			16.583,39	16.583,39	





	С	ontrato			Visto do Tr Cont				Pagamentos	na Gerência		F	Pagamento	s Acumulado	s	es
Entidade	Objeto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Data do Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(14) + (15)	(17)
ICEBLOCK – Sociedade de Construções, S.A	Recuperação de Edificios Escolares – EB1 e Jardim de Infância de Ferreira do Alentejo- 2º Contrato Adicional	08-05-18	12.615,77 + IVA	a)			07-08-2018			13.372,72	13.372,72			13.372,72	13.372,72	
ICEBLOCK – Sociedade de Construções, S.A	Recuperação de Edificios Escolares – EB1 e Jardim de Infância de Ferreira do Alentejo- 3º Contrato Adicional	08-05-18	6.426,42 + IVA	a)			18-10-2018			6.426,42	6.426,42			6.426,42	6.426,42	
ICEBLOCK – Sociedade de Construções, S.A	Recuperação de Edificios Escolares – EB1 e Jardim de Infância de Ferreira do Alentejo- 4º Contrato Adicional	08-05-18	4.372,72 + IVA	a)			07-08-2018			4.635,08	4.635,08			4.635,08	4.635,08	
ICEBLOCK – Sociedade de Construções, S.A	Recuperação de Edificios Escolares – EB1 e Jardim de Infância de Ferreira do Alentejo-5º Contrato Adicional	08-05-18	986,50 + IVA	a)			07-08-2018			1.045,69	1.045,69			1.045,69	1.045,69	
ICEBLOCK – Sociedade de Construções, S.A	Recuperação de Edificios Escolares – EB1 e Jardim de Infância de Ferreira do Alentejo- 6º Contrato Adicional	16-11-18	48.451,35 + IVA	a)			19-12-2018			51.358,41	51.358,41			51.358,41	51.358,41	
Manuel Pedro de Sousa e Filhos, Ldª	Pavimentação de arruamento em Peroguarda e zona envolvente á Junta de Freguesia	14-12-16	39.124,30 + IVA	g)			20-02-2017					41.471,46			41.471,46	
Manuel Pedro de Sousa e Filhos, Ldª	Pavimentação de arruamento em Peroguarda e zona envolvente á Junta de Freguesia - 1º Contrato Adicional	03-07-17	3,055,19 + IVA	g)			16-08-2017							3.238,50	3.238,50	

Relatório e Contas 2018 Pag.109



	C	ontrato			Visto do Tr Cont				Pagamentos	na Gerência		I	Pagamento	s Acumulado	s	es
Entidade	Objeto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Data do Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(14) + (15)	(17)
Manuel Pedro de Sousa e Filhos, Ldª	Pavimentação de arruamento em Peroguarda e zona envolvente á Junta de Freguesia - 2º Contrato Adicional	25-08-17	976,79 + IVA	g)			17-10-2017							1.035,59	1.035,59	
Manuel Pedro de Sousa e Filhos, Ldª	Pavimentação de arruamento em Peroguarda e zona envolvente á Junta de Freguesia	14-12-16	Revisão de preços	g)			07/03/2018		2.019,94		2.019,94		2.019,94		2.019,94	
Manuel Pedro de Sousa e Filhos, Ldª	Requalificação junto ao Polidesportivo de Figueira de Cavaleiros	04-01-17	49.605,04 + IVA	g)			27-03-2017					47.620,83			47.620,83	
Manuel Pedro de Sousa e Filhos, Ldª	Requalificação junto ao Polidesportivo de Figueira de Cavaleiros - Contrato Adicional	25-08-17	64,10 + IVA	g)			20-10-2017							67,94	67,94	
Manuel Pedro de Sousa e Filhos, Ldª	Requalificação junto ao Polidesportivo de Figueira de Cavaleiros	04-01-17	Revisão de preços	g)			07-03-2018		1.649,44		1.649,44		1.649,44		1.649,44	
H.Teixeira & Companhia, Ldª	Programa de recuperção de Edificios e espaços Escolares do Concelho - EB 1 de Alfundão	18-01-17	143.801,59 + IVA	g)			17-04-2017	17.379,38			17.379,38	118.899,62			118.899,62	
H.Teixeira & Companhia, Ldª	Programa de recuperção de Edificios e espaços Escolares do Concelho - EB 1 de Alfundão- 1º Contrato Adicional	03-08-17	350,00 + IVA	g)			13/04/2018			371,00	371,00			371,00	371,00	
H.Teixeira & Companhia, Ldª	Remodelação dos Balneários Publicos/Centro de Emergência Social de Ferreira do Alentejo	15-03-17	113.891,41 + IVA	g)			03-07-2017	61.219,62			61.219,62	61.219,62			61.219,62	
Sentidos Suaves Ldª	Programa de recuperção de Edificios e Espaços Escolares do Concelho - EB 1 Figueira de Cavaleiros	12-06-17	129.841,06 + IVA	g)			09-10-2017	100.757,85			100.757,85	131.931,13			131.931,13	



	C	ontrato			Visto do Tr Cont				Pagamentos	na Gerência		F	Pagamento	s Acumulado	s	es
Entidade	Objeto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Data do Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(14) + (15)	(17)
Sentidos Suaves Ldª	Programa de recuperção de Edificios e Espaços Escolares do Concelho - EB 1 Figueira de Cavaleiros - 1º Contrato Adicional	14-02-18	15.420,28 + IVA	g)												
Sentidos Suaves Ldª	Programa de recuperção de Edificios e Espaços Escolares do Concelho - EB 1 Figueira de Cavaleiros - 2º Contrato Adicional	01-07-18	4.250,00 + IVA	g)			24-08-2018			4.505,00	4.505,00			4.505,00	4.505,00	
Manuel António & Jorge Almeida Construções, S.A	Requalificação da Estrada de Ervidel e Rua Maria Isabel Gomese francisco Manuel Gomes-Beneméritos , em Ferreira do Alentejo	03-08-17	84.060,22 + IVA	g)			27-11-2017	39.273,03			39.273,03	67.087,28			67.087,28	
Consórcio Domingos da Silva Teixeira, SA e DTE- Instalações Especiais, S.A.	Construção da Etar (Estação de tratamento de Águas Residuais)	02-02-18	829.671,03 + IVA	a)	623/2018	8-6-18	17-10-2018	265.697,95			265.697,95	265.697,95			265.697,95	
Manuel António & Jorge Almeida Construções, S.A	Requalificação dos Passeios da Estrada de Ervidel, em Ferreira do Alentejo	23-02-18	47.00,00 + IVA	g)			14-05-2018	49.820,00			49.820,00	49.820,00			49.820,00	
João Manuel Inverno Janeiro	Pavimentação de Calçadas em Ferreira do Alentejo	11-10-18	28.80,00 + IVA	g)			07-12-2018	8.273,53			8.273,53	8.273,53			8.273,53	
COFIJO, Construções,Ldª	Remodelação do Balcão Único de Ferreira do Alentejo	18-10-18	27.561,37 + IVA	b)			28-12-2018	28.479,68			28.479,68	28.479,68			28.479,68	
Francisco Charneca Pinto e Filhos, Ldª	Construção de Emissário na Aldeia de Ruins	06-11-18	22.045,35 + IVA	b)												
Electro - Planicie. Ldª	Iluminação do Campo de Ténis no Parque dos Desportos de Ferreira do Alentejo	20-11-18	34.498,52 + IVA	b)		1							-			

MUNICIPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO

Contratação Administrativa - Empreitadas

	С	ontrato			Visto do Tr Cont				Pagamentos	na Gerência		F	Pagamento	os Acumulado	s	ses
Entidade	Objeto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Data do Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observaç
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(14) + (15)	(17)
Pinto e Filhos I da	Construção de Coletor de Drenagem Pluvial em Figueira de Cavaleiros	04-12-18	139.780,65 + IVA	a)									-1-			

- a) Concurso Publico
- b) Concurso Publico com prévia qualificação
- c) Concurso limitado com a apresentação de candidaturas d) Concurso limitado sem a apresentação de candidaturas
- e) Por negociação com publicação prévia de anuncio
- f) Por negociação sem publicação prévia de anuncio g) Ajuste Direto

Relatório e Contas 2018 Pag.112





	Со	ntrato				ribunal de ntas			Pagament	tos na Gerênc	cia	Pa	gamen	tos Acumulad	os	ses
Entidade	Objeto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Data do Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(1 4)+ (15)	(17)
J.V. Comércio de Equipamentos e Serviços,Lda	Assistência Técnica e Manutenção Total de um equipamento multifunções para a DT	14-05-13	258,00 + IVA/mês	g)			14-05-13	2.224,02			2.224,02	23.708,90			23.708,90	Renováv el
J.V- Comércio de Equipamentos e Serviços, Lda. – Posição Contratual cedida à Grenke CESPA, Portugal,	Aluguer de equipamentos multifunções	23-05-14	61.306,56 + IVA	g)			21-07-14	4.251,69			4.251,69	64.608,28	-		64.608,28	
CESPA, Portugal, posição contratual cedida a Ferrovial Servicos, S.A	Higiene e Limpeza Urbana de Ferreira do Alentejo	13-05-15	89.820,00 + IVA	a)			25-08-15	63.472,80			63.472,80	98.549,75			98.549,75	
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A	Instalação de Internet, sobre suporte de fibra ótica no edifício dos Paços do Concelho em Ferreira do Alenteio	04-03-16	10.629,44 + IVA	g)			08-06-18	1.850,07			1.850,07	1.850,07			1.850,07	
TECNOVIA – Sociedade de Empreitadas, S.A	Aquisição de Bens Inertes Britados	29-06-16	21.924,00 + IVA	g)			12-09-16	3.698,41	1		3.698,41	27.321,19			27.321,19	
ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços,S.A	Aluguer de uma Viatura de Recolha de Resíduos Sólidos urbanos	10-10-16	23.051,22 + IVA	g)			17-11-16	32.833,16			32.833,16	91.271,85			91.271,85	Renovável
CARTAGO, Lda.	Elaboração de Cadastro das Infraestruturas existentes dos sistemas em baixa de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas Residuais (SAR) do município de Ferreira do Alentejo	20-12-16	52.720,00 + IVA	g)			25-01-17	19.453,68			19.453,68	64.845,60			64.845,60	
Skillmind – Consultadoria e Sistemas de Informação, S.A	Fornecimento e custo de implementação da plataforma WEBSIG	20-12-16	24.390,00 + IVA	g)			25-05-17	3.874,50			3.874,50	27.874,26			27.874,26	
Skillmind – Consultadoria e Sistemas de Informação, S.A	Implementação de um Balcão Único – Implementação de um balcão Único que visa o atendimento personalizado	20-12-16	43,400,00 + IVA	g)			10-02-17	5.999,94			5.999,94	48.311,94			48.311,94	



	Co	ntrato				ribunal de ntas			Pagament	tos na Gerêno	cia	Pa	gamen	tos Acumulad	os	Ses
Entidade	Objeto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Data do Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(1 4)+ (15)	(17)
Interprev-Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	Prestação de serviços de Saúde, Higiene e Segurança no trabalho	31-01-17	6,870,00 + IVA	g)			20-04-17	593,58			593,58	6.931,16			6.931,16	Renováve
Visacção-Segurança Privada, S.A	Segurança e Vigilância nos Estaleiros Municipais	17-02-17		g)			10-02-17	19.188,00			19.188,00	67.158,00			67.158,00	
Aquaquimica, Ld.ª	Fornecimento de um Sistema de Tratamento da água, da zona de abastecimento de Ferreira do Alenteio	20-09-17	39.825,00 + IVA	g)			08-06-18	48.984,75			48.984,75	48.984,75			48.984,75	
SCANIA Portugal, S.A	Aquisição de uma Viatura pesada de passageiros (autocarro)	29-09-17	214.000,00 + IVA	a)			20-02-18	263.220,00			263.220,00	263.220,00			263.220,00	
VIBEIRAS - Sociedade Comercial de Plantas, S.A	Manutençao e Conservação dos Espaços Verdes da Vila de Ferreira do Alentejo	21-01-18	14.700,00 + IVA	g)			09-05-18	18.081,00			18.081,00	18.081,00			18.081,00	
Manuel Catalão e Filhos,Ldª	Circuitos de transporte escolar para o ano letivo de 2017/2018	14-02-18	0,44 /km + IVA	g)			17-05-18	18.405,20			18.405,20	18.405,20			18.405,20	
Estrada D'Exitos Unipessoal, Ldª	Circuitos de transporte escolar para o ano letivo de 2017/2018	14-02-18	0,44 /km + IVA	g)			28-06-18	3.910,40			3.910,40	3.910,40			3.910,40	
António Miguel F. Correia	Circuitos de transporte escolar para o ano letivo de 2017/2018	14-02-18	0,44 /km + IVA	g)			16-03-18	12.928,76			12.928,76	12.928,76			12.928,76	
Ferrovial Serviços, S.A	Lavagem e Desinfecção de Contentores de Residuos Sólidos Urbanos	16-02-18	13.275,00 + IVA	g)			27-04-18	12.433,80			12.433,80	12.433,80			12.433,80	
Manuel António Olho Azul santana	Circuitos de transporte escolar para o ano letivo de 2017/2018	21-02-18	0,44 /km + IVA	g)			20-04-18	3.337,37			3.337,37	3.337,37			3.337,37	
Wise Soma - Enviromental Solutions, Ld ^a	Fornecimento de uma viatura eléctrica	23-02-18	26.900,00 + IVA	g)			07-05-18	33.087,00			33.087,00	33.087,00			33.087,00	
ADTR- Associação Desenvolvimento Terras do Regadio	Aquisição de serviços de Higine e Limpeza	23-03-18		g)			27-04-18	56.958,78			56.958,78	56.958,78			56.958,78	
ADECCO Recursos Humanos - Empresa de Trabalho Temporário,Ldª	Prestação de Serviços de Trabalho Temporário para as Piscinas Municipais de Ferreira do Alentejo	06-06-18	18.550,11	g)			16-08-18	17.771,66			17.771,66	17.771,66			17.771,66	



	Со	ntrato				ribunal de ntas			Pagament	tos na Gerênc	cia	Pa	gamen	tos Acumulad	os	Ses
Entidade	Objeto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Data do Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(1 4)+ (15)	(17)
VIBEIRAS - Sociedade Comercial de Plantas, S.A	Manutenção de Estradas e Caminhos Municipais (Bermas e Valetas)	18-07-18	19.750,00 + IVA	g)												
Carlos Baltazar Furtado Guerreiro, Ldª	Aquisição de Combustiveis Rodoviários a Granel na Quantidade de 30.000 litros	27-07-18		g)			06-11-18	39.741,30			39.741,30	39.741,30			39.741,30	
CINEBOX Cinemas, Ld ^a	Aluguer de filmes para exibição cinematográfica no Centro Cultural Manuel da Fonseca em Ferreira do Alenteio	30-07-18	15.000,00 + IVA	g)			16-10-18	17.988,75			17.988,75	17.988,75			17.988,75	
JANZ- Contagem e Gestão de Fluidos, S.A	Fornecimento e Instalação de Contadores de água no Concelho de Ferreira do Alentejo	03-09-18	19.717,65 + IVA	g)												
RURALMARK- planeamento e Gestão de Recursos Naturais, Ldª	Aquisição de Serviços de revisão e atualização do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios	11-09-18	13.750,00 + IVA	g)			26-12-18	16.912,50			16.912,50	16.912,50			16.912,50	
FASE - Estudos e Projetos, S.A	Fiscalização da Obra relativa à Construção da nova Etar de Ferreira do Alentejo	11-09-18	43.000,00 + IVA	b)			24-10-18	15.867,00			15.867,00	15.867,00	l		15.867,00	
LUTHISA - Lusitania de Tratamentos e Higiene, Ldª	Aquisição de Serviços de Prevenção e Controlo de pragas nos Edificios Municipais no Concelho de Ferreira do Alentejo	18-09-18	17.990,00 + IVA	g)		-							ŀ			
Rui Manuel Torres Soares	Circuitos de transporte escolar para o ano letivo de 2018/2019	20-09-18	0,44 /km + IVA	g)			31-10-18	4.701,88			4.701,88	4.701,88			4.701,88	
M.Piedade, Unipessoal, Ldª	Circuitos de transporte escolar para o ano letivo de 2018/2019	20-09-18	0,44 /km + IVA	g)			02-11-18	1.354,54			1.354,54	1.354,54			1.354,54	
Manuel Catalão e Filhos,Ldª	Circuitos de transporte escolar para o ano letivo de 2018/2019	20-09-18	0,44 /km + IVA	g)			31-10-18	6.177,68			6.177,68	6.177,68			6.177,68	
ADECCO Recursos Humanos - Empresa de Trabalho Temporário,Ldª	Prestação de Serviços de Trabalho Temporário para o Agerupamento de Escolas de Ferreira do Alentejo	03-10-18	69.562,90 + IVA	b)			02-11-18	19.044,76			19.044,76	19.044,76	ŀ		19.044,76	



	Со	ntrato				ribunal de ntas			Pagament	tos na Gerênc	ia	Pa	gamen	tos Acumulad	os	ŏes
Entidade	Objeto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Data do Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(1 4)+ (15)	(17)
RESTAUROMED - Projetos, Fiscalização, Medições, Ldª	Elaboração do Projeto de Requalificação da Escola EB1 de Canhestros	04-10-18	18.990,00 + IVA	g)												
Ferrovial Serviços, S.A	Higiene e Limpeza Urbana de Ferreira do Alentejo	04-10-18	260.870,72 + IVA	a)												
SalesJardins, Unipessoal, Ldª	Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes da Vila de Ferreira do Alenteio	04-10-18	142.802,35 + IVA	a)												
António Miguel F. Correia	Circuitos de transporte escolar para o ano letivo de 2018/2019	17-10-18	0,44 /km + IVA	g)												
Ferrovial Serviços, S.A	Lavagem e Desinfecção de Contentores de Residuos Sólidos Urbanos (RSU) no concelho	07-11-18	10.774,00 + IVA	b)												
ADECCO Recursos Humanos - Empresa de Trabalho Temporário,Ldª	Prestação de Serviços de Trabalho Temporário para o Agerupamento de Escolas de Ferreira do Alentejo	07-11-18	52.172,10	b)												9 meses
IVECO Portugal - Comércio de Veiculos Industriais, S.A.	Aquisição de uma Viatura Pesada Especial de Residuos Sólidos Urbanos	14-11-18	114.900,00 + IVA	a)			18-12-18	141.327,00			141.327,00	141.327,00			141.327,00	
MRG- Robert, Graça e Associados,SROC, Ldª	Auditoria Externa às Contas de 2018,2019 e 2020 do Municipio de Ferreira do Alentejo	19-11-18	22.500,00 + IVA	b)												3 anos
Davide & Filhos, Ldª	Fornecimento e Montagem de 9 unidades de Ar Condicionado Externas e 18 Unidades de Ar Condicionado Internas	19-11-18	18.643,95 + IVA	g)												
EACAMPOS - Soluções para Topografia e Video, S.A.	Aquisição de equpamento GPS	27-11-18	12.900,00 + IVA	g)												
Carlos Baltazar Furtado Guerreiro, Ldª	Aquisição de Combustiveis Rodoviários a Granel para a frota de viaturas da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	30-11-18	33.243,90 + IVA	b)				20.158,40			20.158,40	20.158,40			20.158,40	



	Col	ntrato				Tribunal de ntas			Pagament	os na Gerênc	ia	Pa	igamen	tos Acumulad	os	ões
Entidade	Objeto	Data	Valor	Mod. Adjudicação		Data	Data do Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observaç
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(1 4)+ (15)	(17)
Circulo Redondo, Consultoria e Gestão, unipessoal, Ldª	Elaboração da operação de Reabilitação urbana da ARU de Ferreira do Alentejo		19.900,00 + IVA	g)												
Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A	Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ferreira do Alentejo	10-12-18	19.750,00 + IVA	g)												

- a) Concurso Publico
- b) Concurso Publico com prévia qualificação
 c) Concurso limitado com a apresentação de candidaturas
 d) Concurso limitado sem a apresentação de candidaturas
 e) Por negociação com publicação prévia de anuncio
 f) Por negociação sem publicação prévia de anuncio

- g) Ajuste Direto

Contratação Administrativa – Prestação de Serviços





Contratação Administrativa - Prestação de Serviços

	Col	ntrato			Visto do Ti Con		Data do	P	agamento	s na Gerência		Р	'agame	ntos Acumulad	os	ções
Entidade	Objecto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(14)+ (15)	(17)
Carlos José dos Santos Bonito Viegas	Contrato de Prestação de Serviços - Area de Informação	01-09-00	1.200,00 + IVA/Mês	Regime Avença				17.712,00			17.712,00	87.651,00	1		87.651,00	
Celso António Serra	Contrato de Prestação de Serviços - Area de Asessoria Juridica no âmbito geral	23-04-15	870,00 + IVA/Mês	Regime Avença			28-05-2015	6.420,60			6.420,60	34.243,20			34.243,20	Anual não excedendo o periodo de 3 anos
Sérgio Miguel Patrício Calado	Contrato de Prestação de Serviços na área de psicologia educacional para o Agrupamento de Escolas de Ferreira do Alentejo	10-11-15	1.200,00 + IVA/Mês	Regime Avença			15-12-2015	9.600,00			9.600,00	38.040,00			38.040,00	Anual não excedendo o periodo de 3 anos
Hélia José Santinhos Correia	Contrato de Prestação de Serviços – Area de gestão do Serviço de Património	28-06-16	1.500,00 + IVA/Mês	Regime Avença			22-07-2016	14.760,00			14.760,00	47.970,00			47.970,00	Anual não excedendo o periodo de 3 anos
Sónia Cristina Casadinho Sezinando	Contrato de Prestação de Serviços - Area Juridica	29-06-16	1.500,00 + IVA/Mês	Regime Avença			22-07-2016	14.415,00			14.415,00	38.415,00			38.415,00	Anual não excedendo o periodo de 3 anos
João António Guerreiro Camacho	Contrato de Prestação de Serviços - Area dos Recursos Humanos	29-06-16	1.500,00 + IVA/Mês	Regime Avença			26-07-2016	14.760,00			14.760,00	45.555,00			45.555,00	Anual não excedendo o periodo de 3 anos



Contratação Administrativa - Prestação de Serviços

	Col	ntrato			Visto do Ti Con		Data do	Р	agamento	s na Gerência		Р	² agamei	ntos Acumulad	os	ções
Entidade	Objecto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(14)+ (15)	(17)
Inês Isabel Mandingas Viriato	Contrato de Prestação de Serviços - Area de informação, Promoção Externa	29-06-16	900,00 + IVA/Mês	Regime Avença			22-07-2016	8.649,00			8.649,00	24.849,00			24.849,00	Anual não excedendo o periodo de 3 anos
Maria Armanda Palma Salgado	Contrato de Prestação de Serviços - Area da Biblioteca	29-06-16	1.500,00 + IVA/Mês	Regime Avença			26-07-2016	14.415,00			14.415,00	40.615,00			40.615,00	Anual não excedendo o periodo de 3 anos
Luis Miguel Santinhos Machado	Contrato de prestação de serviços- Area de Gestão da Atividade Veterinária Municipal	06-10-16	1.200,00 + IVA/Mês	Regime Avença			28-10-2016	13.776,00			13.776,00	35.670,00			35.670,00	Anual não excedendo o periodo de 3 anos
Carmen Angela Neves Sabino	Contrato de prestação de serviços- Apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal	14-03-17	900,00 + IVA/Mês	Regime Avença			23-03-2017	3.321,00			3.321,00	13.837,50			13.837,50	1 ano
Carlos Miguel Sério Jordão	Contrato e prestação de serviços para a área de informação e promoção externa	22-03-17	1.200,00 + IVA/Mês	Regime Avença			28-03-2017	11.808,00			11.808,00	25.485,60			25.485,60	Anual não excedendo o periodo de 3 anos
João Filipe Carias Baluga	Contrato de prestação de serviços para a área de informática	06-06-17	1.200,00 + IVA/Mês	Regime Avença			26-06-2017	16.236,00			16.236,00	26.272,80			26.272,80	Anual não excedendo o periodo de 3 anos



Contratação Administrativa - Prestação de Serviços

	Col	ntrato			Visto do T		Data do	P	agamento	os na Gerência		P	'agame	ntos Acumulad	os	, ý í í í
Entidade	Objecto	Data	Valor	Mod. Adjudicação	Numero de Registo	Data	Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Total	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+ (11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(14)+ (15)	(17)
Patricia Isabel Guerreiro Paulos	Contrato de prestação de serviços- Assessoria Técnica á Gestão Audiovisual da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	21-07-17	900,00 + IVA/Mês	Regime Avença			22-08-2017	6.300,00	-1		6.300,00	10.800,00			10.800,00	Anual
André Tiago Aragão Santos	Contrato de prestação de serviços- Assessoria Técnica á Gestão Audiovisual da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	21-07-17	900,00 + IVA/Mês	Regime Avença			22-08-2017	6.300,00			4.500,00	10.800,00			10.800,00	Anual
Celso António Serra	Contrato de Prestação de Serviços - Area de Asessoria Juridica no âmbito geral	28-03-18	10,440,00 + IVA	Regime Avença			08-06-2018	7.490,70			7.490,70	7.490,70	-		7.490,70	365 Dias
Rui Costa de Almeida, Engenharia Unipessoal, LD ^a	Contrato de Prestação de Serviços - Engenharia Electrotécnica	22-06-18	4.500,00	Regime Avença			06-08-2018	4.612,50	-		4.612,50	4.612,50	1		4.612,50	6 meses
Patricia Isabel Guerreiro Paulos	Contrato de prestação de serviços- Assessoria Técnica á Gestão Audiovisual da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	17-08-18	16.200,00	Regime Avença			17-08-2018	3.990,00			3.990,00	3.990,00			3.990,00	Anual
André Tiago Aragão Santos	Contrato de prestação de serviços- Assessoria Técnica á Gestão Audiovisual da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	17-08-18	16.200,00	Regime Avença			17-08-2018	3.990,00			3.990,00	3.990,00			3.990,00	Anual

18. Transferências Correntes - Despesa





Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classificação económica	Transferências efetuadas	Obs.
Deliberado a 30/05/2018	Agrupamento Vertical de Escolas de Ferreira do Alentejo	Plano de Ação do Departamento de Educação Especial	040301	575,00	
Deliberado a 21/03/2018	ldem	Material didático e desgaste rápido	040301	29.000,00	
Deliberado a 28/11/2018	ldem	Aquisição de cadeiras	040301	630,00	
Deliberado a 03/10/2018	Idem	Programa Generalização de Refeições ao 1.º ciclo	040701	9.252,25	
Deliberado a 03/10/2018	Idem	Refeições e Prolongamento de Horário ao pré-escolar	040701	5.997,50	
Deliberado a 31/10/2018	Idem	Aquisição de mobiliário	040301	950,00	
Deliberado a 26/10/2017 da C.M e a 15/12/2017 pela A.M	Freguesia de Odivelas	Transferências correntes de acordo com o protocolo estabelecido	04050102	7.833,91	
Deliberado a 27/06/2018 - CM e a 29/06/2018 pela A.M	Idem	Festividades da Freguesia	04050102	10.000,00	
Lei n.º 13/99, de 22 de março	ldem	Recenseamento Eleitoral	04050102	49,10	
Deliberado a 26/10/2017 da C.M e a 15/12/2017 pela A.M	Freguesia de Figueira de Cavaleiros	Transferências correntes de acordo com o protocolo estabelecido	04050102	16.486,61	
Deliberado a 20/09/2017	ldem	Transferência no âmbito do Programa de Generalização de refeições aos alunos do 1º ciclo 2017/2018	04050102	5.324,46	
Deliberado a 20/09/2017	ldem	Transferência no âmbito do Acordo de Colaboração para a Componente de Apoio à família ano letivo 2017/2018	04050102	6.290,97	
Deliberado a 20/09/2017	ldem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Fornecimento de Refeições ano letivo 2017/2018	04050102	8.965,00	
Deliberado a 20/09/2017	ldem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Prolongamento de Horário ano letivo 2017/2018	04050102	5.454,24	
Deliberado a 03/10/2018	ldem	Transferência no âmbito do Programa de Generalização de refeições aos alunos do 1º ciclo 2018/2019	04050102	2.382,88	
Deliberado a 03/10/2018	ldem	Transferência no âmbito do Acordo de Colaboração para a Componente de Apoio à família ano letivo 2018/2019	040701	3.966,72	



Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classificação económica	Transferências efetuadas	Obs.
Deliberado a 03/10/2018	ldem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Fornecimento de Refeições ano letivo 2018/2019	04050102	3.960,00	
Deliberado a 03/10/2018	ldem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar — Prolongamento de Horário ano letivo 2018/2019	04050102	2.727,12	
Deliberado a 27/06/2018 - CM e a 29/06/2018 pela A.M	Idem	Festividades da Freguesia	04050102	16.000,00	
Lei Nº 13/99 de 22 de Maio	Idem	Recenseamento Eleitoral	04050102	62,34	
Deliberação de 26/10/2017 da C.M e a 15/12/2017 pela A.M	União Freguesias Ferreira do Alentejo e Canhestros	Transferências correntes de acordo com o protocolo estabelecido	04050102	19.885,04	
Deliberado a 20/09/2017	ldem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar — Prolongamento de Horário ano letivo 2017/2018	04050102	2.479,20	
Deliberação a 03/10/2018	Idem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Prolongamento de Horário ano letivo 2018/2019	04050102	1.611,50	
Lei Nº 13/99 de 22 de Maio	Idem	Recenseamento Eleitoral	04050102	123,96	
Deliberado a 27/06/2018 - CM e a 29/06/2018 pela A.M	Idem	Festividades da Freguesia	04050102	10.000,00	
Deliberado a 26/10/2017 da C.M e a 15/12/2017 pela A.M	União de Freguesia de Alfundão e Peroguarda	Transferências correntes de acordo com o protocolo estabelecido	04050102	15.842,61	
Lei Nº 13/99 de 22 de Maio	ldem	Recenseamento Eleitoral	04050102	59,92	
Deliberado a 30/05/2018 pela C.M e a 29/06/2018 pela A.M	ldem	Festival Giacometti	04050102	1.000,00	
Deliberado a 27/06/2018 - CM e a 29/06/2018 pela A.M	ldem	Festividades da Freguesia	04050102	10.000,00	
Deliberado a 11/07/2018	Idem	Apoio Jurídico	04050102	1.342,00	
Lei Nº 73/2013 de 3 de setembro	Direção Geral de Impostos	Reembolsos dos Impostos Municipais para as Freguesias	04050102	12.793,41	
Lei Nº 73/2013 de 3 de setembro	Autoridade Tributaria e Aduaneira	Reembolsos dos Impostos Municipais para as Freguesias	04050102	12.029,04	
Despacho de 10/02/2014	CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	Comparticipação	04050104	29.480,46	
Deliberado a de 11/05/2016	ldem	Comparticipação - Museus	04050104	8.683,92	
Deliberado a 14/08/2018	Idem	Seguro Acidentes Pessoais	04050104	250,00	
Deliberado a 27/01/2016	AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Alentejo	Comparticipação	04050104	6.500,00	



Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classificação económica	Transferências efetuadas	Obs.
Deliberado a 30/11/2015	Conservatório Regional do Alentejo	Comparticipação	04050104	5.021,70	
Deliberado a 10/10/2007	Associação Bombeiros Voluntários de Ferreira do Alentejo	Transferência de Verbas – Equipa de Intervenção Permanente	040701	27.982,99	
Protocolo assinado em 02/08/2016	ldem	Protocolo- Apoio às despesas de funcionamento	040701	42.000,00	
Deliberado a 02/05/2018	ldem	Dispositivo combate incêndios	040701	14.310,00	
Deliberado a 28/11/2018	ldem	Apoio á realização da Festa de Natal	040701	500,00	
Deliberado a 29/03/1995	Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo	Apoio Domiciliário aos Idosos do Concelho	040701	4.189,92	
Deliberado a 20/09/2017	ldem	Transferência no âmbito do Programa de Generalização de refeições aos alunos do 1º ciclo ano letivo 2017/2018	040701	19.475,00	
Deliberado a 20/09/2017	Idem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Fornecimento de Refeições ano letivo 2017/2018	040701	17.282,50	
Deliberado a 07/03/2018	Casa do Povo de Ferreira do Alentejo	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e de recreio	040701	4.360,00	
Deliberado a 07/03/2018	Centro de Recreio e Convívio de Olhas	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e de recreio	040701	1.560,00	
Deliberado a 03/10/2018	Centro Social e Paroquial de Odivelas	Apoio ao funcionamento	040701	10.000,00	
Deliberado a 26/07/2017	ldem	Apoio ao funcionamento	040701	10.000,00	
Deliberado a 20/09/2017	ldem	Transferência no âmbito do Programa de Generalização de refeições aos alunos do 1º ciclo ano letivo 2017/2018	040701	1.354,19	
Deliberado a 03/10/2018	ldem	Transferência no âmbito do Programa de Generalização de refeições aos alunos do 1º ciclo ano letivo 2018/2019	040701	1.020,25	
Deliberado a 20/09/2017	ldem	Transferência no âmbito do Acordo de Colaboração para a Componente de Apoio à família ano letivo 2017/2018	040701	2.727,12	
Deliberado a 03/10/2018	Idem	Transferência no âmbito do Acordo de Colaboração para a Componente de Apoio à família ano letivo 2018/2019	040701	3.859,40	
Deliberado a 27/06/2018	Idem	Apoio financeiro serviço auxiliar para escola de Odivelas	040701	1.500,00	
Deliberado a 07/03/2018	Clube de Xadrez de Ferreira do Alentejo	Protocolo- Desenvolvimento de atividades desportivas	040701	1.200,00	
	ldem	l Torneio aberto de Xadrez em Ferreira do Alentejo	040701	6.450,00	
Deliberado a 07/03/2018	Clube Os Falcões da Planície	Protocolo- Desenvolvimento de atividades desportivas	040701	1.560,00	



Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classificação económica	Transferências efetuadas	Obs.
Deliberado a 07/03/2018	Comissão de Reformados de Ferreira do Alentejo	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas no âmbito do cante Alentejano	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Associação dos Antigos Alunos do Externato Nun'Alvares	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e de recreio	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1071	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e de recreio	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Associação Cultural Os Boinas	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e de recreio	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Desfrutar Destinos – Associação Cultural	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas no âmbito do cante Alentejano	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Pedra Angular - Associação dos Amigos do Património da Diocese de Beia	Apresentação do festival terras sem sombra	040701	8.500,00	
Deliberado a 07/03/2018	Associação de Pais e Enc.Educ. do Agrup.Vertical de Esc.de Ferreira do Alentejo	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e de recreio	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Ferreira Ativa – Movimento Associativo de Ferreira do Alentejo	Apoio para desenvolvimento da atividade desportiva de Ténis a nível Nacional	040701	6.000,00	
Deliberado a 24/01/2018	ldem	Apoio extraordinário - Ténis	040701	2.000,00	
Deliberado a 07/03/2018	Associação Cultural e Musical, Ventos Alentejanos	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas no âmbito do cante Alenteiano	040701	1.200,00	
Deliberado a 04/06/2008	FUNDANA – Associação de Pais e Jovens de Alfundão	Renda da sede da associação	040701	2.700,00	
Deliberado a 03/10/2018	Idem	Subsidio	040701	8.000,00	
Deliberado a 07/03/2018	Idem	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e ação social	040701	1.200,00	
Deliberado a 20/09/2017	Idem	Transferência no âmbito do Programa de Generalização de refeições aos alunos do 1º ciclo ano letivo 2017/2018	040701	6.408,48	
Deliberado a 20/09/2017	ldem	Transferência no âmbito do Acordo de Colaboração para a Componente de Apoio à família ano letivo 2017/2018	040701	9.668,88	
Deliberado a 20/09/2017	ldem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Fornecimento de Refeições ano letivo 2017/2018	040701	3.735,00	
Deliberado a 20/09/2017	ldem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Prolongamento de Horário ano letivo 2017/2018	040701	2.231,28	
Deliberado a 18/04/2018	ldem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Fornecimento de Refeições ano letivo 2017/2018- Adenda	040701	1.717,50	



Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classificação económica	Transferências efetuadas	Obs.
Deliberado a 18/04/2018	ldem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Prolongamento de Horário ano letivo 2017/2018- Adenda	040701	929,70	
Deliberado a 03/10/2018	ldem	Transferência no âmbito do Programa de Generalização de refeições aos alunos do 1º ciclo ano letivo 2018/2019	040701	2.255,15	
Deliberado a 03/10/2018	ldem	Transferência no âmbito do Acordo de Colaboração para a Componente de Apoio à família ano letivo 2018/2019	040701	4.462,56	
Deliberado a 03/10/2018	ldem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Fornecimento de Refeições ano letivo 2018/2019	040701	2.160,00	
Deliberado a 03/10/2018	ldem	Transferência no âmbito do Protocolo de Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Prolongamento de Horário ano letivo 2018/2019	040701	1.115,64	
Deliberado a 07/03/2018	Associação Cultural Desportiva Recreativa de Canhestros	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e desportivas	040701	4.320,00	
Deliberado a 07/03/2018	Grupo Coral Etnográfico Misto Alma Alentejana	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas no âmbito do cante Alentejano	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Grupo Coral Feminino Alma Nova de Ferreira do Alentejo	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas no âmbito do cante Alentejano	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Grupo Coral Feminino As Margaridas de Maio	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas no âmbito do cante Alentejano	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Grupo Coral Feminino Rosas de Março	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas no âmbito do cante Alentejano	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Grupo Coral os Rurais de Figueira de Cavaleiros	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas no âmbito do cante Alentejano	040701	3.420,00	
Deliberado a 07/03/2018	Grupo Coral Os Trabalhadores de Ferreira do Alentejo	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas no âmbito do cante Alentejano	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Grupo Desportivo de Odivelas	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e desportivas	040701	13.350,00	
Deliberado a 07/03/2018	Ginásio Clube Ferreirense	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e desportivas	040701	2.760,00	
Deliberado a 07/03/2018	Grupo Coral Feminino da Peroguarda	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas no âmbito do cante Alentejano	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Grupo Coral Feminino da Alfundão	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas no âmbito do cante Alentejano	040701	1.200,00	



Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classificação económica	Transferências efetuadas	Obs.
Deliberado a 07/03/2018	Sporting Clube Figueirense	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e desportivas	040701	5.810,00	
Deliberado a 07/03/2018	Sporting Clube Ferreirense	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e desportivas	040701	10.770,00	
Deliberado a 11/07/2018	ldem	Apoio à realização dos Jogos Desportivos/2018	040701	1.266,00	
Deliberado a 07/03/2018	Núcleo Equestre do Alentejo	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e desportivas	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Núcleo Motard 5ª Velocidade	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e desportivas	040701	1.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	SINGARUNNERS – Clube de Desporto e Recreio de Ferreira do Alentejo	Protocolo- Desenvolvimento de atividades desportivas e recreativas	040701	1.560,00	
Deliberado a 07/03/2018	Sociedade Columbófila Asas Azuis de Ferreira do Alentejo	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e desportivas	040701	1.560,00	
Deliberado a 07/03/2018	Velo Clube Os Leões de Ferreira do Alentejo	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e desportivas	040701	1.560,00	
Deliberado a 07/03/2018	Sociedade Filarmónica e Recreativa de Ferreira do Alentejo	Protocolo- Desenvolvimento de atividades cívicas e recreio	040701	12.600,00	
Deliberado a 07/03/2018	Grupo Teatro Ritete - Ass. Cult. Artes e Artesanato - Bau dos Talentos	Protocolo- Desenvolvimento de atividades Culturais e recreativas	040701	4.200,00	
Deliberado a 07/03/2018	Associação de Reformados e Idosos da Freguesia de Peroguarda	Protocolo- Desenvolvimento de atividades Culturais e recreativas	040701	1.000,00	
Deliberado a 06/05/2018	Associação de Bem Estar Reformados e Idosos de Canhestros	Apoio Manutenção do Lar	040701	1.181,10	
Deliberado a 28//11/2018	Moto Grupo de Ferreira do Alentejo	Apoio á Iniciativa Pai Natal Motard	040701	500,00	
Deliberado a 28/11/2018	Velo Clube Os Leões de Ferreira do Alentejo	Apoio doação de sangue	040701	120,00	
Deliberado a 27/06/2019	Fundação Manuel G. de Sousa e Castro	Apoio à Comemoração do 85.º aniversário da Fundação	040701	100,00	
Deliberado a 14/11/2018	Alice Carla Lopes Piedade	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Ana Cristina Bicas Batista Guerreiro Dias	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Ana Cristina Jones Grifo	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Ana Cristina Simão Aniceto	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Ana Isabel Abre Guerreiro da Silva	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Ana Isabel Palma Lemos Santos	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	António Higino Fraião	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Belmira Garete Magro Vinheiras	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Cármen Jesus correia Isidro	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Cirlei Aparecida Marques	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	



Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classificação económica	Transferências efetuadas	Obs.
Deliberado a 14/11/2018	Cláudia de Jesus Aleixo	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Cláudia Sofia Almeida Guiomar	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Cristina Isabel Guerreiro Calado Vieira	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Cristina Mafalda Pires Reyes e Sousa	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Carla Sofia Aragão arias	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Clemencia Maria Almeida Pereiro	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Dina de Jesus Pimentão Santinhos Rosário	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Dora Isabel Nobre Conceição	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Elisabete Conceição Aniceto Raposo	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Elisabete da Silva Campos Pataco Braizinho	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Elisabete Leites Machado Barreiro	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Elke Parjs	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Felisbela Maria Nascimento Palma Antunes	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Gloria Maria Prudêncio de Sousa	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Helena Cristina Sopa Coelho	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Helena Isabel Guerreiro Dionísio	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Idália Maria Paulino Parreira	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Inês Isabel Ramalho Mendes	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Isabel da Conceição Rosa Gonçalves Lopes	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Jorge Manuel Guerreiro Dias	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	José Manuel Gaspar dos Remédios	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Lénia Isabel batista Fragoso Soares	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Maria Alexandra Rosa Lopes	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Maria Alice Paulino Deodato Olho Azul	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Maria de Assunção Besugo Jones Olho Azul	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Maria do Carmo Calado Ramos Janeiro	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Maria do Ceu Fialho Ramos Isidro	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Maria Isabel Correia de Almeida	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Maria José Caixeirinho Ferreira	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Maria Leonor Mendes C. Santos Canilhas	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Maria Luísa Oliveira Andrade Patola	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	



Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classificação económica	Transferências efetuadas	Obs.
Deliberado a 14/11/2018	Maria Manuela Pereiro Inverno	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Maria Manuela Vicente Victorino	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Maria Teresa Guerreiro Santana Fraião	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Márcia Sofia caixeirinho da Graça	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Odete de Jesus Casadinho João	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Patrícia Cristina Rocha Andrez Matos	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Patrícia Isabel Mendes	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Rute Maria Parreira do Monte	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Rosalina Maria Aragão Valente	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Sandra Lúcia Mouzinho Figueira Raposo	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Sandra Maria Ramos Mendes	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Sónia Isabel Lemos Seara	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Susana Isabel Lebres Hilário	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Sandra Isabel Viriato Rabela	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Sandra Sidónio da Silva Canudo	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Sónia Maria Martins Amaral	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Teresa de Jesus Correia Valente Batista	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Teresa Isabel Maceta Caetano	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Tânia Isabel Rosa Penedo Farias	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Vera Lúcia Parreira Gomes	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 14/11/2018	Álvaro Gomes Correia	Atribuição apoio pecuniário alunos ensino secundário	040802	200,00	
Deliberado a 20/09/2017	Rosaria Teresa Maurício	Programa de apoio Viver Melhor	040802	4.996,40	
	Beneficiários ao abrigo dos Programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional	Bolsa Complementar	040802	14.274,84	
	TOTAL			624.374,76	

19. Transferências Capital - Despesa





TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL - DESPESA

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classificação Económica	Transferências Efetuadas	Observações
Deliberação de 29-12-1999	C.I.M.A.L - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	Amortização de Empréstimos	08050104	11.814,34	
Deliberação de 26/10/2017 da C.M e a 15/12/2017 pela A.M	Freguesia de Figueira de Cavaleiros	Transferência de capital conforme protocolo	08050102	36.000,00	
Deliberação de 26/10/2017 da C.M e a 15/12/2017 pela A.M	Freguesia de Odivelas	Transferência de capital conforme protocolo	08050102	36.000,00	
Deliberação de 14-11-2018 CM e 20-12-2018 A.M	Freguesia de Odivelas	Apoio Renovação das Aldeias	08050102	13.048,48	
Deliberação de 26/10/2017 da C.M e a 15/12/2017 pela A.M	União das Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros	Transferência de capital conforme protocolo	08050102	72.000,00	
Deliberação de 26/10/2017 da C.M e a 15/12/2017 pela A.M	União das Freguesias de Alfundão e Peroguarda	Transferência de capital conforme protocolo	08050102	72.000,00	
			Total	240.862,82	

20. Subsídios Concedidos





O Exercício não apresenta Subsídios Concedidos

21. Transferências Correntes - Receita





TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA RECEITA

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Finalidade	Classificação Económica	Transferências Obtidas	Obs.
Lei № 14/2017, de 29 de dezembro	Direção Geral das Autarquias Locais	Fundo Equilíbrio Financeiro	06030101	5.713.151,00	
Lei Nº 14/2017, de 29 de dezembro	Direção Geral das Autarquias Locais	Fundo Social Municipal	06030102	136.486,00	
Lei № 14/2017, de 29 de dezembro	Direção Geral das Autarquias Locais	Participação Fixa no IRS	06030103	210.762,00	
Despacho N.º 14753/2005, de 05 de julho	Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares	Programa de generalização de refeições aos alunos do 1.º ciclo	06030106	9.620,68	
Despacho N.º 14753/2005, de 05 de julho	Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares	Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar – Componente de Apoio á Família (AAAF)	06030109	30.436,38	
Despacho n.º3283/2018, de 3 de abril	DGAV-Direcção Geral de Alimentação e Veterinária	Campanha de apoio à estarelização de cães e gatos de companhia	06030199	1.150,00	
Contrato № 219/2009 de 27/07/2009	Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação	Transferências para os Municípios – Pessoal não docente	06030109	196.470,61	
Contrato № 219/2009 de 27/07/2009	IGEFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação	Transferências para os Municípios – Pessoal não docente	06030109	259.655,83	
Decreto -Lei n.º 159/2017, de 27 de outubro	Instituto Gestão Financeira da Segurança Social	Estágios PEPAL	060309	18.281,94	
Lei 142/2015 de 8 de setembro	Instituto da Segurança Social (ISS. lp)	Comissão de Proteção a Crianças e Jovens em risco	060309	15.370,08	
Portaria 24/B de 30-01-2014	Instituto de Emprego e Formação Profissional	Promoção ao Emprego	060309	17.333,91	
		Total		6.608.718,43	

22. Transferências Capital - Receita





TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL - RECEITA

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Finalidade	Classificação Económica	Transferências Obtidas	Obs.
Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro	Direção – Geral das Autarquias Locais	Fundo Equilíbrio Financeiro	10030101	634.795,00	
Contrato Nº 219/2009, de 27/07/2009	Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação	Transferência para os Municípios – Pessoal Não Docente – Gestão do Parque Escolar	10030105	10.000,00	
Contrato Nº 219/2009, de 27/07/2009	IGEFE – instituto de Gestão Financeira da Educação,IP	Transferência para os Municípios – Pessoal Não Docente – Gestão do Parque Escolar	10030105	10.000,00	
ALT20-16-2016-16 - Plano de Acção de Regeneração Urbana	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação ALT20-08-2316-FEDER-000031 - Reabilitação dos Balneários Públicos Para Centro de Emergência Social	1003070301	54.219,50	
ALT20-50-2016-17-Sistemas de Apoio á Modernização e capacitação da Administração Publica	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação ALT20-09-0550-FEDER-000005- Ferreira do Alentejo + Digital	1003070301	30.439,48	
ALT20-16-2016-16 - Plano de Acção de Regeneração Urbana	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação ALT20-08-2316-FEDER-000027- Reabilitação do Mercado Municipal e Arranjos da Zona Envolvente	1003070301	121.366,48	
ALT20-73-2016-02 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino - Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (Ensino Básico e Secundário)	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação ALT20-02-5673-FEDER-000002 - PRE3-Programa de Reabilitação de Edificios e Espaços Escolares do Concelho – Escola EB1/JI de Ferreira do Alentejo	1003070301	215.838,77	
ALT20-73-2016-02 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino - Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (Ensino Básico e Secundário)	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação ALT20-02-5673-FEDER-000003 - PRE3-Programa de Reabilitação de Edificios e Espaços Escolares do Concelho - EB1 de Alfundão	1003070301	31.648,92	
ALT20-73-2016-02 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino - Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (Ensino Básico e Secundário)	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação ALT20-02-5673-FEDER-000004 - PRE3-Programa de Reabilitação de Edificios e Espaços Escolares do Concelho – EB1/JI de Figueira de Cavaleiros	1003070301	78.146,79	
ALT20-06-20169-15-Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, Centros Urbanos Complementares	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação ALT20-07-1406-FEDER-000023-MUSFA – Mobilidade Urbana Sustentável em Ferreira do Alentejo	1003070301	42.143,20	
POSEUR-Programa Operacional Temático de Sustentabilidade e Eficiênca no Uso de Recursos	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação POSEUR - 03-2012-FC-000052 - Elaboração de Cadastro das Infraestruturas existentes nos Sistemas AA e SAR no Municipio de Ferreira do Alentejo	1003070302	24.200,83	
POSEUR-Programa Operacional Temático de Sustentabilidade e Eficiênca no Uso de Recursos	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação POSEUR - 03-2012-FC-000189- Nova Etar de Ferreira do Alentejo	1003070302	180.749,24	
			Total	1.433.548,21	

23. Subsídios Obtidos





O Exercício não apresenta Subsídios Obtidos

24. Ativos de Rendimento Fixo





Ativos de Rendimento Fixo

Descrição	Entidade	Valor em 1 de Janeiro	Valor em 31	de dezembro		Rendimento		
do ativo (1)	devedora (2)	Valor nominal (3)	Valor de mercado (4)	Valor nominal (5)	Valor de mercado (6)	Vencido e cobrado (7)	Vencido por cobrar (8)	Observações (9)
A médio e longos prazos	Junta de Crédito Publica	49,88		49,88		49,88		Certificados de Renda Perpétua ao abrigo do Decreto- Lei nº 34548, de 28 de abril de 1945
To	otal	49,88		49,88		49,88		

25. Ativos de Rendimento Variável





ATIVOS DE RENDIMENTOS VARIÁVEL

Valor do Mercado	Entidadade Devedora	Valor em 1	de Janeiro	Valor em 31 d	e dezembro	Juros Vencidos e	Juros Vencidos e a
(1)	(2)	Juros Vencidos	Valor do Mercado	Valor Nominal	Valor do Mercado	Recebidos	Receber
		(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
A médio e Longo Prazos	ESDIME - Empresa de Messejana para o Desenvolvimento Integrado, CRL		25.049,88	25.049,88	25.288,96		
Idem	MOBITRAL, EM - Mobílias Tradicionais Alentejanas		43.500,00	43.500,00	43.500,00		
ldem	AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo		8.175,80	8.175,80	8.175,80		
	l Total		76.725,68	76.725,68	76.964,76		

26. Empréstimos



CM FERREIRA		Período:	2018/	01/02	a 2018/12/3	1		MAPA DE EMPR	ÉSTIMOS OBTIDO)S								Ano	: 2018
Caracterização do Empréstimo	Data aprov pela A.M.	Data de contra tação		Anos Decor ridos	Visto de		Finalidade do Empréstimo (c)	Cap	ital Utilizado	Taxa d		Amortização	Encargos do	Período Total	Juros Mora	Encargos ano vencidos e não pagos	Dívida no início do período	Dívida no final do período	Observações
empréstimos bancarios- mlp			\dagger																
Caixa Geral de Depósitos	2002/04/30	2002/05/1	6 20	15	1438	2002/07/04	N-URBCOM, MUSEU, ESTRADAS E CAMINHOS	3.000.000,00	3.000.000,00	4.5700	0.9700	206.792,34	9.020,66				1.001.033,33	794.240,99	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
Caixa Geral de Depósitos	2003/11/21	2003/12/0	5 20	14	3459	2003/12/31	MUNICIPAIS N- VÁRIOS PROJETOS: PARQUE INDUSTRIAL E CASAS MORTUARIAS	687.145,00	687.145,00	2.8100	0.3700	44.044,75	936,74				266.758,64	222.713,89	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
Caixa Geral de Depósitos	2004/09/23	2004/10/1	9 20	13	2510	2005/01/13	DO CONCELHO N-VÁRIOS PROJETOS: CENTROS CULTURAIS, ARRANJOS URBANISTICOS DO	656.603,00	656.603,00	2.5600	0.0600	41.289,82	170,39				288.973,76	247.683,94	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
Caixa Geral de Depósitos	2005/06/30	2005/07/2	1 20	12	2097	2005/08/04	IP8, POLIDESPORTIVOS DO CONCELHO, ETC N- EXECUÇAO DA INFRAESTRUTURA E ARRANJOS URBANISTICOS DA ZONA ENVOLVENTE	721.223,00	721.223,00	2.3400	0.0000	46.999,90					363.949,10	316.949,20	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
NOVO BANCO	2006/06/26	2006/12/2	8 20	11	1828	2007/01/07	DO ESTADO N- VÁRIOS PROJETOS: PARQUE DE FEIRAS E	912.654,00	912.654,00	3.7200	3.7000	53.685,52	437,76				496.591,22	442.905,70	NOVO BANCO
PAEL	2012/09/26	2012/11/1	6 14	6	9	2012/12/12	EXPOSIÇÃO N- PROGRAMA DE APOIO ECONOMIA	458.617,11	393.741,63	2.4100	2.4100	28.316,76	5.860,07				254.850,78	226.534,02	GERAL DO
Caixa Geral de Depósitos	2016/06/29	2016/07/1	4 20	1	5092	2016/07/29	LOCAL N- REQUALIFICAÇÃO URBANISTICA DA ENTRADA SUL DE FERREIRA DE ALENTEJO, CONCLUSÃO DO ESTÁDIO, REQUIALIFICAÇÃO ENTRADA NORTE FERREIRA DO ALENTEJO, REQUALIFICAÇÃO DA ROTUNDA DE ODIVELAS		591.000,00	1.1400	1.1400		6.691,51				591.000,00	591.000,00	TESOURO CAIXA GERAL DE DEPOSITOS

7.636.242,11 6.962.366,63

421.129,09

23.117,13

Limite de Endividamento.....

Total....

	Órgão	executivo		
Em	_de		_de	20

	Órgão	deliberativo		
Em	de		_de	20

3.263.156,83 2.842.027,74

⁽a) As colunas serão preenchidas quando se justifique.

⁽b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por unidade.
(c) Utilizar (1), se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N), no caso contrário.

27. Outras Dividas a Terceiros



ENTIDADE			OMBRIG DÉVENIG L'ESPANTING			DATA	ANO	PAGINA
CM FERREIRA		Período	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS : 2018/01/02 a 2018/12/31			2019/04/08	2018	1
COD. CONTA	TE	RCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO :	INICIAL	SALDO	FINAL	
COD. CONTA	IE.	RCEIRO	DESIGNAÇÃO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	С	REDOR
22 22.1			FORNECEDORES		63.310,24			154.861,88
22.1.1			FORNECEDORES C/C FORNECEDORES NACIONAIS		11.433,83 11.433,83			40.984,17
22.1.1.1			FORNECEDORES - MATERIAS-PRIMAS		11.433,83			28.696,47
	130		GRAFICA ALCACERENSE, LDA		73,80			73,80
	136		EUROSOLUZ, LDª FRUTAS GUIA & SANTOS, LDA		8,61			92,25
	213		ANTÓNIO DURO DESIGNERS, SOC. UNIPESSOAL, LDA.		420,01			
	233		LENA AMBIENTE - GESTÃO DE RESIDUOS, S.A.		1.438,33			
	235	7	FLUIDRA COMERCIAL PORTUGAL, IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA, LDA.					131,12
	248		LAMPREIA - COMERCIO DE PEÇAS LDA		209,10			209,10
	256	9	João Miguel da Silva Canudo					15,01
	258		CA SEGUROS-COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A.		001 00			1.217,17
	261		EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A. ALEXANDRE ESCOVAL GONILHO HORTA		281,89 123,00			55,35
	303		FLORISTA JARDIM DO ALENTEJO - SUCESSOMAGNOLIA, LDA		95,00			25,00
	303		FERROVIAL SERVIÇOS, SA		7.934,10			7.681,19
	31		PETROLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL SA VÂNIA FILIPE ALMEIDA FERRO		135,00			1.582,25
	322		F. M. COSTA II,LDA		133,00			846,79
	331		ECOAMBIENTE - CONSULTORES ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO					11.980,12
	345	2	SERVIÇOS S.A.		615 00			
	353		RED - RELVADOS E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, LDA SOS CASA E JARDIM RAUL ALCOBIA UNIPESSOAL, LDA.		615,00			1.783,50
	362		REBELDEFONTE - MANUTENÇÃO E ELECTROMECÂNICA UNIPESSOAL, LDA.					774,91
	363		HAVE AN INSPIRATION TOOL - UNIPESSOAL, LDA					1.845,00
	474 613		Jose Orlando Fernandes Salgado Unipessoal, Lda FNAC PORTUGAL		99,99			383,91
22.1.5	013		FORNECEDORES LEASING		99,99			12.287,70
22.1.5.2			J.VCOMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS					12.287,70
22.8	8.5		J.VCOMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, LDA.		E1 076 41			12.287,70
22.8			FORNECEDORES - FACTURAS EM RECEPÇÃO E CONFERENCIA FACTURAS EM RECEPÇÃO E CONFERENCIA - INDIVIDUAL		51.876,41 46.986,04			113.877,71 111.705,62
	103		ELECTRO REQUETIM, S.A.		10.300,01			50,92
	11	_	TOSCANO & FILHOS, LDA					2,46
	117		MANUEL ANTONIO OLHO AZUL SANTANA MEIO CORTE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					1.193,80 92,87
	135		BERNER - PRODUTOS PARA MONTAGEM E FIXAÇÃO, LDA		129,24			553,01
	138		JOAQUIM DIOGO REGO BROA		6.150,00			
	164		EMAS-EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BEJA, EM PROSEGUR ALARMES DISSUASÃO PORTUGAL, LDA					580,07 104,94
	176		ANO-SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA					5.756,40
	178	3	Casadinho & Torres, Lda		228,04			
	180		Carlos Baltazar Furtado Guerreiro, Lda		1.497,57			2.158,89
	181		MANUEL FRANCISCO AUGUSTO & FILHO-REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS LDA Agro Peças - Progresso Bejense, Lda		2.455,73 858,95			
	196	2	MANUTAN UNIPESSOAL, LDA.					56,08
	204		ANTÓNIO MANUEL DIAS RODRIGUES					398,77
	206		FALQUÍMICA UNIPESSOAL, LDA. RECTÂNGULO VERMELHO, LDA		301,35			54,01
	210		QUIMISINGA COMERCIO PRODUTOS QUIMICOS E INDUSTRIAL LDA		17,96			237,64
	212		HÉLIA GAMEIRO LEBRE		438,49			
	221		Maria José P. Venâncio Simão Palma					2.990,00 1.864,96
	233		CIRCOPRAÇA, LDA LENA AMBIENTE - GESTÃO DE RESIDUOS, S.A.					1.864,96
	233	8	ANDRÉ MENDES, UNIPESSOAL, LDA.					12,00
	234	7	ÁREAGOLFE - GESTÃO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CAMPOS DE					7.380,00
			GOLFE, SA					
			A TRANSPORTAR		23.511,16			65.899,11
 					·	 	+	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS			DATA	ANO	PAGIN
CM FERREIRA	Períod	o: 2018/01/02 a 2018/12/31			2019/04/08	2018	2
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO	INICIAL	SALDO	FINAL	
OD. CONTA	IERCEIRO	DESIGNAÇÃO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	Cl	REDOR
		TRANSPORTE		23.511,16			65.89
2	2357	FLUIDRA COMERCIAL PORTUGAL, IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO E		155,60			
,	2425	INDÚSTRIA, LDA. Tractomoz - Tratores e Maquinas Agricolas de Estremoz, Sa		55,89			
	2425	R.S RÁDIO SINGA, CRL		1.230,00			
	249	JOSÉ JOAQUIM D OLIVEIRA LEBRE		1.956,70			
	253	MOBITRAL-MOBÍLIAS TRADICIONAIS ALENTEJANAS, EM					2.81
	2530 2568	NOVABIT-INFORMÁTICA UNIPESSOAL, LDA.		111,98			20
	2607	SEIÇA, LDA SICATEL,LDA					91
	2746	PIÇARRA DISTRIBUIÇÃO DE JORNAIS, LDA		1.845,00			
	2792	LUIS MIGUEL SANTINHOS MACHADO					1.47
	2877	Strong Segurança, S.a		157,64			
	2881 2886	SIGMAIMPACT, LDA CARLOS OLIVEIRA CASEIRO-MANUTENÇÃO DE FONTES LUMINOSAS		1.931,84			
4	2000	UNIPESSOAL, LDA		645,75			
	3008	Antonio Jose Mamede Vicente Sociedade Unipessoal, lda					34
	3058	Previgarb Beja - Engenharia de Segurança, Lda					41
	31	PETROLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL SA		8.195,31			2.49
	3106 3195	JOSE LUIS MAGALHAES- EVENTOS , UNIP, LDA		1.400,00			0.0
	3271	RUI MANUEL TORRES SOARES EBORPAPERS, LDA					8 8 2 6
	3289	PÁGINAS E DIAGONAIS-UNIPESSOAL, LDA					1.75
	3304	RUI COSTA DE ALMEIDA - ENGENHARIA UNIPESSOAL, LDA		1.476,00			
	3311	ECOAMBIENTE - CONSULTORES ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO SERVICOS S.A.					9.45
	3329	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO ROXO					3.5
	3344	ASCENDUM III - MAQUINAS UNIPESSOAL, LDA					17
	3345	ELAIA LAGAR - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AZEITE, SA		18,00			
	3353 3375	CASA DAS PROMOÇÕES, LDA CENTRO DE INSPEÇÃO A VEÍCULOS EM ALVITO (CIV)		1.014,75			
	3441	THYSSENKRUPP ELEVADORES		27,43			
	3446	ROLEAR AUTOMATIZAÇÕES, ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES, S.A.		544,35			
	3456	NATÉRCIA MARIA RAMOS PEREIRA MARTINS, HERDEIROS DE		2.214,00			
	348	FABRIGIMNO -FABRICAÇÃO DE MATERIAL DESPORTIVO, LDA		464,45			
	3500 3561	IFR - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO RODOVIARIA, LDA Imper-regas-imp Exp Com de Equip. Para Regas, Lda		400,00			21
	3592	LABORATÓRIO DE ÁGUAS DO LITORAL ALENTEJANO, LDA					22
	3593	REISSWOLF, S.A.					30
	3608	LUTHISA - LUSITANA DE TRATAMENTOS DE HIGIENE, LDA					5.53
	3617 3621	SALESJARDINS, UNIPESSOAL, LDA					14.63
	3621 3631	PAPELARIA ABC VIABILITI - FINANCIAL MANAGEMENT, LDA					3.86
	3633	Schindler Ascensores e Escadas Rolantes, Sa					21
3	364	AUTO VOLT - OFICINA DE REPARAÇÕES ELÉCTRICAS, LDA.		342,28			93
	3641	INTERDIMA - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, LDA					3.23
	3642 3643	ASSOCIAÇÃO VOX ANGELIS HUMBERTO RODRIGUES - ILUMINAÇÕES, UNIPESSOAL LDA					1.95
	3643 3692	SOCIEDADE PORTUGUESA DE INOVAÇÃO-CONSULTADORIA EMPRESARIAL E					2.42
)		FOMENTO INOVAÇÃO, SA					- •
	3693	Manuel CÂndido Rego Teles					20
	3695	VIGIPAX, LDA					33
	3697 3698	AUTO ELÉTRICA ALVITENSE, LDA ACO PRODUCTOS POLIMEROS SAU					18
	3698 386	JOSÉ MANUEL COSTA PAULINO					27 10
	47	TECNOVIA - SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A					31
4	478	BORGES DA SILVA ,LDA					96
	5	FERNANDO MAXIMINO PALMA		49,20			
-	62	MENDES & CAÇO LDA		174,97			
		A TRANSPORTAR		47.953,00			138.18

7 7 7 7 8 8 8 8	TERCEIRO 727 74 753 8	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS DESIGNAÇÃO TRANSPORTE INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE AMBILITAL-INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO EIM A.J.AIRES & FILHOS LDA EDP DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA SA ELECTRO PLANICIE, LDA RODOVIARIA DO ALENTEJO, S.A.	SALDO DEBITO	CREDITO 47.953,00 688,80 230,63 9.547,44	2019/04/08 SALDO DEVEDOR		3 REDOR
7 7 7 7 8 8 8 8	727 74 753 78 8 8 81 35	TRANSPORTE INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE AMBILITAL-INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO EIM A.J.AIRES & FILHOS LDA EDP DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA SA ELECTRO PLANICIE, LDA RODOVIARIA DO ALENTEJO, S.A.		CREDITO 47.953,00 688,80 230,63		CF	
7 7 7 7 8 8 8 8	727 74 753 78 8 8 81 35	TRANSPORTE INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE AMBILITAL-INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO EIM A.J.AIRES & FILHOS LDA EDP DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA SA ELECTRO PLANICIE, LDA RODOVIARIA DO ALENTEJO, S.A.	DEBITO	47.953,00 688,80 230,63	DEVEDOR		
7 7 7 8 8 8	74 753 78 3 31 35	INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE AMBILITAL-INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO EIM A.J.AIRES & FILHOS LDA EDP DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA SA ELECTRO PLANICIE, LDA RODOVIARIA DO ALENTEJO, S.A.		688,80		1	138.180,70
7 7 7 8 8 8	74 753 78 3 31 35	AMBILITAL-INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO EIM A.J.AIRES & FILHOS LDA EDP DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA SA ELECTRO PLANICIE, LDA RODOVIARIA DO ALENTEJO, S.A.		230,63			
7 7 8 8 8	753 78 3 31 35	A.J.AIRES & FILHOS LDA EDP DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA SA ELECTRO PLANICIE,LDA RODOVIARIA DO ALENTEJO, S.A.					
7 8 8 8 8	78 3 31 35	EDP DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA SA ELECTRO PLANICIE,LDA RODOVIARIA DO ALENTEJO, S.A.					4.031,34
8 8 8 9	3 31 35 90	ELECTRO PLANICIE, LDA RODOVIARIA DO ALENTEJO, S.A.					2.501,1
8 8	31 35 90	RODOVIARIA DO ALENTEJO, S.A.		9.341,44			1.972,9
8	35 90						29,2
9	90	J.VCOMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, LDA.					5.660,2
		MASTER TEST INSPEÇÃO VEICULOS, S.A.					46,5
19	<i>d</i> /	SOEIRO E FILHAS, LDA.					7,3
22.8.2		FACTURAS EM RECEPÇÃO E CONFERENCIA - AGREGADA		4.890,37			2.172,0
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES		732.260,08		3	349.275,0
26.1		FORNECEDORES DE IMOBILIZADO		298.858,83			96.043,5
26.1.1		FORNECEDORES DE IMOBILIZADO C/C		279.350,31			33.981,7
	3408	MAJA - MANUEL ANTÓNIO & JORGE ALMEIDA CONSTRUÇÕES, S.A.		16.130,31			
	3442 3517	SCANIA PORTUGAL S.A.		263.220,00			1 000 6
	3600	M3DC - MOBILIÁRIO E DECORAÇÃO, LDA. JANZ, CONTAGEM E GESTÃO DE FLUÍDOS					1.038,6
	3620	REBELDEFONTE - MANUTENÇÃO E ELECTROMECÂNICA UNIPESSOAL, LDA.					3.899,1
	3637	EACAMPOS - SOLUÇÕES PARA TOPOGRAFIA & VIDEO, S.A					15.867,0
26.1.4	, , , ,	IMOBILIZADO EM RECEPÇÃO E CONFERÊNCIA		19.508,52			62.061,8
	1344	BASRIO-METALOMECÂNICA E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, S.A.					11.235,6
1	1494	ICEBLOCK SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES SA		13.137,58			
1	1712	ANDRÉ MACHADO DOS SANTOS ANDRAUS					160,0
	1804	AUTO DIANA, LDA					1.901,9
	2555	H. TEIXEIRA & C.ª, LDA		371,00			
	3163	Skillmind - Consultadoria Em Gestão E Formação		5.999,94			3.505,5
	3203	Fase- Estudos e Projetos, Sa					5.289,0
	3382 3408	SENTIDOS SUAVES, LDA MAJA - MANUEL ANTÓNIO & JORGE ALMEIDA CONSTRUÇÕES, S.A.					16.345,5
	932	FRANCISCO CHARNECA PINTO & FILHOS, LDA					23.368,0
26.8	132	OUTROS DEVEDORES E CREDORES		433.401,25			23.300,0 253.231,4
26.8.1		DEVEDORES E CREDORES ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS		284.333,75			124.394,7
26.8.1.2		CREDORES DAS ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS		284.333,75			124.394,7
26.8.1.2.6		FUNDO DE APOIO MUNICIPAL (FAM)		284.333,75			124.394,7
26.8.1.2.6.2		FUNDO DE APOIO MUNICIPAL (FAM) - ML PRAZO		284.333,75		1	124.394,7
26.8.3		CREDORES DIVERSOS		24.547,09			12.617,9
	1215	AGENCIA REGIONAL DE ENERGIA DO CENTRO E BAIXO ALENTEJO		750,00			750,0
	1632	ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL					102,0
	2183	C.I.M.A.L COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL		11.814,34			
	528	CONSDEP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO SA		11.765,90			11.765,9
26.8.9	79	Caravela - Companhia de Seguros, S.a. CREDORES DIVERSOS - OUTROS		216,85 124.520,41		-	116.218,7
26.8.9		CREDORES DIVERSOS - OUTROS CREDORES DIVERSOS EM RECEPÇÃO E CONFERENCIA		15.061,63		'	550,0
	1677	QUINTA DA BALANÇA, CEREAIS E COMBUSTIVEIS, LDA		11.832,88			JJU, U
	2546	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MUSICAL "VENTOS ALENTEJANOS"		11.002,00			550,0
	3416	CINEBOX CINEMAS, LTD.		3.228,75			000,0
26.8.9.7		CREDORES POR ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		91.947,00			98.157,0
26.8.9.9		OUTROS CREDORES DIVERSOS		17.511,78			17.511,7
<u>'</u> _		TOTAL		795.570,32			504.136,9

28. Mapa Síntese dos Bens Inventariados







MAPA RESUMO

	Unidade Orgânica	PATR	RIMÓNIO INICIAL		ACRÉSCIMOS I				DII	IINUIÇÕES PATRIM	ONIAIS		PATRIMÓ	NIO FINAL	VARIAÇÃO F	PATRIMONIAL
Conta	Descrição	Bruto	Líquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes Reparações ou Beneficiações	TOTAL	Abates	Desvalorizações	Amortizações Exercício	Do Acumuladas	TOTAL	Bruto	Líquido	Bruta	Líquida
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	'(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+6+10)	(15=14-12)	(16=14-13)	(17=15-4)
41.1.1.1	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES	8.175,80	8.175,80	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.175,80	8.175,80	0,00	0,00
41.1.2	EMPRESAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	81.854,99	81.854,99	0,00	0,00	-,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.854,99	81.854,99	0,00	0,00
41.1.3	EMPRESAS PRIVADAS OU COOPERATIVAS	41.560,19	41.560,19	0,00	0,00	-,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.560,19	41.560,19	0,00	0,00
41.2.2	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	497.585,75	497.585,75	0,00	0,00		0,00	0,00	106.626,00	0,00	0,00	106.626,00	390.959,75	390.959,75	-106.626,00	-106.626,00
41.4.1	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	235.781,50	235.781,50	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.781,50	235.781,50	0,00	0,00
41.4.2.1	EDIFICIOS	139.507,30	98.862,68	0,00	0,00		0,00	22.314,63	0,00	1.185,71	34.579,23	23.500,34	117.192,67	82.613,44	-22.314,63	-16.249,24
41.5.3	OUTROS TITULOS	49,88	49,88	0,00	0,00	-7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49,88	49,88	0,00	0,00
42.1	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	2.850.040,27	2.850.040,27	20.000,00	0,00		29.739,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.879.779,34	2.879.779,34	29.739,07	29.739,07
42.2.1.01	HABITAÇAO	256.249,54	188.922,44	0,00	0,00	, .	135,70	0,00	0,00	2.832,04	70.159,14	2.832,04	256.385,24	186.226,10	135,70	-2.696,34
42.2.1.02	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	2.954.181,41	2.342.071,39	0,00	0,00		179.211,34	0,00	0,00		659.550,27	47.440,25	3.133.392,75	2.473.842,48	179.211,34	131.771,09
42.2.1.03 42.2.1.04	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	2.172.005,48	1.918.119,28	0,00	0,00		1.737,76	0,00	0,00	25.642,42	279.528,62	25.642,42	2.173.743,24	1.894.214,62	1.737,76	-23.904,66
42.2.1.04	MERCADOS E INSTALAÇOES DE FISCALIZAÇAO SANITARIA CRECHES	222.867,36	166.691,67	0,00	0,00		544.435,03	0,00	0,00		58.927,10	2.751,41	767.302,39	708.375,29	544.435,03	541.683,62
42.2.1.05 42.2.1.06	ESCOLAS	84.095,74 1.627.133.29	58.181,65 1.200.701.40	0,00 6.890.00	0,00		298,41 602,705,15	0,00	0,00	330,01 21.516.59	26.244,10 447.948.48	330,01 21,516,59	84.394,15 2.229.838.44	58.150,05 1.781.889.96	298,41 602,705,15	-31,60 581.188.56
42.2.1.08	OUTROS	1.627.133,29	948.906.40	6.890,00	0,00		946.34	0,00	0,00	12.382.00	181.917.39	12.382,00	1.119.388,13	937.470,74	946.34	-11.435,66
42.2.1.08	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		, .	-,	-,	7-	7-	0,00	0,00		8.087,77			2.003,82	/-	
42.2.2.01	ESGOTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	10.091,59 13.686.90	2.475,31 0,00	0,00	0,00			0,00	0,00		13.686,90	471,49 0,00	10.091,59 13.686,90	2.003,82	0,00	-471,49 0,00
42.2.2.03	ILUMINAÇÃO PUBLICA	322.425,86	92.014,48	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	18.081,60	248.492,98	18.081,60	322.425,86	73.932,88	0,00	-18.081,60
42.2.2.04	PARQUES E JARDINS	2.516.018,26	989.473,67	0,00	0,00		7.140,52	0,00	0,00		1.604.205,21	77.660,62	2.523.158,78	918.953,57	7.140.52	-70.520,10
42.2.2.05	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	5.602.109,98	4.496.290,79	0,00	0,00		32.079,58	0,00	0,00	71.238,28	1.177.057,47	71.238,28	5.634.189,56	4.457.132,09	32.079,58	-39.158,70
42.2.2.06	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA	101.628,92	84.087,37	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	1.103,05	18.644,60	1.103,05	101.628,92	82.984.32	0,00	-1.103,05
42.2.2.07	VIAÇÃO RURAL	1.162,18	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	1.162,18	0,00	1.162,18	0.00	0,00	0,00
42.2.2.08	SINALIZAÇÃO E TRANSITO	138.570,00	48.259,67	1.634.09	0,00		3.456,30	0.00	0,00		98.306,62	7.996,29	142.026,30	43.719.68	3.456,30	-4.539,99
42.2.2.09	INFRAESTRUTURAS PARA DISTRI. DE ENERGIA ELECTRICA	143.042,35	6.520,39	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	444,56	136.966,52	444,56	143.042,35	6.075,83	0,00	-444,56
42.2.2.10	INFRAESTRUTURAS P/ TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	1.070.779.76	423.089.70	0,00	0.00		9.575,24	0,00	0,00	14.766.40	662.456,46	14.766.40	1.080.355,00	417.898.54	9.575,24	-5.191,16
42.2.2.11	CEMITERIOS	237.427,05	46.848.45	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	6.611,53	197.190,13	6.611,53	237.427,05	40.236,92	0,00	-6.611,53
42.2.2.12	OUTRAS	2,759,424,79	2.012.411,29	5,358,62	0,00		23.215,80	0,00	0,00		810.026.28	63.012.78	2.782.640,59	1.972.614.31	23,215.80	-39.796.98
42.3.1	EQUIPAMENTO BASICO - CULTURA	937.055,86	306.249,94	2.401,94	0,00		2.401,94	0,00	0,00		641.938,83	11.132,91	939.457,80	297.518,97	2.401,94	-8.730,97
42.3.2	EQUIPAMENTO BASICO - LAZER	32.286,35	17.718,67	109,47	0,00	0,00	109,47	0,00	0,00	2.653,20	17.220,88	2.653,20	32.395,82	15.174,94	109,47	-2.543,73
42.3.3	EQUIPAMENTO BASICO - SEGURANÇA E AMBIENTE	151.509,08	36.594,57	22.520,99	0,00			0,00	0,00		125.515,56	10.601,05	174.030,07	48.514,51	22.520,99	11.919,94
42.3.4	EQUIPAMENTO BASICO - INFORMATICA	833.213,38	207.994,71	22.837,74	0,00	7.897,83	30.735,57	7.004,15	0,00	69.177,67	687.399,34	76.181,82	856.944,80	169.545,46	23.731,42	-38.449,25
42.3.9	EQUIPAMENTO BASICO - OUTROS	957.719,21	230.870,68	74.633,57	0,00	8.097,55	82.731,12	2.859,61	0,00	61.038,84	785.027,76	63.898,45	1.037.590,72	252.562,96	79.871,51	21.692,28
42.4	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.012.698,62	806.145,01	174.414,00	0,00	16.533,33	190.947,33	0,00	0,00	112.244,34	1.318.797,95	112.244,34	2.203.645,95	884.848,00	190.947,33	78.702,99
42.5	FERRAMENTAS E UTENSILIOS	168.248,34	16.602,50	13.747,48	0,00	2.970,45	16.717,93	0,00	0,00	5.789,42	157.435,26	5.789,42	184.966,27	27.531,01	16.717,93	10.928,51
42.6	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	682.306,06	88.568,56	21.582,22	0,00	2.152,51	23.734,73	9.562,44	0,00	18.426,71	602.602,87	27.989,15	696.478,35	93.875,48	14.172,29	5.306,92
42.7	TARAS E VASILHAME	732,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732,01	0,00	732,01	0,00	0,00	0,00
42.8	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	120.467,78	120.467,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.467,78	120.467,78	0,00	0,00
42.9	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS	11.865,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.865,88	0,00	11.865,88	0,00	0,00	0,00
43.1	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	493.805,61	66.470,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.667,46	440.002,30	12.667,46	493.805,61	53.803,31	0,00	-12.667,46
43.2	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	268.513,17	49.647,23	4.920,00	0,00	19.453,68	24.373,68	0,00	0,00	6.616,02	225.481,96	6.616,02	292.886,85	67.404,89	24.373,68	17.757,66
44.2.2.1.02	INSTALAÇOES DE SERVIÇOS	61.219,62	61.219,62	0,00	0,00	51.368,20	51.368,20	112.587,82	0,00	4.691,16	0,00	117.278,98	0,00	0,00	-61.219,62	-61.219,62
44.2.2.1.04	MERCADOS E INSTALAÇOES DE FISCALIZAÇÃO SANITARIA	273.205,45	268.523,31	0,00	0,00		285.252,78	558.458,23	0,00		0,00	582.280,51	0,00	-,,	-273.205,45	-268.523,31
44.2.2.1.06	ESCOLAS	166.421,60	166.291,71	0,00	0,00		138.987,73	305.409,33	0,00	5.648,77	0,00	311.058,10	0,00	-,	-166.421,60	-166.291,71
44.2.2.2.05	INSTAÇOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	42.233,58	41.177,74	0,00	0,00		0,00	42.233,58	0,00	2.111,68	0,00	44.345,26	0,00	0,00	-42.233,58	-41.177,74
44.5.3.1	VIADUTOS ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	35.467,34	34.164,67	0,00	0,00		0,00	35.467,34	0,00		0,00	37.219,38	0,00	0,00	-35.467,34	-34.164,67
45.1	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	305.646,69	305.646,69	0,00	0,00	-7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.646,69	305.646,69	0,00	0,00
45.2.2	INSTALAÇOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	735.221,65	617.686,73	0,00	0,00		737,61	0,00	0,00	7.903,53	125.438,45	7.903,53	735.959,26	610.520,81	737,61	-7.165,92
45.2.9	OUTROS	616.686,12	565.692,69	0,00	0,00		11,20	0,00	0,00	3.965,16	54.958,59	3.965,16	616.697,32	561.738,73	11,20	-3.953,96
45.3.1	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OUTRAS OBRAS COMPLEMENTARES	8.799.141,98	3.046.714,19	35.467,34	0,00		132.282,83	0,00	0,00		5.953.952,25	201.524,46	8.931.424,81	2.977.472,56	132.282,83	-69.241,63
45.3.2	SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS	1.269.926,15	64.366,44	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	4.642,82	1.210.202,53	4.642,82	1.269.926,15	59.723,62	0,00	-4.642,82
45.3.5	PARQUES E JARDINS	377.613,08	328.692,72	0,00	0,00		147,90	0,00	0,00		53.023,04	4.102,68	377.760,98	324.737,94	147,90	-3.954,78
45.3.6	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	1.047.693,41	885.261,58	0,00	0,00		709,55	0,00	0,00	11.076,62	173.508,45	11.076,62	1.048.402,96	874.894,51	709,55	-10.367,07
45.3.7 45.3.8	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA	1.325.386,19	233.196,94	0,00	0,00		65.174,77	0,00	0,00	13.958,90	1.106.148,15	13.958,90	1.390.560,96	284.412,81	65.174,77	51.215,87
	VIAÇAO RURAL	9.282.562,60	583.433,84	0,00	0,00		1.352,38	0,00	0,00	63.491,72	8.762.620,48	63.491,72	9.283.914,98	521.294,50	1.352,38	-62.139,34
45.3.12 45.3.13	CEMITERIOS OUTROS	974.374,57 684.379.25	373.019,21 461.139,40	0,00	0,00		4.591,58 4.107.04	0,00	0,00	20.152,32 24.094,09	621.507,68 247.333,94	20.152,32 24.094,09	978.966,15 688.486,29	357.458,47 441.152,35	4.591,58 4.107,04	-15.560,74 -19.987,05
40.0.10	Outrios	004.379,25	401.139,40	0,00	0,00	4.107,04	4.107,04	0,00	0,00	24.094,09	247.333,94	∠4.094,09	008.486,29	441.152,35	4.107,04	-19.987,05
	TOTAL OFFINA	57.070.000.00	00 000 501	400-		0.467	0.540.000	4 005 005	100.000	4.070.750	00.057.054	0.004.070.1	E0 405 040	00 400 700	4.044.450.44	00.5
	TOTAL GERAL	57.873.498,56	20.022.034,31	406.517,46	0,00	2.107.155,11	2.513.672,57	1.095.897,13	106.626,00	1.078.752,88	30.057.851,61	2.281.276,01	59.184.648,00	29.126.796,39	1.511.149,44	304.262,08

Parte II



29. Relatório de Gestão





Análise orçamental

Execução Orçamental

(euros)

Rubricas	Dotações	Execução	Nivel de execução (%)
Receitas correntes	10.219.935,30	10.090.355,50	98,73
Receitas Capital	4.406.914,49	1.459.758,21	33,12
Outras Receitas	1.785.247,32	1.785.452,39	100,01
Total das receitas	16.412.097,11	13.335.566,10	81,25
Despesas correntes	9.763.779,41	7.976.205,75	81,69
Despesas de capital	6.648.317,70	2.612.151,35	39,29
Total da despesa	16.412.097,11	10.588.357,10	64,52

Quadro 1: Execução Orçamental

Analisando a execução orçamental do exercício de 2018 verifica-se que a receita total ascendeu ao montante de 13.335.566,10 € sendo a despesa total de 10.588.357,10 €. A execução global da receita foi 81,25% e a execução global da despesa de 64,52%.

Ao nível da receita verifica-se que a execução do orçamento corrente é mais significativa que a execução do orçamento de capital, sendo o nível de execução da receita corrente de 98,73% e o nível de execução da receita de capital de 33,12%.

Relativamente à despesa constata-se que o nível de execução da despesa corrente foi de 81,69% e o nível de execução da despesa de capital de 39,29%.

Relativamente aos saldos orçamentais a 31 de dezembro verifica-se:

- um saldo corrente positivo no valor de 2.114.149,75 €, o que significa que o total arrecadado de receitas (10.090.355,50€) correntes foi superior ao valor pago, correspondente às despesas correntes (7.976.205,75 €);
- um saldo de capital foi negativo no montante de -1.152.393,14 €, tendo as receitas arrecadadas (1.459.758,21€) sido inferior às despesas pagas (2.612.151,35€).
- Em sede de revisão orçamental o saldo da conta de gerência do ano anterior, no valor de 1.785.246,32€, foi aplicado em receita de capital o valor de 1.485.246,32 € e em receita corrente o valor de 300.000,00€.

Em termos globais, ou seja, analisando o total das receitas cobradas e o total das despesas pagas, apuramos um saldo de gerência de 2018 no valor de 2.976.970,95 €. (ver mapa Fluxos de Caixa)



29.1. Análise Orçamental

29.1.1 Análise Orçamental da Receita

(euros)

		Anos	
Rubricas	2016	2017	2018
Impostos Directos	1.797.038,22	2.104.487,68	2.307.840,01
Impostos Indirectos	15.823,67	12.974,12	9.939,46
Taxas, Multas e Outras Penalidades	188.252,15	200.610,00	194.397,09
Rendimentos Propriedade	387.163,70	390.501,78	397.116,89
Transferências Correntes	6.387.439,61	6.556.222,14	6.608.718,13
Venda de Bens e Serviços	589.837,42	581.580,07	559.559,88
Outras Receitas Correntes	12.974,84	5.953,32	12.784,04
Total Receitas Correntes	9.378.529,61	9.852.329,11	10.090.355,50
Venda de Bens Investimento	101.910,00	0,00	26.210,00
Transferências Capital	740.378,77	1.099.499,02	1.433.548,21
Activos Financeiros	2.736,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	591.000,00	0,00
Outras Receitas Capital	1.678,54	0,00	0,00
Total Receitas Capital	846.703,31	1.690.499,02	1.459.758,21
Reposições não Abatidas nos Pagamentos			206,07
Saldo da Gerência Anterior	815.360,67	2.284.332,48	1.785.246,32
Total de Outras Receitas	815.360,67	2.284.332,48	1.785.452,39
Total das Receitas	11.040.593,59	13.827.160,61	13.335.566,10

Quadro 2: Receitas Correntes e de Capital

No que concerne à Receita Corrente, do valor inicialmente orçado foi conseguido uma taxa de execução de 98,73%.

Relatório e Contas 2018





Gráfico 1: Evolução da Receita Total

O gráfico espelha a realidade das Receitas Totais do Município nos anos 2016, 2017 e 2018.

Da análise às Receitas Totais do Município, consideramos relevante comentar as rubricas que se seguem:

29.1.1.1 - Evolução das Receitas Correntes

As Receitas Correntes resultam da atividade normal ou gestão financeira corrente do Município, e, regra geral, renovam-se em todos os períodos financeiros.

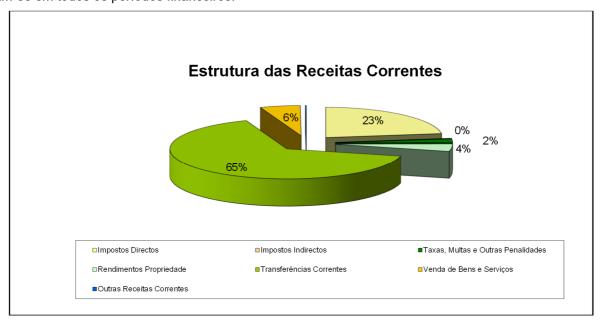


Gráfico 2: Estrutura das Receitas Corrente

29.1.1.1.1 - Impostos Municipais

(euros)

Descrição da Receita Liquidada	2016	2017	2018
Impostos Directos			
Imposto Municipal sobre Imóveis	634.158,18	629.523,90	613.381,51
Imposto Único de Circulação	145.485,29	155.770,99	166.110,89
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	733.392,14	1.047.488,10	1.054.057,52
Derrama	284.002,61	271.704,69	474.290,09
Total Impostos Directos	1.797.038,22	2.104.487,68	2.307.840,01
Impostos Indiretos			
Mercados e Feiras	261,63	0,00	169,29
Loteamentos e Obras	7.138,75	6.468,57	5.211,38
Ocupação da Via Pública	5.286,96	3.540,67	88,82
Outros	3.136,33	2.964,88	4.469,97
Total Impostos Indirectos	15.823,67	12.974,12	9.939,46
Total das Receitas (Impostos)	1.812.861,89	2.117.461,80	2.317.779,47

Quadro 3: Impostos Municipais cobrados pelo Município

Impostos Diretos

Contempla as receitas vindas dos impostos diretos municipais estabelecidos na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), nomeadamente o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), o IUC (Imposto Único de Circulação), o IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis) e a Derrama.

Impostos Indiretos

Os Impostos Indiretos compreendem as receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo. Consideramse também as receitas que são cobradas como taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagos por unidades empresariais, tais como as que respeitam a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública.

29.1.1.1.2 Taxas

(euros)

Descrição da Receita Liquidada	2016	2017	2018
Taxas, Multas e Outras Penalidades			
Taxas			
Loteamento e Obras	21.255,96	38.140,40	42.079,46
Ocupação da Via Pública	649,29	563,95	753,22
Saneamento	95.973,09	91.962,02	86.061,01
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	243,10	235,81	299,20
Taxa pela emissão do Cert. Registo fixada pela Portaria n.º 1334-D/2010 de 31/12	975,00	766,25	511,25
Outras	60.284,30	59.028,27	55.533,41
Total das Taxas	179.380,74	190.696,70	185.237,55
Juros de Mora	423,37	613,85	572,25
Coimas Penalidades por Conta Ordenação	277,37	866,68	0,00
Multas e Penalidades Diversas	8.170,64	8.432,77	8.587,29
Total de Multas e Outras Penalidades	8.871,38	9.913,30	9.159,54
Total das Receitas	188.252,12	200.610,00	194.397,09

Quadro 4: Taxas, Multas e Outras Penalidades

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados.



29.1.1.3- Transferências Correntes

(euros)

	Anos			
Rubricas	2016	2017	2018	
Fundo Equilíbrio Financeiro	5.462.178,00	5.643.949,00	5.713.151,00	
Fundo Social Municipal	136.486,00	136.486,00	136.486,00	
Participação Variável no IRS	206.182,00	188.710,00	210.762,00	
Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares Direção Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral	52.990,52 4.431,59	49.327,59 4.468,28	40.057,06	
Ministério da Educação	446.940,05	458.666,81	456.126,44	
Outros	0,00	0,00	1.150,00	
Total Administração Central - Estado	6.309.208,16	6.481.607,68	6.557.732,50	
Fundo Social Europeu	16.092,00	14.648,16	15.370,08	
Serv. Fundos Autónomos			35.615,55	
Subs. Protec. Família e F. Prof.	62.139,45	59.966,30	0,00	
Total Projectos Co-Financiados	78.231,45	74.614,46	50.985,63	
Total	6.387.439,61	6.556.222,14	6.608.718,13	

Quadro 5: Transferências Correntes

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes.

De acordo com o estipulado no nº 3 do artigo 31.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, foi na proporção de 90% para transferências correntes no ano de 2018.

Relatório e Contas 2018



29.1.1.2 - Evolução das Receitas de Capital

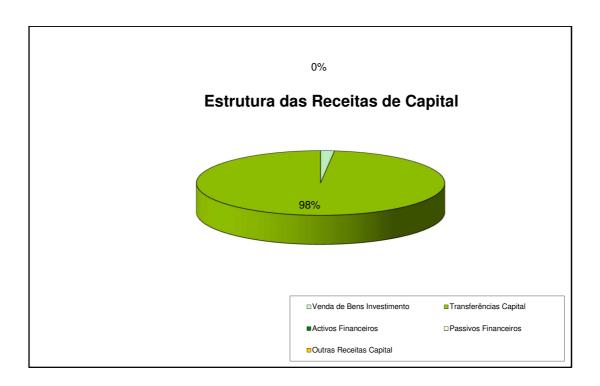


Gráfico 3: Estrutura das Receitas de Capital

29.1.1.2.1 - Venda de Bens de Investimento

(euros)

		Anos	
Rubricas	2016	2017	2018
Terrenos e Recursos Naturais	101.910,00	0,00	26.210,00
Total	101.910,00	0,00	26.210,00

Quadro 6: Venda de Bens de Investimento

Relatório e Contas 2018

29.1.1.2.2 - Transferências de Capital

			(euros)	
Polisico		Anos		
Rubricas	2016	2017	2018	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	606.909,00	627.105,00	634.795,00	
Ministério da Educação	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
Total Administração Central - Estado	626.909,00	647.105,00	654.795,00	
INAlentejo (antigo F.E.D.E.R.)	98.789,64	68.321,88		
Alentejo 2020	14.680,13	384.072,14	778.753,21	
Total Projetos Co Financiados	113.469,77	452.394,02	778.753,21	
Total	740.378.77	1.099.499.02	1.433.548.21	

Quadro 7: Transferências de Capital

Entende-se por Transferências de Capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui ainda cauções e depósitos de garantia que revertam a favor da entidade.

As Transferências de Capital foram 1.433.548,21 €, com se verifica no quadro acima.

Estas transferências contemplam duas grandes componentes:

- a) transferências da Administração Central Estado, no valor total de 654.795,00€, que integra o Fundo de Equilíbrio Financeiro no valor de 634.795.00 €
- b) Projetos Co-Financiados onde são consideradas as verbas relativas a comparticipações comunitárias, designadamente do Alentejo2020, que comparticipou os seguintes projetos:
- Nova Etar de Ferreira do Alentejo 180.749,24€
- MUSFA 42.143.20€
- Elaboração do Cadastro e infraestruturas do sistema de Agua e saneamento do Município de Ferreira do Alentejo- 24.200,83€;
- Reabilitação do Mercado Municipal e Arranjos Zona Envolvente 121.366,48€;
- Reabilitação dos Balneários Públicos para Centro de Emergência Social 54.219,50€;
- Programa de Recuperação do Edifícios e Espaços Escolares do Concelho EB1 de Alfundão 31.648,92€.
- Programa de Recuperação do Edifícios e Espaços Escolares do Concelho EB1 de Figueira dos Cavaleiros
 78.146,79€.
- Programa de Recuperação do Edifícios e Espaços Escolares do Concelho EB1 de Ferreira do Alentejo –
 215.838,77€.
- Ferreira do Alentejo + Digital 30.439,48€.



29.1.2 - Análise Orçamental da Despesa

Rubricas	Anos		
nublicas	2016	2017	2018
Pessoal	4.131.531,73	4.308.550,62	4.323.976,02
Aquisição Bens e Serviços	2.558.778,52	3.393.738,73	2.841.628,83
Encargos Financeiros	29.987,53	27.537,43	23.816,90
Transferências Correntes	707.570,89	765.312,59	624.374,76
Subsídios	0,00	30.000,00	0,00
Outras Despesas Correntes	86.474,78	369.972,18	162.409,24
Total Despesas Correntes	7.514.343,45	8.895.111,55	7.976.205,75
Aquisição Bens de Capital	392.892,14	2.230.706,97	1.896.846,44
Transferências Capital	233.621,71	402.814,34	240.862,82
Ativos Financeiros	106.626,00	71.084,00	53.313,00
Passivos Financeiros	508.777,81	442.197,43	421.129,09
Outras Despesas Capital			
Total Despesas Capital	1.241.917,66	3.146.802,74	2.612.151,35
Total das Despesas	8.756.261,11	12.041.914,29	10.588.357,10

Quadro 8: Despesas Correntes e de Capital

Foram despendidos 10.588.357,10 €, valor que representa uma taxa de execução de 64,52% do orçado. Quanto às despesas correntes despendemos 7.976.205,75 € e que correspondem a 81,69% do orçado e 2.612.151,35 € de despesas de capital que correspondem a 39,29%.

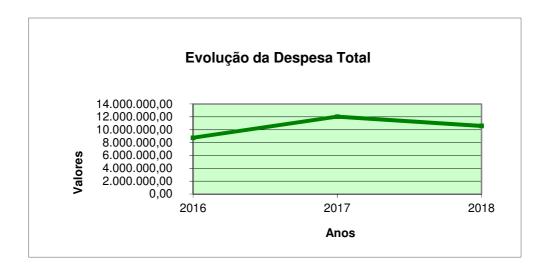


Gráfico 4: Evolução da Despesa Total

Em suma, o gráfico espelha a realidade das despesas totais da Autarquia.

Da análise às despesas totais do município, consideramos relevante comentar as seguintes rubricas



29.1.2.1 - Evolução das Despesas Correntes

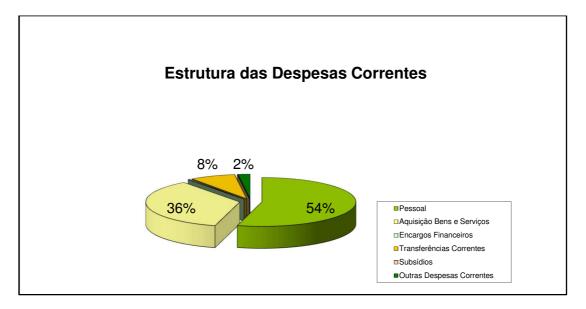


Gráfico 5: Evolução das Despesas Correntes



29.1.2.1.1 - Despesas com o Pessoal

(euros)

	Anos		
Rubricas	2016	2017	2018
Remunerações			
Titulares Órgãos Soberania	103.050,13	107.813,25	124.961,16
Pessoal Quadro-Reg. Geral			
Pessoal Além dos Quadros			
Transitado de Anterior Nomeação Definitiva			
Contrato por Tempo Indeterminado Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercí-			
cio de Funções Públicas por Tempo Indeterminado			
Pessoal em Funções	2.041.361,52	2.013.148,98	2.002.415,20
Alterações Obrigatórias de Pos. Remuneratório	, .		., .
Alterações Facultativas de Pos. Remuneratório			
Recrutamento Pessoal p/ Novos Postos de Trabalho	0,00	15.373,20	76.050,82
Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas a Termo Determinado			
Pessoal em Funções	53.759,67	32.895,08	72.143,84
Recrutamento Pessoal p/ Novos Postos de Trabalho	3.568,67	68.102,53	0,00
Pessoal Regime de Avença	155.735,20	211.932,30	191.716,80
Pessoal Aguard. Aposentação.	1.222,87	5.307,06	3.029,71
Pessoal em Qualquer Outra Situação	71.150,22	69.829,96	75.075,29
Despesas de Representação	30.634,04	31.344,81	31.392,24
Subsídio de Refeição	242.070,57	258.981,80	244.938,00
Subsídio de Férias e Natal	372.475,25	377.146,84	393.234,65
Rem. Doença Matern/Patern.	23.445,76	37.434,00	54.926,33
Abonos Variáveis ou Eventuais			
Horas Extraordinárias	135.319,39	144.679,67	143.043,57
Ajudas de Custo	21.011,94	19.892,03	6.686,39
Abono para Falhas	5.052,01	3.687,18	3.717,41
Subsídio de Turno			2.944,75
Outros Suplementos	16.587,42	20.026,54	18.677,56
Segurança Social			
Encargos com Saúde	90.908,06	99.135,29	81.069,65
Outros Encargos c/ a Saúde	44.606,10	45.202,82	31.489,66
Subsídio Familiar	6.547,27	6.623,62	7.454,13
Outras Prestações. Familiares	1.290,00	0,00	2.566,70
Contribuição. p/ Seg. Social			
Seg. Social dos Funcionários (C.G.A)	512.728,68	502.154,32	505.535,88
Seg. Social-Regime Geral	170.569,68	190.590,36	197.027,24
Outras Pensões		•	,
Seguros			
Seg. Acid. Trab.Doença Prof.	25.695,28	47.248,98	46.051,71
Outras Despesas de Segurança Social	2.742,00	0,00	7.827,33
Total despesas c/ pessoal	4.131.531,73	4.308.550,62	4.323.976,02

Quadro 9: Despesas efetuadas com o Pessoal ao Serviço da Autarquia



29.1.2.1.2 – Aquisição de Bens e Serviços

(euros) Anos **Rubricas** 2016 2018 2017 471.386,56 532.079,22 474.708,74 Aquisição de Bens Aquisição de Serviços 2.087.391,96 2.861.659.51 2.366.920,09 Total de Aquisição de Bens e Serviços 2.558.778,52 3.393.738,73 2.841.628,83

Quadro 10: Aquisição de Bens e Serviços

Respeita a despesas com a aquisição de bens e serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas correspondentes a encargos das instalações, locação de bens, transportes e comunicação, encargos de cobrança de receitas, estudos e consultadoria, representação municipal, pequenas reparações e conservações e energia elétrica para distribuição.

29.1.2.1.3 - Transferências Correntes

(euros)

	Anos			
Rubricas	2016	2017	2018	
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras				
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	28.000,00	0,00	0,00	
Administrações Central		2.000,00	31.155,00	
Estado	35.000,00	2.000,00	31.155,00	
Administração Local				
Transferências p/ Freguesias	157.930,68	188.384,28	172.703,31	
Associação de Municípios	26.050,62	73.059,83	49.936,08	
Instituições sem Fins Lucrativos	356.419,56	417.720,13	338.909,13	
Familias				
Outras	104.170,03	84.148,35	31.671,24	
Total	707.570,89	765.312,59	624.374,76	

Quadro 11: Transferências efetuadas

As transferências correntes apesar de não terem a representatividade das rubricas orçamentais atrás referidas, gozam de igual importância para a gestão do município, na medida em que representam as verbas que se transferem do município para as freguesias, Associações Distritais, Associações de Municípios e demais Instituições Particulares, que coabitam no concelho e no distrito, como apoio aos compromissos correntes das suas próprias atividades.

De um modo geral, estão aqui representadas as seguintes transferências:



- Transferência efetuada no âmbito do programa "Viver Melhor";
- Verbas destinadas às Freguesias do Concelho;
- Custos com o empréstimo contraído pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL);
- Apoio às diversas instituições particulares, culturais, desportivas e recreativas sem fins lucrativos existentes no concelho.
- Comparticipações nos Contratos Emprego Inserção.

29.1.2.2 - Evolução das despesas de Capital

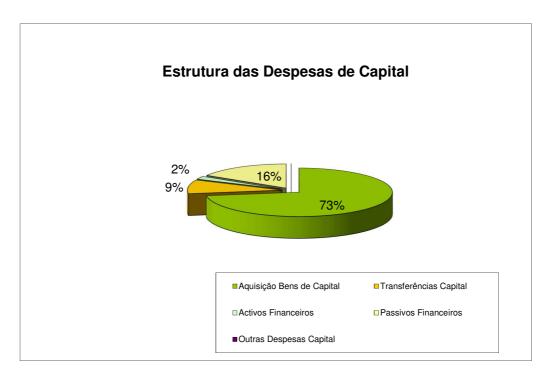


Gráfico 6: Estrutura das Despesas de Capital



29.1.2.2.1 - Aquisição de Bens de Capital

(euros)

	Ano			
Rubricas	2016	2017	2018	
Terrenos		23.100,00	20.000,00	
Edifícios	27.484,77	923.378,07	846.786,91	
Instalações de Serviços	26.070,27	244.105,59	61.106,77	
Instalações Desportivas e Recreativas	0,00	17.225,00	0,00	
Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária	0,00	260.067,87	302.099,11	
Escolas	1.414,50	340.759,99	432.212,83	
Outros		61.219,62	51.368,20	
Construções Diversas	140.752,35	189.740,64	294.455,35	
Viadutos e Arruamentos	12.023,66	0,00	0,00	
Captação e Distribuição de Água	24.593,85	0,00	0,00	
Esgotos e Estações de Trat. de Águas Residuais	22.995,79		265.697,95	
Iluminação Pública	0,00	45.163,20	8.215,72	
Parques e Jardins				
Instalações Desportivas e Recreativas	78.186,52	124.441,60	1.649,44	
Viação Rural				
Sinalização e Trânsito	2.952,53	20.135,84	170,39	
Outros			18.721,85	
Material Transporte	24.395,90	145.417,86	301.855,26	
Recolha de Resíduos	4.280,40	0,00	0,00	
Outros	20.115,50	145.417,86	301.855,26	
Equipamento Informático	8.699,47	84.644,73	10.663,72	
Software Informático	21.287,38	135.916,47	21.269,80	
Equipamento Administrativo	574,68	64.230,84	15.689,61	
Equipamento Básico	31.619,46	266.619,20	259.007,85	
Ferramentas e Utensílios	2.883,12	2.999,04	3.357,76	
Artigos e Objetos Valor	59.466,76	39.737,50	0,00	
Investimentos Incorpóreos	35.547,00	45.391,92	24.373,68	
Locação Financeira	40.181,25	0,00	0,00	
Bens de Domínio Público - Edifícios Viadutos , Arruamentos e Obras Complementa-		309.530,70	99.386,50	
res Comitérios		245.149,26	99.386,50	
Cemitérios	222 222 44	64.381,44	4 000 040 44	
Total	392.892,14	2.230.706,97	1.896.846,44	

Quadro 12: Aquisição de Bens de Investimento

Engloba as despesas com aquisição de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando, em regra, um aumento do ativo.



29.1.2.2.2 - Transferências de Capital

Euros

		Anos	
Rubricas	2016	2017	2018
Administração Local	233.621,71	402.814,34	240.862,82
Freguesias	221.811,50	391.000,00	229.048,48
Associações de Municípios	11.810,21	11.814,34	11.814,34
Total	233.621,71	402.814,34	240.862,82

Quadro 13: Transferência de Capital

Nesta rubrica encontram-se previstas as comparticipações destinadas a financiar despesas de investimento de instituições e coletividades.

De referir que estas transferências são referentes a protocolos estabelecidos com as Freguesias e a amortização do empréstimo da CIMAL.

29.1.3 - Execução Financeira das Grandes Opções do Plano

29.1.3.1 - Grandes Opções do Plano

Passando agora a ilustrar a execução das Opções do Plano por função, começamos pela tabela que se segue e depois apresentamos um gráfico onde se pode ver a execução por classificação funcional

(euros)

Designação	Valor Pago em 2018
1 - Funções Gerais	1.502.236,34
2 - Funções Sociais	3.453.598,74
3 - Funções Económicas	1.216.581,26
4 - Outras Funções	1.723.983,13

Quadro 14: Valor pago por Função - Grandes Opções do Plano

Relatório e Contas 2018



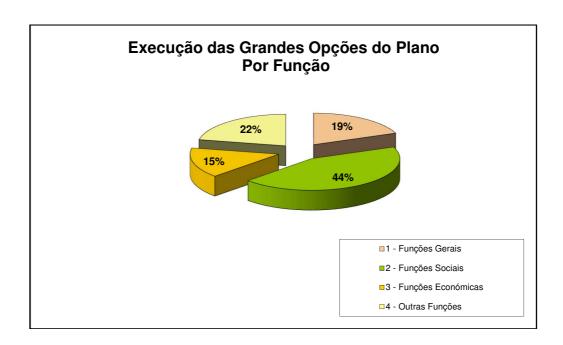


Gráfico 7: Execução das Grandes Opções do Plano

29.1.3.2 - Ações Mais Relevantes

A seguir ilustra-se essa execução através da classificação funcional, conforme se pode ver na tabela e gráfico seguinte:

(euros)

Designação	Valor Pago em 2018
1 - Funções Gerais	377.014,34
2 - Funções Sociais	2.476.059,72
3 - Funções Económicas	1.088.912,46
4 - Outras Funções	159.652,70

Quadro 15: Valor Pago por Função – Ações Mais Relevantes

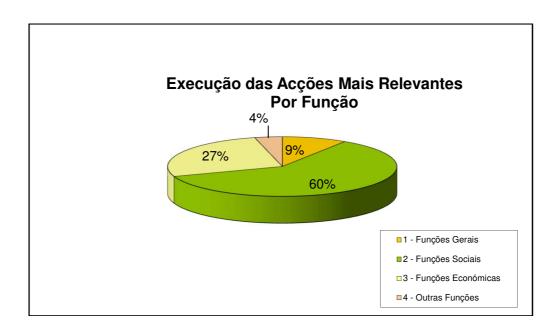


Gráfico 8: Execução das Ações Mais Relevantes

29.1.3.3 - Plano Plurianual de Investimentos

Ilustra-se de seguida, segundo a classificação funcional, o PPI, na tabela e gráfico que se seguem:

(euros)

Designação	Valor Pago em 2018
1 - Funções Gerais	1.125.222,00
2 - Funções Sociais	977.539,02
3 - Funções Económicas	127.668,80
4 - Outras Funções	1.564.330,43

Quadro16: Valor Pago por Função – Plano Plurianual de Investimentos



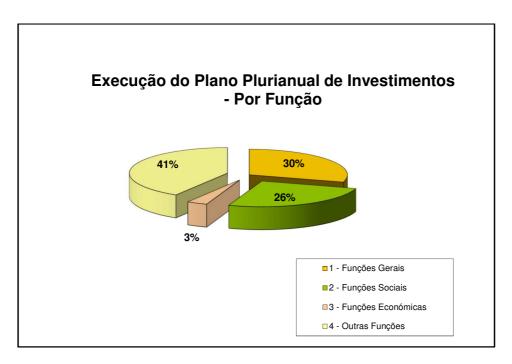


Gráfico 9: Execução do Plano Plurianual de Investimentos

29.2 - Análise Económico Financeira

29.2.1 - Análise Económica

Após a análise dos documentos contabilísticos podemos constatar que estes refletem, de uma forma transparente, toda a atividade desenvolvida pelo Município.

Em termos de estrutura dos Proveitos e Ganhos e Custos e Perdas, a decomposição é a seguinte:



29.2.1.1 - Análise dos Proveitos

Proveitos e Ganhos

(euros)

	Anos	
Rubricas	2017	2018
Vendas	268.397,27	457.947,95
Prestações de Serviços	352.718,81	349.315,07
Impostos e Taxas	2.170.006,01	1.841.587,53
Trabalhos para própria Entidade	142.900,12	118.937,64
Proveitos Suplementares		
Transferências e Subsídios Obtidos	7.199.465,37	7.288.148,12
Outros Proveitos Operacionais		
Proveitos e Ganhos Financeiros	391.029,57	399.280,20
Proveitos e Ganhos Extraordinários	110.763,08	165.880,41
Total	10.635.280,23	10.621.096,92

Quadro17: Proveitos e Ganhos

29.2.1.2 - Análise dos Custos

Custos e Perdas

(euros)

	And	Anos		
Rubricas	2017	2018		
Custo das Merc. Vendidas e Mat. Consumidas	437.308,64	377.678,61		
Fornecimento e Serviço Externos	3.083.340,21	2.532.443,27		
Custo com Pessoal	4.393.443,12	4.326.582,50		
Transf. E Subsídios Concedidos	798.109,71	654.062,16		
Amortizações do Exercício	1.002.895,33	1.076.641,20		
Outros Custos Operacionais	8.442,55	32.592,01		
Custos e Perdas Financeiras	23.103,14	27.260,80		
Custos e Perdas Extraordinárias	438.549,02	258.818,42		
Total	10.185.191,72	9.286.078,97		

Quadro18: Custos e Perdas

O quadro acima evidencia de uma forma geral o desempenho da atividade "corrente" da Autarquia.



29.2.1.3 - Análise dos Resultados

Ver demonstração de resultados página 8

29.2.3.3.1 - Resultado Líquido do Exercício

O Município de Ferreira do Alentejo, obteve um Resultado Líquido do Exercício de 1.335.017,95 €, tal facto resultou, segundo o Mapa de Demonstração de Resultados, do seguinte movimento:

Resultados Correntes = 1.427.995,96 €
Resultados Extraordinários = -92.938,01 €

RLE = 1.335.017,95 €

29.2.1.3.2 - Resultado Operacional

O resultado operacional é o resultado gerado pela entidade antes de considerados outros custos e proveitos não relacionados com a atividade principal da empresa. No ano de 2018 apresentaram um saldo de 1.055.936,56€

29.2.1.3.3 - Resultados Financeiros

Os resultados financeiros apresentam um saldo de 372.019,40 €.

29.2.1.3.4 - Resultados Extraordinários

Estes resultados apresentam um valor de - 92.938,01€



29.2.2 - Análise da Situação Financeira

29.2.2.1- Dívidas de Terceiros

(euros)

Rubricas	2017	2018
Empréstimos concedido	63.211,76	63.211,76
Clientes, Contribuintes e Utentes	311.545,86	339.399,48
Estado e Outros entes públicos	53.582,61	72.371,89
Administração Autárquica	1.549,45	1.549,45
Outros Devedores	2.332.369,43	1.801.222,88
Total	2.762.259,11	2.277.755,46

Quadro 19: Dívidas de Terceiros

29.2.2.2 - Dividas a Terceiros

(euros)

		(curos)
Rubricas	2017	2018
Empréstimos de médio e longo prazo	3.547.490,58	2.966.422,49
Fornecedores	63.310,24	142.574,18
Clientes e utentes c/ caução	153.177,54	149.198,51
Fornecedores imobilizado	298.858,83	96.043,58
Estado e outros entes públicos	76.759,24	71.077,69
Outros credores	158.706,09	138.322,44
Total	4.298.302,52	3.563.638,89

Quadro 20: Dívidas a Terceiros

Relatório e Contas 2018

MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO

Município de Ferreira do Alentejo

29.2.2.3 – Limite da dívida total

De acordo com o novo regime financeiro das Autarquias Locais e da Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os conceitos de endividamento municipal são alterados. O Município passou a estar sujeito a um limite para a divida total que engloba a totalidade dos empréstimos, incluindo os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta lei define no n.º 1 do artigo 52.º, que a divida total de operações orçamentais, incluindo as Entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar em 31 dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.



Limite da Dívida Total				
				€
Designação	Receita liquida cobrada 2015	Receita liquida cobrada 2016	Receita liquida cobrada 2017	Média dos 3 dos exercícios anteriores
01-Impostos diretos	1.221.316,48	1.789.513,50	1.945.117,60	1.651.982,53
02-Impostos Indiretos	36.108,76	15.823,67	12.974,12	21.635,52
04-Taxas Multas e outras Penalidades	210.243,39	188.252,15	200.610,00	199.701,85
05-Rendimentos Propriedade	384.146,31	387.163,70	390.501,78	387.270,60
06-Transferências Correntes	6.333.782,45	6.387.439,61	6.556.222,14	6.425.814,73
07-Venda de Bens e Serviços Correntes	573.384,78	589.837,42	581.580,07	581.600,76
08-Outras Receitas Correntes	25.780,86	12.974,84	5.953,32	14.903,01
Total da receita liquida cobrada	8.784.763,03	9.371.004,89	9.692.959,03	9.282.908,98
Dívida do Município				31-12-2018
Dividas a Terceiros				3.207.310,20
Dívida a Instituições de Crédito – Empréstimos	médio e longo prazo (n.º 2 do art.º 52.º	LFL)*		2.842.027,74
Locação Financeira (n.º 2 do art.º 52.º LFL)				0,00
Dívida terceiros de curto prazo (n.º 2 do art.º 52	^{2.º} LFL)			365.282,46
Entidades Relevantes para efeitos de l	imite da dívida total *			105.974,23
AMAGRA – (alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º)				181,47
AMBAAL – (alínea b) do n.º 1 do art.ª 54.º)				0,00
CIMBAL – (alínea b) do n.º 1 do art.ª 54.º)				105.303,23
ANMP – (alínea b) do n.º 1 do art.ª 54.º)				384,46
AMPV – (alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º)				105,07
ADEMO – (alínea b) do n.º 1 do art.ª 54.º)				0,00
Mobitral – (alínea c) do n.º 1 do art.º 54.º)				0,00
Conservatório Regional do Baixo Alentejo - (alín	ea b) do n.º 1 do art.º 54.º)			0,00
ESDIME – (alínea d) do n.º 1 do art.º 54.º				0,00
Total da dívida				3.313.284,43
A dívida total em 31/12/2018 < 1,5 vezes	a média da receita liquida cobrac	da nos três exercícios anteriore	S	
(1) 1,5 vezes a média da receita corren	te liquida cobrada nos três exerc	cícios anteriores		13.924.363,48
(2) Dívida Total em 31/12/2018				3.313.284,43
(3) Margem disponível =(1) – (2)			10.611.079,05	
* Valores a 31/12/2018				,
*Os valores referentes do FAM não incluidos				



29.2.2.5 - Rácios / Indicadores de Gestão

Para análise da situação financeira recorre-se ainda a um conjunto de instrumentos analíticos (indicadores/ rácios) os quais se revestem de extrema importância para a gestão. Assim, apresentam-se de seguida alguns indicadores de gestão municipal os quais têm por base o Balanço e a Demonstração de Resultados.

(euros)

Rubricas	2017	2018
Ativo		
Imobilizado líquido	28.777.282,34	29.430.525,35
Circulante	5.152.388,28	5.631.941,42
Acréscimos e diferimentos	625.863,93	370.440,43
Total	34.555.534,55	35.432.907,20
Fundos próprios e passivo		
Fundos próprios	21.972.202,22	23.418.374,56
Passivo	4.298.302,51	3.563.638,89
A médio e longo prazo	3.547.490,58	2.966.422,49
A curto prazo	750.811,93	597.216,40
Acréscimos e deferimentos	8.285.029,82	8.450.893,75
Total	34.555.534,55	35.432.907,20

Quadro 21: Balanço

Estudo da Liquidez

Os rácios de liquidez permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo. Os índices relacionados demonstram a existência de valores favoráveis, em consonância com o ano transato. Desta forma, salienta-se a possibilidade de satisfazer compromissos de curto prazo.

LIQUIDEZ GERAL - Este indicador refere, em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelo ativo circulante

LIQUIDEZ REDUZIDA - Este indicador refere, em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelo ativo líquido

LIQUIDEZ IMEDIATA - Este indicador de liquidez indica-nos, em que medida o passivo de curto prazo está coberto apenas pelo ativo monetário



Indicadores	2016	2017	2018
Liquidez geral (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,69	0,64	0,66
Liquidez reduzida (Ativo circulante-Existências)/Passivo circulante	0,59	0,56	0,58
Liquidez imediata (Depósito bancário+Caixa+Titulos negóciaveis) /Passivo circulante	0,32	0,22	0,22

Quadro 22: Evolução do Rácio de Liquidez

Estrutura Financeira

Pretende - se relacionar em que medida os capitais alheios financiam a atividade do município, confrontando-se com a totalidade dos Fundos Próprios e Passivo.

Este estudo demonstra a capacidade que o município tem de fazer face aos seus compromissos exclusivamente com fundos próprios

A leitura deste indicador em 2018, reflete a dependência do município perante os capitais alheios de 0,13.

Indicadores	2016	2017	2018
Estrutura financeira (Passivo médio e longo prazo/Fundos próprios)	0,16	0,16	0,13

Quadro 23: Evolução da Estrutura Financeira

Autonomia Financeira

Trata-se de um rácio fundamental na análise das finanças do município e traduz a capacidade de financiar o ativo, através dos capitais próprios, sem ter de recorrer a empréstimos.

Uma autonomia financeira acima dos 50%, significa uma grande solidez, o que traduz na maior capacidade de contrair empréstimos a médio e longo prazo, suportada pelos fundos próprios.



Indicadores	2016	2017	2018
Autonomia financeira (Fundos próprios/Activo total)	0,66	0,64	0,66

Quadro 24: Evolução da autonomia financeira

Solvabilidade

Avalia a capacidade do município, de saldar as responsabilidades assumidas a médio, longo e curto prazos. Este indicador evidencia o grau de independência em relação aos credores; quanto maior o seu valor, mais garantias terão os credores de receber o seu capital e maior poder de negociação terá o Município para contrair novos financiamentos. Estamos perante uma boa solvabilidade, quando o resultado do indicador for superior ou igual a 0.5, caso contrário estaremos perante uma Autarquia com uma elevada fragilidade económico-financeira.

Indicadores	2016	2017	2018
Solvabilidade total (capital próprio/capitais alheios)	1,91	1,75	1,95

Quadro 25: Evolução da Solvabilidade

Este indicador é de 0.5, o que traduz o grau de independência em relação aos credores.

Capacidade De Endividamento

Este rácio mede a capacidade de endividamento a médio e longo prazo.

Quando o seu valor é 0.5, significa que os capitais alheios são iguais aos capitais próprios, sendo este o limite à capacidade de endividamento a médio e longo prazo.



Indicadores	2016	2017	2018
Capacidade de Endividamento (Capitais Próprios/Capitais Permanentes)	0,86	0,86	0,89

Quadro 26: Capacidade de Endividamento

Endividamento

Permite apurar o grau que o Município utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade.

Indicadores	2016	2017	2018
Endividamento (Capitais alheios/Capitais Próprios+Capitais Alheios)	0,34	0,36	0,34

Quadro 27: Endividamento

Cobertura do Imobilizado

Representa o peso relativo dos capitais permanentes no financiamento do ativo fixo, ou seja, mede o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes.

Indicadores	2016	2017	2018
Cobertura de Imobilizado (Capitais Permanentes/Imobilizado Liquido)	0,95	0,92	0,92

Quadro 28: Cobertura do Imobilizado

Nota

Ativo Circulante = disponibilidades + aplicações financeiras de curto prazo + créditos de curto prazo + existências+acréscimos e diferimentos

Passivo Circulante = dividas a terceiros a curto prazo+acréscimos e diferimentos

Ativo liquido = disponibilidades + aplicações financeiras de curto prazo + créditos de curto prazo

Ativo Monetário = disponibilidades + aplicações financeiras de curto prazo

Capitais Alheios = dividas a terceiros a médio e longo prazo + dividas a terceiros a curto prazo

Capitais Permanentes = capitais próprios + dívidas a terceiros de médio e longo prazos

Imobilizado liquido (L) = bens de domínio público (L) + imobilizações incorpóreas (L) + imobilizações corpóreas (L)



29.3 – Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

De acordo com demonstrações financeiras do ano de 2018 o Resultado Líquido do Exercício do Município de Ferreira do Alentejo, foi positivo de 1.335.017,95 €, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

De acordo com os Resultados obtidos, o património perfaz em larga escala, os 20% obrigatórios do Ativo Líquido da Autarquia.

Desta forma, propõe-se a transferência do resultado líquido para resultados transitados, posteriormente a constituição de uma reserva legal de 5% nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 51-A/99 de 22 de fevereiro, no ponto 2.7.3 das considerações técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Resultados Transitados = 1.335.017,95€ Reservas Legais = 66.750,90€

29.4 - Factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício

Não existem acontecimentos a registar

Outros Documentos



30. Guias de Remessa



31. Ata da Reunião em que foi discutida e votada o Relatório e Contas





MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO

Câmara Municipal

Certidão

Albano Rocha Fialho, Chefe do Serviço Jurídico e Institucional da
Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, CERTIFICA que a Câmara
Municipal na sua reunião extraordinária realizada no dia 24 de abril de
2019, relativamente ao relatório e contas de 2018, deliberou por
unanimidade, o seguinte: "Após a prestação de todos os esclarecimentos,
o Senhor Presidente colocou a documentação à votação. Aprovado por
unanimidade e enviar à Assembleia Municipal"
Por ser verdade e fins convenientes, passei a presente certidão que
assino e autêntico com o selo branco em uso neste Município
Câmara Municipal de Ferreira do Alenteio. 24 de abril de 2019

O Chefe do Serviço Jurídico e Institucional,

Albano Rocha Fialho



CERTIDÃO

Albano Rocha Fialho, Chefe do Serviço Jurídico e Institucional da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo:

Certifica que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária do dia 29 de abril de 2019, relativamente ao Relatório e Contas de 2018, nos termos e para efeitos da alínea e) do nº2 do artigo 25º, e nº 2 do artigo 27º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da lei 73/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria (14 votos a favor e 3 abstenções), aprovar os documentos de prestação de contas do município de Ferreira do Alentejo.

Por ser verdade e fins convenientes, passei a presente certidão que assino e autêntico com o carimbo a óleo desta Assembleia Municipal.

Ferreira do Alentejo, 30 de abril de 2019.

O Chefe do Servico Jurídico e Institucional,

32. Normas de Controlo Interno





NORMAS DE CONTROLO INTERNO

Município de Ferreira do Alentejo Aprovado em reunião de Câmara Municipal de ____/ ___/2017 Data de entrada em vigor: 03/07/2017

Pag.189

	Reconstituição		
	Artigo 23°		
	Reposição	10)
	Artigo 24°	11	
	Cessação do cargo ou mobilidade do titular do FM	.11	
r ,	APÍTULO III – RECEITA		
	CÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS		
JL	Artigo 25°	11	
	Âmbito de aplicação.	1.1	l I
	Artigo 26°	. 1 1	
	Elegibilidade da receita		
	Artigo 27°		
	Formas de recebimento		
	Artigo 28°		
	Receção de valores por correio		
	Artigo 29°	. 1 3	2
	Cobrança e arrecadação da receita	.13	2
	Artigo 30°	.1.	3
	Postos de cobrança pelos serviços municipais externos	. 1.	3
	Artigo 31°		
	Devolução de cheques	. [7	4
	Artigo 32°	.14	4
	Inutilização de documentos comprovativos de arrecadação		
	Artigo 33°		
	Anulação de receita		
	Artigo 34°		
	Restituição da receita.	1	5
	Artigo 35°	1	5
	lsenções	1	5
	Artigo 36°	. 1	2
-	Controlo das dívidas de terceiros		
5	ECÇÃO II – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL		
	Artigo 37°		
	Instauração do processo	. !)
	Artigo 38°		
	Citação		
	Artigo 39°		
	Cobrança dentro do prazo		
	Artigo 40°	1	7
	Cobrança fora do prazo		
	Artigo 41°	1	7
	Procedimentos de controlo	1	7
C	APÍTULO IV – DESPESA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA	1	8
	ECÇÃO I – DESPESA		
	Artigo 42°		
	Princípios e Regras para a realização da despesa		
	Artigo 43°		
	Tipos de despesa e sua tramitação.		
	Artigo 44°		
	Conferência e registo da despesa		
	Artigo 45°		
	Desconformidades nos documentos dos fornecedores.	2	
	DESCORRORADIORIES DOS GOCERREDIOS GOS ROLUCCUOTES		- 1

Artigo 46°	21
Pagamento	21
Artigo 47°	22
Controlo das dividas a terceiros.	
Artigo 48°	
Regras de execução contabilística (mês de dezembro)	
SECÇÃO II – CONTRATAÇÃO PÚBLICA	
Artigo 49°	
Planeamento e Organização.	
Artigo 50°	
Garantias de concorrência	
Artigo 51°	
Ajuste direto simplificado.	
Artigo 52°	
Artigo 52 Aquisição de Bens e Serviços (exceto ajuste direto simplificado)	
Artigo 53°	
Empreitadas	
Artigo 54°	
₩	
Peças Procedimentais	
Artigo 55°	
Caução/ garantia	
Artigo 56°	
Elaboração de Contrato e Visto do Tribunal de Contas	
Artigo 57°	
Controlo de prazo contratual e receção de bens	
Artigo 58°	
Fornecimentos continuos	
SECÇÃO III – ENDIVIDAMENTO	
Artigo 59°	
Endividamento e regime de crédito	
Artigo 60°	
Provisões	
CAPITULO V – IMOBILIZADO	
SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	
Artigo 61°	
Âmbito da aplicação	
Artigo 62°	
Gestão e registo de bens imóveis	31
SECÇÃO II – PROCESSO DE INVENTÁRIO E CADASTRO	32
Artigo 63°	32
Regras gerais de inventariação	32
SECÇÃO III – SUPORTES DOCUMENTAIS	33
Artigo 64°	33
Fichas e mapas de inventário e outros elementos	33
SECÇÃO IV – COMPETÈNCIAS	34
Artigo 65°	
Competências gerais dos serviços	
SECÇÃO V – VALORIMETRIA. AMORTIZAÇÕES E GRANDES	
REPARAÇÕES	
Artigo 66°	
Critérios de valorimetria do imobilizado	35
Artigo 67°	35

Lista de Siglas e Abreviaturas

AM -Assembleia Municipal

AMR -Atividades mais relevantes

BT- Balanço à tesouraria

CCP -Código dos Contratos Públicos

CIBE -Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

CIVA -Código do IVA

CM -Câmara Municipal

CPA- Código do Procedimento Administrativo

CPV -Vocabulário Comum de Contratos Públicos - Regulamento (CE), n.º 213/2008 da

Comissão, de 28 de novembro de 2007

CPPT -Código do Processo e do Procedimento Tributário

DAM-Divisão Administração Municipal

DL- Decreto-Lei

DT-Divisão Técnica

FM- Fundo de maneio

GOP - Grandes Opções do Plano

LCPA-Lei dos compromissos e pagamentos em atraso (aprovada pela Lei n.º 8/2012,

LCPA 21/fev. e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, 21/jun

LEO -Lei de Enquadramento Orçamental

LFL-Lei das Finanças Locais

LOE -Lei do Orçamento de Estado

NCI -Norma de Controlo Interno

PC- Presidente da Câmara

POCAL -Plano oficial de contabilidade das autarquias locais (Decreto-lei n.º 54-A/99,

22/fevereiro, na sua redação atual)

PPI- Plano Plurianual de Investimento

SABS- Secção de Aquisição de Bens e Serviços

SCI -Sistema de Controlo Interno

SI-Serviço de Informática

GSE- Sistema de Gestão Documental

SP-Serviço de Património

SRH- Secção de Recursos Humanos

UO- Unidade Orgânica

TC- Tribunal de Contas

Índice

NORMAS DE CONTROLO INTERNO	
Preâmbulo	
CAPÍTULO I -DISPOSIÇÕES GERAIS	
Artigo 1°	
Objeto	
Artigo 2 °	3
Âmbito de aplicação	3
Artigo 3°	3
Desenvolvimento, acompanhamento e avaliação	1.3
Artigo 4°	
Funções de controlo	
Artigo 5°	
Objetivos	
CAPÍTULO II-DISPONIBILIDADES	
Secção I -TESOURARIA	
Artigo 6°	
Numerario existente em caixa	
Artigo 7°	
Valores em caixa	
Artigo 8°	
Responsabilidade e dependência do responsável pela tesouraria	
Artigo 9°	
Conferência diária	
Artigo 10°	
Balanço à Tesouraria	
SECÇÃO II – INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	
Artigo II°	7
Abertura de contas bancárias.	
Artigo 12°	
Emissão e guarda de cheques	
Artigo 13°	
Cartões de débito	
Artigo 14°	
Investimentos financeiros temporários	8
Artigo 15°	
Natureza do risco.	8
Artigo 16°	8
Reconciliação Bancária	
SECÇÃO III – FUNDO DE MANEIO	
Artigo 17°	
Fundos de Maneio	
Artigo 18°	
Constituição.	
Artigo 19°	
Entrega do FM	
Artigo 20°	
Guarda do FM	
Artigo 21°	
Utilização	
Artigo 22°	I (

	Amortizações e reintegrações	
	Artigo 68°	36
	Grandes reparações e conservações	36
	SECÇÃO VI – ALIENAÇÃO. ABATE. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA	36
	Artigo 69°	36
	Alienação	36
	Artigo 70°	36
	Abate	36
	Artigo 71°	37
	Cessão	37
	Artigo 72°	37
	Afetação e transferência	37
	Artigo 73°	37
	Furtos, roubos e incêndios	37
	Artigo 74°	38
	Extravios	38
	SECÇÃO VII – SEGUROS	38
	Artigo 75°	38
	Seguros	
C	APÍTULO VI – CONTABILIDADE DE CUSTOS	39
	Artigo 76°	
	Objetivos da contabilidade de custos	
	Artigo 77°	
	Âmbito	
	Artigo 78°	
	Tipos de Custos	
	Artigo 79°	
	Valorimetria	
	Artigo 80°	
	Métodos de Imputação	
	Artigo 81°	
	Imputação dos Custos Indiretos	
	Artigo 82°	
	Documentos	
	Artigo 83°	
	Procedimentos mão-de-obra direta	
	Artigo 84°	41
	Procedimentos Máquinas e Viaturas	
	Artigo 85°	42
	Procedimentos Materiais	
	Artigo 86°	د4
	Procedimentos recursos humanos	
	Artigo 87°	
_	Trabalhos para o próprio município	د445
C.	APÍTULO VII – OUTRAS DISPOSIÇÕES DE CONTROLO INTERNO	د4
	SECÇÃO I -INVESTIMENTOS FINANCEIROS TEMPORÁRIOS	
	Artigo 88°	
	Definição	
	Artigo 89°	
	Natureza do risco	
	Artigo 90°	44 44
	Realização	44

	SECÇÃO II – DOCUMENTOS OFICIAIS	44
	Artigo 91°	44
	Tipos de documentos oficiais	44
	Artigo 92°	.45
	Organização dos documentos.	.45
	Artigo 93°	.46
	Despachos e autorizações	.46
	Artigo 94°	.47
	Tramitação e circulação de processos em suporte não eletrónico	.47
	Artigo 95°	
	Organização dos documentos	
	Artigo 96°	.47
	Receção de correspondência	
	SECÇÃO III -SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	.48
	Artigo 97°	.48
	Disposições gerais	.48
	Artigo 98°	
	Controlo das aplicações e ambientes informáticos	
	Artigo 99°	
	Segurança	
	Artigo 100°	
	Utilização de Software	
	Artigo 101°	
	Utilização de Hardware	
	Artigo 102°	
	Utilização de E-mail	
	Artigo 103°	
	Cuidados especiais na utilização dos computadores e da rede	.51
C.	APÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	
	Artigo 104°	
	Infrações	
	Artigo 105°	
	Dúvidas e omissões	
	Artigo 106°	
	Alterações	
	Artigo 107°	
	Norma revogatória	
	Artigo 108°	
	Entrada em vigor.	53

NORMAS DE CONTROLO INTERNO

Preâmbulo

O POCAL – Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, visa criar as condições para uma integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna que se paute pela fiabilidade e credibilidade dos registos, constituindo assim um instrumento fundamental de apoio à gestão das Autarquias Locais.

Conforme definido no ponto 2.9.1 do POCAL, o Sistema de Controlo Interno a adotar pelo município, deverá englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, que contribuam para assegurar a realização dos objetivos definidos, a responsabilização dos intervenientes na organização e gestão do município, bem como o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos e a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro.

Este sistema deve garantir, pois, a integridade e a fiabilidade da informação financeira apresentada, assim como a veracidade dos seus números e indicadores, assente nos seguintes princípios básicos:

- a) Segregação de funções;
- b) Controlo das operações;
- c) Definição de responsabilidades;
- d) Metódico de registo dos factos.

Neste contexto, considerando que:

- 1. O Sistema de Controlo Interno da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, datado de 05/01/2000, se encontra desatualizado face a legislação mais recente, bem como desajustado relativamente à estrutura orgânica atual do município;
- 2. O atual Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 6 de setembro) veio introduzir novas regras relativamente ao cálculo e controlo da dívida e aos procedimentos quanto a matérias relacionadas com as finanças locais;
- 3. A Lei n.º8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso regulamentada pelo Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho) constituiu uma importante alteração quanto à assunção de novos compromissos, estabelecendo regras para o efeito:
- 4. As crescentes preocupações inerentes à gestão, numa ótica de eficácia e eficiência das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, exige um conhecimento integral e exato da composição do património autárquico e do contributo deste para o desenvolvimento das comunidades locais;

Elaborou-se o presente documento, em estreita articulação com as normas de execução orçamental previstas no Orçamento aprovado no município de Ferreira do Alentejo e nos termos das regras gerais constantes do referido ponto 2.9 do POCAL, que consubstancia um instrumento de regulação do Sistema de Controlo Interno do município, com vista à agilização dos procedimentos internos, no cumprimento dos princípios da legalidade e da transparência da ação administrativa.

Assim, nos termos da alínea i), do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete ao órgão executivo aprovar e manter em funcionamento a NCI — Norma de Controlo Interno do município de Ferreira do Alentejo.

CAPÍTULO I -DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objeto

1. A NCI reveste a forma de regulamento municipal e tem por objeto estabelecer um conjunto de procedimentos de controlo interno para o município de Ferreira do Alentejo que constituem o sistema de controlo interno.

Artigo 2º

Âmbito de aplicação

1. A NCI aplica-se a todos os serviços do município, abrangidos pelos procedimentos constantes do presente documento e vincula todos os eleitos, dirigentes, trabalhadores e demais colaboradores do município de Ferreira do Alentejo.

Artigo 3º

Desenvolvimento, acompanhamento e avaliação

- 1. Compete à CM aprovar, manter em funcionamento, acompanhar e melhorar o sistema de controlo interno, através da sua avaliação permanente.
- 2. Compete à CM, bem como ao pessoal dirigente dentro de cada unidade orgânica, zelar pelo cumprimento dos procedimentos constantes da presente NCI.
- 3. Compete à DAM recolher todas as sugestões, propostas e contributos provenientes das restantes unidades orgânicas tendo em vista a avaliação, revisão e permanente adequação da NCI, na ótica da otimização da função de controlo interno para melhorar a eficácia, a eficiência e a economia da gestão municipal.
- 4. Os contributos sustentarão a proposta de revisão e atualização da NCI que a DAM remeterá à apreciação do PC, de dois em dois anos, se justificável, a fim de ser submetida à decisão da CM.

Artigo 4°

Funções de controlo

1. Os elementos fundamentais do sistema de controlo interno incidem sobre a definição de funções e responsabilidades funcionais, a adequada segregação de funções, o controlo das operações, a numeração sequencial tipográfica ou informática de todos os documentos e a revisão e supervisão de gestão.

Pág. 3 de 54

- 2. Na definição das funções de controlo e na nomeação dos respetivos responsáveis deve atender-se:
- a) À identificação das responsabilidades funcionais;
- b) Aos circuitos obrigatórios dos documentos;
- c) Ao cumprimento dos princípios da segregação das funções, de acordo com as normas legais e os princípios de gestão, nomeadamente para salvaguardar a separação entre o controlo físico e o processamento dos correspondentes registos.
- 3. A CM deve remeter à Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas cópia da NCI, bem como de todas as suas alterações, no prazo de 30 días após a sua aprovação

Artigo 5° Objetivos

- 1. A NCI visa os seguintes objetivos:
- a) Salvaguardar a legalidade e regularidade no sistema contabilístico, mormente no que respeita à elaboração, execução e modificação dos documentos previsionais e à elaboração das demonstrações financeiras;
- b) Dar cumprimento às deliberações dos órgãos e às decisões dos respetivos titulares;
- c) Garantir a salvaguarda do património;
- d) Aumentar a eficiência nas operações;

CAPÍTULO II-DISPONIBILIDADES

Secção I -TESOURARIA

Artigo 6º

Numerário existente em caixa

- 1. A importância em numerário existente em caixa deve adequar-se ao indispensável. para suprir as necessidades diárias do município, respeitando um mínimo de 100 €(cem euros) euros e um máximo de 500 € (quinhentos euros).
- 2. Sempre que no final do dia se apure um montante superior ao limite atrás referido, o mesmo deverá ser depositado em contas bancárias tituladas pelo município no dia útil seguinte.
- 3. Compete ao responsável da tesouraria, ou seu substituto, assegurar o depósito diário em instituição bancária.

- 4. Os cheques serão depositados no próprio dia ou caso isso não seja possível, no dia seguinte ao da sua receção.
- 5. Em termos de pagamentos, o município dá preferência às transferências bancárias por via eletrónica.
- 6. Os pagamentos em numerário não podem exceder os € 500,00 € (quinhentos euros) por contribuinte, salvo casos excecionais devidamente fundamentados.

Artigo 7º

Valores em caixa

- 1. Em caixa, na tesouraria, podem existir os seguintes meios de pagamento na moeda nacional:
- a) Notas;
- b) Moedas metálicas;
- c) Cheques;
- d) Vales postais.
- 2. É proibida a existência em caixa na tesouraria de:
- a) Cheques pré-datados;
- b) Cheques sacados por terceiros e devolvidos pelas instituições bancárias;

Artigo 8°

Responsabilidade e dependência do responsável pela tesouraria

- 1. O responsável pela tesouraria é responsável pelos fundos, montantes e documentos à sua quarda.
- 2. O responsável pela tesouraria responde diretamente pelas importâncias que lhe são confiadas.
- 3. Os demais trabalhadores em serviço na tesouraria respondem perante o respetivo responsável pela tesouraria pelos seus atos e omissões, que se traduzam em situações de alcance, qualquer que seja a sua natureza.
- 4. A responsabilidade por situações de alcance não é imputável ao responsável pela tesouraria, exceto se, no desempenho das suas funções de gestão, controlo e apuramento de importâncias, houver procedido com dolo.
- 5. Sempre que no âmbito de ações inspetivas se realize a contagem dos montantes sob responsabilidade do responsável pela tesouraria, o PC, mediante requisição do inspetor ou do inquiridor, deve dar instruções às instituições de crédito para que forneçam

diretamente àqueles todos os elementos de que necessitem para o exercício das suas funções.

Artigo 9º

Conferência diária

- 1. Diariamente o responsável pela tesouraria confere os movimentos de entradas e saídas de caixa.
- 2. É, ainda, efetuada a conferência do total de disponibilidades na Tesouraria e os movimentos de débito e crédito de documentos. Esta conferência é efetuada através da folha de caixa, resumo de tesouraria e movimentos das contas de ordem.

Artigo 10°

Balanço à Tesouraria

- 1. O balanço à tesouraria (BT) é um dos métodos e procedimentos de controlo que visa a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, a fraude e/ou erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos.
- 2. O BT deverá ser feito por dois trabalhadores do serviço de contabilidade, sem aviso prévio, nas seguintes situações:
- a) Periodicamente, em dia a fixar pelo dirigente da DAM, aleatoriamente e sem aviso prévio;
- b) Encerramento das contas em cada exercício económico;
- c) No final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que o substituiu (em caso de dissolução);
- d) Em caso de substituição do responsável pela tesouraria.
- 3. São lavrados termos da contagem dos fundos, montantes e documentos sob a responsabilidade do tesoureiro e assinados pelos seus intervenientes. No final e no início do mandato do órgão executivo, os termos de contagem devem também ser obrigatoriamente assinados pelo PC, pelo dirigente da DAM e pelo responsável pela tesouraria
- 4. Em caso de substituição do responsável pela tesouraria, os termos de contagem deverão ser assinados igualmente pelo responsável pela tesouraria cessante.

SECÇÃO II - INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Artigo 11°

Abertura de contas bancárias

- 1. Compete à CM, sob proposta do PC, decidir sobre a abertura de contas bancárias, devendo as mesmas ser tituladas pelo município de Ferreira do Alentejo, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do POCAL.
- 2. A movimentação das contas bancárias tituladas pela autarquia é feita, simultaneamente, pelo responsável pela tesouraria (ou seu substituto) e pelo PC (ou seu substituto legal, nas ausências e impedimentos).

Artigo 12°

Emissão e guarda de cheques

- 1. Os cheques são emitidos na tesouraria e apensos à respetiva ordem de pagamento,
- 2. Os cheques não preenchidos estão à guarda da Tesouraria.
- 3. Os cheques que venham a ser anulados, após a sua emissão, são arquivados sequencialmente na Tesouraria, após inutilização das assinaturas, quando as houver.
- 4. Findo o período de validade dos cheques em trânsito, (seis meses contados a partir da data de emissão) o responsável pela tesouraria deve proceder ao respetivo cancelamento junto da instituição bancária, comunicando o facto à contabilidade para efeitos da consequente regularização contabilística.
- 5. É vedada a assinatura de cheques em branco.
- 6. Os cheques devem ser assinados na presença dos documentos que os suportam, devendo ser conferidos, nomeadamente quanto ao valor inscrito e ao seu destinatário.

Artigo 13°

Cartões de débito

- 1. Compete à CM aprovar a adoção de cartões de débito como meio de pagamento, devendo o referido cartão estar associado a uma conta bancária titulada pelo município.
- 2. As despesas pagas com cartões de débito devem respeitar as disposições legais e contabilísticas previstas no POCAL e na LCPA, pelo que se deve proceder à cabimentação do montante total da despesa até à qual é autorizada a utilização dos

referidos cartões.

Artigo 14°

Investimentos financeiros temporários

- 1. Investimento financeiro é um ativo destinado a obter proveitos municipais.
- 2. Investimento financeiro temporário é aquele que pode ser rapidamente realizável, normalmente com duração inferior a um ano.
- 3. Estes investimentos integram a classe 1 disponibilidades, e estão sujeitos aos seus critérios de valorimetria.
- 4. Sempre que se verifique liquidez temporária, numa ótica de boa gestão dos ativos municipais pode proceder-se a aplicações financeiras, consultando várias instituições de crédito, atenta a relação custo/benefício da operação.
- 5. Em caso de renovação poderá ser consultada apenas a entidade junto da qual se encontra feita a operação.
- 6. É responsável pelo processo negocial o PC ou quem este designar, devendo nesse caso ser-lhe dado conhecimento de cada fase do processo.

Artigo 15°

Natureza do risco

1. Não é permitida a realização de investimentos financeiros de risco, devendo tal menção constar das propostas das instituições consultadas.

Artigo 16°

Reconciliação Bancária

- 1. A tesouraria deve manter permanentemente atualizadas as contas correntes referentes a todas as instituições bancárias onde se encontrem contas do município.
- 2. O serviço de contabilidade deve efetuar uma reconciliação bancária na 2.ª semana de cada mês, relativamente ao mês anterior, através de um trabalhador, designado para o efeito pelo respetivo dirigente, que não tenha acesso à movimentação das respetivas contas correntes.
- 3. Quando se verifiquem diferenças nas reconciliações bancárias, por período superior a 30 dias, estas são averiguadas, prontamente regularizadas e comunicadas ao dirigente.
- 4. Os movimentos passíveis de regularização devem ser devidamente discriminados, devendo o trabalhador responsável pela reconciliação colocar na parte da

- "Observação/Justificação" do resumo da reconciliação bancária, o tipo, número de documento e a data em que procedeu à correção.
- 5. Concluídas mensalmente, as reconciliações bancárias são visadas pelo dirigente da DAM, e arquivadas sequencialmente, numa pasta por instituição bancária.

SECÇÃO III - FUNDO DE MANEIO

Artigo 17°

Fundos de Maneio

- 1. Os FM são pequenas quantias de dinheiro atribuídas a eleitos, dirigentes ou trabalhadores para fazer face a pequenas despesas urgentes e inadiáveis, devendo ser criados apenas os necessários.
- 2. Os FM caracterizam-se por serem:
- a) Pessoais e intransmissíveis;
- b) Anuais;
- c) Individuais, estando cada fundo afeto a uma determinada classificação orçamental.

Artigo 18°

Constituição

- 1. A aprovação e constituição dos FM é da competência da CM, sob proposta do PC, que deve conter os seguintes elementos:
- a) Nome e categoria do titular;
- b) Montante máximo disponível por mês e a respetiva classificação orçamental.
- 2. A contabilidade elabora uma proposta de cabimento para cada FM com o valor anual (12 vezes o referido na alínea b) do número anterior), devendo assegurar o cumprimento do definido na LCPA.
- 3. A contabilidade deve criar para cada FM uma conta de caixa (11.8.X..) e o respetivo tipo de pagamento.

Artigo 19°

Entrega do FM

- 1. Após a aprovação dos FM pela CM, estes são colocados à disposição dos titulares que, no ato da entrega, assinam um documento comprovativo.
- 2. A entrega pode ser em numerário ou por transferência bancária, mediante acordo entre

Pág. 9 de 54

o titular e o responsável pela tesouraria.

Artigo 20°

Guarda do FM

- 1. Os titulares do FM são responsáveis pela guarda das verbas a eles entregues.
- 2. A guarda do FM depende da vontade dos seus titulares. Em caso de opção por conta bancária, esta terá que ser aberta em nome do titular, destinada exclusivamente ao FM e da sua exclusiva responsabilidade.
- 3. É da responsabilidade dos trabalhadores que detêm o FM procederem a todas as diligências quando se verifiquem situações de diferença no fundo, assegurando a reposição de valores em falta.

Artigo 21°

Utilização

- 1. O FM só pode ser utilizado para fazer face a pequenas despesas urgentes e inadiáveis, cuja natureza corresponda à classificação orçamental que lhe está associada, de acordo com o Classificador Económico das Receitas e Despesas das Autarquias Locais, em vigor.
- 2. Não podem ser adquiridos, por esta via, quaisquer bens suscetíveis de inventariação.
- 3. Em caso de incumprimento do estabelecido nos números anteriores, os titulares do FM são solidariamente responsáveis pela despesa.

Artigo 22°

Reconstituição

1. A reconstituição do FM é feita no final de cada mês através da entrega, na contabilidade, dos documentos justificativos da despesa, emitidos em nome do município, de acordo com as normas legais do CIVA.

Artigo 23°

Reposição

1. A reposição do FM é feita até ao dia 20 do mês de dezembro do ano a que respeita, de

Pág. 10 de 54

acordo com os procedimentos definidos para a reconstituição.

- A contabilidade deverá estornar o montante da proposta de cabimento não utilizado, com base em informação por escrito por parte do titular do FM.
- 3. A Tesouraria deve saldar as contas de caixa.

Artigo 24°

Cessação do cargo ou mobilidade do titular do FM

1. Em caso de cessação de funções ou de mobilidade do titular do FM, e independentemente do respetivo fundamento, deverá ser dado cumprimento à reposição.

CAPÍTULO III - RECEITA

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 25°

Ambito de aplicação

1. As normas seguintes definem os procedimentos de liquidação, notificação, cobrança voluntária e arrecadação da receita, bem como o procedimento referente à transferência para cobrança contenciosa e coerciva.

Artigo 26°

Elegibilidade da receita

1. Nenhuma receita pode ser liquidada, arrecadada e cobrada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada podendo, no entanto, ser cobrada para além dos valores inscritos no orçamento.

Artigo 27°

Formas de recebimento

- 1. As formas de arrecadação da receita podem ser: numerário, cheque, terminal de pagamento automático, transferência bancária, vale postal ou outro meio legal disponibilizado para o efeito.
- 2. Os cheques aceites têm de ser emitidos à ordem do município de Ferreira do Alentejo e

de montante igual ao valor a pagar. A data de emissão deve coincidir com a data da sua entrega.

- 3. Caso o pagamento seja efetuado por cheque não pertencente ao titular, deve ser colocado no verso o número do documento que lhe corresponde, bem como o contacto telefónico da entidade pagadora.
- 4. O pagamento por transferência bancária é considerado excecional e deverá ser solicitado por escrito ao município (que, para o efeito, disponibiliza o NIB ou IBAN), podendo a sua autorização ser dada pelo dirigente da DAM.

Artigo 28°

Receção de valores por correio

1. O serviço que rececione qualquer valor monetário por correio, deve entregar no próprio dia, na tesouraria simultaneamente, os documentos identificativos da receita deverão ser remetidos ao serviço responsável pela emissão da respetiva guia de recebimento.

Artigo 29°

Cobrança e arrecadação da receita

- 1. Compete à tesouraria proceder à arrecadação das receitas municipais mediante os documentos emitidos (guia de recebimento ou fatura) pelos serviços emissores de receita,
- 2. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.
- 3. A entrega de receita na tesouraria deverá ser acompanhada de resumo de cobrança ao qual terão de ser anexados, para conferência, os talões ou recibos que lhe deram origem bem como os comprovativos do depósito.
- 4. É proibida a arrecadação de quaisquer receitas municipais sem o registo da respetiva liquidação, sob pena de responsabilidade disciplinar.
- 5. Os serviços emissores de receita têm acesso à aplicação POCAL para emissão dos documentos de receita.
- 6 O Responsável pela Tesouraria confere, diariamente, o total dos valores recebidos com o somatório dos documentos cobrados. Para tal, deverá confirmar o duplicado das guias de recebimento rececionadas com valores recebidos e com a numeração sequencial das

mesmas para verificar se existem guias de recebimento que não foram recebidas.

- 7. Os recebimentos provenientes de operações de tesouraria deverão ser depositados numa conta própria e específica para o efeito, evidenciando diariamente de uma forma clara e inequívoca no balancete o valor total retido.
- 8. No final de cada dia o responsável pela tesouraria deve extrair da aplicação POCAL a folha de caixa e o resumo diário de tesouraria e assiná-los no campo destinado para o efeito.

Estes documentos devem ser arquivados depois de assinados pelo PC e dirigente da DAM

- 9. Todo e qualquer valor monetário creditado em contas bancárias do município, cuja proveniência não tenha sido possível identificar até ao final do ano económico seguinte, é liquidado e cobrado como receita municipal, mediante autorização do PC.
- 10. Os serviços emissores de receita serão aprovados pelo PC

Artigo 30°

Postos de cobrança pelos serviços municipais externos

- 1. Haverá postos de cobrança nos locais em que se considere útil para os utentes e justificável na ótica do interesse municipal.
- 2. Quando se trate de serviços externos ao edificio onde está sediada a tesouraria municipal, que disponham do módulo de faturação diversa, a entrega dos valores arrecadados far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança.
- 3. A entrega de receita na tesouraria é obrigatoriamente acompanhada de guia de recebimento, emitida na contabilidade, que soma o valor total das faturas emitidas no dia anterior.
- 4. A responsabilidade por situações de alcance é imputável aos trabalhadores que procedem à cobrança da receita, se concluir terem procedido com dolo. devendo o responsável pela tesouraria , no desempenho das suas funções, proceder ao controlo e apuramento das importâncias entregues.
- 5. A responsabilidade por situações de alcance é imputável ao responsável pela tesouraria, quando, no desempenho das suas funções de gestão, controlo e apuramento de importâncias, se concluir ter procedido com dolo.
- 6. Os postos de cobrança externos serão aprovados pelo PC.

Artigo 31°

Devolução de cheques

- 1. Caso se verifique a devolução de cheques por parte das instituições bancárias, por falta de provisão ou outro motivo, o responsável pela tesouraria deve informar, por escrito, tal facto ao seu superior hierárquico e dar conhecimento ao responsável pelo serviço emissor da receita que, sendo caso disso, deverá proceder de acordo com as regras previstas no DL n.º 454/91, de 28 de dezembro, com a redação dada pela Lei n.º 48/2005, de 29 de agosto (Regime jurídico dos cheques sem provisão).
- 2. Devem os serviços tomar as medidas necessárias para que o município seja ressarcido, pelo emissor do cheque, de todas as despesas bancárias inerentes à devolução.

Artigo 32°

Inutilização de documentos comprovativos de arrecadação

- 1. As guias de receita podem ser inutilizadas, em situações de erro devidamente identificado e justificado.
- 2.Os estornos de guias de receita devem ser efetuados mediante informação do serviço que solicita o estorno no dia em que se verifique a sua ocorrência, fundamentando e justificando as razões do mesmo.
- 3. Atendendo ao princípio da segregação das funções, não podem os serviços emissores anular as guias de recebimento que emitem.

Artigo 33°

Anulação de receita

- 1. A anulação de determinada receita é da competência da CM, sob proposta do PC, assente em informação devidamente fundamentada, de facto e de direito, pelo serviço responsável pela proposta de anulação.
- 2. A guia de anulação da receita é emitida e conferida na DAM- SF por trabalhador a designar pelo respetivo dirigente, sendo verificada por trabalhador que apure as provisões e arguivada na contabilidade.

Artigo 34°

Restituição da receita

- 1. A restituição consiste na obrigação de reembolsar ou restituir um determinado montante, recebido indevidamente.
- 2. As restituições de receitas devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada pelo serviço, e autorizada superiormente pelo PC, sendo que :
- a) Restituições do próprio ano são efetuadas através de processo de receita com emissão de RAR (Reposição Abatida à Receita) com reflexos no Controlo Orçamental da receita:
- b) Restituições de anos anteriores são efetuadas através de processo de despesa com emissão de OP (Ordem de Pagamento) com reflexos no Controlo Orçamental da Despesa;

Artigo 35°

Isenções

1. Os atos administrativos relativos a isenções, sempre que tal seja possível, devem contemplar o cálculo da respetiva isenção, do qual deve ser dado conhecimento ao serviço de contabilidade, a fim de se proceder ao respetivo registo contabilistico.

Artigo 36°

Controlo das dívidas de terceiros

- 1. A contabilidade efetua periodicamente a conciliação e reconciliação dos saldos das contas correntes a clientes, utentes e contribuintes.
- 2. Sempre que a conciliação e reconciliação referida no número anterior se efetue apenas uma vez por ano, a data deve coincidir com o encerramento do ano económico.

SECÇÃO II – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL

Artigo 37°

instauração do processo

- 1. O procedimento a adotar em caso de incumprimento do pagamento e cobrança contenciosa/coerciva é da responsabilidade de quem o PC vier a designar para o efeito.
- 2. A execução fiscal é o modo de ressarcimento coercivo de obrigações pecuniárias.

Pág. 15 de 54

- 3. Findo o prazo de pagamento voluntário, nos termos do Código do Processo e do Procedimento Tributário (CPPT), é extraída uma certidão de dívida, por cada devedor.
- 4. A certidão de dívida é o documento que serve de base à instauração do processo de execução fiscal, devendo conter os elementos definidos no artigo 88.º do CPPT.
- 5. Para efeitos da instauração do processo de execução fiscal é imprescindível a existência de dados identificativos da entidade devedora, totalmente corretos, bem como a existência de relação contratual, se for caso disso.

Artigo 38° Citação

- 1. A citação é o ato destinado a dar conhecimento ao executado de que foi proposto contra ele determinada execução.
- 2. O serviço competente na área das execuções fiscais emite e envia o aviso de citação.
- 3. O aviso de citação contém, nos termos da lei, o prazo para pagamento da dívida, com informação de que a mesma é acrescida dos juros de mora e custas, calculados a partir da data da emissão da citação.
- 4. O aviso de citação refere, ainda, que o executado pode:
- a) Apresentar oposição escrita;
- b) Requerer o pagamento em prestações;
- c) Requerer a dação em pagamento.

Artigo 39°

Cobrança dentro do prazo

1. Sendo a cobrança efetuada dentro do prazo estipulado no aviso de citação, os procedimentos para pagamento da dívida desenvolvem-se nos termos do previsto na presente NCI, devendo o responsável pela tesouraria cobrar os respetivos juros de mora e custas do processo executivo, e fazer a anotação da cobrança na respetiva guia de débito, entregando-se o original ao contribuinte, remetendo-se o duplicado à contabilidade.

Artigo 40°

Cobrança fora do prazo

1. Decorrido o prazo legal, sem que se verifique o pagamento da dívida, e não exista, nos termos da lei, fundamento para suspender a execução da dívida, o processo prossegue a sua tramitação legal, designadamente, seguindo para penhora de salários, contas bancárias e demais diligências previstas no CPPT.

Artigo 41°

Procedimentos de controlo

- 1. O serviço responsável pelas execuções fiscais remete ao dirigente da DAM, a relação de devedores, emitida pela aplicação das execuções fiscais, na qual consta a identificação dos devedores.
- 2. Para efeitos de controlo do período do processo de execução fiscal, deve constar na relação de devedores mencionada no número anterior, a data limite da cobrança voluntária, data da instauração de processo e do seu término.
- 3. O pagamento resultante dos processos de execução fiscal é efetuado pelos devedores diretamente na tesouraria.
- 4. A tesouraria, após cobrança através de guia de recebimento, disponibiliza:
- a) O original para o contribuinte;
- b) O duplicado para a tesouraria.
- 5. A tesouraria emite diariamente listagens do diário de tesouraria e do resumo diário de tesouraria, enviando-os para o serviço responsável pela contabilidade, com os conhecimentos pagos e com as respetivas guias de recebimento.
- 6. As listagens enviadas para o serviço responsável pela contabilidade devem fazer menção às cobranças realizadas a clientes, utentes e contribuintes em litígio, para que esta possa proceder à regularização do saldo em cobranças duvidosas, ou da provisão que entretanto tenha vindo a ser constituída.

CAPÍTULO IV – DESPESA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA SECÇÃO I – DESPESA

Artigo 42°

Principios e Regras para a realização da despesa

- 1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitadas as regras e os princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e ainda nas normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. nas suas redações atuais.
- 2. O Orçamento prevê as despesas a realizar com vista à concretização dos objetivos definidos no âmbito das atribuições da CM, obedecendo aos requisitos da legislação em vigor.
- 3. A execução orçamental respeita os princípios e regras fixadas na legislação aplicável. nomeadamente nas áreas do planeamento, da contratação pública e da boa gestão financeira, nos seguintes termos:
- a) Em conformidade com o princípio do planeamento, as despesas apenas podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso; e no caso de investimentos se estiverem inscritos no orçamento e PPI.
- b) De acordo com o princípio da boa gestão financeira, as dotações orçamentais devem ser utilizadas segundo os princípios da economia, da eficiência e da eficácia;
- c) O princípio da economia determina que os meios utilizados pelo município, com vista ao exercício das suas atividades, devem ser disponibilizados em tempo útil, nas quantidades adequadas, e ao melhor preço;
- d) O princípio da eficácia visa a consecução dos objetivos fixados, bem como dos resultados esperados.
- e) Com o princípio da eficiência pretende-se a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos;
- 4. Na decisão de contratação devem ser considerados pressupostos relacionados com a otimização dos recursos, racionalização administrativa, maximização do poder negocial do município, controlo e supervisão dos serviços, poupança orçamental e sustentabilidade do investimento.
- 5. Não podem ser propostas pelos serviços despesas que não se encontrem devidamente

Pag.213

justificadas quanto à sua legalidade, utilidade e oportunidade.

- 6. A cada fase do processamento das despesas corresponde um registo contabilístico, designadamente:
- a) Cabimento;
- b) Compromisso;
- c) Receção da fatura ou documento equivalente;
- d) Liquidação da despesa;
- e) Ordem de pagamento;
- f) Pagamento.
- 7. É possível efetuar o cabimento prévio de verbas a pedido dos serviços requisitantes, que informam da necessidade do cabimento e da extinção do mesmo, com base em documentos escritos devidamente assinados e validados pelos responsáveis dos serviços.
- 8. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
- a) Verificada a conformidade legal da despesa;
- b) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda e requisição externa.
- c) Existência de fundo disponível
- 9. Para que um compromisso possa ser efetuado, para além dos valores da despesa e respetivo CPV é obrigatória a disponibilização dos seguintes dados: nome do fornecedor, respetivo contribuinte, morada e contacto.
- 10. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
- 11. Tendo em vista o pagamento dos encargos assumidos por conta do orçamento do ano em prazo exequível, fica a DAM autorizada a indicar ao PC para aprovação, uma data limite para aceitação de pedidos de requisições externas para aquisição de bens e serviços.

Artigo 43°

Tipos de despesa e sua tramitação

- 1. Consideram-se as seguintes tipologias de despesa:
- a) Despesas relativas a transferência de verbas e/ou subsídios cuja natureza sejam

Pág. 19 de 54

corrente ou de capital;

b) Despesas com empreitadas de obras públicas;

suplementar dentro de cada categoria.

- c) Despesas com a aquisição de bens e serviços, de natureza corrente ou capital.
- 2. As despesas mencionadas na alínea a) do número anterior são aprovadas pelo órgão executivo, ou em alternativa, figuram discriminadamente no Orçamento.
- 3. As despesas mencionadas em b) e c) são tramitadas nos termos do previsto nos artigos 51°. 52° e 53° da NCI.
- 4. Para efeitos de caraterização do objeto do contrato e homogeneizar o entendimento sobre "prestações do mesmo tipo ou idênticas às do contrato a celebrar", nos termos do n.º 2 do artigo 113º do Código dos Contratos Públicos escolha das entidades a convidar recorre-se à utilização do vocabulário comum para os contratos públicos (código CPV) até às categorias, identificadas pelos cinco primeiros algarismos ,mais os três algarismos finais para acrescentar um grau de precisão
- 5. É, obrigatoriamente, utilizada a plataforma eletrónica no caso de empreitadas, bem como para todas as aquisições de bens, serviços, sempre que o procedimento a adotar não seja o ajuste direto simplificado.
- 6. Compete à DAM SABS a tramitação na plataforma eletrónica.

Artigo 44°

Conferência e registo da despesa

- 1. Todas as faturas ou documentos equivalentes são enviados diretamente pelos fornecedores para a SF.
- 2. No caso de faturas entregues a outros serviços, devem estes remeter à SF,no prazo máximo de dois dias úteis.
- 3. As faturas são registadas no sistema de gestão documental e seguem para confirmação para os serviços requisitantes.
- 4. Os serviços requisitantes devolvem a fatura confirmada/validada no prazo máximo de 5 dias úteis contados a partir do registo de entrada do documento.
- 5. Se o serviço detetar alguma incorreção, nomeadamente se não for o responsável pela despesa, deve devolver a fatura com a indicação do erro observado.
- 6. Para efeitos da validação das faturas, os serviços devem confrontar o previsto em contrato, requisição e caderno de encargos, com o constante na fatura ou documento equivalente; devendo ter por base um documento de conferência (a exemplo da guia de

transporte), que devem guardar para efeitos de fiscalização.

7. Na ausência de guia de transporte ou documento equivalente, deverá ser justificada a conferência e validação, com recurso a informação sobre o local de entrega, a data de entrega, o responsável pela receção do bem ou verificação do serviço; entre outras informações que permitam evidenciar a conferência e validação.

Artigo 45°

Desconformidades nos documentos dos fornecedores

- 1. As faturas, ou documentos equivalentes, que não cumprirem os requisitos legais deverão ser devolvidos.
- 2. São sempre devolvidas as faturas:
- a) Que não obedeçam aos requisitos legais;
- b) Com incoerências de valores e quantidades não aceites pelos serviços;
- c) Cujos bens e serviços não tiverem sido requisitados;
- d) Por indicação do serviço requisitante devidamente justificada.
- 3. Cabe à Secção Financeira devolve-las ao fornecedor e/ou solicitar as respetivas notas de crédito.
- 4. Todas as devoluções de documentos a fornecedores são efetuadas por ofício e /ou e-mail.
- 5. Não poderá proceder-se a pagamentos de bens e serviços ou concessão de subsídios/transferências a contribuintes do regime geral da Segurança Social de inscrição obrigatória que não apresentem declaração comprovativa da situação contributiva regularizada (pagamentos superiores a 4.987,98 euros) e/ou declaração comprovativa das Finanças de situação contributiva regularizada (pagamentos de qualquer montante), com exceção dos pagamentos efetuados a organismos públicos.

Artigo 46°

Pagamento

- 1. Salvo indicação diferente do PC, os pagamentos são feitos por ordem cronológica de chegada das faturas, tendo em consideração os respetivos prazos de pagamento.
- 2. As ordens de pagamento são emitidas pela SF que, depois de devidamente autorizadas

pelo PC, ou por substituto legal, são encaminhadas para a tesouraria para pagamento.

Artigo 47°

Controlo das dívidas a terceiros

- 1. A SF efetua, periodicamente, circularização a fornecedores e outros credores e procede à conciliação e reconciliação dos saldos das contas correntes.
- 2. A circularização é realizada por amostra aos fornecedores anualmente, sendo que o extrato da conta corrente deve ser reportado ao último dia do ano.

Artigo 48°

Regras de execução contabilística (mês de dezembro)

1. No final de cada exercício económico e até à data em que este se encerra, todas as faturas ou documentos equivalentes são registados no último dia útil do ano, para que todos os custos e proveitos sejam reconhecidos no período em que efetivamente ocorrem.

SECÇÃO II - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Artigo 49°

Planeamento e Organização

- 1. No desenvolvimento das suas atividades, o município assegura o cumprimento dos princípios da igualdade e da concorrência, adotando os procedimentos necessários com vista à adjudicação de contratos públicos ou de atos passíveis de contratos públicos previstos na legislação vigente.
- 2. As aquisições de bens e serviços necessárias à atividade do município devem ser planeadas aquando da preparação do Orçamento, tendo por base uma avaliação clara e objetiva das necessidades, a fim de que possam integrar convenientemente o orçamento.
- 3. A autorização para a realização de despesa é da competência do PC, podendo ser delegada nos termos e de acordo com os limites fixados na lei.
- 4. Para cada procedimento e/ou projeto do município devem os serviços identificar o respetivo responsável pela direção do procedimento, pessoa que acompanha e monitoriza a execução dos contratos.

Artigo 50°

Garantias de concorrência

- 1. Nos procedimentos por ajuste direto, os serviços devem convidar, preferencialmente, três entidades para apresentação de propostas.
- 2. Excecionam-se do disposto no número anterior as seguintes situações:
- a) Contratação com recurso a acordos-quadro ou centrais de compras;
- b) Ajuste direto com fundamento em critérios materiais, nos termos do CCP;
- c) Em casos de estado de necessidade e urgência, devidamente fundamentados;
- d) Outros casos, a autorizar pelo PC.

Artigo 51°

Ajuste direto simplificado

- 1. Entende-se por ajuste direto simplificado a aquisição e bens ou serviços, cujo valor de aquisição seja inferior a 5 000 euros, exceto IVA.
- 2. A aquisição de um bem ou um serviço pode surgir a partir da identificação de uma necessidade por parte dos serviços técnicos do município, ou pode surgir por indicação dos membros do executivo, incluindo o PC.
- 3. No caso da necessidade de bens ou serviços-que não possam ser satisfeitos pelos serviços municipais-, deverá o serviço requisitante solicitar ao PC, através do GSE, autorização para a realização da despesa.
- 4. A autorização referida no número anterior deverá suportar-se na "justificação da necessidade", através de informação interna no GSE.
- 5. A autorização do PC é condicionada à existência de cabimento e fundo disponível.
- 6. Após obtenção da autorização para realização da despesa por parte do PC, o serviço requisitante envia-a à SABS, juntamente com um pedido de aquisição efetuado na respetiva aplicação informática (RIA).
- 7. Os documentos referidos no número anterior têm, obrigatoriamente, que especificar as quantidades, as especificidades dos objetos a adquirir e o preço base.
- 8. No caso da aquisição de serviços, o procedimento deverá verificar o previsto em legislação específica, designadamente nas Leis de Orçamento de Estado, a exemplo do parecer prévio, se aplicável.
- 9. Mediante a autorização do PC e a RIA referida no número 5, a SABS elabora a nota de encomenda e requisição externa contabilística.
- 10. Se não for possível efetuar o cabimento, a SABS e/ou a SF dão conhecimento ao

serviço requisitante desse facto, ficando o processo a aguardar modificação aos documentos previsionais.

- 11. No caso de se verificar a situação prevista no número anterior, a SABS e/ou SF informam os respetivos dirigentes que solicitam ao PC a necessária alteração orçamental.
- 12. A requisição externa é assinada pelo PC, ou por substituto legal.
- 13. A nota de encomenda é assinada pelo PC ou dirigente da DAM, após a assinatura da requisição pelo PC ou substituto legal.
- 14. A requisição externa é arquivada na SABS e a nota de encomenda é enviada ao fornecedor.

Artigo 52°

Aquisição de Bens e Serviços (exceto ajuste direto simplificado)

- 1. A aquisição de um bem ou um serviço pode surgir a partir de uma necessidade identificada pelos serviços técnicos do município, ou pode surgir por indicação dos membros do executivo, incluindo o PC, que dá instruções ao serviço para o desenvolvimento do procedimento concursal.
- 2. No caso da necessidade de aquisição de um bem ou um serviço-que não possam ser satisfeitos pelos serviços municipais-, deverá o serviço requisitante solicitar ao PC, através do sistema de gestão documental, autorização para a realização da despesa.
- 3. A autorização referida no número anterior deverá suportar-se na "justificação da necessidade", através de informação interna no GSE.
- 4. No caso da aquisição de serviços, o procedimento deverá verificar o previsto em legislação específica, designadamente nas Leis de Orçamento de Estado, a exemplo do parecer prévio, se aplicável.
- 5. Cabe à SABS solicitar à SF a emissão do cabimento.
- 6. Se não for possível efetuar o cabimento, a SABS e/ou SF dão conhecimento ao serviço requisitante desse facto, ficando o processo a aguardar modificação aos documentos previsionais.
- 7. No caso de se verificar a situação prevista no número anterior, os serviços informam o dirigente da DAM que que solicitam ao PC a necessária alteração orçamental.
- 8. Após a existência de cabimento, compete ao serviço requisitante a elaboração das peças procedimentais, designadamente: caderno de encargos, especificações técnicas ou

programa de concurso e informação de abertura.

- 9. As peças procedimentais, devidamente assinadas pelo PC, são enviadas, pelo sistema de gestão documental, ao dirigente da DAM para efeitos da submissão na plataforma de contratação pública.
- 10. Compete ao júri ou ao gestor do processo a gestão e o acompanhamento das várias fases dos procedimentos, sendo da responsabilidade da DAM-SABS a tramitação dos procedimentos na plataforma de contratação pública, através do técnico procedimental.
- 11. Compete ao técnico procedimental da DAM -SABS nos termos do artigo 127º do CCP, proceder à publicitação dos contratos, através dos relatórios de formação e de execução de contrato, no Portal dos Contratos Públicos (BaseGov).
 - 12. O acompanhamento da execução dos contratos cabe ao serviço requisitante.

Artigo 53°

Empreitadas

- 1. A realização de uma empreitada pode surgir a partir da identificação de uma necessidade por parte dos serviços técnicos do município ou por indicação dos membros do executivo, incluindo o PC.
- 2. O início do procedimento conducente à realização de uma empreitada materializa-se na elaboração de uma justificação da necessidade, da responsabilidade do serviço requisitante, a submeter ao PC.
- 3. Cabe ao serviço requisitante verificar previamente ao procedimento de realização da despesa, através de consulta ao SP, se os bens objeto da intervenção são propriedade do município e estão devidamente inscritos nas respetivas matrizes e registo predial.
- 4. Após o cumprimento do referido no número anterior, o serviço requisitante remete solicita ao dirigente da DAM a emissão do cabimento, prestando para isso a seguinte informação: designação da obra a realizar, montantes previstos para o(s) ano(s) económico(s), bem como, se aplicável, a rubrica do plano plurianual de investimentos a afetar.
- 5. Após a existência de cabimento, o serviço requisitante desenvolve as peças procedimentais necessárias à contratação que, depois de assinadas pelo órgão competente, são enviadas, pelo sistema de gestão documental, ao dirigente da DAM para efeitos da submissão na plataforma de contratação pública.
- 6. Compete ao júri ou ao gestor do processo, conforme o caso, a gestão e o

acompanhamento das várias fases do procedimento de uma empreitada, sendo da responsabilidade da DAM a tramitação dos procedimentos na plataforma de contratação pública, através do técnico procedimental.

- 7. Compete ao técnico procedimental da DAM, nos termos do artigo 127º do CCP, proceder à publicitação dos contratos de empreitada, através dos relatórios de contratação, no Portal dos Contratos Públicos (BaseGov).
- 8. O acompanhamento da obra cabe à DT, a quem compete enviar os autos de medição dos trabalhos executados à DAM acompanhados de todas as informações que tenham implicação contabilística e financeira.

Constam obrigatoriamente daquelas informações os trabalhos a menos, erros e omissões, trabalhos a mais e revisões de preços.

- 9. Com a conclusão da empreitada, a DT envia à DAM para efeitos de inventariação, os autos da receção provisória e a respetiva conta final.
- 10. Compete à DT a comunicação do relatório final de obra no Portal dos Contratos Públicos (BaseGov), no prazo de dez dias a contar da assinatura da conta final da obra, ou da data em que a conta final se considere aceite pelo empreiteiro, nos termos do previsto no artigo 402º do CCP.

Artigo 54°

Peças Procedimentais

- 1. Compete aos serviços requisitantes a elaboração das peças procedimentais, bem como a obtenção da respetiva validação através da recolha da assinatura da entidade competente.
- 2. A totalidade dos documentos a apresentar pelos concorrentes, no âmbito de um procedimento concursal, devem constar de um único artigo do convite ou programa de concurso, de forma a facilitar a análise da documentação.
- 3. Nos casos em que o critério de adjudicação seja o do preço mais baixo, o caderno de encargos deve identificar a totalidade das condições técnicas dos bens e serviços a fornecer.

Artigo 55°

Caução/ garantia

- 1. Sempre que seja exigida a prestação de uma caução, o fornecedor pode optar pelas modalidades previstas na legislação em vigor e envia o respetivo documento comprovativo para o município.
- 2. Os serviços que rececionem cauções sob qualquer forma, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal entre outros, deverão remeter o original à Secção Financeira, que deve proceder ao seu registo.
- 3. Cabe à Secção Financeira registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções.
- 4. Para efeitos da liberação parcial ou total da caução, os serviços técnicos que acompanham o procedimento apresentam proposta fundamentada ao órgão competente para autorizar, remetendo-a à SF para efetuar as respetivas operações contabilísticas.
- 5. No caso das empreitadas, para que seja efetuada a liberação parcial ou total da caução/ garantia, os serviços responsáveis pelo acompanhamento devem disponibilizar os seguintes documentos:
- a) Auto de receção provisória;
- b) Auto de receção definitiva:
- c) Conta final da empreitada;
- d) Certidão e inquérito administrativo, no caso de existir;
- 6. Nas empreitadas, caso exista lugar a retenções no ato de pagamento, que revistam a natureza de caução, os respetivos valores são de depositados pela Tesouraria em instituição bancária em nome do prestador, à ordem do município e registados em "Operações de Tesouraria".
- 7. No momento da apresentação do auto de receção provisória, devem os serviços da SF verificar a existência de saldo no valor cabimentado e requisitado da empreitada, e proceder à sua anulação.
- 8. As garantias bancárias ficarão à guarda da secção financeira.

Artigo 56°

Elaboração de Contrato e Visto do Tribunal de Contas

- 1. Os contratos escritos celebrados pelo município são elaborados pelo Oficial Público, que os numera sequencialmente, e regista no livro de Contratos avulso, de acordo com o ano a que respeitam.
- 2. Não é exigível a redução a escrito, os contratos de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não exceda os dez mil euros, nos termos do previsto na alínea a) do artigo 95° do CCP.
- 3. Não é exigível a redução a escrito, os contratos de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda quinze mil euros, nos termos do previsto na alinea d) do artigo 95° do CCP.
- 4. Sem prejuízo dos números 2 e 3, se pontualmente se aventar que é benéfica a redução a escrito de um contrato público, poder-se-á fazê-lo de forma discricionária.
- 5. Os originais dos contratos escritos são arquivados pelo Oficial Público, ficando cópia no pasta do procedimento concursal, sendo simultaneamente digitalizados e arquivados em pasta digital.
- 6. No caso do ato ou contrato estar sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, compete à DAM- SABS, remeter ao Tribunal de Contas a documentação de suporte necessária.

Artigo 57°

Controlo de prazo contratual e receção de bens

- 1. Compete ao serviço requisitante o controlo do prazo contratual dos contratos de aquisição de bens e prestação de serviços
- 2. Qualquer alteração às condições acordadas com fornecedores deve ser validada e autorizada pelos mesmos intervenientes que elaboraram, validaram e autorizaram a requisição externa ou contrato inicialmente formalizado.
- 3. A entrega e receção de bens é acompanhada de fatura ou outro documento de transporte que obedeça aos requisitos legais definidos no CIVA.
- 4. O trabalhador conferente, aquando da receção, tem que proceder à conferência física, quantitativa e qualitativa dos bens pelo meio mais adequado, confrontando para o efeito o documento que acompanhou os bens com a requisição externa ou nota de encomenda.
- 5. No documento suporte à receção dos bens, o trabalhador que os receba deve colocar a palavra "conforme" ou "não conforme" ou, ainda, "fornecimento incompleto", ou menções

equivalentes, a data de receção e assinatura.

- 6. Nos casos em que é detetada a não conformidade do fornecimento com o requisitado, quanto à qualidade, características técnicas ou quantidade, o serviço deverá recusar a sua receção.
- 7. Nos casos em que a não conformidade dos bens fornecidos apenas for detetada após a sua receção, deverá o serviço requisitante informar o armazém para que este providencie no sentido de regularizar a situação.
- 8. Periodicamente, o aprovisionamento deve proceder ao controlo-por cruzamento entre a verificação das notas de encomenda por movimentar e a análise das requisições externas contabilisticas sem faturação-das requisições externas emitidas e ainda não satisfeitas, efetuando as diligências que achar convenientes junto do serviço requisitante e/ou fornecedor.

Artigo 58°

Fornecimentos contínuos

- 1. O município deve privilegiar os procedimentos de fornecimentos contínuos, em detrimento da existência de stocks.
- 2. Compete a cada serviço requisitante o acompanhamento e controlo dos fornecimentos contínuos, bem como do cumprimento do previsto nos cadernos de encargos, devendo socorrer-se da SABS, para obtenção de dados adicionais para esse acompanhamento.

SECÇÃO III - ENDIVIDAMENTO

Artigo 59°

Endividamento e regime de crédito

- 1. A contratualização de empréstimos de curto, médio e longo prazo deve ser efetuada no cumprimento do estipulado na legislação em vigor, sempre mediante consulta prévia de, pelo menos, três instituições bancárias.
- 2. A proposta de decisão, a ser submetida a apreciação dos Órgãos Executivo e Deliberativo, deverá ser acompanhada de um mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, bem como de um estudo comparativo das várias propostas recebidas, justificando os critérios e a razão da opção.

Artigo 60°

Provisões

- 1. O município constitui provisões definidas na lei para situações de risco com evidente relevância material.
- 2. Para efeitos do número anterior, no final de cada ano, devem os serviços competentes reportar à DAM a seguinte informação:
- a) Percentagem de risco associada a cada processo judicial em contencioso que se encontre em curso:
- b) O armazém fornece a informação necessária ao cálculo das provisões para depreciação de existências, se aplicável;
- c) A SRH informa os valores que carecem ser provisionados em resultado de acidentes de trabalho e doenças profissionais.
- 3. Todos os movimentos registados nesta conta são evidenciados nos anexos às demonstrações financeiras.

CAPÍTULO V - IMOBILIZADO

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 61°

Âmbito da aplicação

- 1. O inventário e cadastro do imobilizado corpóreo municipal compreende todos os bens de domínio privado, disponível e indisponível, de que o município é titular e todos os bens de domínio público, cuja administração e controlo seja da sua responsabilidade, estejam ou não afetos à sua atividade operacional.
- 2. Para efeitos da presente NCI consideram-se:
- a) Bens de domínio privado: bens imóveis, móveis e veículos que estão no comércio jurídico-privado e que o município utiliza para o desempenho das funções que lhes estão atribuídas ou que se encontram cedidos temporariamente e não estão afetos ao uso público geral;
- b) Bens de domínio público: os bens do município ou sob administração deste, que estão afetos ao uso público e não estão no comércio jurídico-privado, por natureza, insuscetíveis de apropriação individual devido à sua primacial utilidade coletiva e que qualquer norma jurídica os classifique como coisa pública.
- 3. Estão sujeitos a inventário e cadastro os bens referidos nos números anteriores, bem

Pag.225

como o imobilizado incorpóreo, investimentos financeiros e os títulos negociáveis.

- 4. Imobilizado corpóreo -os bens materialmente acabados, que apresentem durabilidade, presumindo-se terem vida útil superior a um ano, que não se destinem a serem vendidos, cedidos ou transformados no decurso normal da atividade municipal, quer sejam da sua propriedade ou estejam sobre sua administração e controlo.
- 5. Imobilizado incorpóreo -os imobilizados intangíveis, nomeadamente direitos e despesas de constituição, arranque e expansão.
- 6. Gestão patrimonial -a correta afetação dos bens pelos diversos serviços, tendo em conta não só as necessidades face às atividades desenvolvidas, como também a sua adequada utilização, salvaguarda, conservação e manutenção.
- 7. Para efeitos de gestão patrimonial entende-se por:
- a) Inventário relação de bens que fazem parte do ativo imobilizado do município, devidamente classificados, valorizados e atualizados, de acordo com os classificadores e critérios de valorimetria definidos no POCAL:
- b) Cadastro -relação de bens que fazem parte do ativo imobilizado do município, permanentemente atualizado de todas as ocorrências que existam sobre estes, desde a aquisição ou produção até ao seu abate.

Artigo 62°

Gestão e registo de bens imóveis

- 1. Os bens constam do inventário do município desde o momento da sua aquisição até ao seu abate.
- 2. O inventário dos bens adquiridos obedece aos seguintes procedimentos/etapas:
- a) Classificação -consiste no agrupamento dos elementos patrimoniais pelas diversas contas e classes, tendo por base a legislação em vigor;
- b) Registo -descrição das características técnicas, em fichas individuais, designadamente medida, cor, qualidade, quantidade; de modo a possibilitar a identificação inequívoca do elemento patrimonial;
- c) Valorização -atribuição de um valor a cada elemento patrimonial, de acordo com os critérios de valorimetria aplicáveis;
- d) Identificação/etiquetagem corresponde à colocação de etiquetas com código de barras geradas pela aplicação Património, corresponde à identificação do bem .
- 3. A cada bem corresponde uma ficha individual, criada com base numa fatura, escritura ou documento legal que titule a aquisição, a qual contém a informação estipulada na

legislação em vigor.

- 4. O serviço competente pela gestão de património (DAM-SP) cria, classifica e atualiza as fichas individuais dos bens pertencentes ao município, devendo os demais serviços intervenientes no processo de aquisição e gestão de bens imóveis reportar àquele toda a informação necessária à inventariação, com destaque para os indicados de seguida, tendo presente a sua especificidade:
- a) Cópia das escrituras celebradas (compra, venda, permuta, cessão, doação) e dos contratos que impliquem disposição ou oneração de bens imóveis, bem como cópia dos acordos ou sentenças relacionadas com expropriações e indemnizações;
- b) Cópia dos alvarás de loteamento acompanhada de planta de síntese onde constem as áreas de cedência para os domínios público e privado do município;
- c) Autos de receção provisórios, após a conclusão de empreitadas.

SECÇÃO II – PROCESSO DE INVENTÁRIO E CADASTRO

Artigo 63°

Regras gerais de inventariação

- 1. Os bens do imobilizado corpóreo são identificados pelo número de inventário e número de ordem (sequencial na base de dados), código de compartimento (espaço físico), orgânica e código do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado CIBE, aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.
- 2. Os bens móveis são ainda identificados com a designação, medidas, referências, tipo de estrutura, cor, marca, modelo, materiais, funcionalidade, ano e valor da aquisição.
- 3. Os bens imóveis são identificados com a posição geográfica do distrito, concelho e freguesia e, dentro desta, morada, confrontações, denominação do imóvel, se a tiver, domínio (público ou privado), espécie e tipologia do imóvel (urbano, rústico ou misto/construção ou terreno), natureza dos direitos de utilização, caracterização física (áreas, número de pisos, estado de conservação), ano de construção das edificações, inscrição matricial, registo na conservatória do registo predial e custo de aquisição, de construção ou de avaliação.
- 4. Os veículos são identificados pelos elementos constantes do Livrete ou do Documento Único Automóvel, consoante o caso.
- 5. A identificação de cada bem faz-se nos termos do disposto nos números anteriores, devendo a etiqueta de código de barras a que corresponde o número de inventário ser afixada nos próprios bens, sempre no mesmo local.

Pág. 32 de 54

- 6. Aos bens duradouros, que dada a sua estrutura e utilização não seja conveniente a afixação da etiqueta de identificação, ser-lhe-ão atribuídos números de inventário e controlados por suporte informático.
- 7. De forma a reter o histórico dos elementos patrimoniais, o número de inventário, após o abate, não será atribuído a outro bem.
- 8. Cada prédio, rústico ou urbano, deve dar origem a um processo de inventário, preferencialmente eletrónico, o qual deve incluir entre outros, deliberações, despachos, escritura, auto de expropriação, certidão do registo predial, caderneta matricial, planta de localização e do imóvel (no caso de edifícios).
- 9. Os prédios rústicos subjacentes a edifícios e outras construções, mesmo que tenham sido adquiridos em conjunto e sem indicação separada de valores, deverão ser objeto da devida autonomização em termos de fichas do inventário, tendo em vista a subsequente contabilização nas adequadas contas patrimoniais.
- 10. Os prédios adquiridos, a qualquer título, há longos anos, mas ainda não inscritos a favor do município, deverão ser objeto de inscrição predial e de registo na Conservatória e posteriormente inventariados.

SECÇÃO III - SUPORTES DOCUMENTAIS

Artigo 64°

Fichas e mapas de inventário e outros elementos

- 1. Os suportes documentais assumem, preferencialmente, a forma eletrónica e tenderão a ser exclusivamente eletrónicos.
- 2. As fichas de inventário são as previstas no POCAL, constituem documentos obrigatórios de registo de bens e devem manter-se sempre atualizadas.
- 3. Os mapas de inventário são elementos com informação agregada por tipos de bens de acordo com o POCAL e classificador geral do CIBE, e constituem um instrumento de apoio à gestão.
- 4. Para além dos documentos obrigatórios previstos no POCAL, devem utilizar-se, ainda, os seguintes documentos, cuja informação deve constar do registo na aplicação informática:
- a) Folha de carga (que corresponde ao documento onde são inscritos todos os bens existentes em cada espaço físico).
- b) Auto de transferência;
- c) Auto de cessão;
- d) Auto de abate.

SECÇÃO IV - COMPETÊNCIAS

Artigo 65°

Competências gerais dos serviços

- 1. Aos serviços municipais e a todos os trabalhadores, compete:
- a) Zelar pela salvaguarda, conservação e manutenção dos bens afetos a cada serviço devendo ser participado à DAM qualquer desaparecimento ou outro facto relacionado com a alteração ou afetação do seu estado operacional ou de conservação;
- b) Manter atualizada e afixada em local bem visível e legível a folha de carga dos bens pelos quais são responsáveis;
- c) Informar a DAM-SP, de quaisquer alterações à folha de carga referida na alínea anterior, nomeadamente por transferências internas, abates e recebimento de novos bens.
- d) Informar a DAM-SP sobre as alterações dos contratos de arrendamento ou de outras formas de locação nos diversos edificios municipais.
- e) Informar o serviço responsável pela gestão patrimonial sobre a existência de demolições ou alterações na estrutura de construções que impliquem atualizações no cadastro do património municipal, na matriz e no registo predial.
- f) Informar a DAM-SP sobre os autos de receção provisória e definitiva das obras efetuadas por empreitada.
- g) Informar a DAM-SP sobre as áreas de cedências, quer ao domínio público quer ao privado do município, no âmbito da aprovação do licenciamento de obras particulares, acompanhada de certidão de cedência, de planta síntese ou de implantação, de onde constem as áreas de cedência, ou comunicação e acesso ao processo eletrónico do processo de licenciamento de obras:
- h) Informar a DAM-SP sobre os equipamentos e outros bens produzidos nas oficinas municipais pelo próprio município e sobre as obras realizadas por administração direta.

SECÇÃO V – VALORIMETRIA, AMORTIZAÇÕES E GRANDES REPARAÇÕES

Artigo 66°

Critérios de valorimetria do imobilizado

1. O ativo imobilizado do município é valorizado, respeitando as disposições evidenciadas

Pág. 34 de 54

no POCAL ou avaliado segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens.

2. Caso nenhum destes critérios possa ser adotado, é atribuído ao bem em causa o valor mínimo até ser objeto de uma grande reparação, por cujo valor deverá então ser avaliado.

Artigo 67°

Amortizações e reintegrações

- 1. São objeto de amortização todos os bens móveis e imóveis que não tenham relevância cultural constantes no CIBE, bem como as grandes reparações e beneficiações a que os mesmos sejam sujeitos e que aumentem o seu valor real ou a duração provável da sua utilização.
- 2. O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes e baseia-se na estimativa do período de vida útil, estipulado na lei, e no custo de aquisição produção ou valor de avaliação deduzido do valor residual, devendo as alterações a esta regra serem explicitadas nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.
- 3. Os bens em bom estado de conservação, quando totalmente amortizados, deverão ser sempre que se justifique, objeto de avaliação por parte da comissão de avaliação, sendolhes fixado um novo período de vida útil.
- 4. Para efeitos de amortização dos bens adquiridos em estado de uso deve a comissão de avaliação atribuir o período da sua vida útil. Se o período de vida útil for diferente do legalmente estabelecido, a quota é determinada pelo órgão deliberativo sob proposta do órgão executivo, de acordo com o ponto 2.7.2 do POCAL.1
- 5. Em regra, são totalmente amortizados no ano de aquisição ou produção os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do sistema remuneratório da função pública, ou outro indicador semelhante.

Artigo 68°

Grandes reparações e conservações

- 1. Sempre que sejam solicitadas grandes reparações nas viaturas, a respetiva requisição é acompanhada de uma informação por parte de trabalhador ou entidade prestadora de serviço que ateste o valor acrescentado real ou a duração provável da viatura após a reparação.
- 2. Para os restantes bens, em caso de dúvida, consideram-se grandes reparações ou

beneficiações sempre que o respetivo custo exceda 30% do valor patrimonial líquido do bem.

SECÇÃO VI - ALIENAÇÃO, ABATE, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

Artigo 69°

Alienação

- 1. A alienação dos bens pertencentes ao imobilizado será efetuada segundo as regras previstas na legislação, que estabelece o quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios.
- 2. A alienação de bens móveis poderá ser feita por hasta pública ou por negociação direta.

Artigo 70°

Abate

- 1. As situações suscetiveis de originarem abates são as seguintes:
- a) Alienação
- b) Furtos, extravios e roubos
- c) Destruição
- d) Cessão
- e) Declaração de incapacidade do bem
- f) Troca
- g) Transferência
- h) Incêndio
- 2. O auto de abate só será processado após informação dos serviços e respetivo despacho do PC ou do Vereador com competência delegada.
- 3. No caso de furto, roubo, extravio ou incêndio constitui condição obrigatória prévia ao abate do bem e posterior participação à seguradora para ressarcimento, atuar de acordo com o disposto no artigo 73" Furtos, Roubos e Incêndios".
- 4. Quando se tratar de alienação, o abate só será registado, quanto aos móveis com a guia de receita, e quanto aos imóveis, com a respetiva escritura de compra e venda.
- 5. No caso de abatimentos por incapacidade do bem, deverão ser os serviços responsáveis pela guarda do mesmo a apresentar a correspondente proposta à DAM, após a necessária aprovada pelo PC.

Pág. 36 de 54

- 6. Sempre que um bem seja considerado obsoleto, deteriorado ou depreciado deverá ser elaborado auto de abate, passando a constituir "sucata" ou "mono".
- 7. A competência para ordenar o abate de bens municipais é do PC.

Artigo 71°

Cessão

- 1. Só poderão ser cedidos bens, mediante deliberação da CM ou da AM, consoante os valores em causa, atentas às disposições legalmente aplicáveis.
- 2. No caso de cedência de bens a outras entidades, deverá a DAM lavrar um auto de cessão, após deliberação do órgão competente.

Artigo 72°

Afetação e transferência

1. A transferência de bens móveis implica a prévia informação à DAM, que elaborará o respetivo auto e remeterá ao serviço a folha de carga atualizada.

Artigo 73°

Furtos, roubos e incêndios

- 1. No caso de furto, roubo, extravio, incêndio ou outra calamidade grave, deve o responsável pelo bem, proceder do seguinte modo, sem prejuízo do apuramento de posteriores responsabilidades:
- a) No caso de furto, roubo ou extravio promover a participação do facto às autoridades policiais;
- b) Informar a DAM do sucedido, descrevendo e identificando os objetos desaparecidos ou destruídos.

Artigo 74°

Extravios

1. Compete ao dirigente do serviço onde se verifique o extravio informar a DAM do sucedido. O recurso ao abate só deverá ser concretizado depois de esgotadas todas as possibilidades de localização do bem.

SECÇÃO VII - SEGUROS

Artigo 75° Seguros

- 1. Todos os bens móveis e imóveis do município devem estar adequadamente seguros, pelos respetivos valores, competindo à DAM a realização dos procedimentos de contratação.
- 2. Para efeitos da realização do caderno de encargos, as restantes unidades orgânicas devem encaminhar à DAM os contributos necessários, designadamente, as necessidades de cobertura de risco.
- 3. Os bens que não se encontrem sujeitos a seguro obrigatório poderão igualmente ser seguros mediante proposta autorizada pelo PC.
- 4. Os capitais seguros, bem como as condições particulares das apólices constam no caderno de encargos, cuja aprovação é da competência do PC ou CM.
- 5. Sempre que ocorra um acidente de viação, todos os procedimentos inerentes são da responsabilidade da unidade orgânica que gere as viaturas.
- 6. Sempre que ocorra um acidente de trabalho com os trabalhadores da autarquia, o processo é iniciado por comunicação do respetivo dirigente sendo os restantes procedimentos tramitados na SRH e Serviço de Seguros
- 7. Os elementos relativos à participação de sinistros devem ser comunicados no prazo de dois dias úteis à corretora/seguradora, sendo que a participação de sinistros deve ser sempre avaliada em função das condições da apólice, nomeadamente, no que à franquia diz respeito.
- 8. Sempre que das informações constantes de um processo de sinistros se conclua pela negligência ou qualquer outro facto associado à não intervenção atempada dos serviços, (por exemplo, deficiente estado de conservação, reparação ou sinalização da via pública), deverão os responsáveis desses serviços instaurar processo formal de averiguações, a fim de corrigir disfuncionalidades e apurar responsabilidades

CAPÍTULO VI - CONTABILIDADE DE CUSTOS

Artigo 76°

Objetivos da contabilidade de custos

1. Os procedimentos de controlo interno enunciados na presente norma visam assegurar

- a existência de um sistema de contabilidade de custos abrangente, compatível e integrado, que contribua para a prossecução dos seguintes objetivos:
- a) Clarificar a utilização dos recursos públicos numa perspetiva de economia e eficiência;
- b) Apoiar no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas de bens e serviços;
- c) Facilitar a elaboração e avaliação dos orçamentos
- d) Atribuir maior rigor ao nível da informação a fornecer aos órgãos autárquicos.
- 2 O sistema de contabilidade de custos deve proporcionar informação sustentada da avaliação da performance económica da atividade autárquica, nos seguintes domínios:
- a) Da estrutura de custos da unidade orgânica;
- b) Das atividades e projetos municipais;
- c) Do custo das transferências para entidades terceiras (em numerário e/ou em espécie);
- d) Do custo com máquinas e viaturas.

Artigo 77°

Âmbito

- 1. Os procedimentos relacionados com o sistema de contabilidade de custos aplicam-se a todos os serviços do município.
- 2. Devem ser criados e adequadamente mantidos centros de custos e critérios objetivos de repartição adequados às necessidades e estrutura do município.

Artigo 78°

Tipos de Custos

- 1. Os custos dos bens, serviços e funções, corresponde ao apuramento dos custos diretos e indiretos relacionados com toda a atividade produtiva, distribuição, administração geral e financeira.
- 2. Classificam-se como custos diretos, aqueles cuja incorporação seja facilmente identificável, designadamente:
- a) Matérias-primas;
- b) Mão-de-obra direta;
- c) Máquinas e viaturas;
- d) Outros custos diretos.
- 3 .Classificam-se como custos indiretos, os custos não incorporáveis que, pela sua natureza ou causa, não são imputáveis a qualquer função, bem ou serviço, não sendo por

isso considerados na contabilidade de custos.

Artigo 79°

Valorimetria

1. Os custos diretos são imputados em função dos seguintes critérios:

Mão-de-obra Direta:

- a) Em função das horas de trabalho despendidas para produzir um determinado bem ou serviço;
- b) Em função da valorização pelo custo hora.

Matérias-primas:

- a) Em função do consumo:
- b) Em função da valorização à saída pelo custo médio ponderado.

Outros Custos Diretos:

a) Pelo custo histórico (de aquisição ou produção).

Artigo 80°

Métodos de Imputação

- 1. Atendendo aos tipos de custos, e respetiva valorimetria, os métodos de imputação a adotar pelo município consistem:
- a) Imputação direta a bens e serviços:
- b) Imputação direta a funções;
- c) Imputação indireta a funções;
- d) Não incorporáveis.

Artigo 81°

Imputação dos Custos Indiretos

- 1. A imputação dos custos indiretos efetua-se após o apuramento dos custos diretos por função, através de coeficientes.
- 2. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções.
- 3. Os custos indiretos de cada função resultam da aplicação do respetivo coeficiente de imputação ao montante total dos custos indiretos apurados.
- 4. Os custos indiretos de cada bem ou serviço obtêm-se aplicando ao montante do custo

Pág. 40 de 54

indireto da função em que o bem ou serviço se insere, o correspondente coeficiente de imputação dos custos indiretos.

Artigo 82º

Documentos

- 1. Os documentos da contabilidade de custos, cujo conteúdo mínimo obrigatório constam no ponto 2.8.3.6 do POCAL, consubstanciam-se nas seguintes fichas:
- a) Materiais;
- b) Cálculo de custo / hora da mão-de-obra;
- c) Mão-se-obra,
- d) Cálculo do custo/hora de máquinas e viaturas;
- e) Máquinas e viaturas;
- f) Apuramento de custos indiretos;
- g) Apuramento de custos de bem ou serviço;
- h) Apuramento de custos diretos da função:
- i) Apuramento de custos por função.

Artigo 83°

Procedimentos mão-de-obra direta

- 1. Todos os trabalhadores com obrigatoriedade de preenchimento de fichas de mão-deobra deverão proceder ao seu preenchimento de acordo com a periodicidade e modelos definidos.
- 2. A ficha de mão-de-obra deverá ser assinada e aprovada pelo dirigente ou responsável pelo serviço respetivo.
- 3. Os dados constantes nas fichas deverão ser lançadas na aplicação Obras Municipais (OBM) no prazo máximo de uma semana após o período a que respeita.

Artigo 84°

Procedimentos Máquinas e Viaturas

- 1. As máquinas e viaturas do município devem estar inseridas na aplicação "Máquinas e Viaturas" cuja informação é transportada para a aplicação de Património.
- 2. O código das máquinas ou viaturas constantes nas aplicações informáticas deverá ser o mesmo, para facilitar eventuais conferências.
- 3. As máquinas e viaturas devem ter um centro de custos na contabilidade de custos.
- 4. As máquinas e viaturas deverão preencher a folha de máquina e viatura, respeitando o

modelo definido para controlo das horas despendidas em cada serviço efetuado. As horas despendidas são, depois, consideradas na contabilidade de custos, para imputação ao bem ou serviço.

5. Ao disposto no número anterior aplicam-se, com as necessárias adaptações, o definido para as fichas de mão-de-obra.

Artigo 85°

Procedimentos Materiais

- 1. Todas as saídas de materiais no momento do seu consumo devem ser registadas no sistema informático, procedendo-se à respetiva imputação do bem/serviço a que respeita.
- 2. Deverá atender-se aos procedimentos para existências, se aplicável, já definidos na presente norma.

Artigo 86°

Procedimentos recursos humanos

- 1. Todos os trabalhadores do município devem estar afetos a centros de custos ou de responsabilidade na contabilidade de custos.
- 2. Periodicamente, a contabilidade de custos, deverá efetuar, em colaboração com os Recursos Humanos, uma análise ao cadastro do trabalhador para verificar se o seu centro de custo está correto.

Artigo 87°

Trabalhos para o próprio município

- 1. Por trabalhos para o próprio município entende-se "trabalhos que a entidade realiza para si mesma, sob sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado".
- 2. No final do ano deverá ser efetuada uma listagem das obras executadas por administração direta analisando os seus valores e considerando-as grande reparação ou imobilizado mediante análise técnica, avaliando a necessidade do seu reconhecimento como trabalhos para a própria entidade.

CAPÍTULO VII – OUTRAS DISPOSIÇÕES DE CONTROLO INTERNO SECÇÃO I -INVESTIMENTOS FINANCEIROS TEMPORÁRIOS

Artigo 88°

Definição

- 1. Um investimento financeiro é um ativo destinado a obter proveitos municipais.
- 2. Um investimento financeiro temporário é aquele que pode ser rapidamente realizável e que normalmente não tem duração superior a um ano.
- 3. Estes investimentos integram a classe 1 disponibilidades.

Artigo 89°

Natureza do risco

1. Não é permitido efetuar investimentos financeiros de risco, devendo tal constar das propostas das instituições consultadas.

Artigo 90°

Realização

- 1. Sempre que haja disponibilidade temporária de liquidez e para uma boa gestão dos ativos municipais, deve o município, através da tesouraria, efetuar aplicações financeiras, consultando várias instituições de crédito, atenta a relação custo/benefício da operação.
- 2. É responsável pelo processo negocial o PC, ou quem este designar, devendo nesse caso, ser-lhe dado conhecimento de cada fase do processo.

SECÇÃO II - DOCUMENTOS OFICIAIS

Artigo 91°

Tipos de documentos oficiais

- 1-Documentos são os suportes em que se consubstanciam os atos e formalidades integrantes dos procedimentos.
- 2-Os documentos deverão ser produzidos preferencialmente em formato eletrónico devendo ser digitalizados sempre que sejam produzidos ou recebidos noutro formato.
- 3-Consideram-se documentos oficiais:
- a) A norma de controlo interno;
- b) Os regulamentos municipais;
- c) As atas das reuniões da CM e da AM;
- d) Os despachos do PC ou dos Vereadores com competências delegadas ou subdelegadas;
- e) As comunicações internas do PC ou dos Vereadores com competências delegadas ou subdelegadas;
- f) As procurações da responsabilidade do PC;
- g) Os editais e avisos;
- h) As ordens de serviço;
- i) O orçamento municipal e as opções do plano;
- j) O relatório e contas do município;
- k) Todos os documentos contabilísticos obrigatórios no âmbito do POCAL;
- I) Os protocolos celebrados entre o município e entidades terceiras, públicas ou privadas;
- m) As escrituras e contratos lavrados, respetivamente pelo notário e pelo oficial público;
- n) Os livros de abertura e encerramento do registo das escrituras e contratos;
- o) Os programas de concurso e cadernos de encargos;
- p) As atas dos júris dos concursos de admissão de pessoal, de fornecimento de bens,

locação e aquisição de serviços;

- q) As atas das comissões de abertura e de análise das propostas dos concursos de empreitadas de obras públicas; informações internas inter-serviços;
- r) Os autos de consignação das empreitadas de obras públicas:
- s) Os autos de receção provisória e definitiva das obras:
- t) Os alvarás;
- u) As licenças;
- v) As autorizações administrativas;
- w) As comunicações internas efetuadas por pessoa competente
- x) Os ofícios, e o correio eletrónico enviados para o exterior, desde que subscritos ou enviados (no caso do correio eletrónico), por quem detenha competência para o efeito:
- y) As certidões emitidas para o exterior;
- z) Outros documentos municipais não previstos nas alíneas anteriores, mas que sejam ou venham a ser considerados oficiais, tendo em conta a sua natureza específica e enquadramento legal.

Artigo 92°

Organização dos documentos

- 1. A organização e arquivo dos documentos oficiais referidos no artigo anterior obedecem às seguintes regras:
- a) A norma do controlo interno e suas alterações, em suporte papel, deverá ser arquivada na DAM e deverá ser colocada na Intranet e internet;
- b) Os despachos e comunicações internas, mencionados nas alíneas d) e e) do n.º 3 do artigo anterior são arquivados nos serviços emissores;
- c) As procurações ficarão à guarda do serviço interessado, sendo que deverá existir uma cópia arquivada no Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal.
- d) Os documentos previsionais e o relatório e contas do município, alíneas i) e j) do n.º 3 do artigo anterior deverão ser arquivados na DAM-SF, durante 5 anos, após o que serão remetidos ao Arquivo, devendo constar no sítio do município durante, pelo menos cinco anos;
- e) Todos os documentos contabilísticos obrigatórios no âmbito do POCAL são numerados sequencialmente pelas aplicações que os emitem. Todas as numerações são relativas a anos económicos.
- f) Os originais dos programas de concurso e o caderno de encargos bem como as atas

dos júris dos concursos mencionados nas alíneas o), p) e q) do n.º 3 do artigo anterior, são arquivadas nos processos respetivos, quer sejam de empreitadas ou de aquisição Deverão, quando respeitante a empreitadas de obras públicas; no caso de se tratar de procedimentos de bens e serviços pela DAM-SABS

- g) Os documentos dos concursos referentes a recrutamento de pessoal são organizados e arquivados na DAM -SRH;
- h) Das licenças mencionadas na alínea u) e, em particular, as de construção assim como as certidões, referidas na alínea y) do n.º 3 do artigo anterior, deverão ser arquivadas cópias no serviço emissor;
- i) Os ofícios, e outros documentos a enviar para o exterior, mencionados na alínea x). são elaborados no sistema de gestão documental, a fim de serem criados e registados sequencialmente e automaticamente no sistema eletrónico de gestão documental.

Artigo 93°

Despachos e autorizações

- 1-Todos os documentos escritos ou em suporte digital que integram os processos administrativos da atividade financeira e patrimonial do município; os despachos e informações que sobre eles forem exarados, bem como os documentos do sistema contabilístico, devem identificar de forma legível os eleitos. dirigentes e restantes trabalhadores que o subscrevem, bem como a qualidade em que o fazem.
- 2-Os despachos que correspondam a atos administrativos são emitidos no quadro das delegações e subdelegações de competências, quando existam, mencionando neste caso, em cumprimento do CPA, essa qualidade do decisor, bem como o instrumento em que se encontra publicada a delegação ou subdelegação de competências quando correspondam à prática de atos administrativos com eficácia externa.
- 3-Sempre que a lei não disponha de forma diferente ou não haja inconveniente para o funcionamento do serviço, os atos previstos na presente NCI são praticados de forma eletrónica e desmaterializada, devendo a comunicação com entidades públicas externas ao município ser feita, sempre que possível, de forma desmaterializada, ao abrigo da legislação em vigor.

Artigo 94°

Tramitação e circulação de processos em suporte não eletrónico

1-Conforme a natureza dos processos, estes poderão circular pelos serviços que

necessitem de os consultar por motivos de interesse municipal, observando o protocolo de circulação.

2-O protocolo de circulação deve ser datado e assinado pelo trabalhador que faz a respetiva entrega e pelo trabalhador que recebe, ambos devida e legivelmente identificados.

Artigo 95°

Organização dos documentos

- 1-Os processos administrativos e os dossiês técnicos do Município em suporte papel, ou outro não eletrónico, devem ser organizados por áreas funcionais, temas e assuntos específicos, constituídos por pastas, em cujas capas se devem mencionar, pelo menos, os seguintes elementos:
- a) Município de Ferreira do Alentejo
- b) Designação da unidade orgânica;
- c) Número atribuído ao processo e indicação do ano a que diz respeito;
- d) Designação do tema/assunto que contém;
- e) Classificação (elaborada de acordo com os critérios definidos pelo serviço de arquivo)
- 2-Cabe a cada serviço municipal organizar os respetivos processos de forma adequada até à sua conclusão.
- 3-Cada UO ou serviço, conforme o caso, deve assegurar a integridade dos processos administrativos, sendo apenas permitido aos técnicos designados pelo dirigente da UO extrair deles a informação requerida por terceiros mediante autorização superior, nos casos aplicáveis.
- 4-O arquivo corrente fica em cada serviço emissor para consulta permanente durante a vigência do processo.
- 5-O arquivo histórico é constituído por todos os processos encerrados.

Artigo 96°

Receção de correspondência

- 1. Toda a correspondência rececionada na autarquia é entregue no GAPV, é registada no sistema de gestão documental e enviada aos serviços a que se destina.
- 2. Os documentos entregues no BU são imediatamente digitalizados e enviados ao serviço a que se destina, podendo ser dado um comprovativo ao requerente, se este o solicitar.

SECÇÃO III -SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Artigo 97°

Disposições gerais

- 1. O desenvolvimento e implementação de medidas necessárias à segurança e confidencialidade da informação processada e armazenada informaticamente são assegurados pelo SI, através da atribuição de acessos e permissões aos utilizadores. de acordo com os perfis adequados às funções desempenhadas.
- 2. O SI é responsável pela administração do sistema informático e de comunicações.
- 3. Sempre que se verifique a mudança de serviço de dirigentes ou trabalhadores, esse facto é comunicado, expressamente, aos serviços de informática para que o perfil informático seja atualizado em conformidade com as novas funções atribuídas.
- 4. No caso de deteção de irregularidades, o serviço de informática procede à sua correção junto dos respetivos serviços.

Artigo 98°

Controlo das aplicações e ambientes informáticos

- 1. O desenvolvimento e implementação de medidas necessárias à segurança e confidencialidade da informação processada informaticamente, designadamente a informação contabilística, são assegurados pelo SI, através da atribuição de acessos e permissões aos utilizadores dos programas, de acordo com os perfis de acesso e menus atribuídos a cada utilizador, conforme solicitado e indicado pelos dirigentes.
- 2. O acesso a dispositivos de entrada e saída de dados não está barrado, no entanto, é da responsabilidade dos utilizadores a sua má utilização. O acesso à Internet e à gestão de caixas de correio eletrónico institucionais são assegurados pelo SI.
- 3. As cópias de segurança da base de dados e suas configurações, que asseguram a integridade dos dados, assim como dos ficheiros existentes nas partilhas de rede, são efetuadas pelo SI; as configurações iniciais de cópias de segurança serão da responsabilidade da empresa fornecedora do serviço.
- 4. Anualmente, e findo o processo de prestação de contas, será encerrado informaticamente o ano contabilístico do ano anterior e os utilizadores ficam apenas com acesso a consulta da informação. Havendo necessidade de realizar alguma operação relativa à informação, a mesma só poderá ser efetuada com autorização do dirigente da

DAM e com conhecimento prévio do PC.

5. A proteção do sistema informático, incluindo programas de antivírus, anti-publicidade (spam) e as firewalls, é assegurada pelo SI.

Artigo 99°

Segurança

- 1. Os trabalhadores da CM, salvo autorização específica ou disposição legal em contrário, estão sujeitos a confidencialidade sobre as suas instalações e equipamentos informáticos perante qualquer entidade externa à Autarquia.
- 2. A todos os utilizadores de computador é atribuído um nome de utilizador e palavrachave únicos, não devendo ser partilhados, devendo a palavra-chave ser alterada regularmente.
- 3. Os utilizadores não devem aceder a sistemas para os quais não tenham autorização.
- 4. Sempre que se ausentem do respetivo local de trabalho, os trabalhadores não devem deixar os computadores ligados à rede com a palavra-chave introduzida.
- 5. Somente o SI está autorizado a fazer alterações e configurações de equipamentos ativos e servidores, salvo entidades devidamente autorizadas.

Artigo 100°

Utilização de Software

- 1. A utilização ilegal de software por parte de trabalhadores da CM, incluindo cópias não autorizadas, pode acarretar consequências legais, cíveis e/ou criminais para o trabalhador que tenha procedido a tal utilização.
- 2. Nenhum trabalhador pode fazer ou promover a reprodução ilegal de software.
- 3. É proibido a qualquer trabalhador proporcionar o acesso não autorizado a qualquer software propriedade da CM a terceiros, bem como a qualquer trabalhador que não esteja devidamente autorizado a proceder à respetiva utilização.
- 4. Não é permitido aos utilizadores instalar software alheio ao município em equipamentos deste.
- 5. O uso de freeware ou shareware só é permitido para propósitos da atividade do município, devendo ser providenciado e instalado pelo serviço de informática.
- 6. Todo o software, informação e programas desenvolvidos para ou em nome do município, por trabalhadores, permanecem sua propriedade.

Artigo 101°

Utilização de Hardware

- 1. Compete ao SI a gestão interna do hardware, pelo que os serviços submetem, via Gestão Documental- Nota de Serviço, as solicitações de assistência técnica relacionadas com incidentes/problemas sobre sistemas de operação, renovação, reparação ou substituição de hardware e equipamentos de telecomunicações.
- 2. Não é permitido instalar hardware estranho ao município em qualquer dos equipamentos deste, sem prévia autorização do SI.
- 3. Em caso de furto é enviada ao SI, cópia da participação às autoridades.
- 4. A movimentação ou instalação física de equipamentos informáticos ou periféricos dentro ou fora das instalações do município carece de conhecimento prévio do SI, que deve comunicar ao SP
- 5. Em caso de transferência, os equipamentos informáticos acompanham o seu utilizador ao serviço de destino, salvo orientação em contrário do dirigente máximo do serviço.
- 6. Em relação aos cargos cessantes, os utilizadores que disponham de equipamento informático, tais como PC's, impressoras, portáteis ou afins, atribuídos pela CM para a realização das suas funções, devem promover a entrega antes da data efetiva da saída.

Artigo 102º

Utilização de E-mail

- 1. O uso pessoal e ocasional do correio eletrónico é permitido, devendo as mensagens pessoais ser tratadas com a mesma ética das mensagens oficiais.
- 2. O utilizador que se ligou a um computador é considerado o autor de qualquer mensagem enviada a partir do mesmo, pelo que se deve desligar e/ou bloquear sempre que se ausente do posto de trabalho.

Artigo 103°

Cuidados especiais na utilização dos computadores e da rede

1. Os servidores de ficheiros, como por exemplo o fileserver01 devem ser APENAS utilizados para o armazenamento de ficheiros relacionados com a atividade municipal, tais como oficios, fax, email, folhas de cálculo, documentos de texto ou gerados por programas municipais, como Autocad, CoreDraw, SWCAD, ou outros programas licenciados pela Câmara Municipal. Os servidores de arquivos não devem ser utilizados para armazenar os ficheiros pessoais do utilizador, tais como fotografias, apresentações,

vídeos, programas que o utilizador tenham licenciados, entre outros.

- 2. Os computadores cedidos ao utilizador devem ser apenas utilizados para o armazenamento de ficheiros relacionados com a atividade municipal, tais como ofícios, fax, email, folhas de cálculo, documentos de texto ou gerados por programas municipais, como Autocad, SWCAD, ou outros programas licenciados pelo município.
- 3. Armazenar ficheiros pessoais deve ser utilizado canetas USB externas, ou a criação sob a supervisão do SI de uma pasta com o nome PESSOAL. A criação e a localização desta pasta deve ser feita em articulação com o SI de modo a que o sistema automático de cópias de segurança saiba distinguir qual a informação que deve copiar e a informação que fica excluída de backup, (os documentos pessoais não podem ocupar espaço de disco nas cópias de segurança da informação produzida pelo município).
- 3. Todos os ficheiros criados ou copiados para o computador devem ser da autoria e propriedade da Câmara Municipal, ou de terceiros que se relacionem com o município.
- 4. Em caso do ficheiro ser de terceiros, os direitos de utilização devem ter sido salvaguardados de acordo com o Decreto-Lei n.º 63/85 Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 104° Infrações

Os atos ou omissões que contrariem o disposto na NCI podem implicar responsabilidade funcional ou disciplinar, consoante o caso, imputável aos titulares de órgãos, dirigentes, coordenadores e trabalhadores, sempre que resultem de atos ilícitos culposamente praticados no exercício das suas funções.

Artigo 105° Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões decorrentes da interpretação e aplicação deste diploma serão resolvidas por meio de despacho proferido pelo PC, sem prejuízo da legislação aplicável.

Artigo 106° Alterações

A NCI é objeto de alterações, aditamentos ou revogações, adaptando-se, sempre que necessário, a eventuais alterações de natureza legal aplicáveis às Autarquias Locais, bem como as que decorram de outras normas de enquadramento e funcionamento local, deliberadas pela CM e/ou pela AM, no âmbito das respetivas competências e atribuições legais, quando razões de eficiência e eficácia assim o justifiquem.

Artigo 107° Norma revogatória

Com a entrada em vigor da presente NCI são revogadas todas as disposições municipais que a contrariem ou nas partes em que a contrariem.

Artigo 108° Entrada em vigor

- 1. A NCI entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da aprovação pela CM.
- 2. A NCI deve ser publicitada no sítio da Intranet e Internet da CM.

17 06 22

John Cragan

Pág. 52 de 54

33. Resumo Diário de Tesouraria



ENTIDA	DE			DECIMO DI	RIO DE TESOURAR	TA NO 240				DATA	ANO	PÁGINA				
CM FERRE	IRA	Data : 2	2018/12/28	KE20MO DIA	KIO DE TESOURAK	IA Nº. 240				2019/04/15	2018	1				
OOM A		av/pa	DEGLOVAÇÃO	ANTE	RIOR	DO	DIA	ACUM	ACUMULADO		ACUMULADO		ACUMULADO		SALDO	
CONTA	1	CX/BC	DESIGNAÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR		CREDOR				
11 11.1 11.8 11.8.1	CF FM1		CAIXA CAIXA FUNDO DE MANEIO GABINETE PRESIDENTE FUNDO MANEIO GAPV CHEFE DIVISÃO DAM	1.285.832,60	2.588,34	2.356,70 2.356,70 2.356,70	2.321,05	1.292.992,86 1.288.189,30 1.288.189,30 4.803,56 2.588,34 2.588,34 2.115,22	1.287.694,8 1.287.694,8 4.803,5 2.588,3 2.588,3	7 494 7 494 5 4	, 43					
11.8.3	FM2		FUNDO MANEIO DAM CPCJ	2.115,22 100,00	2.115,22 100,00			2.115,22 100,00	2.115,23 100,0	2						
12	FM3		FUNDO MANEIO CPCJ DEPOSITOS EM INSTITUIÇOES FINANCEIRAS	100,00 17.746.555,58	100,00 14.754.134,95	19.536,72	35.480,83	100,00 17.766.092,30		1	,52					
12.1 12.1.1 12.1.3	0035/00000	018730	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS CONTA A ORDEM Nº 18/730 CGD CONTA A ORDEM Nº 10533730 - REDE SOCIAL	11.518.641,17	11.337.916,50 9.707.466,74 9.707.466,74 36,00	19.377,62 2.187,31 2.187,31	35.479,44	13.739.120,13 11.520.828,48 11.520.828,48 12.896,01	9.742.946,1 9.742.946,1	3 1.777.882 3 1.777.882	,30 ,30					
12.1.6	0035/00010	533730	CGD CONTA À ORDEM Nº 0001199153096 - FEDER	12.896,01 861.989,79	36,00 627.763,76	17.083,77		12.896,01 879.073,56								
12.1.8 12.1.9 12.1.9.11	0035/00011		CGD CONTA À ORDEM Nº 012206130 CGD CONTAS CGD CONTA à ORDEM Nº 0312012271130 -	861.989,79 860.108,03 860.108,03 466.107,51 636,00	772.109,92 772.109,92	17.083,77 106,54 106,54		879.073,56 860.214,57 860.214,57 466.107,51 636,00	772.109,93 772.109,93 230.540,03	88.104 88.104 3 235.567	, 65 , 65					
12.1.9.12	0035/01227	1130	PAEL CGD CONTA Á ORDEM Nº	636,00 4.242,92	636,00 2.144,00			636,00 4.242,92			, 92					
12.1.9.13	0035/01240	6430	0312012406430-CONSDEP CGD CONTA Á ORDEM Nº	4.242,92 1.928,49	2.144,00 1.928,49			4.242,92 1.928,49			, 92					
12.1.9.14	0035/01240	8030	0312012408030-ÁREAGOLFE CGD CONTA À ORDEM Nº	1.928,49 9.578,94	1.928,49 36,00			1.928,49 9.578,94		1	, 94					
12.1.9.15	0035/01240	9930	0312012409930-FRANC.CHARNECA PINTO CGD CONTA Á ORDEM Nº 0312012410230-TECNOVIA	9.578,94 0,01	36,00 0,01			9.578,94 0,01	ı		,94					
12.1.9.16	0035/01241	0230	CGD CONTA À ORDEM Nº 0312012412930-BETONIT	0,01 17.968,91	0,01 36,00			0,01 17.968,91			, 91					
12.1.9.17	0035/01241	2930	CGD CONTA À ORDEM Nº 0312012413730-ECOCHOICE	17.968,91 1.486,00	36,00 186,00			17.968,91 1.486,00		1						
12.1.9.18	0035/01241	3730	CGD CONTA Á ORDEM Nº 0312012414530-CONSTROPE	1.486,00 5.662,50	186,00 81,00			1.486,00 5.662,50		1						
12.1.9.19	0035/01241	4530	CGD CONTA À ORDEM Nº 0312012415330-VIBEIRAS	5.662,50 3.697,79	81,00 3.697,79			5.662,50 3.697,79			,50					
12.1.9.20	0035/01241	5330	CGD CONTA Á ORDEM Nº 0312012416130-H.TEIXEIRA	3.697,79 25.565,98	3.697,79 580,65			3.697,79 25.565,98	1	1	, 33					
12.1.9.22	0035/01241	6130	CGD CONTA À ORDEM Nº 0312012418830-MANUEL PEDRO DE	25.565,98 27.356,01	580,65 18.040,79			25.565,98 27.356,01								
12.1.9.23	0035/01241	8830	SOUSA,S.A CGD CONTA À ORDEM Nº 0312012497830-FUNDO DE COESÃO FCOES	27.356,01 276.963,38	18.040,79 183.053,25			27.356,01 276.963,38								
	0035/01249	7830	CGD	276.963,38	183.053,25			276.963,38	183.053,2	93.910	,13					

ENTIDA	DE			DECIMO DI	ÁRIO DE TESOURAR:	ra No. 240				DATA	ANO	PÁGINA
CM FERRE	IRA	Data : 20	018/12/28	KE20MO DIE	ario de Tesourar.	LA Nº. 240				2019/04/15	2018	2
CONTRA		av/ba	DEGLOSSO	ANTE	ERIOR	DO	DIA	ACUM	ULADO	SALDO		
CONTA		CX/BC	DESIGNAÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR		CREDOR
TRANSPORTE		14.919.358,09	12.607.973,78	21.734,32	37.800,49	14.941.092,41	12.645.774,27	2.295.318	,14			
12.1.9.24			CONTA Á ORDEM №0312012713630-CAUÇÃO DE EMPREITADAS	91.020,58	20.120,10			91.020,58	20.120,10	70.900	, 48	
12.2	0035/01271	3630	CGD BANCO COMERCIAL PORTUGUES	91.020,58 422.085,96	23.953,72	159,10	1,39		23.955,11	398.289	, 95	
12.2.1 12.3	0033/50118	740463	DEPOSITOS A ORDEM - BCP BCP CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO	422.085,96 422.085,96 243.820,04	23.953,72	159,10 159,10	1,39 1,39		23.955,11	398.289	, 95	
12.3.1	0045/40114	818230	DEPOSITOS A ORDEM - CCAM CCAM BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTOS	243.820,04 243.820,04 15.299,67	185.090,32			243.820,04 243.820,04 15.299,67	185.090,32	58.729	,72	
12.4.1	0010/21843	900101	DEPOSITOS A ORDEM - BPI BPI	15.299,67 15.299,67	123,00			15.299,67 15.299,67	123,00	15.176	,67	
12.5 12.5.1			NOVO BANCO DEPOSITOS A ORDEM - NOVO BANCO 241/22535/000.9	80.235,56 7.055,04	54.419,17 110,70			80.235,56 7.055,04		1		
12.5.2	0007/00225	350009	NOVO BANCO CONTA A ORDEM NOVO BANCO Nº 000193484640	7.055,04 73.180,52				7.055,04 73.180,52				
12.6	0007/00019	3484640	NOVO BANCO SANTANDER TOTTA	73.180,52 3.265.371,84	3.152.632,24				3.152.632,24	112.739	,60	
12.6.1	0018/22703	27602060	CONTA À ORDEM Nº2270327602060 SANTANDER	3.265.371,84 3.265.371,84				3.265.371,84 3.265.371,84	3.152.632,24 3.152.632,24			
			TOTAL DE DISPONIBILIDADES	19.037.191,74	16.044.312,33	21.893,42	37.801,88	19.059.085,16	16.082.114,21	2.976.970	, 95	
l			DOCUMENTOS DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	213.613,09 13.362.120,44 1.098.609,18	10.598.896,44	19.432,69 156,54		213.613,09 13.381.553,13 1.098.765,72	10.634.344,13	2.747.209	,00	

TESOUREIRO FUNCIONÁRIO ÓRGÃO EXECUTIVO

34. Síntese da Reconciliação Bancária





Sintese das Reconciliações Bancárias a 31 de dezembro de 2018

Designação da Entidade	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	
------------------------	------------------------------------------	--

Instituição	Bancária	Saldo em 31-12-2018 a)	Saldo contabilístico b)	Observações c)
Banco	Nº de conta	Extrato bancário	Resumo diário tesouraria	,
C.G.D.	0312.000018730	1.891.753,08	1.777.882,30	1
C.G.D	0312.011991530	251.309,80	251.309,80	1
C.G.D	0312.010533730	12.860,01	12.860,01	1
C.G.D	0312.012206130	88.148,07	88.104,65	1
C.G.D	0312.012406430	2.088,92	2.098,92	1
C.G.D	0312.012409930	9.542,94	9.542,94	1
C.G.D	0312.012412930	17.932,91	17.932,91	1
C.G.D	0312.012413730	1.290,00	1.300,00	1
C.G.D	0312.012414530	5.578,50	5.581,50	1
C.G.D	0312.012416130	24.985,33	24.985,33	1
C.G.D	0312.012418830	9.315,22	9.315,22	1
C.G.D	0312.012497830	93.910,13	93.910,13	1
C.G.D	0312.012713630	70.900,48	70.900,48	1
CCAM	6190.40114818230	65.147,21	58.729,72	1
BPI	2184390001001	15.217,63	15.176,67	1
Novo Banco	00225350009.09	6.944,34	6.944,34	1
Novo Banco	000193484640.23	19.112,35	18.872,05	1
ВСР	5011874046305	397.765,82	398.289,95	1
SANTANDER TOTA	322703276020	112.739,60	112.739,60	1
		Total	2.976.476,52	

1 - Reconciliação efectuada e justificadas as divergências.

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira
Assinatura
O Membro do executivo responsável pela área/ pelouro financeiro
Assinatura

35. Mapa de Fundos de Maneio



- 1.J. C.

Total de Registos:

Utilizador Resolu. 1/1 Em Seguimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei 84-A/2002, DR 80 Série I ¿ A 1º Suplemento de 5 de Abril, e nos termos do Artº 10º do DL 127/2012 de 21 de Junho que veio estabelecer os procedimentos em Atraso, e nos artºs 17º que veio estabelecer os procedimentos mecessários à aplicação da Lei 08/2012 de 21 de Fevereiro - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e nos artºs 17º a) A constituição e utilização dos Fundos de Maneio é obrigatória nos termos do Ponto 2.9.10.1.11 do POCAL. ¿ Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locals, Nórmas de Controlo Interno aprovadas pela Câmara Municipal na sua reunião de 22 de junho de 2017 ; Pelo exposto , remeto em anexo, proposta de alteração do Regulamento de fundos de maneio, nos seus artigos 5º, 6º e 6º-A, para apreciação e deliberação da c) O Regulamento de Fundos de Marieio que se encontra em vigor, foi aprovado na reunião da câmara de 26/10/2017, e está de acordo com o estipulado nas Data b) A constituição de fundos de maneid decorre da necessidade da entidade ter que, diariamente, suprimir pequenas despesas urgentes e inadiáveis; - COURACA / DAM - Chefe de Divisão 16-04-2018 Resolução 944 Z Visto? a 24º das Normas de Controlo Interno em vigor no municipio EM 12/04 25/6 PRESENTE À REUN. Informação Interna Corpo Considerando o assunto em epigrafe, Informo que : DELIBERADO Assunto Regulamento do Fundo de Maneio - alteração Dep. Destino Registado por COURACA / DAM - Chefe de Divisão Presidência À consideração superior. câmara municipal. 16-04-2018 1 16-04-2018 DAM - Chefe de Divisão Dep. Origem Interno Data 2868 / 2018 ž

Impresso por: MIRA em 18-04-2018 10:30

REGULAMENTO INTERNO DOS FUNDOS DE MANEIO 1º alteração

Aprovado na Reunião de Câmara de 18/4/2018

Preâmbulo

Na gestão municipal podem surgir despesas, urgentes, inadiáveis e de pequeno montante. O tempo, modo e lugar da exigibilidade da realização de despesa e o seu pagamento, pode tornar-se incompatível com o procedimento administrativo comum, existente no município.

A legislação aplicável à contabilidade municipal possibilita a existência de fundos de maneio. Estes permitem ocorrer a pequenas despesas, urgentes e inadiáveis, que são integradas no processo de gestão orçamental e financeiros das autarquias.

A Câmara Municipal entende deverem ser atribuídos fundos de maneio aos serviços, nos quais a sua necessidade mais se faz sentir, devendo a sua utilização respeitar o seguinte normativo.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Âmbito

- 1 –O presente Regulamento estabelece, em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11 das considerações técnicas do Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, as politicas e procedimentos de constituição, reconstituição e reposição dos fundos de manejo constituídos nos termos da lei.
- 2 -Cada fundo de maneio deverá ser reconstituído mensalmente, mediante a entrega de documentos justificativos da despesa efetuada, emitidas em nome do município e reposto até 20 de dezembro do ano a que respeita.
- 3 Os documentos entregues são remetidos para a DAM-SF de forma a proceder- se à respetiva contabilização.
- 4 A contabilidade deverá estornar o montante da proposta de cabimento não utilizado com base em informação por escrito por parte do titular do FM;
- 5- A Tesouraria deve saldar as contas de caixa

Artigo 2.°

Considerações

1 –Cada fundo de maneio possui um limite máximo expressamente discriminado por rubricas e a sua utilização deve ser compensada pela reconstituição ou reposição do mesmo, nos termos da lei e do presente regulamento.

2 –O somatório dos meios monetários disponíveis no fundo de maneio e do valor das faturas ou documentos equivalentes pagos a partir desse fundo, deve ser permanentemente igual ao valor mensal autorizado para o mesmo.

Artigo 3.º

Princípios

A autorização, constituição, reconstituição e reposição de fundos de maneio deve obedecer aos seguintes princípios:

- a) A constituição e reconstituição dos fundos de maneio só poderão fazer-se quando existam fundos disponíveis de valor igual ou superior ao dos montantes a entregar aos detentores de fundos de maneio;
- b) As despesas efetuadas por recurso a fundos de maneio devem obedecer ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação em vigor;
- c) Os fundos de maneio só podem ser utilizados para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis;
- d)A utilização de fundos de maneio para aquisição de artigos armazenáveis ou de economato, só poderá ser feita mediante indicação na requisição interna, pelo serviço responsável pela aquisição, da inexistência em stock dos mesmos, pelo que, para garantir a elegibilidade da despesa, na reconstituição mensal dos fundos, a requisição interna com aquela indicação, deve ser acompanhada do documento legal da despesa;
- e) É totalmente vedada a utilização de fundos de maneio na aquisição de bens considerados de imobilizado;
- f) É vedada a aquisição de artigos ou serviços cuja classificação económica da despesa seja diferente da autorizada no documento que autoriza a constituição do fundo de maneio.

Artigo 4.°

Constituição

- 1 –O responsável do fundo de maneio formalizará o pedido de constituição do mesmo discriminando o limite máximo por rubrica e envia-o para a DAM-SF .
- 2 –Após verificar os dados constantes no pedido de constituição, e de acordo coma autorização exarada pelo Órgão Executivo, a DAM-SF deverá proceder ao registo do(s) cabimento(s) e do compromisso, nos termos do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, referentes aos fundos constituídos, após o que emitirá a nota de lançamento de Tesouraria que enviará para este serviço.
- 4 -No registo do compromisso o mesmo deverá ter por entidade credora o Município.

- 5 —A Tesouraria emite o meio de pagamento, recolhe a assinatura da entidade competente e entrega os valores ao responsável do fundo de maneio.
- 6 –A Tesouraria deve ainda registar na folha de caixa e no resumo diário de Tesouraria, as constituições de fundos efetuadas.

Artigo 5.º

Serviços utilizadores

Os serviços que dispõem de fundo de maneio:

- a) Gabinete de Apoio à Presidência/Vereação;
- b) Divisão de Administração Municipal
- c) Divisão de Ação Social, Educação e Formação- CPCJ

Artigo 6.°

Titulares e montantes

São titulares dos fundos de maneio:

- a) José Eugénio Bravo Martins, no montante de € 1.000,00 (quinhentos euros), cujo limite máximo é expressamente discriminado pelas seguintes rubricas:
 - classificação económica 02.01.02.02 (gasóleo) no valor de 100 €;
 - classificação económica 02.01.08(material de escritório) no valor de 20 €
 - classificação económica 02.02.09(comunicações) no valor de 20 €
 - classificação económica 02.02.13(deslocações e estadas) no valor de 800 €
 - classificação económica 02.02.21(estacionamentos) no valor de 60€
- b) Maria José Guerreiro Mendes Couraça -no montante de € 2.000,00 (mil e quinhentos euros), cujo limite máximo é expressamente discriminado pelas seguintes rubricas:
 - classificação económica 02.01.01(matérias primas e subsidiárias) no valor de 50 €;
 - classificação económica 02.01.02.02 (gasóleo) no valor de 200 €
 - classificação económica 02.01.04 (limpeza e higiene) no valor de 30 €
 - classificação económica 02.01.06 (alimentação-géneros para confecionar) no valor de 200 €

- classificação económica 02.01.08 (material de escritório) no valor de 100 €
- classificação económica 02.01.09 (produtos químicos e farmacêuticos) no valor de 50 €
- classificação económica 02.01.11(material de consumo clinico) no valor de 100 €
- classificação económica 02.01.12 (material de transporte -peças) no valor de 100 €
- classificação económica 02.01.14 (outro material-peças) no valor de 100 €
- classificação económica 02.01.17 (ferramentas e utensílios) no valor de 100 €
- classificação económica 02.01.21(outros bens) no valor de 300 €
- classificação económica 02.02.09(comunicações) no valor de 100
- classificação económica 02.02.10(transportes)no valor de 50 €
- classificação económica 02.02.21(estacionamentos) no valor de 60 €
- classificação económica 02.02.25(outros serviços) no valor de 210 €
- classificação económica 02.02.13(deslocações e estadas) no valor de 250 €

Artigo 6.º-A

Fundos de maneio específicos

É criado o seguinte fundo de maneio específico, para apoio ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

Titular - Maria José Cabral Gamito Costa, no montante de € 100,00 (cem euros), cujo limite máximo é expressamente discriminado pelas seguintes rubricas, no valor de € 100,

- classificação económica 02.02.13 (deslocações e estadas) no valor de 70 €;
- classificação económica 02.02.25 (outros serviços) no valor de 30 €

Artigo 7.º

Reconstituição

1 -Até ao final de cada mês, o responsável do fundo deve remeter à DAM-SF o «Mapa Resumo do Fundo de Maneio» onde conste toda a informação relativa

aos pagamentos efetuados por conta do fundo, anexando faturas ou documentos equivalentes as quais deverão ter expressa indicação da quitação.

- 2 A DAM-SF deve verificar a legalidade e conformidade dos documentos apresentados, após o que emite a ordem de pagamento referente às faturas ou documentos equivalentes apresentados e a nota de lançamento de Tesouraria, correspondente ao movimento de reconstituição do fundo, caso seja cumprido o princípio estabelecido na alínea a) do art.º 3.º, pelo valor total do mapa.
- 3 —Para proceder ao recebimento, o responsável pelo fundo deve deslocar-se à Tesouraria, onde declara que recebeu os valores, constante do mapa resumo do fundo de maneio, assinando, a ordem de pagamento, previamente assinada pelo dirigente deste serviço e pelo Presidente da Câmara ou por quem este tenha delegado tais competências.
- 4 A tesouraria confere o nome do responsável com a listagem dos utilizadores dos fundos, reembolsa o responsável do fundo, assina e coloca os elementos relativos ao movimento no mapa resumo do fundo de maneio, carimbando posteriormente a ordem de pagamento coa indicação de «Pago» e a data em que efetuou o pagamento.

Artigo 8.º

Reposição

- 1 -Até ao dia 20 do mês de dezembro, os responsáveis pelos diversos fundos devem efetuar a sua reposição, nos termos do disposto no artigo anterior, sem, contudo, se proceder à sua reconstituição.
- 2 –O processamento das faturas ou documentos equivalentes recebidos no momento da reposição deverá ser precedido da regularização do compromisso registado na última reconstituição.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 9.°

Publicidade

Deve ser dada publicidade e divulgação interna suficiente de forma a tornar exequível a sua aplicação generalizada.

Artigo 10.º

Documentos de Suporte

- 1 A descrição dos quesitos e formato dos documentos suporte ao presente Regulamento serão delimitados por despacho do Presidente da Câmara Municipal.
- 2- O Serviço DAM-SF, elabora o modelo do mapa dos fundos de maneio, a utilizar pelos titulares dos fundos de maneio.

Artigo 11.º

Incumprimento

O incumprimento do disposto no presente regulamento, dará lugar à instauração do competente processo.

Artigo 12.º

Norma revogatória

O presente regulamento revoga o regulamento interno dos fundos de maneio aprovado na reunião ordinária da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo realizada em 14 de abril de 2004.

Artigo 13.°

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte após a sua aprovação

Total de Registos:

Grinaro	100	Darte	Tipo de Dodumento	N° Dog.	The second second	Chippen	Estado
636 / 2017	Interno	25-10-2017	Informação Interna	2666	25-10-2017	5-10-2017 - COURACA / DAM - Chefe de Divisão	Em Seguimento

Assunto Regulamento de Fundos de Maneio

Corpo Em virtude de estar marcada para o práximo dia 26 de outubro a primeira reunião do novo executivo, cumpre-me informar o Sr. presidente que deverá ter em

consideração o seguinte

a) Aconstituição e utilização dos Fundos de Maneio é obrigatória nos termos do Ponto 2.9.10.1.11 do POCAL ¿ Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 34-A/2002, DR 80 Série I ¿ A Iº Suplemento de 5 de Abril, e nos termos do Artº 10º do DL 127/2012 de 21 de Junho que velo estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da Lei 08/2012 de 21 de Fevereiro - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e nos artºs 17º

a 24º das Normas de Controlo Interno am vigor no municipio

 b) A constituição de fundos de manelo decorre da necessidade da entidade ter que, diariamente, suprimir pequenas despesas urgentes e inadiáveis;
 c) O Regulamento de Fundos de Manelo que se encontra em vigor (aprovado em reunião de Camara de 14 de Abril de 2004), não está está de acordo com o estipulado nas Normas de Controlo Interno aprovadas pela Câmara Municipal na sua reunião de 22 de junho e 2017), pelo que se propõe a sua alteração; A consideração superior.

Registado por COURACA / DAM - Chefe de Divisão

Dep. Destino Presidência 1 26-10-2017 DAM - Chefe de Divisão Dep. Origem Data ŝ

Visto?

Resolução

Utilizador Resolu.

Data

z

PRESENTE À REUNING EM 12/10 126

DELIBERADO

presca

Impresso por: COURACA em 26-10-2017 11:50

1/

Pag.264

REGULAMENTO INTERNO DOS FUNDOS DE MANEIO
Aprovado na Reunião de Câmara de//

Preâmbulo

Na gestão municipal podem surgir despesas, urgentes, inadiáveis e de pequeno montante. O tempo, modo e lugar da exigibilidade da realização de despesa e o seu pagamento, pode tornar-se incompatível com o procedimento administrativo comum, existente no município.

A legislação aplicável à contabilidade municipal possibilita a existência de fundos de maneio. Estes permitem ocorrer a pequenas despesas, urgentes e inadiáveis, que são integradas no processo de gestão orçamental e financeiros das autarquias.

A Câmara Municipal entende deverem ser atribuídos fundos de maneio aos serviços, nos quais a sua necessidade mais se faz sentir, devendo a sua utilização respeitar o seguinte normativo.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Âmbito

- 1 –O presente Regulamento estabelece, em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11 das considerações técnicas do Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, as politicas e procedimentos de constituição, reconstituição e reposição dos fundos de maneio constituídos nos termos da lei.
- 2 -Cada fundo de maneio deverá ser reconstituído mensalmente, mediante a entrega de documentos justificativos da despesa efetuada, emitidas em nome do município e reposto até 20 de dezembro do ano a que respeita.
- 3 Os documentos entregues são remetidos para a DAM-SF de forma a proceder- se à respetiva contabilização.
- 4 A contabilidade deverá estornar o montante da proposta de cabimento não utilizado com base em informação por escrito por parte do titular do FM;
- 5- A Tesouraria deve saldar as contas de caixa

Artigo 2.º

Considerações

1 – Cada fundo de maneio possui um limite máximo expressamente discriminado por rubricas e a sua utilização deve ser compensada pela reconstituição ou reposição do mesmo, nos termos da lei e do presente regulamento.

2 –O somatório dos meios monetários disponíveis no fundo de maneio e do valor das faturas ou documentos equivalentes pagos a partir desse fundo, deve ser permanentemente igual ao valor mensal autorizado para o mesmo.

Artigo 3.º

Princípios

A autorização, constituição, reconstituição e reposição de fundos de maneio deve obedecer aos seguintes princípios:

- a) A constituição e reconstituição dos fundos de maneio só poderão fazer-se quando existam fundos disponíveis de valor igual ou superior ao dos montantes a entregar aos detentores de fundos de maneio;
- b) As despesas efetuadas por recurso a fundos de maneio devem obedecer ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação em vigor;
- c) Os fundos de maneio só podem ser utilizados para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis;
- d)A utilização de fundos de maneio para aquisição de artigos armazenáveis ou de economato, só poderá ser feita mediante indicação na requisição interna, pelo serviço responsável pela aquisição, da inexistência em stock dos mesmos, pelo que, para garantir a elegibilidade da despesa, na reconstituição mensal dos fundos, a requisição interna com aquela indicação, deve ser acompanhada do documento legal da despesa;
- e) É totalmente vedada a utilização de fundos de maneio na aquisição de bens considerados de imobilizado;
- f) É vedada a aquisição de artigos ou serviços cuja classificação económica da despesa seja diferente da autorizada no documento que autoriza a constituição do fundo de maneio.

Artigo 4.º

Constituição

- 1 –O responsável do fundo de maneio formalizará o pedido de constituição do mesmo discriminando o limite máximo por rubrica e envia-o para a DAM-SF.
- 2 –Após verificar os dados constantes no pedido de constituição, e de acordo coma autorização exarada pelo Órgão Executivo, a DAM-SF deverá proceder ao registo do(s) cabimento(s) e do compromisso, nos termos do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, referentes aos fundos constituídos, após o que emitirá a nota de lançamento de Tesouraria que enviará para este serviço.
- 4 -No registo do compromisso o mesmo deverá ter por entidade credora o Município.

- 5 –A Tesouraria emite o meio de pagamento, recolhe a assinatura da entidade competente e entrega os valores ao responsável do fundo de maneio.
- 6 –A Tesouraria deve ainda registar na folha de caixa e no resumo diário de Tesouraria, as constituições de fundos efetuadas.

Artigo 5.º

Serviços utilizadores

Os serviços que dispõem de fundo de maneio:

- a) Gabinete de Apoio à Presidência/Vereação;
- b) Divisão de Administração Municipal

Artigo 6.º

Titulares e montantes

São titulares dos fundos de maneio:

- a) José Eugénio Bravo Martins, no montante de € 500,00 (quinhentos euros), cujo limite máximo é expressamente discriminado pelas seguintes rubricas:
 - classificação económica 02.01.02.02 (gasóleo) no valor de 100 €;
 - classificação económica 02.01.08(material de escritório) no valor de 20 €
 - classificação económica 02.02.09(comunicações) no valor de 20
 - classificação económica 02.02.13(deslocações e estadas) no valor de 350 €
 - classificação económica 02.02.21(estacionamentos) no valor de 10€ €
- b) Maria José Guerreiro Mendes Couraça -no montante de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), cujo limite máximo é expressamente discriminado pelas seguintes rubricas:
 - classificação económica 02.01.01(matérias primas e subsidiárias) no valor de 50 €;
 - classificação económica 02.01.02.02 (gasóleo) no valor de 150 €
 - classificação económica 02.01.04 (limpeza e higiene) no valor de 20 €
 - classificação económica 02.01.06 (alimentação-géneros para confecionar) no valor de 100 €

- classificação económica 02.01.08(material de escritório) no valor de 100 €
- classificação económica 02.01.09(produtos químicos e farmacêuticos) no valor de 50 €
- classificação económica 02.01.11(material de consumo clinico) no valor de 100 €
- classificação económica 02.01.12 (material de transporte -peças) no valor de 100 €
- classificação económica 02.01.14 (outro material-peças) no valor de 100 €
- classificação económica 02.01.17 (ferramentas e utensílios) no valor de 100 €
- classificação económica 02.01.21(outros bens) no valor de 100 €
- classificação económica 02.02.09(comunicações)no valor de 100
- classificação económica 02.02.10(transportes)no valor de 50 €
- classificação económica 02.02.21(estacionamentos) no valor de 20 €
- classificação económica 02.02.25(outros serviços) no valor de 360 €

Artigo 6.º-A

Fundos de maneio específicos

É criado o seguinte fundo de maneio específico:

 a) Apoio ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no valor de € 100 (cem euros), sendo titular do mesmo, Maria José Cabral Gamito Costa

Artigo 7.º

Reconstituição

- 1 -Até ao final de cada mês, o responsável do fundo deve remeter à DAM-SF o «Mapa Resumo do Fundo de Maneio» onde conste toda a informação relativa aos pagamentos efetuados por conta do fundo, anexando faturas ou documentos equivalentes as quais deverão ter expressa indicação da quitação.
- 2 A DAM-SF deve verificar a legalidade e conformidade dos documentos apresentados, após o que emite a ordem de pagamento referente às faturas ou documentos equivalentes apresentados e a nota de lançamento de Tesouraria, correspondente ao movimento de reconstituição do fundo, caso seja cumprido o princípio estabelecido na alínea a) do art.º 3.º, pelo valor total do mapa.



Municipio de Ferreira do Alentejo

MA	PA DE FUNDOS DE MANEIO		
Designação da entidade Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo			
Gerência	01-01-2018 a 31-12-2018		

Titular do Fundo de Maneio	José Eugénio Bravo Martins
Dotação Orçamental	a)
Valor do Fundo	500,00
Data de Constituição	05-01-2018

Ordem de pagamento			Ordem de pagamento			Ordem de pagamento			
Nº	Classif. Orç. Data de Regularização	Valor	Nº	Classif. Orç. Data de Regularização	Valor	Nº	Classif. Orç. Data de Regularização	Valor	
205	02-02-13	337,90	2064	02-02-13	152,40				
	31-01-2018	337,90		31-08-2018	152,40				
482	02-01-08	14,54	2267	02-02-13	24,40				
482	02-02-13	140,00	2267	02-02-21	2,30				
	28-02-2018	154,54		30-09-2018	26,70				
706	02-01-02-02	71,00	2533	02-02-13	83,90				
706	02-02-13	319,50		31-10-2018	83,90				
706	02-02-21	0,50	2841	02-01-02-02	20,00				
	31-03-2018	391,00	2841	02-02-13	203,40				
911	02-02-13	172,30	2841	02-02-21	1,80				
911	02-02-21	0,50		30-11-2018	225,20				
946	02-02-21	1,90							
	30-04-2018	174,70							
1192	02-01-02-02	51,00							
1192	02-02-13	232,40							
	31-05-2018	283,40							
	02-02-09	10,45							
1517	02-02-13	106,45							
	30-06-2018	116,90							
1820	02-02-13	141,70							
	31-07-2018	141,70							

a) A classificação económica é efectuada segundo a natureza da respectiva despesa.

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira
Assinatura
O Membro do executivo responsável pela área/ pelouro financeiro
Assinatura

Municipio de Ferreira do Alentejo

MAPA DE FUNDOS DE MANEIO				
Designação da entidade	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo			
Gerência	01-01-2018 a 31-12-2018			
	•			
Titular do Fundo de Maneio	Maria José Guerreiro Mendes Couraça			
Dotação Orçamental	a)			
Valor do Fundo	1.500,00 €			
Data de Constituição	04-01-2018			

	Ordem de pagamento		Ordem de pagamento		Ordem de pagamento			
	Classif. Orç.			Classif. Orç.			Classif. Orç.	
Nº	Data de	Valor	Nº	Data de	Valor	Nº	Data de	Valor
	regularização			regularização			regularização	
207	02-01-01	40,09		Transporte	129,51			
202	02-01-06	72,87	3124	02-01-21	10,22			
	31-01-2018	112,96	3124	02-02-25	7,80			
1200	02-01-06	20,16		20-12-2018	147,53			
1200	02-01-14	3,00						
1200	02-01-21	31,99						
1200	02-02-21	6,50						
1200	02-02-25	21,80						
	31-05-2018	83,45						
1818	02-01-02-02	10,00						
1818	02-01-21	6,25						
1818	02-02-21	1,00						
1818	02-02-25	31,66						
	31-07-2018	48,91						
2066	02-01-08	24,00						
	31-08-2018	24,00						
2881	02-01-02-02	69,69						
2881	02-01-17	7,50						
2881	02-01-21	51,54						
2881	02-02-25	59,64						
2887	02-01-02-02	10,00						
	30-11-2018	198,37						
3124	02-01-01	7,03						
3124	02-01-08	29,98						
3124	02-01-17	92,50						
	a Transportar	129,51						

a) A classificação económica é efectuada segundo a natureza da respectiva despesa.

O Dirigente responsável pela área Administrativa	
e/ou Financeira	
Assinatura	
O Membro do executivo responsável pela área/	
pelouro financeiro	
Assinatura	



Municipio de Ferreira do Alentejo

MAPA DE FUNDOS DE MANEIO					
Designação da entidade Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo					
Gerência	15-11-2018 a 31-12-2018				
Titular do Fundo de Maneio	Maria José Cabral Gamito				
Dotação Orçamental	a)				
Valor do Fundo	100,00 €				
Data de Constituição	15-11-2018				

	Ordem de pagame	ento		Ordem de pagame	ento		Ordem de pagame	ento
Nº	Classif. Orç. Data de regularização	Valor	Nº	Classif. Orç. Data de regularização	Valor	Nº	Classif. Orç. Data de regularização	Valor

a) A classificação económica é efectuada segundo a natureza da respectiva despesa.

O Dirigente responsável pela área Administrativa	
e/ou Financeira	
Assinatura	
O Membro do executivo responsável pela área/	
pelouro financeiro	
Assinatura	

36. Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais





Município de Ferreira do Alentejo

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS QUE NA GERÊNCIA RECEBERAM PARTICIPAÇÃO EMOLUMENTAR E / OU CUSTOS DE EXECUÇÕES FISCAIS

Designação da Entidade	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
------------------------	------------------------------------------

Gerência	De 01-01-2018 a 31-12-2018
----------	----------------------------

(euros)

Nome	Categoria	Diuturnidades na categoria em 31-10-1989	Remuneração base auferida	Emolumentos	Custos de Execuções Fiscais	Subtotal	Total
			(1)	(2)	(3)	(2)+(3)=(4)	(1)+(4)=(5)
Maria de Assunção Pereira Góis	Assistente Técnico	1	14.181,67		2.523,67	2.523,67	16.705,34
Maria José Guerreiro Mendes Couraça	Técnica Superior		36.593,76		5.529,37	5.529,37	42.123,13

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira
Assinatura
O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro
Assinatura

Relatório e Contas 2018 Pag.274

36. Relação de Acumulação de Funções



37. Relação de Acumulação de Funções



38. Relação Nominal de Responsáveis





Município de Ferreira do Alentejo

Relação Nominal dos Responsáveis

Designação da Entidade: Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

Gerência: De 01-01-2018 a 31-12-2018

Nome	Situação na Entidade	Remuneração Liquida	Período de	Morada
			01-01-2018	Bairro Luis António Ameixa,
Luis António Pita Ameixa	Presidente da Câmara	31.896,01	a	Lote 46
			31-12-2018	7900 - 572 FERREIRA DO ALENTEJO
				Avenida General Humberto Delgado
Maria José do Ó Efigénio	Vereadora (T.I.)	24.168,26	ldem	nº 22
				7900 - 554 FERREIRA DO ALENTEJO
				Rua do Poço
José Valente Rocha Guerra	Vereador (T.I.)	24.513,67	ldem	nº 15
				7900-394 FERREIRA DO ALENTEJO
				Rua Nuno Alvares Pereira
Ana Rute Beringel de Sousa	Vereadora (M.T)	14.919,90	ldem	Nº 37-A
				7900-626 FERREIRA DO ALENTEJO
Paulo Fernando Marrafas Conde	Vereador	1.892,86	ldem	Aldeia do Rouquenho
i auto i erriarido Marraias Coride	Vereador	1.002,00	lueili	7900-112 FERREIRA DO ALENTEJO

O Dirigente responsável pela área Administrativa	
e/ou Financeira	
Assinatura	

ANEXOS



Declarações Financeiras de Compromissos e Dividas (artº 15º da Lei 22/2015, de 17 de março)





DECLARAÇÃO

Declaração de compromissos plurianuais 31.12.2018

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 15 da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), alterada pela Lei 22/2015, de 17 de março, declaro que todos os compromissos plurianuais em 31 de dezembro de 2018 neste Município, se encontram devidamente registados no sistema contabilístico, pelos montantes globais:

MONTANTE (€)
2.109.630,21
1.180.479,71
376.633,00

Paços do Município, 31 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

Luís António Pita Ameixa



DECLARAÇÃO

Declaração de pagamentos em atraso existentes 31.12.2018

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artº 15 da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 dezembro, declaro que o Município de Ferreira do Alentejo não tem pagamentos em atraso em 31 dezembro de 2018.

Paços do Município, 31 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

Luís António Pita Ameixa



DECLARAÇÃO

Declaração de recebimentos em atraso existentes 31.12.2018

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artº 15 da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, declaro que todos os recebimentos em atraso existentes em 31 dezembro de 2018 deste Município, se encontram devidamente registados e totalizam o montante de 277.210,39 € (Duzentos e setente e sete mil duzentos e dez euros e trinta e nove cêntimos) conforme mapa em anexo à presente declaração, que dela faz parte integrante, composto por 2 folhas de uma face.

Paços do Município, 31 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

Luís António Pita Ameixa



Mapa de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2018 (artº 15º, nº1, alinea b) da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro)

Conta	Classificaç	sificação Económica	Descrição	Montante
21.1.1	1/20	d7020804	Serviço de Desporto	3.254,65
21.1.1	180	d8019901	Indemnizações por Deterioração, Roubo e Extravio de Bens	1.526,90
21.1.1	0,71	d7020904	Trabalhos por Conta de Particular	1.589,56
21.2.3.01.6	מעו	c7020999	Emissão de Certidão	74,84
21.1.1	180	q8019999	Jogos Desportivos	478,17
21.1.1	070	0702080299	Serviço de Desporto	1.136,70
21.2.2.01	(2)	d2020601	Outros	06,30
21.2.3.01.6	0	070102	Outros	13,41
21.2.3.02	Ö	040299	Multas	72.017,13
21.1.1	021	C7020907	Parquimetros	14,76
21.1.1	021	C7020999	Outros	74,84
21.1.1	040	0401239999	Outras	182,96
21.2.3.01.2	C4	C4012302	Outros	132,62
21.8.1.01	07	c7020906	Rendas	769,78
21.8.1.01	70	C7020905	Cemitérios	315,78
21.2.3.02	26.	25.8.5.9.82	Serviços de Execuções Fiscais	29,89
21.8.1.01	oro	040112306	Saneamento	25.203,90
21.8.1.01	72	c7020902	Resíduos Sólidos	50.962,21
21.8.1.01	070	0701110201	Águas	106.662,67
21.8.1.01	040	0401239999	Outras (Taxa Recursos Hídricos)	11.653,65
				200 Miles

	73,01	1.036,66	277.210,39	
		ixa		O Presidente da Câmara Luís António Pita Ameixa
,	Juros de Mora	Resíduos Sólidos - Taxa Fixa	TOTAL	O President
0	040201	0701110202		de 2019
	21.8.1.01	21.8.1.01		Paços do Município, 31 de janeiro de 2019



PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

- 1. Nos termos dos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do Município de Ferreira do Alentejo referentes ao período findo em 31 de Dezembro 2018.
- 2. Durante o exercício, o Revisor Oficial de Contas procedeu, às verificações e análises que considerou convenientes e apreciou as contas do Município de Ferreira do Alentejo. Para o efeito, recebeu da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo todos os esclarecimentos e informações solicitadas.
- 3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão e completado o exame, nomeadamente sobre a execução orçamental, as demonstrações financeiras e seus anexos, exigidos por lei, com vista à sua Certificação Legal das Contas que contém uma opinião com reservas.

Parecer

- 4. Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas do Município de Ferreira do Alentejo referentes ao exercício de 2018, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis a este sector, tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas.
- 5. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 24 de Abril de 2019

é Manuel Gonçalves Roberto (ROC,1091) em representação da.

NIRG – Roberto, Graça & Associados SROC, Lda





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de Ferreira do Alentejo** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 35.432.907,20 Euros e um total de fundos patrimoniais de 23.418.374,56 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.335.017,95 Euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 10.588.357,10 Euros de despesa paga e um total de 13.254.967,86 Euros de receita cobrada liquida, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 e 2, e quanto aos efeitos da matéria referida no parágrafo 3, na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município de Ferreira do Alentejo** em 31 de Dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e o Mapa de fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Bases para a opinião com reservas

- 1. O Município ainda tem em curso a inventariação integral e o processo de valorização e reconciliação dos bens imóveis de domínio público e privado. Decorrente desta situação, a informação disponível não nos permite quantificar o impacto destas situações, no activo líquido, nos fundos próprios e nos resultados líquidos anuais.
- 2. As rubricas de "Outros devedores" e de "Proveitos diferidos" incluem 1.801.222,88 Euros e 7.699.578,35 Euros, respectivamente para os quais não obtivemos informação suficiente sobre o detalhe, pelo que não nos é possível expressar uma opinião com segurança aceitável sobre a extensão daqueles saldos, e não sendo viável a aplicação de procedimentos alternativos, não nos foi possível concluir quais os efeitos que esta situação provocaria nos ativos, passivos e fundos próprios, incluindo os resultados do exercício da entidade.
- 3. A rubrica de Acréscimos de proveitos encontra-se influenciada negativamente, por valores recebidos em 2018, mas insuficientemente estimados em exercícios anteriores, no total de 375.850,11 euros, pelo que esta rubrica do Activo e os Fundos Próprios (rubrica de Resultados Transitados) encontram-se subvalorizados naquele montante.

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Documento produzido de acordo com linguagem anterior ao novo Acordo Ortográfico

Pole



MRG - Roberto, Graça & Associados, SROC, Lda www.mrg-sroc.com

Outras matérias

Encontram-se registados Empréstimos concedidos no montante de 63.212 euros, (2017: 63.212 euros) a receber de entidades públicas e privadas, situação que contraria o previsto na alínea b) do n.º 7 do art.º 49 da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Ao nível da execução orçamental, em 31.12.2018 verifica-se uma execução da receita e da despesa de respectivamente, 80,8% e 64,52%, revelando uma execução reduzida das receitas e das despesas, na devida proporção, face ao valor orçamentado para o ano de 2018. Acresce que a taxa de execução da receita se apresenta inferior a 85% durante pelo menos 2 anos consecutivos, situação que ao fim do segundo ano consecutivo despoleta o alerta precoce de desvios, previsto no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- b) a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

 a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não

Documento produzido de acordo com linguagem anterior ao novo Acordo Ortográfico

Robert



MRG - Roberto, Graça & Associados, SROC, Lda www.mrg-sroc.com

detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 24 de Abril de 2019

José Manuel Gonçalves Roberto (ROC 1051) em representação da,

MRG - Roberto, Graça & Associados SROC, Lda

